

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO–DINTER

MARIA DE LOURDES ALVES

**MOVIMENTOS SOCIAIS E PRÁXIS EDUCATIVA
NA CONSTRUÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS**

GOIÂNIA

2019

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☐ Dissertação ☒ Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do autor: Maria de Lourdes Alves

Título do trabalho: Movimentos sociais e práxis educativa na construção da Universidade Estadual de Goiás.

3. Informações de acesso ao documento:

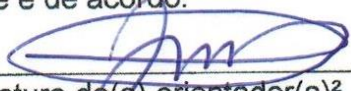
Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.



Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:



Assinatura do(a) orientador(a)²
Prof. Dr. Jadir de Moraes Pessoa

Data: ____ / ____ / ____

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

MARIA DE LOURDES ALVES

**MOVIMENTOS SOCIAIS E PRÁXIS EDUCATIVA
NA CONSTRUÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás – Dinter, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação, sob orientação do professor Dr. Jadir de Moraes Pessoa.

GOIÂNIA

2019

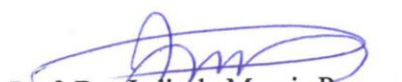
Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

ALVES, MARIA DE LOURDES ALVES
Movimentos sociais e práxis educativa na construção da
Universidade Estadual de Goiás [manuscrito] / MARIA DE
LOURDES ALVES ALVES. - 2019.
CLXXXIX, 189 f.: il.

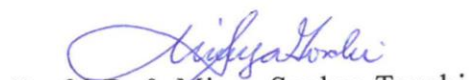
Orientador: Prof. Jadir de Moraes Pessoa PESSOA.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de
Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Educação, Goiânia, 2019.
Bibliografia. Anexos.
Inclui fotografias, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Movimentos sociais. 2. Universidade Estadual de Goiás. 3.
Práxis educativa. I. PESSOA, Jadir de Moraes Pessoa, orient. II. Título.

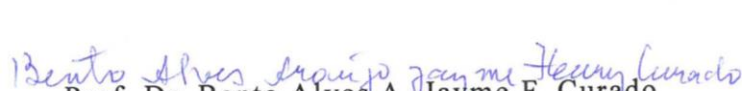
ATA DA REUNIÃO DA BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE TESE DE MARIA DE LOURDES ALVES – Aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove (18/03/2019), às 14h, reuniram-se os componentes da Banca Examinadora: Prof. Dr. **Jadir de Moraes Pessoa**, doutor em **Ciências Sociais** pela UNICAMP; Prof.^a Dr.^a **Mirza Seabra Toschi**, doutora em **Educação** pela UNIMEP; Prof. Dr. **Bento Alves Araújo Jayme Fleury Curado**, doutor em Geografia pela UFG; Prof. Dr. **Carlos Cardoso Silva**, doutor em **Educação** pela UFG e Prof.^a Dr.^a **Maria Margarida Machado**, doutora em **Educação: História, Política e Sociedade** pela PUC/SP para, sob a presidência do primeiro e em sessão pública realizada nas dependências da Faculdade de Educação, procederem à avaliação da defesa da tese intitulada: “**Movimentos sociais e práxis educativa na construção da Universidade Estadual de Goiás**”, em nível de Doutorado, área de concentração em **Educação**, de autoria de **Maria de Lourdes Alves**, discente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás. A sessão foi aberta pelo presidente da Banca Examinadora, Prof. Dr. Jadir de Moraes Pessoa que fez a apresentação formal dos membros da Banca. A palavra, a seguir, foi concedida à autora da tese que, em 30 minutos, procedeu à apresentação de seu trabalho. Terminada a apresentação, cada membro da Banca arguiu a examinanda, tendo-se adotado o sistema de diálogo sequencial. Terminada a fase de arguição, procedeu-se à avaliação da defesa. Tendo-se em vista o que consta na Resolução nº 1537/2017 do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (CEPEC), que regulamenta o Programa de Pós-Graduação em Educação e procedidas às correções recomendadas, a tese foi **APROVADA** por unanimidade, considerando-se integralmente cumprido este requisito para fins de obtenção do título de **DOUTORA EM EDUCAÇÃO** pela Universidade Federal de Goiás. A conclusão do curso dar-se-á quando da entrega da versão definitiva da tese na secretaria do Programa. Cumpridas as formalidades de pauta, às 19h a presidência da mesa encerrou esta sessão de defesa de tese e, para constar, eu, Adenilde de Oliveira Souza, secretária do Programa de Pós-Graduação em Educação, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros da Banca Examinadora em três vias de igual teor.



Prof. Dr. Jadir de Moraes Pessoa
Presidente – PPGE/FE/UFG



Prof.^a Dr.^a Mirza Seabra Toschi
Membro – UEG



Prof. Dr. Bento Alves A. Jayme F. Curado
Membro – Faculdade Aphoniano



Prof. Dr. Carlos Cardoso Silva
Membro – FE/UFG



Prof.^a Dr.^a Maria Margarida Machado
Membro – PPGE/FE/UFG

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Espedito Ancelmo Alves (*in memoriam*) e Geralda Quirina Alves, que me deram o essencial: amor, respeito e sensibilidade.

AGRADECIMENTOS

Neste exato instante a gratidão transborda em mim. Gratidão a todos, por tudo.

A Deus, por sua imensa bondade e sabedoria. Ele me oportunizou tudo que sou, tudo que sei, tudo que tenho. Invade-me uma vontade enorme de chorar e de abraçar a todas as pessoas que de algum modo possibilitaram, contribuíram para que eu pudesse chegar até aqui.

Gratidão sempre:

Infinita aos meus pais, guerreiros, fortes, honestos, ensinaram-me o amor incondicional, ensinaram-me que o não é provisório. Minha querida mãe ensinou-me paciência com seu exemplo lúcido e amoroso. Meu pai querido ensinou-me a persistência.

A todos os meus professores de uma vida inteira. Foram muitos mestres, mas, neste longo caminho, há mãos que nos guiam, nos ensinam, nos dão lições que ultrapassam os muros da escola, da universidade, nos ensinam para a vida.

Aos professores do Dinter, coordenação e servidores técnico-administrativos do PPGE-UFG, pela responsabilidade e compromisso com o programa. Em especial, ao professor José Adelson pelas primeiras orientações, professora Dra. Anita Rezende, professora Dra. Lúcia Assis, professora Dra. Maria Margarida Machado, professor Dr. Wanderson Ferreira Alves professor Dr. João Ferreira, professor Dr. José Paulo Pietrafesa, a todos minha gratidão, pelas reflexões que contribuíram muito para o meu crescimento humano e intelectual.

De modo especial à professora Dra. Mirza Seabra Toschi, que coordenou o Dinter em sua fase de implementação e continuou nos apoiando em todas as nossas necessidades institucionais.

Sou grata ao meu orientador professor Dr. Jadir Moraes Pessoa. Primeiro, pela oportunidade de ser orientada por você, é um grande privilégio, sua orientação foi precisa, guiou-me pelos caminhos sinuosos, estreitos, da pesquisa acadêmica com gentileza, paciência e infinita sabedoria. Serei grata sempre pela sua mão estendida, o acolhimento, a orientação, a confiança. Não há palavras suficientes para descrever a infinita felicidade, obrigada por teres me conduzido até aqui.

Agradeço aos professores que gentilmente aceitaram participar da Banca de Exame de Qualificação: professora Dra. Mirza Seabra Toschi e professora Dra.

Maria Margarida Machado, pela leitura atenciosa do meu trabalho e pelas sugestões que enriqueceram a pesquisa.

Agradeço àqueles que aceitando, com semelhante gentileza, o convite se juntaram à Banca de Defesa Final: professor Dr. Bento Alves Araújo Jayme Freury Curado; professor Dr. Carlos Cardoso Silva e `professora Dra Vera Lúcia...suplente nesta mesma banca pela sua leitura atenciosa desta tese.

À UEG pela realização do Dinter e pela concessão de um período de licença parcial das minhas atividades docentes, durante parte do processo de doutoramento.

Aos colegas da Universidade Estadual de Goiás. Agradeço de modo muito especial aos meus queridos amigos: Dulce Portilho, Eliane Anderi e José Santana, pela doação de documentos de suma importância para a construção desta tese. Obrigada. Agradeço o carinho e a paciência da coordenação do curso de História, obrigada Julia.

Não poderia deixar de agradecer aos meus queridos alunos do curso de História obrigada pela tolerância e compreensão.

Agradecer à minha querida amiga Roseli Tristão, são mais de vinte anos de amizade, minha professora, minha amiga.

Muito obrigada, Brandina, pelo seu apoio, sem ele a caminhada teria sido muito mais árdua. Você tornou o meu fardo mais leve.

Nesta jornada algumas pessoas tornaram-se companheiros de partilha, de lágrimas, de sonhos, a vocês, minhas queridas amigas, minha eterna gratidão: Edna, Lilian Junkeira minha amiga do coração, Mônica, minha querida comadre, e Renata Ramos minha querida amiga.

Agradeço aos colegas das Faculdades Aphonsiano, professores, funcionários, e aos meus queridos alunos e alunas. Agradeço a todos, mas há pessoas que foram fundamentais neste caminhar: obrigada, Marieta, suas palavras e orações me empurraram para frente; obrigada, Maria José, seu apoio foi fundamental; obrigada, Viviane, pelo incentivo de sempre. Obrigada Roseli, Kassia e todos que incentivaram-me nesta jornada.

Gratidão infinita aos meus familiares, minhas queridas irmãs: Inêz, Luiza e Maria do Carmo, pelo incentivo, carinho e orações. Eu sei que foram muitas preces. Obrigada, meu irmão Manoel, você não é apenas um irmão, mas um pai. Meus cunhados e cunhadas, obrigada. Vocês são irmãos que Deus me deu. Agradeço a

todos os meus sobrinhos, mas de modo especial três anjos que Deus encaminhou do céu para este planeta: Pollyanna, Weuler e Wylliam. Vocês são joias solares de infinita Luz, que Deus os abençoe sempre.

Ao Hudson, meu companheiro de jornada, às vezes rude, mas em muitos momentos se dispôs de seu tempo e sua generosidade para que o meu tempo fosse maior.

Aos meus filhos: Mariane, Marina e Ricardo, minhas jóias de Luz, obrigada pela paciência, pelo amor, pelo carinho.

Aos meus queridos amigos da Casa da Sopa Orondina Luz e Vida: Ceila, Cleide, Eloisecler, Magaly, Nemésio, Sandra sem o apoio de vocês com certeza a jornada teria sido mais árdua.

Agradeço, de modo muito especial, a minha querida amiga Maria Aparecida Daniel, pois sem a tua confiança, seu carinho, seu amor e compreensão este trabalho não existiria. Que Deus cuide sempre de você. A você a minha infinita gratidão, obrigada.

Gratidão infinita ao Deus que habita em mim. Minha conexão com a espiritualidade de Luz fortaleceram-me nesta caminhada. Nenhum trecho do caminho eu percorri sozinha, ainda quando assim pareceu ser. A atividade do pesquisador parece solitária, mas, na verdade, é solidária, pois há uma rede invisível de solidariedade que une e fortalece todos que buscam o conhecimento.

RESUMO

ALVES, Maria de Lourdes. **Movimentos Sociais e práxis educativa na construção da Universidade Estadual de Goiás**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

Esta tese, vinculada à Linha de Pesquisa *Educação, Trabalho e Movimentos Sociais*, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG), investiga, em caráter bibliográfico e documental, tais como jornais, e-mails, blogs, fóruns de debate, panfletos, fotografias e leis, a ação dos movimentos sociais de professores, alunos e servidores da Universidade Estadual de Goiás no processo de construção dessa instituição de ensino superior, bem como a práxis educativa desenvolvida na dinâmica dos movimentos sociais uegeanos. Os movimentos delimitados para fins da pesquisa desenvolvida foram o Fórum de Defesa da UEG/2006 e o Mobiliza UEG/2013. A análise realizada, sob uma perspectiva praxiológica, tem como objetivo central compreender a práxis educativa presente no movimento social e as possibilidades educativas que criam e recriam sujeitos capazes de constituir um novo *habitus* e este, por sua vez, capaz de impulsionar o surgimento de novos agentes em um determinado campo. A compreensão do objeto de pesquisa ancora-se numa significativa pesquisa bibliográfica, especialmente em: Abreu, (2017); Bourdieu, (1989, 1998, 2001, 2009, 2014); Carvalho, (2013, 2017); Gohn, (2011, 2012, 2013) Oliveira e Pessoa, (2013); Pessoa, (1999,2004); Scherer-Warren, (2006, 2014). A pesquisa desenvolvida para esta tese permite afirmar que os movimentos sociais analisados influenciaram de forma significativa o desenvolvimento institucional da UEG e possibilitaram uma práxis educativa criadora de novas práticas e novos sujeitos.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Universidade Estadual de Goiás. Praxis Educativa.

ABSTRACT

ALVES, Maria de Lourdes. **Social movements and educatives práxis in the build of State University of Goiás.** Thesis (Education doctorate degree) Education college Federal University of Goiás, Goiânia, 2019.

This thesis is linked to the research line "Education, Work, and Social Movements" of the Postgraduation Program in Education of the Federal University of Goiás (UFG). It seeks to investigate, in a bibliographical and documentary character, such as newspapers, e-mails, discussion forums, pamphlets, photographs and laws, the action of the social movements of teachers, students and servants of the State University of Goiás in the process of construction of higher education institution, as well as the educational praxis developed in the dynamics of the social movements of UEG. The movements delimited for the purposes of the research developed were the UEG/2006 Defense Forum and the Mobiliza UEG/2013. The analysis was carried out under a praxiological perspective and its main objective is to understand the educational praxis present in the social movement and the educational possibilities that create and recreate subjects capable of constituting a new habitus and this, in turn, capable of promoting the emergence of new agents in a given field. The understanding of the object of research is anchored in a significant bibliographical research, especially in: Abreu, (2017); Bourdieu, (1989, 1998, 2001, 2009, 2014); Carvalho, (2013, 2017); Gohn, (2011, 2012, 2013) Oliveira e Pessoa, (2013); Person, (1999, 2004); Scherer-Warren, (2006, 2014). The research developed for this thesis shows that the social movements analyzed significantly influenced the institutional development of the UEG and enabled an educational praxis to create new practices and new subjects.

Keywords: Social Movements. State University of Goiás. Educational Praxis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-	Aduég-SS/ANDES-SN Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Goiás / Eleição 2006-2008 - Termo de Homologação	41
Figura 2-	Quadro de Servidores da UEG – Professores e funcionários administrativos	87
Figura 3-	Greve na UEG Anápolis	89
Figura 4-	Greve na UEG 2003.....	91
Figura 5-	Greve na UEG 2003.....	91
Figura 6-	Concurso Público Para Provimento de Vagas no Cargo de Docente de Ensino Superior Classes II, III e IV	92
Figura 7-	Fórum de Defesa da UEG. Pesquisa-Ensino-Extensão	106
Figura 8-	UEG: Aparência de uma abstração	107
Figura 9-	Manifestação de estudantes, professores e funcionários da UEG, avenida Anhanguera – Goiânia-Goiás, em frente à Eseffego	108
Figura 10-	Estudantes da UEG fecham Anhanguera	109
Figura 11-	Professores e alunos na chegada da Marcha em Goiânia.....	111
Figura 12-	Por que lutar pela UEG?	113
Figura 13-	Logomarca do Mobiliza UEG.....	116
Figura 14-	Comunicado sobre a decisão de “greve” na UEG	119
Figura 15-	Termo de Compromisso	123
Figura 16-	Ocupação da Reitoria – 14/11/2006	132

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Distribuição dos professores por titulação e classe funcional da Universidade Estadual de Goiás	35
Tabela 2	Distribuição dos professores por titulação e classe funcional da Universidade Estadual de Goiás	39

LISTA DE SIGLAS

ADUEG	Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Goiás
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEE	Conselho Estadual de Educação
CET	Campus Anápolis de Ciências Exatas e Tecnológicas
CF	Constituição Federal
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CsU	Conselho Superior Universitário
Eco-92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
ESEFFEGO	Escola Superior de Educação Física e Fisioterapia de Goiás
FACEA	Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis
FACLPO	Faculdade de Ciências e Letras de Posse
FAECHEJA	Faculdade Estadual de Ciências Humanas e Exatas de Jaraguá
FAFICIGO	Faculdade de Filosofia da Cidade de Goiás
FAMUNPORT	Faculdade Municipal de Porangatu
FAMUNSA	Faculdade Municipal de Sanclerlândia
FECLEQ	Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Quirinópolis
FECLIP	Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iporá
FECLITA	Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Itapuranga
FECLU	Faculdade de Ciências e Letras de Uruaçu
FELSL	Faculdade de Educação de São Luís de Montes Belos
FVG	Fundação Getúlio Vargas
FMI	Fundo Monetário Internacional
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ONGs	Organizações Não Governamentais
SINTEGO	Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Goiás
STF	Supremo Tribunal Federal
TCE	Tribunal de Contas do Estado
TCU	Tribunal de Contas da União
UECE	Universidade Estadual do Ceará

UEG	Universidade Estadual de Goiás
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNIANA	Universidade Estadual de Anápolis
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UnUCET	Unidade Universitária de Ciências Exatas e Tecnológicas
UnUCSEH	Unidade Universitária de Ciências Socioeconômicas e Humanas
UnUs	Unidades Universitárias
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	16
Razões da escolha do tema e justificativa da pesquisa.....	16
Matriz metodológica	24
Estrutura da tese.....	25
CAPÍTULO I	
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS: ANTECEDENTES, CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	27
1.1 A CONSTITUIÇÃO DA UNVIERSIDADE: EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	27
1.2 OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	29
1.3 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS: ANTECEDENTES, CRIAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS	32
CAPÍTULO II	
MOVIMENTOS SOCIAIS	43
2.1 MOVIMENTOS SOCIAIS: POSSIBILIDADES DE ANÁLISE	43
2.2 DOS VELHOS AOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS	50
2.3 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	53
CAPÍTULO III	
MOVIMENTOS SOCIAIS, ESTADO E EDUCAÇÃO	58
3.1 A COSNTITUIÇÃO DO ESTADO MODERNO.....	58
3.2 MOVIMENTOS SOCIAIS, ESTADO E NEOLIBERALISMO	63
3.3 INTELECTUAIS, MOVIMENTOS SOCIAIS E A CONTRAPOSIÇÃO À ORDEM NEOLIBERAL	67
3.4 O CARÁTER EDUCATIVO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	71
CAPITULO IV	
MOVIMENTOS SOCIAIS, CIDADANIA E PRAXIS EDUCATIVA	76
4.1 EDUCAÇÃO, CIDADANIA E MOVIMENTOS SOCIAIS	76
4.2 CIDADANIA, <i>STATUS</i> E CLASSE SOCIAL.....	81
4.3 OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO PROCESSO DE CONTITUIÇÃO DA UEG ..	85
4.3.1 O Fórum de Defesa da UEG: um novo <i>habitus</i> na organização social	96
4.3.2 O movimento Mobiliza UEG: mobilização e autogestão em debate	114

4.4	A CONSTITUIÇÃO DA PRAXIS EDUCATIVA NO INTERIOR DO FÓRUM DE DEFESA DA UEG E MOBILIZA UEG	125
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
	REFERÊNCIAS	146
	ANEXOS	154
	ANEXO 1 - “CONTRATOS TEMPORÁRIOS DA UEG	155
	ANEXO 2 - “CARTA ABERTA AOS PROFESSORES DA UEG” EM : 21/11/2006	158
	ANEXO 3 - “MOÇÕES DE APOIO À OCUPAÇÃO DA REITORIA 2006	161
	ANEXO 4 - PROGRAMAÇÃO DA MARCHA	164
	ANEXO 5 - BOLA DENTRO	167
	ANEXO 6 - DISCUSSÕES SOBRE ENTRADA DO REITOR NA LISTA DE E-MAILS	168
	ANEXO 7 - MANIFESTO DOS ESTUDANTES	170
	ANEXO 8 - CARTA ABERTA AO REITOR DA UEG	172
	ANEXO 9 - CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE DOCENTE DE ENSINO SUPERIOR CLASSES II, III e IV	175

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A pesquisa que gerou esta tese investigou em que medida os movimentos sociais organizados atuam como “motor da História” (MARX, 1999), construindo e reconstruindo a história de uma instituição de ensino superior e, principalmente, a construção de um novo sujeito, capaz de atuar em defesa dos seus direitos, opinar, discutir e, finalmente, interferir nos rumos de sua própria história.

Nesse sentido, pretende-se compreender a ação dos movimentos sociais de professores, alunos e servidores da Universidade Estadual de Goiás (UEG) como práxis educativa capaz de formar, no movimento, novos sujeitos, em um processo dialético no qual, ao mesmo tempo em que se ensina, também se aprende. “A fertilidade dos movimentos está nesta capacidade de criar e recriar esperanças, do micro ao macro, do sujeito ao grupo” (PESSOA, 2004, p. 12). Portanto, é de suma importância a compreensão da práxis educativa manifesta e/ou latente, presente nos movimentos sociais organizados na UEG após a sua criação.

Os movimentos analisados neste estudo foram o Fórum de Defesa da UEG 2006 e o Mobiliza UEG 2013. E a escolha de ambos não foi aleatória, visto que foram dois movimentos capazes de mobilizar os sujeitos para a ação, professores, alunos e servidores, na busca por melhores condições objetivas de trabalho, estudo e desenvolvimento da UEG.

Objetiva-se, pois, compreender como, os embates, os conflitos, na dinâmica dos movimentos sociais, produzem ou não novos sujeitos; identificar e compreender a dimensão educativa dos movimentos sociais uegeanos selecionados para este estudo.

Busca-se, ainda, compreender as tendências, posições, estratégias, fluxos e refluxos ocorridos nos movimentos dentro e fora dos muros da UEG, e suas repercussões na educação em Goiás.

Razões da escolha do tema e justificativa da pesquisa

A escolha de um tema de pesquisa não é aleatória, pois é fruto de uma construção social, política, cultural e essencialmente histórica. E o percurso histórico que se faz marca de forma indelével a trajetória humana.

Nasci em Goiânia, no dia 8 de agosto de 1972, sou a penúltima filha de uma família de 13 filhos; meu pai, jardineiro, e minha mãe, lavadeira, ensinaram-nos desde sempre a honestidade e o trabalho, legados que levo para uma vida inteira.

Em maio de 1978 tinha seis anos, quando, meu pai, aposentado por invalidez e jardineiro para complementar a renda da família, chegou em casa com uma caneta da Caixa Econômica Federal, pela qual recebia sua aposentadoria, e disse: “Toma, Maria, essa caneta é pra você, eu sei que um dia você será doutora, minha filha!”

Lembro-me desse fato e emociono-me, pois meu pai e minha mãe sempre foram pessoas muito simples, mas que nos amaram e incentivaram por toda a vida. Havia entrado na escola naquele ano, fazia a *primeira série primária* na Escola Estadual Andreilino Rodrigues de Moraes, onde estudei até a quarta série primária. Naquele período, havia várias greves e eu sempre apoiava meus professores. Era menina ainda, mas sabia que a história se faz de sujeitos que lutam por seus sonhos e ideais e que as mudanças não aconteciam simplesmente, pois elas eram e são impulsionadas pelas ações dos sujeitos históricos.

Ao concluir a quarta série *primária*, comecei o ginásio em outra escola: Escola Estadual Deputado José de Assis, onde concluí o Ensino Médio profissionalizante de Patologia Clínica, porque gostaria de ter um emprego rápido, embora trabalhasse desde os seis anos de idade, sempre quis “algo mais”. Considero que a característica marcante em minha vida é a capacidade de luta e resistência, eu não desisto nunca.

Ao concluir o Ensino Médio, em 1992, prestei vestibular para Ciências Sociais e fui aprovada, para a surpresa de todos. A leitura de Pierre Bourdieu explica a surpresa da minha família e amigos, uma vez que “a escola é um dos principais instrumentos de reprodução social”. Aluna da escola pública na UFG, mesmo que em curso de licenciatura, era algo muito difícil, considerando-se ainda que eu era egressa de um curso noturno e profissionalizante. Mas a vontade de entrar em um curso superior era muito maior do que as adversidades.

A realização do curso superior finalmente tornou-se realidade em minha vida. Quando aprovada no vestibular, dediquei esta conquista ao meu pai, falecido em 10 de março de 1987.

Durante o curso de Ciências Sociais, foi possível participar de seminários, congressos e também atuar como monitora de Antropologia e Métodos e Técnicas de Pesquisa em Ciências Sociais.

Atuei como pesquisadora voluntária na pesquisa coordenada pelo professor Revalino Antônio de Freitas, “Os sindicatos dos trabalhadores filiados à CUT em Goiás”. Essa pesquisa foi realizada de março de 1995 a setembro de 1996, quando a equipe de pesquisadores percorreu várias cidades de Goiás com o intuito de verificar a situação geral dos sindicatos rurais e urbanos filiados à CUT; bem como a situação dos indivíduos filiados a esses sindicatos, a partir de questões como o número de filiados, os motivos para a não filiação ao sindicato, entre outras.

Durante a pesquisa, embora não sendo o foco, percebeu-se que um dos fatores para a desfiliação era a dificuldade de empregabilidade no campo em função da modernização agrícola, o que se constituía um fator de expulsão do homem do campo para a cidade.

A conclusão do curso de Ciências Sociais ocorreu em dezembro de 1996 e no início do ano seguinte houve concurso para professor substituto da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia. Então, participei da seleção e fui aprovada, iniciando-se, nesse ano, a minha trajetória como professora no ensino superior.

O ano de 1997 foi muito importante para a minha vida profissional e acadêmica, uma vez que, durante a vigência do concurso, foi possível realizar algumas pesquisas de caráter científico e mercadológico, quando participei de congressos e seminários. Nesse mesmo ano, fui aprovada na seleção para o mestrado de História das Sociedades Agrárias da UFG, no qual cursei os créditos e fui bolsista/docente. Não concluí, mas continuei com o mesmo projeto no mestrado em Sociologia da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da UFG.

Coroando todas as pesquisas, todos os esforços e as noites mal dormidas, fui aprovada na defesa da minha dissertação na tarde do dia 15 de fevereiro de 2002. Esse dia ficará em detalhes na minha memória, pois realizei não só o meu sonho, mas o sonho de uma família de treze filhos. Esse momento eu dediquei principalmente aos meus pais, Espedito Ancelmo Alves (*In memoriam*) e Geralda Quirina Alves, ambos com pouco letramento, porém, com muita vontade de ver os filhos vencerem na vida.

Como o mestrado foi um período de muito estudo e trabalho, confesso que para o ano de 2002, depois da defesa, eu tinha um outro projeto, tão ou mais importante do que aquele, ser Mãe. Assim, em 30 de novembro de 2002, nasceu a Marina, minha primeira filha, nesse ano recheado de alegrias. Este sonho ficou ainda mais radiante, porque, em junho de 2005, nasceu o meu segundo filho, Ricardo, tão

amado e querido quanto a primogênita. Em 2011, nasceu a Mariane, mais uma jóia de luz para iluminar o meu caminho.

Retomando a trajetória acadêmica e profissional, faz-se necessário destacar a minha atuação na UEG, onde iniciei como professora na Unidade Universitária de Pires do Rio, em 1998, ministrando aulas no curso de Licenciatura Plena Parcelada em História. Ministrei ainda aulas em diversas unidades universitárias da UEG, entre 1998 e 2011, como professora em contrato temporário, mas foi em Anápolis, na Unidade Universitária de Ciências Socioeconômicas e Humanas, que tive contato mais próximo com o Fórum de Defesa da UEG e, posteriormente, com o Mobiliza UEG, movimentos dos quais participei ativamente, mesmo antes de ser concursada.

O ano de 2010 foi um grande marco em minha vida, pois fui aprovada em dois concursos públicos, o da Secretaria Estadual de Educação de Goiás para a disciplina de Sociologia e o da Universidade Estadual de Goiás nas áreas de Políticas Educacionais, Gestão e Avaliação Educacional. Em ambos, fui classificada em primeiro lugar, fato que permitiu que eu fosse empossada nos dois cargos, no mesmo dia, 20 de outubro de 2010. Graças a Deus foi um ano de grandes vitórias, uma vez que o concurso público significa a segurança e a possibilidade de avanço na carreira profissional e acadêmica.

Em janeiro de 2011, fui eleita e assumi a coordenação do curso de História da UEG, campus de Anápolis, onde atuo desde então na coordenação do curso e na docência de Políticas Educacionais e Sociologia.

Embora a minha trajetória na UEG tenha começado em 1998 na Unidade de Pires do Rio como professora de contrato temporário, foi a trajetória como professora efetiva que me incitou a questão da importância dos movimentos sociais no processo de construção e consolidação da UEG. Os movimentos nas unidades da capital Goiânia e em Anápolis ocorriam com maior frequência e maior adesão de alunos, professores e funcionários. Sempre participei de todos, pois acredito que a participação e a luta por melhores condições de trabalho fazem parte da formação continuada do professor. As lutas sociais são os meios possíveis para que possamos realizar as nossas “utopias”.

O Dinter, Doutorado Interinstitucional em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, possibilitou-me a continuidade do percurso até aqui apresentado. Desse modo, busca-se, ao longo desta tese, compreender de que maneira os movimentos sociais influenciam o processo de

construção e organização da Universidade Estadual de Goiás, bem como a práxis educativa inerente aos movimentos sociais nessa universidade.

Existem vários estudos relevantes sobre a UEG, entre eles o de Limonta (2009), Carvalho (2013), mas nenhum com esta temática: Movimentos sociais e práxis educativa na construção da Universidade Estadual de Goiás.

A educação configura-se como espaço de construção da mudança e o educador faz-se instrumento na construção de uma sociedade na qual educação seja direito social e não mercadoria, em face da lógica da sociedade capitalista. Segundo Manacorda (1991), educar e ensinar é muito mais do que preparar para um emprego, é construir, é formar o homem em todos os seus aspectos, em sua totalidade, é construir o homem onilateral.

A história da UEG é marcada por mobilizações que apresentam as mais diversas demandas, desde concursos para a composição do corpo docente, técnico-administrativo, plano de carreira, até a construção de prédios para o funcionamento das unidades, lanchonetes, restaurantes universitários, bibliotecas, bolsas de pesquisa.

Portanto, a pesquisa realizada permite desvelar a práxis educativa inerente a essas mobilizações, forjada na luta por direitos fundamentais, como salário compatível, plano de carreira, boas instalações físicas no ambiente de trabalho para professores, alunos e funcionários, numa relação muitas vezes desqualificada pelo “modelo societário” capitalista (MÉSZÁROS, 2006), no qual a UEG foi construída e até mesmo desconstruída. Pesquisar este tema é uma oportunidade para a reavaliação de todo o processo de construção e desconstrução, avanços e retrocessos, vivido pela UEG e seus atores sociais.

Assim, faz-se necessário pensar o papel histórico da universidade e o papel que o mercado deseja para ela, a “Universidade operacional” nos termos de Marilena Chauí (1999). Segundo a autora, a Reforma do Estado reorganiza as atividades estatais e neste caminho neoliberal transforma direitos em serviços. Essa mudança leva “naturalmente” ao encolhimento do Estado e ao crescimento do mercado, que é percebido na ótica neoliberal como agente do bem-estar social.

A universidade, nessa perspectiva, passa por processos de flexibilização, avaliação e “autonomia”, porém, uma autonomia condicionada a metas, indicadores e captação de recursos de outras fontes que estabelecem parcerias com empresas

privadas, ao se render à lógica da produtividade, pautada pelos parâmetros quantidade, tempo e custo.

Na perspectiva do mercado, a universidade passa de instituição social para organização social. A instituição social aspira à universalidade, enquanto a organização social aspira competir e ser competitiva, vencer seus adversários. Conforme destaca Chauí (1999, p. 3-4):

Adaptando-se às exigências do mercado, a universidade alterou seus currículos, programas e atividades para garantir a inserção profissional dos estudantes no mercado de trabalho, separando cada vez mais docência e pesquisa. Neste modelo de universidade a arte de ensinar é entendida como transmissão rápida de conhecimentos úteis e funcionais que atendam ao mercado, preparando alunos para o processo de recrutamento e seleção. Desapareceu, portanto, a marca essencial da docência: formação. [...] A universidade operacional não forma e não cria pensamento, despoja a linguagem de sentido e densidade, [...] anula toda pretensão de transformação histórica como ação consciente dos seres humanos em condições materialmente determinadas.

Parte-se, então, da premissa de que existem movimentos de resistência a esta lógica de educação como serviço no âmbito dos movimentos que entendem a educação como direito social e, portanto, a universidade como espaço de construção e difusão de conhecimento e não como uma fábrica de pesquisa, ensino e extensão em massa. A universidade não pode ser vista como uma fábrica, em que professores-pesquisadores sejam considerados operários, apresentando, sob essa lógica, seus produtos no tempo do mercado. E esse tempo, na maioria das vezes, é insatisfatório para a maturação do conhecimento.

A pesquisa realizada para fins desta tese pretendeu identificar e analisar dados e fatos que ainda são pouco conhecidos e, nessa esfera, talvez permanecessem nebulosos e precisassem ser analisados à luz da ciência. Isso porque “Os movimentos sociais oferecem uma perspectiva desafiadora e produtiva até mesmo no momento de refluxo das lutas sociais, ajudando a compreender melhor a sua natureza e as lutas que eles transportam” (CRUZ, 2004, p. 179).

Os movimentos sociais na UEG acontecem em um movimento dialético, pois avançam, ampliam de acordo com as demandas, a necessidade de se organizar e resistir frente aos desafios propostos, ou encolhem à medida que os elementos geradores do conflito desaparecem ou diminuem em intensidade, em uma dinâmica de avanço e retrocesso.

A proposta de estudar os movimentos sociais no interior da UEG destina-se, ainda, a descobrir os nexos entre os movimentos sociais e a sociedade, por acreditar que estes trazem, em si, uma energia criadora, propulsora da mudança, de uma força motriz que embala, envolve, anima e faz crer que a mudança é possível, que os direitos devem ser conquistados, alcançados. Os movimentos apontam um novo caminho, um novo ser, forjado na luta, na defesa dos direitos e das utopias.

Essa força se fez presente na UEG em vários momentos de sua história e dois deles merecem maior destaque por evidenciarem a ideia exposta: o Fórum de Defesa da UEG, criado em 2006, e o Mobiliza UEG, organizado em 2013. O Fórum de Defesa da UEG foi um movimento que surgiu da necessidade de professores e alunos contraporem-se a outra associação de professores da UEG, a Aduég – Associação dos Docentes da UEG.

Os professores, em abril de 2006, acreditavam que essa associação não os representava diante do governo e da reitoria, ao considerá-la “pelega”¹ e, por esse fato, incapaz de representar os interesses dos professores. Naquele período, 2006, houve outro agravante: o quadro docente da UEG em sua maioria era composto por professores temporários, um elemento que dificultava as greves e manifestações. Assim a participação dos alunos no Fórum foi muito importante uma vez que estes de certo modo com uma participação ativa, possibilitava aos professores serem “poupados” do desgaste, em função da condição de fragilidade em que estes se encontravam naquele momento.

O Fórum esteve à frente de várias mobilizações realizadas na UEG, tais como greves, manifestações de rua, ocupação da reitoria, acampamento em frente ao Palácio das Esmeraldas, a sede do governo estadual, mas, segundo os documentos analisados no desenvolvimento desta pesquisa, o Fórum, a partir de 2010, começou a sofrer um desgaste. Isso porque alguns de seus membros foram cooptados e abandonaram o movimento ou começaram a encaminhar uma postura mais submissa ao governo e à reitoria. O processo de cooptação dos foristas aconteceu a partir da ocupação de cargos na reitoria por membros do Fórum, porém, processos dessa natureza são comuns com sindicalistas, visto que isso já havia ocorrido com

¹ “Termo utilizado para designar o dirigente sindical que defende as orientações do Ministério do Trabalho entre a classe trabalhadora, cumprindo assim o papel de intermediário entre os sindicatos e o governo. [...] Muitas vezes, a designação pelego é atribuída aos dirigentes das federações e confederações sindicais, que têm acesso direto ao Ministério do Trabalho e vivem à sua sombra (FGV CPDOC). Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/produção/dossies/AEraVargas1/glossário/pelego>>. Acesso em: 31 out. 2018.

os membros da Aduieg. A análise dos documentos, ao longo deste trabalho, apresentará esse processo de cooptação.

Alguns membros do Fórum, descontentes com esta postura, fundaram, em 2013, outro movimento, o Mobiliza UEG, ao conclamarem os professores, alunos e servidores à luta pelos mesmos objetivos.

Então, a partir de 2013, as manifestações passaram a ser lideradas pelo Mobiliza UEG, que se apresentava como um movimento livre, em que todos lideravam. Sendo assim, a análise aqui entabulada pretende compreender esses movimentos, sua estrutura e sua importância como práxis educativa na UEG, bem como a importância dos referidos movimentos na constituição dessa instituição de ensino superior.

A universidade constitui-se *locus* privilegiado de propulsão do conhecimento e, em muitos casos, do movimento de mudança. Acredita-se, pois, em um movimento contínuo que se constrói na relação universidade/sociedade, na construção de movimentos de resistência em relação às diversas formas de dominação.

Nessa perspectiva, é importante pensar, refletir sobre o sentido dos movimentos postos para esta pesquisa. Scherer-Warren (2014, p. 18) abre a discussão sobre a complexidade do conceito de movimentos sociais e sua importância:

Não há, todavia, um acordo sobre o conceito de movimento social. Para alguns, toda ação coletiva com caráter reivindicatório ou de protesto é movimento social independente do alcance ou do significado político ou cultural da luta.

Segundo Scherer-Warren (2014), a definição de movimentos sociais passa por questões históricas. Em cada momento, em função do que os teóricos priorizam, há preponderância de uma determinada teoria, que tende do macro ao micro, e, ainda, a diferenciação entre velhos e novos movimentos sociais. E isso é o que se pretende realizar ao longo deste trabalho.

Desse modo, pesquisar a temática dos movimentos sociais na UEG e o processo educativo, além de descortinar este fenômeno que carece de mais estudos, ainda se configura como uma possibilidade de reavaliar e revitalizar a pesquisa sobre movimentos sociais contemporâneos e a relação entre movimentos sociais e educação na atualidade. A pesquisa amplia a discussão em torno do

debate sobre “velhos” e “novos” movimentos sociais, discussão recorrente na literatura consultada para fins da construção deste estudo.

Matriz metodológica

A construção de um trabalho de pesquisa fundamenta-se necessariamente em postulados teóricos e metodológicos. Sendo assim, a elaboração deste estudo está pautada em teóricos que serão apresentados ao longo desta tese. Porém, o fio condutor de uma pesquisa é o método de análise, o modo como o trabalho se constitui, a operacionalização do projeto.

A escolha do método é um processo complexo, visto que exige uma maturidade do objeto e uma relação profícua entre os dois: objeto e método. Sendo assim, o método que possibilitou o desenvolvimento desta pesquisa foi aquele que permitiu a reflexão, o pensar relacional, objetivo e subjetivo, o *modus operandi*.

A prática relacional, encontrada em Pierre Bourdieu, foi o caminho metodológico adotado, que permitiu compreender a relação entre os movimentos sociais e a práxis educativa; entender como o sujeito se apropria do conhecimento e o reelabora de forma subjetiva ao ponto de este se constituir fermento para mobilizar o sujeito a lutar por mudanças no mundo objetivo. A participação gera aprendizagem e a aprendizagem, num ato relacional, gera mobilização para a ação. Segundo Bourdieu (2001), as mudanças são frutos das mobilizações sociais, da capacidade que o sujeito apresenta de modificar o campo no qual está inserido.

A opção por Pierre Bourdieu como orientação analítica, para fins de desenvolvimento da pesquisa nesse âmbito, ocorreu também em função da atualização que esse autor fez dos “pais fundadores da sociologia” (Durkheim, Marx e Weber) (ORTIZ, 1983, p. 38). Acredita-se que Pierre Bourdieu apresentou uma construção capaz de explorar as teorias propostas pelos fundadores da sociologia de modo a integrá-las confrontando-as, sem perder a especificidade que cada teórico em particular apresenta. Este é, sem dúvida, um dos maiores legados desse autor e que nos possibilitou travar uma relação complexa, profícua e madura com o objeto a ser analisado.

O conhecimento profundo dos fundadores da sociologia, segundo Oliveira e Pessoa (2013), possibilitou a este autor a construção dos conceitos básicos que norteiam o método e a teoria elaborada por ele. Alguns conceitos basilares e

categorias forjadas por Bourdieu, tais como violência simbólica, *habitus*, campo, totalidade, historicidade, demonstram claramente a influência da sociologia clássica em seus construtos. Mas, por outro lado, como demonstram Oliveira e Pessoa (2013), Pierre Bourdieu rompe com o peso da tradição e cria uma nova perspectiva de análise, que se configura numa

[...] síntese crítica, criativa e inovadora aos modelos existentes. Ele critica e mostra as lacunas, as limitações, a parcialidade e os avanços dos paradigmas e métodos científicos existentes, mas também articula, supera e cria um modo próprio de entender os mecanismos que movem o mundo social, que produzem a violência simbólica, na relação estrutura-agente social, desvelando relações de dominação até então não percebidas nas suas teias de poder cotidiano – relações de transmissão de um arbitrário cultural dominante, presente nas instituições primárias, como famílias, escolas, igrejas, e, ainda em outras instituições e campos sociais (OLIVEIRA; PESSOA, 2013, p. 21-22).

A perspectiva de análise que Bourdieu apresenta permite inferir alguns procedimentos metodológicos possíveis para fins da pesquisa no campo dos movimentos sociais. Pensar relacionamente os agentes no campo dos movimentos sociais permitirá compreender a relação entre os indivíduos no processo de constituição e organização dos movimentos constituídos na Universidade Estadual de Goiás, em especial O Fórum de Defesa da UEG e o Mobiliza UEG.

A análise praxiológica apresenta-se, pois, como um caminho possível para que seja possível desvendar a relação entre professores, alunos e funcionários em um movimento de autoeducação. Pretende-se, sob essa perspectiva de análise, apreender as relações que se constroem, as lideranças que surgem numa práxis relacional, o capital simbólico constituído nas disputas, e ainda como cada agente apropria-se do poder.

Portanto, a análise será processada numa perspectiva praxiológica, com o objetivo central de compreender a práxis educativa presente no movimento social e as possibilidades educativas que criam e recriam sujeitos capazes de lutar e constituir um novo *habitus*, capaz, por sua vez, de transformar os agentes em luta e criar novos, num determinado campo.

Estrutura da tese

A estruturação desta tese dar-se-á a partir de quatro capítulos. O capítulo inicial busca compreender a criação e o desenvolvimento da instituição universitária

no Brasil, bem como o contexto no qual ocorreu a criação das universidades estaduais e, em especial, o cenário que favoreceu a reunião das Faculdades Isoladas em Goiás e a criação da Universidade Estadual de Goiás. Pretende-se ainda apresentar e analisar os antecedentes históricos e o desenvolvimento institucional da UEG.

O segundo capítulo aborda os movimentos sociais e a perspectiva de análise desses movimentos na literatura sociológica clássica e contemporânea, e a transição entre velhos e novos movimentos sociais. Há, em seguida, uma reflexão acerca da organização social e dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo.

O terceiro capítulo privilegia a análise da relação entre educação, movimentos sociais e Estado, bem como a contribuição dos intelectuais para o processo de organização dos movimentos sociais na perspectiva de contraposição à ordem neoliberal, em uma proposta relacional. Objetiva-se realizar uma análise com base na teoria da práxis bourdieusiana. Na sequência, busca-se analisar a questão da cidadania e sua constituição e o modo peculiar como esta categoria se desenvolve no Brasil.

O quarto capítulo apresenta uma análise acerca da relação entre movimentos sociais, cidadania e práxis educativa na UEG. Pretende-se, desse modo, descortinar os nexos entre universidade, conhecimento, movimentos sociais e práxis educativa, tendo como foco de análise os movimentos sociais constituídos no interior da UEG desde sua fundação em 1999 até 2015.

A análise pretende demonstrar que a participação no movimento social educa e possibilita o surgimento de um novo homem, capaz de ser sujeito de sua própria história.

CAPÍTULO I

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS: ANTECEDENTES, CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Este primeiro capítulo apresenta uma análise acerca da constituição da universidade e seu desenvolvimento no Brasil. Nesse sentido, busca-se compreender a criação da Instituição Universitária no Brasil, assim como o contexto no qual ocorreu a criação das universidades estaduais e em especial o cenário que favoreceu o surgimento da UEG, seus antecedentes e o desenvolvimento institucional.

1.1 A CONSTITUIÇÃO DA UNIVERSIDADE: EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO

A universidade, não só no Brasil, mas em todo o mundo, tem sido objeto de pesquisas. Pensadores das mais distintas áreas do saber, munidos cada qual com suas ferramentas e suportes teóricos e a partir de diferentes concepções ideológicas e culturais, têm se debruçado sobre sua constituição, desenvolvimento, expansão, e sobre as contradições inerentes ao seu fazer concreto nas diferentes realidades sociais.

Considerando as particularidades regionais, o aumento das matrículas no ensino superior tem ocorrido em quase todos os países do mundo. Conforme Silva (2008), há um consenso, por parte dos estudiosos em educação superior, de que a maioria das sociedades contemporâneas tem experimentado um aumento na demanda por esse nível de ensino, o que possibilita uma transição de um sistema de ensino elitista para um sistema de ensino de massa.

Esse processo de massificação pode ser entendido como resultante de um aumento de oportunidades de ingresso e permanência nesse nível de ensino, o que mudou drasticamente o perfil dos alunos, dos professores e do cotidiano da universidade contemporânea. Como há uma flexibilização no processo de seleção de alunos, os processos de ensino-aprendizagem se diversificaram e as condições de trabalho docente têm sido sistematicamente precarizadas.

As mudanças de caráter econômico, social e cultural que afetam a educação estão imbricadas ao processo de globalização, que afeta o mundo do trabalho, as

comunicações. A globalização, cujo termo possui vários significados e implicações, é um fenômeno marcado pela integração do mercado mundial, fazendo com que as fronteiras que separam o local e o regional tornem-se fluidas.

A globalização, um processo multifacetado, interfere, envolve e redefine praticamente todas as esferas da sociedade contemporânea, como um processo amplo que engloba as esferas políticas, econômicas. Mas, ao mesmo tempo em que promove integração, gera exclusão.

Os processos de globalização, de modo geral, vêm acompanhados de políticas neoliberais, que implicam mudanças profundas nos sistemas educacionais. As universidades passam a ser regidas pela lógica do lucro, a educação transforma-se em mercadoria, os alunos em clientes e os professores em empregados que devem corresponder às expectativas dos alunos. A estabilidade no emprego e o sucesso profissional passam a depender da capacidade do professor de agradar a seus clientes/alunos, que sempre condicionam a satisfação à nota que lhes é atribuída.

No cenário atual da mercantilização da educação, esta se insere na lógica do mercado de franquias de programas educacionais da educação básica à pós-graduação. Desse modo, as instituições que desfrutam de prestígio estabelecem contratos de vendas de franquias que, por sua vez, passam a constituir uma nova fonte de recursos para empresas educacionais.

Os sistemas educacionais na sociedade contemporânea passam a estabelecer uma imbricada relação com o desenvolvimento econômico, ao induzirem investimentos em pesquisa científica e tecnológica. Promove-se, assim, um estreitamento de relações entre a produção acadêmica e a produção de novas tecnologias para a indústria, ao gerar investimento e contratos de prestação de serviço entre universidades e empresas.

A universidade, nessa perspectiva, passa por processos de flexibilização, avaliação e “autonomia”, porém, uma autonomia condicionada a metas, indicadores e captação de recursos de outras fontes ao estabelecer parcerias com empresas privadas, ao se render à lógica da produtividade, pautada pelos parâmetros quantidade, tempo, custo e geração do próprio custeio. Trata-se, portanto, de uma autonomia dirigida, ou seja, de uma pseudoautonomia – autonomia desde que seja para estreitamento de relações com o mercado.

Neste cenário os movimentos sociais apresentam-se como um espaço de luta necessário ao desenvolvimento da universidade, considerando-a como *lócus* que privilegie o conhecimento, a pesquisa, enfim, a ciência, e não apenas as demandas do mercado.

1.2 OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

As primeiras universidades latino-americanas remontam ao século XVI, resultam de processos de contrarreforma empreendidos pelas ordens religiosas. Na perspectiva de Silva (2008, p. 61-62):

[...] o modelo implantado foi o da universidade medieval, à época da fundação de Havard (1636) nos Estados Unidos, sob a forma de *college*, já havia treze universidades na América Espanhola. Em 1822, ano da proclamação da independência brasileira, já se contavam mais de vinte universidades em solo latino-americano, nenhuma delas, no entanto, em solo brasileiro. [...] A partir dos processos de independência e formação dos Estados nacionais o sistema de educação superior latino-americano experimentou uma significativa expansão. Mas acompanhando o cenário internacional, foi a segunda metade do século XX que marcou a expansão desse nível de ensino na América Latina.

Desse modo, o processo de desenvolvimento da universidade na América Latina é, portanto, tardio e a criação de universidades no Brasil é um tanto mais lento do que na América Latina como um todo. Carvalho (2017) apresenta este desenvolvimento tardio como resultante de um processo múltiplo, que está associado à resistência de Portugal em promover a independência do Brasil, por considerar a colônia uma economia complementar à da Metrópole, que se interessava apenas pela exploração do latifúndio e do trabalho escravo. Acresce-se, nesse retardo, que a própria população brasileira da época não via necessidade de criação de universidades no país na situação de colônia, visto que, de modo geral, os filhos das classes mais abastadas realizavam seus estudos superiores na Europa.

Os processos educacionais no Brasil passam, necessariamente, pela compreensão das especificidades da colonização portuguesa, marcada por processos contraditórios. Sérgio Buarque de Holanda (1963) afirma que a colonização brasileira foi realizada com certo desleixo e abandono. Assim, a colônia foi apenas um lugar de passagem para os portugueses, mas, por outro lado, houve

um controle rígido tanto por parte da Coroa Portuguesa quanto por parte da Igreja sobre as ideias e o pensamento que circulavam no Brasil colonial.

Acrescido a isso, houve uma forte vigilância sobre a produção intelectual por meio do controle e restrição na circulação de livros e ainda a proibição de tipografias. E isso dificultava o florescimento da educação superior no Brasil.

O cenário só se tornaria favorável ao desenvolvimento da educação superior no Brasil com a chegada de Dom João VI e a transferência da Corte de Portugal para o Brasil em 1808, já no final do período colonial. Antes desse período, não havia desenvolvimento de estudos universitários no país, uma vez que os filhos da elite brasileira geralmente estudavam Direito em Coimbra, na metrópole portuguesa (SILVA, 2008).

A criação da primeira universidade no Brasil só ocorreu em 1909, fruto do ciclo da borracha: a Universidade de Manaus, cuja fundação ocorreu com o apoio do governo que cedeu as instalações físicas e colaborou para as despesas. Segundo Fávero (2010), essa instituição não resistiu à crise da borracha e dissolveu-se em 1926, ao se fragmentar em faculdades isoladas. Em 1912, foi criada a Universidade do Paraná, mas esta também não se manteve.

Em 1920, fundou-se no Brasil a Universidade do Rio de Janeiro, sendo de fato a primeira universidade a se consolidar em território brasileiro, como resultado da união de faculdades isoladas já existentes, constituindo-se modelo para a criação das primeiras universidades deste país. Esse modelo, segundo Carvalho (2017), também foi adotado pelo estado de Goiás para a criação da Universidade Estadual de Goiás. Porém, é necessário compreender o processo de expansão da educação superior no Brasil e em que medida o desenvolvimento educacional impacta a democratização, ou seja, o acesso ao ensino em todos os níveis. A história educacional no Brasil é marcada por avanços e retrocessos, conforme será visto a seguir.

A expansão da educação no Brasil está atrelada às necessidades de mão de obra apresentadas pelo mercado. Na década de 1930, o debate sobre as questões educacionais ganha relevo devido ao processo de industrialização, que carecia de mão de obra qualificada: ao menos ler, escrever e fazer cálculos.

Na esteira do desenvolvimento da educação básica, o ensino superior também sofreu alterações. Inicialmente, em 1938, a União passou a ser responsável pela manutenção da Universidade do Brasil, criada em 1937, ao ficarem os estados

responsáveis pelas demais instituições de ensino superior. Seguindo esse processo, foram criadas as universidades estaduais em São Paulo, a Universidade de São Paulo (USP), no Rio Grande do Sul, na Bahia, Paraná, Pernambuco, Paraíba e Juiz de Fora (CARVALHO, 2017).

Entre os anos de 1940 e 1960, as instituições de ensino superior estaduais começaram a apresentar dificuldades de manutenção e consolidação como universidades. De acordo com Carvalho (2017, p. 23):

Com a federalização das IES estaduais e privadas, promovida pelo governo federal, o contexto histórico das universidades estaduais sofre significativa alteração pois com exceção da Universidade de São Paulo, todas as demais universidades criadas ao longo dos anos 30, 40 e início dos anos 50 foram federalizadas no decorrer da década de cinquenta.

A terceira fase desse processo ocorreu com o retorno da expansão das universidades estaduais e o fim do processo de federalização. Ainda segundo Carvalho (2017, p. 23):

O processo de federalização do ensino superior só foi contido com a criação do Conselho Federal de Educação em 1962, que defendia o fim das federalizações e a expansão do número de vagas nas instituições federais públicas já existentes.

Nesse contexto, ocorreu a criação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Estadual Paulista (Unesp) e, ainda, das universidades do Paraná, Universidade Estadual de Londrina, Universidade Estadual de Ponta Grossa, e da Universidade Estadual do Ceará (CARVALHO, 2017).

O estado Goiás também participou desse processo de desenvolvimento do Ensino Superior. Na origem da Universidade Estadual de Goiás, está a Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis, a primeira faculdade estadual em território goiano, fundada em 1961, em seguida tem-se a fundação da Escola Superior de Educação Física do Estado de Goiás (Esefego). Na década de 1990, ocorreu a criação da Uniana – Universidade Estadual de Anápolis - e no ano de 1999, com a união de todas as faculdades isoladas, foi criada a Universidade Estadual de Goiás.

1.3 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS: ANTECEDENTES, CRIAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS

A compreensão dos movimentos sociais passa necessariamente pela compreensão da própria história desta instituição. A história da criação da UEG, de acordo com Limonta (2009), é uma resposta a antigas mobilizações de diversos segmentos e atores sociais, que têm suas primeiras manifestações expressas na década de 1940.

A UEG se estabelece como instituição de ensino superior no final da década de 1990, porém, politicamente, sua criação foi colocada em pauta muito antes. Pode-se verificar parte desse processo por meio do Parecer n.º 947, de 2 de setembro de 1993, do Conselho Estadual de Educação de Goiás:

Inúmeras iniciativas legislativas de criação de uma Universidade Estadual emergiram a partir da década de 1940 sem que ultrapassassem os limites formais das leis que as criaram. Senão vejamos: Lei nº 192, de 20 de outubro de 1948, cria Universidade do Brasil Central; Lei nº 6.770, de 10 de novembro de 1967, cria a Universidade Estadual de Anápolis; Lei nº 8.613, de 20 de abril de 1979, cria a Universidade Rural do Estado de Goiás, com Campus em 10 cidades do interior goiano; Lei nº 8.772, de 15 de janeiro de 1980, autoriza a criar Universidade do Estado de Goiás, com sede em Anápolis (CEE apud LIMONTA, 2009, p. 47).

A primeira instituição de ensino superior estadual foi a Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis (Facea), criada por meio da Lei Estadual n.º 3.430, sancionada em 5 de julho de 1961, mas implantada oficialmente somente no dia 6 de maio de 1962. A Facea oferecia, inicialmente, apenas o curso de Ciências Econômicas.

Conforme Limonta (2009), a reforma universitária proposta pela Lei n.º 5.540, de 2 de novembro de 1968, propiciou a criação de faculdades isoladas no estado de Goiás, mas o projeto de universidade continuava como uma utopia a ser alcançada. Esse projeto foi retomado em 1987 por meio de um seminário sobre a questão do ensino superior em Goiás. Durante esse evento, o movimento estudantil organizado pela União dos Estudantes Secundaristas e os professores das faculdades isoladas realizaram manifestações que reivindicavam a interiorização do ensino superior em Goiás.

A pressão das manifestações de professores e alunos ocorrida durante aquele seminário constituiu, assim, uma antecipação da importância da organização

da sociedade civil, via movimentos sociais, como instrumento de reivindicação do que veio a ser, posteriormente, a UEG.

Ainda segundo a autora, naquele mesmo ano, o então governador do Estado, Sr. Henrique Santillo, por meio do Decreto n.º 2.814, de 8 de setembro de 1987, determinou a instituição de uma comissão para estudos preparatórios para a criação e implantação da Universidade Estadual de Anápolis.

É possível estabelecer, desse modo, estreita relação entre os movimentos organizados e a ação do poder político instituído, pois o movimento de professores e alunos tem como resposta do poder público um decreto que instituiu uma comissão que objetivava estabelecer um estudo visando à implantação de uma universidade no estado de Goiás. Verifica-se, assim, uma série de nexos entre movimentos sociais e o processo de organização e institucionalização da UEG.

Em 1990, a Facea foi transformada em Universidade Estadual de Anápolis (Uniana), por meio da Lei Estadual n.º 3.355, embrião político e pedagógico da futura UEG (LIMONTA, 2009).

Em 16 de abril de 1999, por força da Lei n.º 13.456, a Uniana foi transformada em Universidade Estadual de Goiás, juntamente com outras 13 faculdades estaduais isoladas², que formaram então uma única instituição estadual de ensino superior, denominada de Universidade Estadual de Goiás.

Com a criação da Universidade Estadual de Goiás, verificou-se que os atores, tanto professores quanto alunos da Esefego, da Uniana e das outras faculdades isoladas, foram mantidos. Porém, a instituição passou por um processo expressivo de mudança, alçada que foi à condição de universidade.

Assim, sua missão foi redefinida, novas UnUs – Unidades Universitárias foram criadas e a infraestrutura ampliada para possibilitar a expansão e a interiorização da formação superior no estado de Goiás, em especial a formação de

² A UEG foi fundada em 16 de abril de 1999 pelo Decreto-lei n. 13456, publicado no DOE-GO de 20 de abril de 1999, resultante da fusão das faculdades isoladas que existiam até então. Essas faculdades isoladas foram criadas pelos governadores: Iris Rezende Machado e Henrique Antônio Santillo. E Marconi Perillo, pelas suas atribuições de governador, fundou a UEG. Eram 13 as faculdades isoladas: Uniana – Universidade Estadual de Anápolis; Esefego – Escola Superior de Educação Física e Fisioterapia de Goiás; Faficigo – Faculdade de Filosofia da Cidade de Goiás; Feclita - Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Itapuranga; Famunsa – Faculdade Municipal de Sanclerlândia; Facipo – Faculdade de Ciências Humanas e Letras de Posse; Feclip – Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iporá; Famunport – Faculdade Municipal de Porangatu; Fecleq – Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Quirinópolis; Felsl – Faculdade de Educação de São Luís de Montes Belos; Faechaja – Faculdade Estadual de Ciências Humanas e Exatas de Jaraguá; Feclu – Faculdade de Ciências e Letras de Uruaçu. Disponível em: <<http://www.posse.ueg.br/index.php/a-universidade/historico-da-universidade>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

professores. A instituição passou a ser o *locus* privilegiado da expansão dos cursos de licenciatura em Goiás, seja no ensino regular ou por meio da Licenciatura Plena Parcelada³, que se desenvolveu em diversas unidades da então criada Universidade Estadual de Goiás.

Os cursos foram criados com o intuito de atender à LDB 9394/96, que, nos seus artigos de 61 a 67, dispõe sobre a formação de professores, bem como o prazo para que os estados e municípios se adequassem à lei. Nesse sentido, a UEG estabeleceu parcerias entre municípios no sentido de promover a formação dos professores da rede pública de ensino básico de Goiás. Conforme Dourado (2011, p. 55):

Dadas as múltiplas interfaces, a política educacional sofre injunções das estruturas políticas, econômicas e sociais, em cada espaço-tempo. Repensá-las implica repensar o Estado brasileiro, suas lógicas, nexos e dinâmicas, com vistas a aprimorá-lo, avançando para uma concepção ampla de Estado, que traduza a correlação de forças entre sociedade civil e política, o que, no caso brasileiro, implica significativos avanços da participação social.

Os avanços sociais, historicamente, constituem-se conquistas sociais. Em cada tempo, a participação da sociedade civil reveste-se de uma nova roupagem na busca por caminhos pelos quais se possa enfrentar conflitos e dilemas e, à sua maneira, é assim que se podem caracterizar os atores envolvidos no processo de construção da sociedade brasileira.

Na sociedade goiana, seguindo esse mesmo percurso, educadores e trabalhadores da educação pública de modo geral têm se organizado. Embora esta organização seja muitas vezes insuficiente, citam-se, neste texto, alguns exemplos de que as lutas sociais impulsionam as ações do poder público. Intenta-se com a pesquisa realizada, focalizada nos movimentos sociais, seus atores e suas repercussões no interior na Universidade Estadual de Goiás, corroborar a hipótese de que os movimentos sociais foram e ainda são fundamentais na construção de uma sociedade justa e com oportunidades efetivas para a maioria da população.

³ A Licenciatura Plena Parcelada é oriunda do Programa Universidade para os Trabalhadores da Educação. De acordo com Arantes (2006, p. 73), “a UEG/LPP formou 21.730 alunos nos vários cursos de Pedagogia, Geografia, Biologia, Química, História, Matemática, Letras e Educação Física, oferecidos até os anos de 2005”.

A UEG resultou de um processo de lutas, mas, ao longo de sua constituição, elegeu outros objetivos à medida que muda sua estrutura, ao assumir as características de instituição *multicampi*, pública e gratuita.

Desde a sua origem, a UEG apresenta fragilidades acadêmicas, pedagógicas, políticas, financeiras e administrativas, conforme análise de Abreu Júnior (2017). No que diz respeito à questão pedagógica, verificou-se que um grande número de professores da instituição era constituído por temporários, o que provocava uma grande rotatividade do quadro docente, devido à instabilidade e aos baixos salários pagos a todos os servidores. A tabela nº 1 apresentada abaixo mostra a realidade de composição do corpo docente e a situação que ainda persistia até 2013:

Tabela 1 - Distribuição dos professores por titulação e classe funcional da Universidade Estadual de Goiás

Titulação	Efetivo/Concursado		Contrato Temporário		Total	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Pós-Doutor	36	1,7	0	0	36	1,7
Doutor	174	8,0	22	1,0	196	9,0
Mestre	438	20,2	183	8,4	621	28,7
Especialista	179	8,3	876	40,4	1.055	48,7
Graduado	0	0,0	258	11,9	258	11,9
Total	827	38,2	1.339	61,8	2.166	100,0

Fonte: Gerência de Recursos Humanos da UEG/ Coordenação de Avaliação e Gestão de pessoas em 25/01/2013 (apud CARVALHO, 2017).

Outro grave problema que a UEG enfrentava em sua origem, e ainda enfrenta em algumas unidades, de acordo com a análise de Abreu Júnior (2017), é a insuficiência da infraestrutura, que afeta o funcionamento de bibliotecas, laboratórios, bem como salas de aula, muitas vezes em condições inapropriadas para o ensino. As instalações da UEG, em alguns campus, ainda não são próprias e nesses casos a universidade funciona em prédios alugados ou cedidos.

Acrescendo-se aos fatores já mencionados, a estrutura que se esperava de uma universidade, baseada em ensino, pesquisa e extensão, o tripé no qual se deve ancorar uma instituição universitária, apresentava-se, na criação da UEG, de forma muito precária. Na grande maioria das unidades, desenvolviam-se apenas atividades de ensino; extensão e pesquisa eram desenvolvidas em pouquíssimas unidades,

tais como: Eseffego (Goiânia) e CET e Unucseh (Anápolis). A análise de Dourado e Oliveira (2001, p. 77-78) apresenta pontos importantes do processo de criação da UEG e da LDB no que concerne à educação superior em Goiás:

No âmbito estadual, de 1998 para o início do ano letivo de 2000, houve um incremento substantivo passando, respectivamente, de 13 faculdades para 25 “unidades universitárias”. Esse crescimento vinculou-se à Reforma Administrativa, implementada pelo governo estadual, ao criar a Universidade Estadual de Goiás (UEG). É oportuno situar que o processo expansionista estadual tem-se efetivado, historicamente, sem as condições básicas para o funcionamento das IES, no que tange à infraestrutura física adequada, contratação e carreira docente, bibliotecas e laboratório. [...] Dois temas, também, ganharam especial atenção no capítulo sobre a educação superior na LDB de Goiás, ou seja, o plano de carreira, capacitação e vencimentos do magistério público superior em Goiás (art. 77 e 78) e a gestão democrática nas instituições que integram o sistema estadual (art.79). Isso se deveu aos inúmeros problemas enfrentados pelos docentes nessas duas matérias, sobretudo no que se refere à ingerência política, à insegurança profissional e à gestão do tipo autoritário. Assim, esses dois temas são tratados em consonância com os princípios e diretrizes fundamentais do movimento docente e da comunidade científica, em geral, e com a ideia de melhorar a qualidade acadêmica das instituições existentes, para permitir a sua integração sob a forma de centro universitário ou universidade estadual.

As irregularidades que podem ser verificadas no processo de constituição da UEG provocaram a indignação de professores, alunos e servidores técnico-administrativos que se mobilizaram e denunciaram a realidade uegeana, marcada pelo autoritarismo, clientelismo e ingerências políticas e financeiras. Matéria publicada no jornal *O Popular*, de 06/10/2008 (fonte TCE)⁴, apresenta questionamentos sobre essas irregularidades detectadas na UEG:

São várias as irregularidades constatadas na folha de pessoal da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Uma delas chamou a atenção da equipe de inspetores do Tribunal de Contas do Estado (TCE) que auditou a folha de março de 2007. Naquele mês, a universidade atrasou o recolhimento de R\$ 525,4 mil ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) referentes à folha de pessoal. Por causa do atraso, uma multa de R\$ 38 mil foi paga ao INSS. [...] “Se houvesse controle e planejamento, os recursos poderiam ser carreados para suprir a deficiência crônica de equipamentos nos diversos setores da universidade”. Além de atrasos no repasse ao INSS, a auditoria identificou “vantagens anômalas” no pagamento de salários a servidores que ocupam cargos de chefia. As vantagens não se enquadrariam nem como pagamentos adicionais nem como gratificações. [...] A origem dessas vantagens ilícitas, segundo a inspeção, estaria no excesso de servidores temporários e comissionados na UEG, prática já condenada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em outras apreciações. [...] o relatório do TCE sugere a extinção de pelo menos 4 das 42 unidades da UEG, por estarem próximas de unidades existentes em cidades vizinhas. Também é proposta a extinção

⁴ Os dados apresentados na matéria publicada no jornal citado acima trazem como fonte o TCE.

de alguns Cursos de graduação, pelo fato de terem baixa procura no vestibular.

Na história e constituição da UEG, aparecem traços bastante acentuados de clientelismo e patrimonialismo, visto que em diversas situações é possível verificar nessa instituição o uso do bem público com a finalidade de beneficiar pessoas e ou grupos específicos em detrimento do interesse da maioria da sociedade. Tais afirmações podem ser corroboradas pelo Parecer do Ministério Público de Goiás:

- [...] 30. Somente a primazia de uma vetusta cultura patrimonialista é capaz de justificar a omissão na realização de concurso público para provimento dos cargos vagos; essa primazia é revelada na notícia do seguinte teor: *A alteração que permite a participação de temporários na eleição para reitor foi feita para beneficiar José Izecias na eleição de 2006 e está agora beneficiando Luiz Arantes* (Jornal Opção n. 1.733, de 21 a 27 de setembro de 2008, Caderno A. p. 22).

- 31. Como já frisado, esses contratados temporariamente foram em regra selecionados sem qualquer critério objetivo, menos ainda por uma prova escrita; os raríssimos casos de contratação através de processo seletivo ocorreram por meio de uma seleção pautada pela subjetividade. Tudo em franca contrariedade aos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, impessoalidade e eficiência.

- [...] 31.6. A escancarada omissão beneficia um pequeno grupo, interessado somente em ficar agarrado a uma função pública, que tem como grave consequência deletéria a obtenção por parte da UEG da 4ª (quarta) pior colocação entre todas as universidades públicas estaduais.

- 31.7. E a situação tende a piorar em virtude da falta de norte constitucional do atual governo, que, em vez de seguir sentido oposto, prefere o caminho fácil – mas extremamente prejudicial a toda sociedade – da prorrogação dos contratos temporários (MP/TCE-GO, 24 set. 2008, apud CARVALHO, 2017, p. 88).

A partir dos estudos de Abreu Júnior (2017) e Carvalho (2017), é possível compreender uma instituição de ensino superior com características bastante peculiares. Os campus e cursos, em vários momentos da história da UEG, foram criados em circunstâncias anômalas e à revelia de estudos e pesquisas que de fato respaldassem essa criação de acordo com as reais necessidades e condições regionais. Os critérios para instalação de um determinado campus⁵ e de cursos, de modo geral, não são acadêmicos, mas permeados por questões políticas.

As irregularidades no desenvolvimento institucional da UEG continuam na contratação de professores e servidores técnico-administrativos. Inicialmente, os contratos ocorreram sem concurso ou qualquer critério acadêmico-científico. De

⁵ De acordo com a Nota informativa n.º 155/2015/CGPG/DDR/SETEC/MEC sobre as palavras **câmpus**, **campus** e **campi**, recomenda-se “o uso dos vocábulos **campus**, para a utilização no singular, e **campi**, para utilização no plural” E a palavra **câmpus** poderá ser usada tanto no singular quanto no plural. Disponível em: <www.portal.mec.gov.br>. Acesso em: 12 ago. 2018.

modo geral, as contratações ocorriam de acordo com as necessidades institucionais e indicações de políticos, amigos ou similares. As contratações ocorriam de forma clientelista sem considerar critérios válidos democraticamente.

De acordo com os dados fornecidos pela Gerência de Recursos Humanos em 10/06/2005, o quadro é o seguinte: “Total de professores: 1.809, quadro permanente: 534>>29,51%, quadro temporário>>70,49%”. Considerando o total de professores em 2005 e que o quantitativo de professores efetivos estava abaixo de 30%, verifica-se uma inversão no quadro de professores da UEG, contrariando a legislação que estabelece o concurso público como meio apropriado para a contratação de servidores públicos. Porém, a UEG apresentou mudanças nesse quadro funcional a partir da realização de concursos públicos para contratação de servidores (professores e técnico-administrativos), que foram realizados em 2003, 2010 e 2015. Esses concursos contribuíram para uma melhora significativa na relação temporários e efetivos no quadro funcional da UEG, mas, conforme dados apresentados a tabela nº 1 apresentados, ainda existe a necessidade de concursos e também progressão na carreira para que a UEG se aproxime dos padrões ideais de universidade pública.

Conforme os dados apresentados na tabela1, verifica-se que a quantidade de professores com contrato temporário em 2013 ainda era superior à quantidade de professores efetivos, mesmo a maioria do quadro docente sendo composto por professores especialistas e graduados.

A partir dos dados da tabela nº 2 apresentada a seguir, é possível verificar uma mudança significativa, pois pela primeira vez se constatou uma inversão positiva: o quadro de professores efetivos/concursados é superior ao quadro de professores em situação de contrato temporário.

O quantitativo de mestres e doutores é superior à quantidade de graduados e especialistas. As mudanças perceptíveis na tabela nº 2 guardam uma estreita relação com os movimentos sociais organizados ao longo da história da UEG, conforme poderá ser verificado no quarto capítulo, pois os concursos realizados até 2015 ocorreram após greves, manifestações e movimentos reivindicatórios de professores, alunos e técnico-administrativos.

Tabela 2 - Distribuição dos professores por titulação e classe funcional da Universidade Estadual de Goiás

Titulação	Efetivo/Concursado		Contrato Temporário		Total	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Pós-Doutor	100	10,37	0	-	100	5,6
Doutor	348	36,10	39	4,75	387	21,68
Mestre	415	43,05	216	26,31	631	35,35
Especialista	101	10,48	530	64,56	631	35,35
Graduado	0	-	36	4,38	36	2,02
Total	964	100	821	100	1785	100

Fonte: Gerência de Recursos Humanos da UEG/ Coordenação de Avaliação e Gestão de pessoas em 21/11/2018.

O tripé institucional no qual se deve pautar uma universidade: ensino, pesquisa e extensão, na maioria dos campus, é ignorado, pois em grande parte das unidades universitárias da UEG há uma nítida prioridade para o ensino, em detrimento da extensão e da pesquisa.

Existem unidades universitárias que possuem apenas 2 cursos de graduação, com funcionamento exclusivamente noturno, sem nenhum pesquisador lotado, sem nenhum projeto de pesquisa em andamento. Em outro campus, como o de Ciências Exatas e Tecnológica, são oferecidos 11 cursos de graduação, 3 de pós-graduação *lato sensu*, 6 programas de mestrado e doutorado, diversos laboratórios de ensino e pesquisa e exatamente o mesmo desenho organizacional daquela unidade com apenas 2 cursos, funcionando na forma de adhocracia, muitas vezes improvisada (ABREU JÚNIOR, 2017, p. 155).

No modelo organizacional instituído na UEG, mediante distribuição desigual de condições assinalada pelo autor, fica evidente a preocupação com o ensino em detrimento da pesquisa e extensão, não se vislumbrando um interesse real em fomentar grupos de pesquisa.

Há, de fato, uma obrigatoriedade de cumprir a carga horária anual de atividades docentes e os projetos de pesquisa apresentam-se muitas vezes como complemento dessa carga horária, sem vinculação a grupos de pesquisa ou mesmo com uma linha de pesquisa própria do docente.

De acordo com a pesquisa de Abreu Júnior (2017), grande parte das unidades universitárias da UEG dedicava-se prioritariamente ao ensino, devido às condições do quadro docente, que, em grande parte das unidades, era composto por temporários, com baixa titulação. Esses elementos dificultavam, e ainda

dificultam em certa medida, o desenvolvimento do tripé institucional padrão: ensino, pesquisa e extensão.

A tendência de manutenção do quadro é grande, visto que os concursos, quando realizados (2003, 2010, 2015), ocorreram com vistas a atender a demanda de disciplinas na graduação que o docente deveria ministrar, no mínimo 12 aulas semanais.

O processo de criação e institucionalização da UEG é permeado por conflitos latentes, por vezes, e manifestos em outras, dentro da própria instituição. No processo de criação/fusão das faculdades isoladas, verifica-se de um lado professores e servidores oriundos de contratação temporária pressionando para serem efetivados sem concurso; em outro polo, situavam os professores e servidores concursados, provenientes das faculdades isoladas, que defendiam a realização imediata de concurso público para a composição do quadro docente e administrativo.

A tensão entre temporários e concursados é constante. Os professores com contrato temporário sentem-se ameaçados com os concursos, pois não possuem titulação para participar de um concurso para docente universitário. Conforme pode ser verificado na figura 1 apresentada abaixo e no anexo 1, os documentos apresentados evidenciam os conflitos entre os docentes em situação de contrato temporário e os docentes concursados. A eleição para o biênio 2006-2008 foi disputada pela Chapa 1, majoritariamente composta por docentes das unidades de Anápolis e Goiânia que eram concursados e provenientes das faculdades isoladas que deram origem à UEG, e aqueles que não eram concursados, mas que eram favoráveis ao concurso.

Já os componentes da Chapa 2 eram de unidades do interior e postulavam a efetivação dos professores em contrato temporário sem a realização de concurso, conforme demonstra o anexo 1, no qual se verifica a defesa da criação de um quadro transitório composto por esses profissionais.

Figura 1 - ADUEG-SS/ANDES-SN. Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Goiás / Eleição 2006-2008 - Termo de Homologação

ADUEG-SS/ANDES-SN Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Goiás Eleição 2006 – 2008 Termo de Homologação.						
A Comissão Central no uso de suas atribuições regulamentares, homologa, registra e publica os resultados gerais, totais e oficiais da Eleição da Diretoria da ADUEG-SS/ANDES-SN para o biênio 2006-2008. Declara eleita a chapa 2 e convoca os seus componentes para o ato de posse em assembleia da categoria conforme convocação.						
Ata Total de Apuração da Comissão Eleitoral Central						
Cidades	Nº de Votantes	Votos Válidos	Votos Nulos	Votos Brancos	Votos Válidos Chapa I	Votos Válidos Chapa II
Anápolis	08	08	0	0	01	07
C.C./Goiás	17	17	0	0	03	14
Caldas Novas	08	08	0	0	01	07
Eseffego	92	89	02	01	14	75
Formosa	10	10	0	0	03	07
Goianésia	03	03	0	0	01	02
Iporá	09	03	0	0	02	01
Itaberaí	07	07	0	0	00	07
Itapuranga	07	07	0	0	07	00
Jaraguá	IMPU	GNA	DA			
Jussara	IMPU	GNA	DA			
Minaçu	04	04	0	0	00	04
Morrinhos	18	18	0	0	02	16
Pires do Rio	23	23	0	0	12	11
Porangatu	13	10	0	0	00	10
Quirinópolis	14	14	0	0	00	14
S.I.M.Belos	18	18	0	0	04	14
S.M.Araguaia	03	02	01	0	00	02
Uruaçu	15	15	0	0	11	04
Total	269	256	03	01	61	195
Percentual					23,83%	76,17%

Resultado Geral da Eleição

Total de Votantes : 269

Total de Votos Nulos: 03

Total de Votos Brancos: 01

Total de votos Válidos: 256

Total de Votos Chapa I: 61 Votos = 23,83 %

Total de Votos Chapa 2: 195 Votos = 76,17%

Divulgue-se, Goiânia, 05 de Julho de 2006.

Divina Silva Duarte Secretário da Comissão Central	Kátia Gomes Paiva Vice-Presidente da Comissão Central	Josephine N. Obeid Presidente da Comissão Central
---	--	--

Fonte:ADUEG-SS/ANDES-SN. Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Goiás. Eleição 2006-2008. Termo de Homologação.

Como os conflitos são inerentes ao processo de desenvolvimento, neste contexto de disputas, professores e alunos têm se organizado em vista de melhores condições de funcionamento, por concursos, políticas estudantis e, principalmente, para que a UEG se torne uma universidade pública, gratuita e de qualidade - efetivamente uma universidade.

A construção e a organização institucional da UEG ocorrem num processo lento, marcado por atos legais, com o propósito de criar uma grande universidade, como se pode depreender do Decreto n.º 5.130, de 3 de novembro de 1999, que homologou o Estatuto da UEG. Este, por sua vez, estabelece, em seu artigo 5º, suas finalidades:

I – promover o desenvolvimento e a divulgação da ciência, da reflexão e da cultura em suas várias formas;

- II – graduar e pós-graduar profissionais nas diversas áreas, preparando-os para o mundo do trabalho e para contribuir com o desenvolvimento de Goiás e do Brasil;
- III – formar pessoas qualificadas para o exercício da investigação científica e do magistério, bem como das atividades políticas e socioculturais, artísticas e gerenciais;
- IV – promover estudos e pesquisas voltadas para a preservação do meio ambiente, com o propósito de desenvolver e ampliar a consciência ecológica, visando à convivência harmoniosa do homem com o meio;
- V – incentivar a pesquisa científica e a difusão da cultura objetivando o desenvolvimento científico e tecnológico e de novas relações com o meio físico e social em função da qualidade de vida;
- VI – divulgar conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos que são patrimônio comum da humanidade;
- VII – contribuir para melhoria da qualidade do ensino, em todos os níveis e modalidades, por meio de programas destinados à formação continuada dos profissionais da educação;
- VIII – interagir com a sociedade pela participação de seus professores, alunos e pessoal técnico-administrativo em atividades comprometidas com a busca de soluções para problemas regionais e locais;
- IX – contribuir para a melhoria da gestão dos organismos e entidades públicas, governamentais e não governamentais e empresariais;
- X – prestar serviços especializados à comunidade estabelecendo com estas relações de reciprocidade;
- XI – cooperar com universidades, organismos públicos, culturais e científicos e educacionais, nacionais e estrangeiros. (GOIÁS, 1999).

O documento citado acima propõe a construção de uma grande universidade, capaz de provocar uma verdadeira revolução educacional em Goiás. Mas a UEG, em sua fase inicial, deixou de lado condições básicas para alçar à condição de universidade de fato, tais como os critérios básicos de composição de seu quadro docente e técnico-administrativo, que em tese deveria ser realizado via concurso público, o que não ocorreu. Inicialmente, seu quadro docente e técnico-administrativo fora formado basicamente por professores e servidores temporários contratados, como já apontado antes, sem critérios claramente definidos.

O primeiro concurso para docentes na UEG só ocorreu seis anos depois de sua fundação, como produto de mobilizações sociais organizadas por professores concursados originários das faculdades isoladas anteriores a sua criação e/ou efetivados pela regra de transição da Constituição de 1988 (ABREU JÚNIOR, 2017).

Ao longo deste capítulo, realizou-se um esforço em descrever o processo de desenvolvimento da UEG, na perspectiva de compreender as origens da sua criação, bem como o contexto político que possibilitou/viabilizou a criação dessa instituição de ensino superior. Após a criação, é importante descortinar os processos e conflitos dos quais participaram professores, alunos e técnico-administrativos, os quais são objeto privilegiado desta tese, processos estes que serão detalhados nos capítulos a seguir.

CAPÍTULO II

MOVIMENTOS SOCIAIS

Este capítulo apresenta uma reflexão acerca das teorias de movimentos sociais clássica e contemporânea, bem como a diferenciação entre novos e velhos movimentos sociais. Situa os principais teóricos e suas análises e ainda as categorias analíticas nas quais se ancoram as teorias sobre os movimentos sociais, tais como: conflito, identidade, solidariedade e ação coletiva. E isso com a finalidade de compreender os movimentos sociais no Brasil e em especial os movimentos sociais e a sua organização no Brasil contemporâneo.

2.1 MOVIMENTOS SOCIAIS: POSSIBILIDADES DE ANÁLISE

De modo geral, a análise acadêmica ancora-se em referenciais teóricos e metodológicos. No entanto, para fins deste estudo, a discussão ocorrerá a partir das teorias sobre os movimentos sociais e sua dimensão educativa. Nesse sentido, há uma gama de abordagens que será apresentada e que, por seus diversos aspectos, se diferencia, aglutina-se, assemelha-se, mas que, na essência, converge quase na totalidade para alguns elementos centrais: identidade, solidariedade, conflito e ação coletiva. Esses elementos são fundamentais para se afirmar e compreender os movimentos sociais e sua práxis educativa, sejam eles novos ou velhos: distinção relevante para que se compreendam os movimentos sociais na atualidade.

Os movimentos sociais constituem-se temática privilegiada nas Ciências Sociais e podem ser compreendidos, segundo Alain Touraine (apud FORACCHI, 2008, p. 283), como “[...] fruto da ação conflitante de agentes de classes sociais lutando pelo controle do sistema de ação histórica [...]. Movimentos sociais, condutas coletivas de historicidade”.

Os movimentos sociais apresentam-se, pois, como resposta a um cenário de conflito, indignação, insatisfação ou descontentamento em relação a uma circunstância específica. Essa situação afeta um grupo de indivíduos que estabelece uma identidade, um objetivo e promove os meios para alcançá-lo.

Ao agirem coletivamente, os indivíduos buscam a solução de um problema coletivo, qual seja a exploração do sistema capitalista sobre o indivíduo, que, ao

reagir à exploração, apresenta-se como sujeito crítico, gerador de resistência, oposição ao sistema determinado, imposto.

A análise proposta por Touraine (1998) sobre a noção de movimentos sociais coloca em evidência o conflito como elemento central, quando se pretende discutir, problematizar os movimentos sociais. A análise ainda possibilita uma compreensão ampliada deste fenômeno, como enfatiza o autor:

A noção de movimento social só é útil se permitir pôr em evidência a existência dum tipo muito particular de ação coletiva aquele tipo pelo qual uma categoria social, sempre particular, questiona uma forma de dominação social, simultaneamente particular e geral, invocando contra ela valores e orientações gerais da sociedade, que ela partilha com seu adversário, para privar este de legitimidade (TOURAINÉ, 1998, p. 113).

A perspectiva de análise de Touraine (1998) possibilita a compreensão dos movimentos sociais como fenômenos que podem ser conduzidos tanto por dominados, com a finalidade de questionar uma determinada situação, como por grupos dominantes dirigidos contra grupos populares, quando estes significarem obstáculos à condução de um projeto de um grupo dominante.

Assim, pode-se inferir que os movimentos sociais, nas sociedades contemporâneas, tanto podem ser organizados por um conjunto de pessoas que reivindicam mudanças ou por um grupo com a intenção de manter o *status quo*. Ambos têm em comum o conflito e a ação coletiva, elementos básicos para a análise desta categoria sociológica.

De acordo com a definição de movimentos sociais defendida por Cruz (2004), eles podem ser entendidos como fruto de um conflito que transforma as relações humanas ao promover, em muitos casos, a solidariedade e a humanização dos homens.

O movimento social é, ao mesmo tempo, um conflito social e um projeto cultural articulado por força de interesses e necessidades que permitem a emergência de sujeitos sociais coletivos. Isto porque os movimentos sociais podem ser considerados como índices da democracia real, ou como potência dela, para viabilizar o quadro das liberdades e da humanização dos homens, à medida que modificam as relações sociais e, portanto, as de poder nas suas várias formas (CRUZ, 2004, p. 178).

A democracia traz em seu bojo o pressuposto da liberdade de ação dos sujeitos. Sendo assim, a existência dos movimentos sociais em uma sociedade impulsiona a democracia e/ou práticas que possibilitam um maior índice democrático

em uma sociedade. A capacidade de se organizar e lutar por seus direitos é vital para que o indivíduo permaneça “vivo”, para que a humanidade se expresse na ação do humano.

A história da UEG, descrita em vários trabalhos, entre eles o de Limonta (2009), Carvalho (2013) e Abreu Júnior (2017), inicia-se oficialmente em 5 de julho de 1961 com a criação da Facea – Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis. Desde então, até a presente pesquisa, foram identificados vários momentos na história desta instituição em que a comunidade e os segmentos que a compõem – professores, alunos e servidores – indignaram-se diante do que consideravam desrespeito do poder público em relação às demandas da comunidade uegeana. Segundo Castells (2013, p. 8), esta tem sido a forma de a sociedade confrontar.

[...] a humilhação provocada pelo cinismo e pela arrogância das pessoas no poder, seja ele financeiro, político ou cultural, que uniu aqueles que transformaram medo em indignação, e indignação em esperança de uma humanidade [...] forjando um novo caminho, à medida que o percorria. Era a busca de dignidade em meio ao sofrimento da humilhação – temas recorrentes na maioria dos movimentos sociais.

A perspectiva apresentada por Castells (2013) é determinante para a reflexão sobre o sofrimento e a humilhação como elementos capazes de gerar e impulsionar a tomada de decisão pela luta contra a situação que ultraja o indivíduo. Como exemplo, salários e condições de trabalho são considerados, pelos servidores, como se verá no terceiro capítulo, muito aquém do justo e necessário, que são situações recorrentes na história da UEG e elementos que movem os atores sociais, por serem geradores da indignação que se transforma em esperança. A esperança é, pois, um ingrediente fundamental no apoio à ação com vistas a um objetivo futuro, qual seja, melhores condições de trabalho, de aprendizagem, de vida, de dignidade no ambiente de trabalho e aprendizagem.

Na perspectiva de Touraine (1989), o sujeito é o ator que descobre a diferença entre o “que é” e o “que poderá ser” pleno de cidadania, capaz de resistir ativamente a todas as formas de alienação. O sujeito, nessa perspectiva, não se deixa alienar pelo sistema, ao contrário, insurge-se contra ele.

Segundo Touraine (2008, p. 284), “O campo do conflito é a própria organização, a reivindicação é sempre orientada, ao mesmo tempo para a organização e para a reorganização”. Os indivíduos “plenos” de consciência

reivindicam, lutam para que suas utopias realizem-se, concretizem-se, empenhando-se em não se permitirem ser derrotados pela ignorância ou mesmo pela inação.

Os indivíduos, imbuídos por ideais de mudança, resistem de forma crítica, ativa. Muitas vezes, as utopias não se realizam, mas servem de aprendizado para as próximas manifestações. Portanto, a resistência configura-se como um elemento decisivo porque esta afasta o indivíduo do conformismo. Assim, o sujeito recusa a ideia de que a única história possível é a concebida pela classe dominante e se permite construir a sua própria história.

Nesse sentido, os movimentos sociais são de extrema importância, uma vez que permitem ao sujeito vislumbrar um “novo mundo”, um mundo a ser construído pelo sujeito crítico atuante, dono de seu destino.

De acordo com Touraine (1998, p. 247), o sujeito produz a si mesmo no processo de luta pelos seus direitos:

O indivíduo não se torna sujeito separando-se de si mesmo, a não ser que se oponha à lógica de dominação em nome de uma lógica da liberdade, da livre produção de si. [...] mas é em nome da livre produção de si mesmo que leva a afirmar o sujeito e seus direitos em um mundo onde o ser humano é transformado em objeto.

O conflito atua como um elemento transformador, que descortina, muitas vezes, situações camufladas, subjacentes, reveladas a partir da ação de sujeitos que se indignam com uma situação. O conflito é o elemento aglutinador do sujeito livre, mas também é o espaço em que ocorre a construção da identidade; os indivíduos partilham as mesmas ideias, os mesmos sonhos, vivem a mesma situação de exploração, humilhação. Esses elementos associados são capazes de gerar o impulso para germinar a solidariedade entre os indivíduos, elemento fundamental na organização de um movimento social.

Na perspectiva de Melucci (1989), o conflito, a solidariedade e o rompimento dos limites ou fronteiras do sistema são dimensões analíticas dos movimentos sociais. Segundo o autor, movimento social é uma ação coletiva baseada na solidariedade desenvolvida entre os indivíduos no desenrolar do conflito, com a proposição de romper os limites do sistema em que ocorre a ação.

A Solidariedade é a capacidade de os atores partilharem uma identidade coletiva (isto é a capacidade de reconhecer e ser reconhecido como uma parte da mesma unidade social). Os limites de um sistema indicam o espectro de variações tolerado dentro de sua estrutura existente. Um

rompimento destes limites empurra um sistema para além do espectro aceitável de variações (MELUCCI, 1989, p. 57).

A elaboração do conceito de movimentos sociais, para Melucci (1989, p. 57), ocorre a partir da ação coletiva baseada em três elementos fundamentais: “[...] (a) baseada na solidariedade, (b) desenvolvendo um conflito, (c) rompendo os limites em que ocorre a ação”.

O conflito é o elemento inicial para que se possa compreender a origem de um determinado movimento social. A situação de conflito mobiliza os agentes que se identificam e se solidarizam na perspectiva de resistir e romper com a opressão imposta, de modo geral, pelo poder dominante. Na arena social, o movimento social organizado significa a possibilidade de disputar um espaço, conquistar pela luta um bem coletivo, ou mesmo a possibilidade de romper um limite imposto, em um determinado campo.

Conflito, na perspectiva de Melucci (1989), supõe a existência de atores em lados opostos disputando os mesmos recursos aos quais atribuem valor. De modo geral, o conflito é elemento gerador do movimento no qual os indivíduos lutam pela obtenção de espaço dentro do campo, que é ao mesmo tempo social, cultural, político e econômico. As demandas são múltiplas, mas têm como cerne o poder, a dominação.

Os movimentos sociais, historicamente, podem apresentar uma postura de ruptura ou reforma, sendo que a postura de ruptura caracteriza-se pelo rompimento de uma ordem estabelecida e a reforma vislumbra a possibilidade de reorganização da estrutura estabelecida, mas sem romper com a ordem determinada. Essa postura é marcada por mudanças mais “suaves”, que não alteram de modo significativo o arcabouço que sustenta a ordem capitalista.

Atualmente, evidenciam-se movimentos sociais com uma postura reformista, a pauta é sempre “negociável”, postulando-se uma mudança paulatina, sem, no entanto, alterar a estrutura. A análise dos documentos acerca dos movimentos sociais na UEG permite inferir que os movimentos desenvolvidos nessa instituição de ensino superior, em especial o Fórum de Defesa da UEG e o Mobiliza UEG, são movimentos sociais que objetivam mudanças pontuais, sem alterar a estrutura na qual a universidade está alicerçada, conforme se pode verificar a partir dos dados apresentados ao longo deste trabalho.

De modo geral, os movimentos sociais ocorrem quando um grupo de indivíduos se organiza coletivamente em torno de uma ideia, um objetivo e um projeto a ser realizado e de uma ideologia que os move em direção a uma utopia. Esta se configura como um elemento crucial na condução do movimento, pois, sem a crença na possibilidade de alcançar os sonhos, os desejos, as posições que se almejam, o movimento torna-se estéril, incapaz de mover o coletivo rumo à esperança que impulsiona os indivíduos rumo à conquista de seus ideais.

Os movimentos sociais, como fenômenos sociais que são, tendem a se modificar de acordo com a realidade em que estão inseridos. Os movimentos ocorridos na UEG apresentam-se de maneiras distintas e, de modo geral, as demandas continuam quase sempre inalteradas. Embora haja algumas concessões por parte do governo, o opositor direto neste jogo, muitas vezes fica estabelecida a promessa do devir, que não se concretiza. Desse modo, o ideal que move o movimento insta os sujeitos a continuarem a luta.

Quando não se alcança o objetivo que gerou a mobilização, a tendência é de que o movimento se reorganize e o conflito se reinicie. Constitui-se assim uma nova ação coletiva. Entretanto, em cada momento os movimentos organizam-se de formas distintas, de acordo com os sujeitos e com as condições objetivas que se apresentam ao grupo em disputa. Porém, é preciso salientar que as mudanças ocorrem a partir da organização e mobilização dos sujeitos. Geralmente, a ação coletiva organizada impulsiona as políticas públicas sociais em uma sociedade.

Bourdieu (2001, p. 19) apresenta o caráter dos movimentos sociais como elementos indispensáveis para impulsionar as políticas sociais:

A história social ensina que não existe política social sem um movimento social capaz de impô-la, e que não é o mercado, como se tenta convencer hoje em dia, mas sim o movimento social que 'civilizou a economia de mercado, contribuindo ao mesmo tempo para sua eficiência'. [Os movimentos sociais] criam ou recriam formas de ação originais, em seus fins e meios, de forte conteúdo simbólico. Orientam-se para objetivos precisos, concretos e importantes para a vida social.

A consolidação das políticas sociais no Brasil, historicamente, impulsiona-se pela capacidade de mobilização dos atores sociais, sejam eles professores, sem-terra, sem-teto, entre outros. O Estado estabelece políticas de saúde, educação, moradia, reforma agrária, após um período de lutas sociais, manifestações,

passseatas. À medida que a sociedade mostra-se capaz de se organizar e lutar por seus direitos, o Estado se vê impelido a atender às demandas.

Após a instauração do conflito e de acordo com a capacidade de organização dos indivíduos para a ação coletiva, as conquistas efetivam-se com maior ou menor celeridade, situação que pode ser verificada na UEG, conforme demonstram os documentos analisados para fins de construção deste trabalho.

Com base nas definições de movimentos sociais analisadas, é possível distinguir estes de outros fenômenos coletivos, pois, ao se observar os elementos essenciais, são percebidos elementos indispensáveis para que se possa conceber um fenômeno qualquer como movimento social. O elemento inicial é a ação coletiva (MELUCCI, 1989), condição básica para que se organize um movimento, que só pode se concretizar se for baseado na solidariedade e identidade entre os sujeitos, com vistas a enfrentar o poder constituído e romper os limites e ou fronteiras em um determinado embate social.

Desse modo, pode-se afirmar que os movimentos são ações políticas organizadas com fins específicos, capazes de mobilizar sujeitos que se solidarizam, identificam-se, unem-se e se tornam capazes de impulsionar mudanças de ordem econômica, política, social e cultural em um determinado cenário.

De acordo com a capacidade de mobilização dos agentes, as conquistas materializam-se ou não e em várias situações sabe-se que o que resta para ser conquistado apresenta-se como fermento para a próxima luta, num movimento contínuo de avanços e retrocessos. Nesse processo, o sujeito compreende o seu papel como agente de mudança social e política, e aprende a ser sujeito da sua própria história.

Na perspectiva de Mascarenhas (2004), é na luta que se constrói a identidade do indivíduo como membro do grupo e, ao mesmo tempo, constrói-se a própria identidade do grupo que reconhece a si mesmo ao se posicionar no mundo concreto. Desse modo, aprender é essencialmente o ato de se tornar sujeito, protagonista de sua própria história.

O caso da UEG assemelha-se, de modo geral, ao das lutas de educadores no Brasil. Há uma trajetória de lutas que, ao se proceder a um recorte temporal que começa nos anos 1930 com os pioneiros da educação, anos 1950-1960 com a educação popular, têm-se como expoentes desses movimentos Paulo Freire, Moacyr de Goes, entre outros.

Depois houve um grande refluxo nos anos da ditadura militar, um período de lutas acirradas nos anos 1980, refluxo nos anos 1990 e na atualidade pode-se inferir que há um movimento social de educadores crescente em busca de valorização profissional, melhoria das condições de trabalho. Esse movimento pode ser verificado, segundo Gohn (2012), quando se analisam os movimentos de educadores no Brasil contemporâneo.

Desse modo, compreender como os movimentos sociais uegeanos se organizam e se articulam é fundamental para entender a ação dos sujeitos históricos de acordo com a realidade em que estes se inserem, como se organizam na perspectiva de modificar a realidade que os cerca, com o intuito de superar, de algum modo, a extrema exploração a qual os trabalhadores em educação, de modo geral, têm sido expostos; e de buscar a construção de uma sociedade justa, o que necessariamente passa por uma sociedade em que haja maiores oportunidades de educação, de trabalho em condições dignas, como também por uma sociedade com maior capacidade de organização e mobilização para a conquista de direitos.

2.2 DOS VELHOS AOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A análise dos movimentos sociais na sociedade contemporânea passa necessariamente pela diferenciação destes entre velhos e novos. E isso para que seja possível compreender o desenvolvimento histórico e conceitual dessa categoria de análise, assim como explica Scherer-Warren (2014, p. 67):

De forma breve pode-se afirmar que, quanto à organização, os primeiros incorporavam sobretudo formas clientelísticas e paternalistas de fazer política; em certas ocasiões utilizavam os instrumentos da democracia representativa e não excluía, em outras, o recurso da violência física. As novas formas de organização no campo, por sua vez, valorizam a participação ampliada das bases, a democracia direta sempre que possível, e opõem-se, pelo menos no nível ideológico, ao autoritarismo e à centralização do poder e ao uso da violência física. O que há de inovador é a luta pela ampliação do espaço da cidadania, incluindo-se aí a busca de modificações das relações sociais cotidianas.

Os novos movimentos sociais apresentam um pluralismo de classes, um sentido suprapartidário, havendo uma maior centralidade na subjetividade, a motivação para agir, pois, ao mesmo tempo em que esta é individual, é também coletiva. Os novos movimentos sociais buscam conquistar novos direitos, ou mesmo o direito a ter direito. Verifica-se, nesses movimentos, manifestações de traços

culturais e identitários, o que os leva a perder, desse modo, a centralidade nas classes sociais, característica marcante dos velhos movimentos sociais.

Segundo Touraine (2009, p. 176), ocorre, porém, uma situação de continuidade entre velhos e novos movimentos sociais. Pode-se afirmar que ocorre atualmente uma “transição” entre os velhos modelos e os novos modelos: “[...] a continuidade entre antigos e novos movimentos sociais é, pois, mais importante do que a diferença de seus conteúdos”.

A transição entre os modos como os movimentos se organizam expressa mudanças sociais e culturais, próprias de uma sociedade em transformação. As mudanças nas formas de organização dos movimentos sociais expressam mudanças de comportamentos sociais de uma sociedade em uma dada época.

Touraine (2009) apresenta a compreensão dos movimentos sociais contemporâneos como aqueles que são ao mesmo tempo culturais e sociais. As causas que os impulsionam podem ser tanto de caráter cultural quanto social, revelando, assim, um caráter híbrido. Touraine (2009, p. 178) afirma ainda: “Um conflito ou um movimento social, pois, só pode formar-se e desenvolver-se no contexto atual se ele for capaz de interpretar os dados subjetivos, e não somente informações econômicas”. Os modos de organização dos movimentos sociais contemporâneos vão para além das questões econômicas, expressam também aspectos culturais e subjetivos, carregados de significados, que precisam ser decifrados, compreendidos.

Os seres humanos são dotados de sentimentos de pertencimento, identidade, indignação e emoções que são fundamentais, pois os conflitos estão centrados no ator, no sujeito que busca não só os seus direitos, mas o faz de uma maneira específica, de acordo com sua subjetividade. Portanto, é preciso compreender os motivos da ação do sujeito, os significados que os atores atribuem às suas ações.

As teorias acerca dos novos movimentos sociais situam-se na direção de compreender como os movimentos sociais contemporâneos se organizam. Cruz (2004), Castells (2013), Gohn (2012) e Scherer-Warren (2014) convergem para a teoria das redes de movimentos sociais, uma rede digital autônoma de comunicação, que permite aos indivíduos se interconectarem em escalas local, nacional ou global, em uma dinâmica para além do controle dos detentores do poder.

A tendência de organização dos movimentos sociais, cuja teoria tem se tornado imprescindível para uma compreensão deles, precisa das ocorrências contemporâneas, acrescenta novos elementos à teoria desse fenômeno social que deve ser compreendido, analisado. E isso para que haja um maior entendimento dos movimentos sociais contemporâneos que têm se apresentado nessa nova forma de organização.

Scherer-Warren (2006, p. 113) assim conceitua rede de movimentos sociais:

[...] rede de movimento social pressupõe a identificação dos sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos comuns, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas.

É importante destacar que as redes só se constituem como movimentos sociais quando estas apresentam um caráter reativo às contradições apresentadas e almejam superá-las. Assim, as redes apresentam um papel estratégico, organizando, articulando e fortalecendo os movimentos sociais nas suas relações contra os poderes instituídos.

As redes de movimentos sociais apresentam-se como espaços próprios que permitem aos movimentos sociais desenvolverem suas lutas, articulações e seus intercâmbios em redes. Os dois principais movimentos sociais organizados na UEG nos últimos 17 anos, o Fórum de Defesa da UEG (2006) e o Mobiliza (2013), são movimentos que se valeram dos espaços digitais, tais como: e-mails, blogs e redes sociais, porém, sem se configurarem como movimentos em redes. O conhecimento acerca das possibilidades de atuação dos movimentos sociais contemporâneos é uma via importante para que seja possível entender a teoria dos movimentos sociais e seu desenvolvimento nos campos prático e teórico.

Os meios digitais de comunicação facilitam a comunicação e o alcance dos movimentos, dada a dimensão espacial que abrange 42 campus consolidados por todo o estado de Goiás. A comunicação em rede configura-se como um elemento central de comunicação e expansão da rede de “esperança”⁶ (CASTELLS, 2013) para a organização e consolidação dos movimentos sociais na UEG.

⁶ Embora os movimentos sociais analisados neste trabalho não se configurem como movimentos sociais em redes, os meios de comunicação em rede, tais como: Facebook, blogs, e-mails, foram fundamentais para que a comunicação ocorresse de forma satisfatória, estabelecendo uma “rede de esperança”, pois sem estes meios a comunicação, dada a distância das unidades universitárias da UEG, seria muito complicada.

2.3 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

A reflexão acerca da temática dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo, apresentada nesta tese, é um exercício de síntese dada a imensa gama de mobilizações e organizações sociais que ocorreram ao longo da história. Para fins deste trabalho, foi necessário estabelecer um recorte temporal, qual seja, a análise dos movimentos organizados a partir do século XX, quando os movimentos se apresentam como possibilidade de mudança, tanto no campo quanto na cidade.

No início do século XX, os movimentos sociais ocorriam principalmente no campo. O Brasil naquele período estava em processo de transição campo-cidade, um país agrário onde se iniciava um processo de urbanização/modernização permeado por contradições, desenvolvimento desigual e exclusão social, cenário típico para a ocorrência de mobilizações e lutas sociais. “Em meados de 1950, os movimentos nos espaços rurais e urbanos adquiriram visibilidade através da realização de manifestações em espaços públicos (rodovias, praças etc.)” (SOUZA, 2004, p. 2).

O campo, desde sempre, apresenta-se como palco de lutas sociais. O conflito como elemento central na compreensão dos movimentos sociais é uma constante nos espaços rurais brasileiros, pois este é um espaço marcado pela exploração e pela desigualdade nas relações sociais, entre fazendeiros e escravos, entre cafeicultores e colonos estrangeiros, entre proprietários e posseiros. E ainda hoje os conflitos são constantes entre empresários rurais e sem-terra. Os conflitos geram identidade e solidariedade que culminam em mobilizações por justiça social.

Os movimentos sociais urbanos nos anos de 1960 e 1970 estabeleceram uma relação de reciprocidade com as CEBs – Comunidades Eclesiais de Base, lideranças de base cristã. Esse movimento, segundo Pessoa (1999, p. 102-103), trazia algo novo e que possivelmente geraria uma nova *práxis* religiosa:

O começo dos anos 60 já trazia algo de novo, mas ainda com uma forte direção da hierarquia. A partir dos anos 70 já se verificavam, em várias regiões do país padres, religiosos e leigos dizendo-se membros de um “novo modo de ser igreja”, uma “Igreja Popular”. É uma Igreja na qual os “agentes” não têm como atributos os 16 anos de seminário ou a observância (estrita ou não) dos votos de castidade, pobreza e obediência. É uma Igreja também para a qual os pressupostos teológicos e bíblicos não partem de uma Revelação já cristalizada em paradigmas europeus, mas são definidos por seus defensores como “momento segundo”, ou, uma “reflexão cristã

sobre a práxis e os compromissos assumidos pelos cristãos que interpretam a realidade latino-americana nos termos da dependência e da libertação”. O modo mais apropriado de essa Igreja organizar (“democraticamente”, como é do gosto dos seus participantes) a vida sacramental/ritual e as respostas político-transformadoras da fé à realidade onde está localizada são as Comunidades Eclesiais de Base. É nas formas de organização do povo, em busca da partilha das riquezas produzidas por ele, promovidas pelos militantes das CEBs, CPT, PO, CIMI, conselhos comunitários, clubes de mães, sindicatos autênticos, associações de moradores e tantos outros movimentos populares, que deve estar o “momento primeiro” de libertação, dizem ainda os teólogos.

Nessa perspectiva, é possível compreender a Igreja Popular como um espaço educativo onde se aprende sobre Deus, política e justiça social. A Igreja torna-se viva, atuante, próxima da comunidade, que vive e partilha o evangelho na sua vertente libertadora, humanizada, que ensina e aprende com o cristão a prática da liberdade.

Nesse período, mesmo sob forte repressão, uma vez que o país estava em plena ditadura militar, os movimentos sociais permaneceram mobilizados. A década de 1980 foi marcada principalmente por movimentos reivindicativos acerca da educação, moradia e redemocratização, com destaque para o movimento “Diretas Já”.

Os movimentos organizados no fim dos anos 1980 e início dos anos 1990 foram decisivos para a conquista de vários direitos sociais, que se cristalizaram em leis na nova Constituição Federal de 1988. Os movimentos sociais impulsionam historicamente práticas democráticas, visto que a democracia representativa é construída por meio da participação. Assim, os movimentos sociais constituem-se espaços nos quais os indivíduos se tornam sujeitos e aprendem a conquistar a cidadania.

Desse modo, a Constituição Federal de 1988 apresenta-se como uma resposta aos movimentos organizados que lutavam por democracia, educação, direitos dos povos indígenas, entre outros.

De acordo com Gohn (2011), a partir dos anos de 1990 surgem no Brasil movimentos sociais “institucionalizados” que se organizam numa perspectiva de pesquisa-ação, na qual se identificam os problemas e se estabelecem metas e objetivos para solucioná-los, por meio de parceria público/privada.

Esses movimentos caracterizam-se pela ação da sociedade civil em parceria com o Estado, como exemplo de iniciativas dessa natureza, cita-se o Orçamento Participativo, no qual associações de moradores participam de decisões coletivas

acerca da gestão dos recursos públicos destinados à sua região. Funcionam da mesma maneira a política de Renda Mínima, Bolsa Escola, entre outras iniciativas nas quais ocorrem as parcerias mistas entre sociedade civil e Estado.

À medida que as políticas neoliberais avançam nos anos de 1990, surgem movimentos sociais de diversas naturezas: de contraposição, diálogo e confronto. No início da década em análise, o movimento Caras Pintadas marca o ressurgimento do movimento estudantil na defesa do direito de ter direito. Surgem ainda Ação da Cidadania contra a Fome; movimento dos desempregados; e ONGs⁷.

É possível identificar também movimentos de mulheres lutando por seus direitos e Movimento Negro, que se constitui em um movimento de construção de identidade e de luta contra a discriminação. Nesse período, os movimentos dos homossexuais se organizaram ganhando as ruas em passeatas e protestos na luta contra a homofobia e o preconceito.

Ainda segundo Gohn (2011, p. 343), devem-se destacar três movimentos sociais no Brasil nos anos de 1990: “dos indígenas, dos funcionários públicos – especialmente das áreas de educação e saúde e dos ecologistas”. Os movimentos indígenas lutavam e ainda lutam pela demarcação de suas terras e pela valorização dos seus produtos; os funcionários públicos organizavam-se em sindicatos e associações contra a retirada de direitos sociais e o arrocho salarial, lutas que continuam no cenário atual; os movimentos ecologistas proliferaram-se a partir da Eco-92 – conferência mundial ocorrida no Rio de Janeiro em defesa do meio ambiente. Os movimentos e organizações ambientalistas fortalecem a sociedade civil ao questionar a legislação e a política ambiental, reforçando a necessidade de haver desenvolvimento sustentável.

Os movimentos organizados, ao longo dos anos de 1990, apresentam demandas que se mantêm até os dias atuais: os povos indígenas continuam lutando pela demarcação de suas terras e pelo respeito aos direitos estabelecidos na Constituição de 1988 em relação a estes povos; os funcionários públicos continuam em luta contra a investida neoliberal sobre os direitos trabalhistas e previdenciários;

⁷ As ONGs podem ser definidas como organizações sem fins lucrativos, que exercem atividades que auxiliam os governos, desempenhando um papel social importante ao oferecer projetos e serviços culturais, educativos, de saúde, qualidade de vida, capacitação e contribuição à sociedade. As organizações não governamentais trabalham com objetivos bem definidos, todos regulamentados por estatutos, que devem ser registrados em cartório. Disponível em: <<https://www.bhbit.com.br/terceiro-setor/o-que-sao-ongs>>. Acesso em: 3 jan. 2019.

e os movimentos em defesa do meio ambiente lutam contra a devastação do planeta Terra.

A compreensão dos movimentos sociais no Brasil precisa considerar os elementos da conjuntura política e econômica do país. Os cenários econômico e político influenciam a organização e a mobilização dos movimentos em uma sociedade, como se pode ler em Souza (2004, p. 12):

A década de 1990 foi concluída com ações governamentais baseadas em Medidas provisórias; houve privatização de empresas estatais, a exemplo do Banco Banespa/SP, Banco Banestado/PR, Telefonia, Companhias de energia Elétrica e a Companhia Vale do Rio Doce; novos acordos com o FMI, que pressupõem cortes nos gastos públicos, especialmente com saúde e educação; queda do poder aquisitivo dos salários e ataques “repressivos” a todos os tipos de ações coletivas.

Os movimentos sociais expressam as angústias, os conflitos e as utopias de uma época, em uma determinada sociedade, e trazem em si o potencial de mudança e de gestão do novo. Eles constituem uma das chaves centrais da democracia e representam a possibilidade de práticas sociais democráticas no interior de uma sociedade.

A ação coletiva organizada a partir de uma utopia, de um desejo, constitui-se um embrião de desenvolvimento da sociedade civil. Os movimentos educam os sujeitos que aprendem nos embates políticos a lutar pelo direito de ter direitos.

A pesquisa acerca dos movimentos sociais permite identificar os desafios que os militantes desses movimentos enfrentam em suas trajetórias de luta. De acordo com Souza (2004, p. 14):

[...] um dos principais desafios dos movimentos sociais está na articulação conjunta resguardadas as diferenças, para elaboração de propostas que possam ir para além da globalização econômica, que avance na direção de uma globalização social.

A globalização econômica, ao longo da história, tem promovido a desagregação social, a exclusão e a desigualdade. Os movimentos sociais, ao contrário, apresentam-se, via de regra, como movimentos de luta por direitos básicos, de denúncia e de mobilização dos sujeitos e/ou grupos, de modo que estes sejam capazes de se organizar e lutar por seus direitos. E uma das formas de luta é a democracia participativa. Santos (2001b) aponta como exemplo de democracia participativa o Fórum Social Mundial.

Os movimentos sociais representam, pois, a expressão da democracia. Seja no nível macro ou micro, esses movimentos representam a capacidade de organização de um povo, de uma comunidade ou de um grupo.

Por meio da mobilização, os sujeitos são capazes de demonstrar indignação e transformar esta em ação diante de determinadas circunstâncias. Desse modo, o movimento social representa a vida política pulsando nos corpos e mentes dos seres humanos, visto que uma sociedade apática é uma sociedade socialmente morta.

CAPÍTULO III

MOVIMENTOS SOCIAIS, ESTADO E EDUCAÇÃO

A compreensão da relação entre educação e movimentos sociais é essencial para que se possa alimentar a utopia de uma sociedade cidadã, consciente, apta a lutar pelos seus direitos. Neste capítulo, apresentam-se teóricos clássicos da teoria do Estado, entre eles Max Weber, discussão sobre os tipos puros de dominação; e Karl Marx, discussão acerca do Estado.

No tópico “Movimentos sociais, Estado e neoliberalismo”, a partir da perspectiva de Pierre Bourdieu, discute-se a importância do intelectual militante em tempos neoliberais. A análise praxiológica é, pois, o instrumento para que se possa compreender o Estado e suas formas contemporâneas.

A seguir, apresenta-se uma análise dos movimentos como espaço educativo e, ao finalizar o capítulo, o conceito de cidadania, bem como sua origem na Europa e o desenvolvimento e as especificidades da cidadania no Brasil.

3.1 A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO MODERNO

Compreender o Estado e como este se constitui é importante para se apreender a relação entre Estado e sociedade. Em sentido literal, a palavra Estado vem do latim *status*, que significa estar de pé, estar firme, significa ainda constituição e ordem. A leitura de *O Príncipe* de Maquiavel é significativa para a compreensão do termo Estado. Maquiavel define o Estado de maneira ainda incompleta no seguinte trecho: “Todos os Estados que existem e já existiram são e foram sempre repúblicas e principados” (MAQUIAVEL, 2007, p. 15).

Na perspectiva de Maquiavel, o príncipe deve ser forte e temido. Dessa maneira, o Estado é o espaço da coerção, da força. Entretanto, o autor alerta que cabe ao príncipe o uso não apenas da força coercitiva, visto que o governante deve se fazer ao mesmo tempo amado e temido. Mas, caso o amor não seja suficiente para manter o consenso, a coerção deve ser o meio para manter a ordem, pois, segundo Maquiavel (2007), “os fins justificam os meios”.

Compreender como os homens se organizam em sociedade e como se estruturam os quadros da vida social, bem como o que mantém os homens vivendo de modo mais ou menos harmônico, é um dos grandes motes das ciências sociais. A

teoria do Estado apresenta-se como uma fórmula bastante razoável para se explicar a manutenção da “paz social” entre os homens.

A análise da temática do Estado é um recurso para que se possa compreender as organizações sociais e responder a indagações recorrentes nas ciências sociais, tais como: Porque os homens vivem juntos? Como eles se organizam? Quais são os elementos capazes de gerar coesão social? Essas questões perpassam a sociologia, antropologia, mas é, também, o fio condutor de grande parte dos autores da ciência política. Sendo assim, faz-se, neste trabalho, a opção por alguns teóricos considerados clássicos na discussão deste conceito. Entre eles, é interessante a perspectiva de Max Weber.

Estado moderno é um agrupamento de dominação que apresenta caráter institucional e que procurou monopolizar, nos limites de um território, a violência física legítima como instrumento de domínio de que, tendo esse objetivo, reuniu nas mãos dos dirigentes os meios materiais de gestão (WEBER, 1983, p. 62).

Apreender o conceito de Estado como ele é apresentado em Weber implica na compreensão das formas de dominação e, essencialmente, o que é a dominação para Weber. Para este clássico da sociologia, dominação é:

Um estado de coisas qual uma vontade manifesta (mandato) do dominador dos dominadores influi sobre os atos de outros (do dominado ou dos dominados), de tal modo que, em um grau socialmente relevante, estes atos têm lugar como se os dominados tivessem adotado por si mesmos e como máxima de sua ação o conteúdo do mandato (obediência) (WEBER, 1979, p. 99).

A dominação baseia-se na tradição, no carisma do líder ou na força do direito racional. A dominação pelo carisma e pela tradição se exerce pelo domínio dos líderes sobre os dominados que obedecem porque foram educados para tal, ou porque julgam que o líder tenha poderes sobrenaturais. No caso da dominação racional, o controle ocorre em função da posição que o líder ocupa no aparato de dominação, devidamente construída e garantida por um aparato legal.

Weber estabelece, desse modo, três tipos puros de dominação legítima: a legal, a tradicional e a carismática. As formas básicas de legitimação justificam-se com base em fontes distintas de autoridade.

A do “ontem eterno”, isto é, dos mores santificados pelo reconhecimento inimaginavelmente antigo e da orientação habitual para o conformismo. É o domínio tradicional exercido pelo patriarca e pelo príncipe patrimonial de

outrora. [...] A do dom da graça (carisma) extraordinário e pessoal, a dedicação absolutamente pessoal e a confiança pessoal na revelação, heroísmo ou outras qualidades da liderança individual. É o domínio carismático exercido pelo profeta ou – no campo da política – pelo senhor de guerra eleito, pelo governante plebiscitário, o grande demagogo ou o líder do partido político. Finalmente há o domínio da legalidade, em virtude da fé na validade do estatuto legal e da competência funcional, baseada em regras racionalmente criadas. Nesse espera-se o cumprimento das obrigações estatutárias. É o domínio exercido pelo moderno servidor do Estado e por todos os portadores do poder que, sob este aspecto, a ele se assemelham (WEBER, 1979, p. 99).

Segundo Quintaneiro (2011), Weber busca compreender as estruturas de dominação sob duas formas: a burocrática e a carismática. A dominação burocrática relaciona-se com o tipo especificamente moderno de administração, racionalmente organizado.

Nesse tipo, a legitimidade é estabelecida por meio da crença na legalidade das normas estatuídas e dos direitos de mando, por meio dos quais se exerce a autoridade. O exercício da autoridade está ancorado nas normas e na qualificação técnica do líder e estas lhe fornecem a legitimidade necessária para exercer a dominação.

Já a forma de dominação carismática baseia-se no extraordinário e, muitas vezes, até sobrenatural “dom” para liderar, atribuído a alguns indivíduos considerados especiais, embora a tendência, segundo Weber, seja de que as formas carismáticas de dominação se transmutem para tradicional ou racional-legal.

Em cada um dos clássicos das ciências sociais, é possível encontrar um modo particular de tratar a temática do Estado, do poder, da dominação. Em Weber, a construção ocorre especialmente baseada nos “tipos puros de dominação”, como vem sendo exposto.

Compreender o Estado e como este se estrutura é fundamental para que seja possível entender as relações entre Estado, educação e movimentos sociais. O modo como essas relações se desenrolam ao longo da história é tema central em diversos autores.

Marx apresenta o Estado como um comitê executivo dos interesses da burguesia. “[...] o Estado é apenas uma comissão que administra os negócios comunitários de toda a classe burguesa” (MARX; ENGELS, 1997, p. 12). A concepção de Estado, assumida por Marx e Engels, esclarece que o Estado apenas na aparência, e em muitos casos nem mesmo na aparência, está a serviço de toda a sociedade.

No plano da aparência, faz parecer que não há contradições de classe, quando, na essência, o Estado é o elemento que sustenta, conserva e reproduz a divisão da sociedade em classes sociais, com o intuito de garantir os interesses da classe dominante em detrimento dos interesses da classe dominada.

A dominação, nessa perspectiva, está alicerçada no trabalho. O sistema capitalista cria e recria continuamente meios mais eficazes para explorar o trabalho humano, ao transformá-lo em mercadoria no ato de coisificar o indivíduo, num processo de desumanização do ser.

Desse modo, a compreensão de qualquer modo de produção passa necessariamente pela maneira como os homens se organizam para produzir e pela maneira como é organizada a distribuição das riquezas produzidas em uma determinada sociedade. E ainda passa, principalmente, pelo papel do Estado como gestor das relações sociais que se estabelecem em cada modo de produção historicamente engendrado. Compreender o trabalho e a maneira como ele é organizado é fundamental para que seja possível realizar a análise de qualquer organização social.

O ser humano, no modelo societário capitalista, é visto como força de trabalho a serviço do sistema de produção, como único capaz de acrescentar valor às coisas. O trabalho transformado em mercadoria gera as condições de criação da mais-valia, que é o trabalho excedente realizado pelo trabalhador e expropriado pelo capitalista.

Em síntese, o trabalho excedente é aquele que o capital extrai gratuitamente durante o processo social de produção.

Aos produtores diretos ou trabalhadores [...] é trabalho forçado, ainda que possa parecer o resultado de uma convenção contratual livremente aceita. Tal trabalho excedente traduz-se na mais-valia, que consiste em produto excedente (MARX apud QUINTANEIRO, 1995, p. 88).

A mais-valia constitui-se, então, trabalho realizado pelo trabalhador e não remunerado pelo capitalista, o dono dos meios de produção. O trabalhador produz muito mais do que recebe, produz além da remuneração recebida, constituindo, assim, o sobretrabalho, o trabalho não pago. A mais-valia é a origem do lucro do capitalista e o trabalho realizado e não remunerado constitui-se “sobrelucro” do patrão.

A exploração contínua a qual o trabalhador é exposto no modo de produção capitalista gera as condições para o acirramento da luta de classes e a posterior “guerra civil”. Nas palavras de Marx e Engels (1997, p. 17):

Ao traçarmos as fases mais gerais do desenvolvimento do proletariado, descrevemos a história da guerra civil mais ou menos oculta que se trava no interior da sociedade atual, até o ponto em que se explode em revolução aberta e o proletariado funda seu domínio através da derrubada violenta da burguesia.

É importante considerar que mesmo Marx e Engels tendo elaborado suas teorias há mais de um século, esse fato em nada diminui a capacidade explicativa delas. Porém, é preciso considerar que, ao longo dos anos, houve algumas mudanças significativas nas relações de trabalho que modificaram as condições nas quais se trava a luta de classes entre os donos dos meios de produção e a classe operária.

A conquista de direitos por parte dos trabalhadores, tais como redução da jornada de trabalho, aumento do salário mínimo, aposentadoria por tempo de serviço, e tantas outras, pode induzir à crença de que a expressão luta de classes já não faz mais sentido nos dias de hoje. Mas, na verdade, o que se tem é uma luta de classes revestida de novos significados, principalmente após a Terceira Revolução Industrial, em que o desemprego é estrutural e naturalizado de forma perversa.

Não há dúvida de que as conquistas alcançadas pela classe trabalhadora são extremamente significativas, mas insuficientes para romper com a estrutura desumanizante do sistema capitalista, na qual o Estado está a serviço da classe dominante, que, com um agravante, apresenta-se como neutro.

Sendo assim, o Estado paira acima dos interesses de classes ao atender, em suas ações, os interesses de toda a sociedade na aparência, enquanto na essência é um governo da elite para a elite, mascarado por uma democracia demagógica e vil que dificulta ao dominado identificar-se como tal e buscar a ruptura com o modelo societal capitalista.

Em última instância, ele dificulta a organização da sociedade civil como espaço de lutas sociais, como será visto nos parágrafos seguintes. Portanto, é fundamental explicitar a intrínseca relação entre trabalho, sociedade civil e Estado para a compreensão do emaranhado da sociedade capitalista. Isso porque o trabalho, ou melhor, a quantidade de trabalho produzida pela classe dominada, e a

apropriação deste pela classe dominante determinam, de modo fundamental, a organização de classe e a possibilidade de uma constituição de uma sociedade civil plena e não nebulosa, incapaz, como se tem hoje no Brasil.

3.2 MOVIMENTOS SOCIAIS, ESTADO E NEOLIBERALISMO

Esta força capaz de mobilizar os sujeitos, de modo geral, tem como princípio o conflito, que se constitui como um dos principais elementos para se analisar o conceito de movimentos sociais, pois é a partir de uma situação conflituosa que se mobiliza um conjunto de indivíduos em direção a um objetivo comum.

A mobilização ocorre, geralmente, a partir da percepção pelos sujeitos de situações insustentáveis, de exploração, humilhação, desumanização, muito recorrentes nas sociedades em que o projeto neoliberal é implantado.

O movimento ganha corpo à medida que a retirada dos serviços essenciais torna-se cada vez mais comum e se torna capaz de provocar na sociedade uma necessidade de reação, de enfrentamento diante de uma realidade insuportável, qual seja, desemprego, miséria, deterioração das condições de trabalho, aumento da violência, elementos que geram solidariedade entre os indivíduos submetidos às mesmas condições.

Os sujeitos identificam-se, percebem-se na mesma situação, conseguem identificar o seu “time” nesta arena social e assim veem como possibilidade o enfrentamento coletivo de uma situação que é sentida coletivamente.

A análise desta temática é enriquecida com o concurso da visão praxiológica de Pierre Bourdieu (2014, p. 493), para quem o Estado “[...] constitui a forma de crença coletiva que estrutura o conjunto da vida social nas sociedades fortemente diferenciadas”.

Esta definição passa por uma elaboração sociológica bastante significativa. Bourdieu assume partir dos conceitos sociológicos clássicos enunciados por Durkheim, Weber e Marx, mas, ao definir o Estado, o faz de modo a demonstrar que este não é apenas um aparelho de coerção ou um aparelho a serviço da classe dominante. Ele é um campo simbólico, ou seja, legitimado pela sociedade na qual ele se constitui.

A teoria de Bourdieu (1998) possibilita compreender a relação Estado e movimentos sociais a partir de dois conceitos que se inter-relacionam e permitem

analisar a ação coletiva de modo mais profundo, mão esquerda do Estado e mão direita do Estado:

Eles constituem o que eu chamo de mão esquerda do Estado, o conjunto dos agentes dos ministérios ditos “gastadores”, que são vestígio, no seio do Estado, das lutas sociais do Passado eles se opõem ao Estado da mão direita, aos burocratas do ministério das finanças, dos bancos públicos ou privados e dos gabinetes ministeriais. Muitos movimentos sociais a que assistimos (e assistiremos) exprimem a revolta da pequena nobreza contra a grande nobreza do Estado (BOURDIEU, 1998, p. 10).

A mão esquerda do Estado representa a possibilidade de resistência, que se transforma em impulso, combustível para a luta. Há um movimento relacional, pois, ao mesmo tempo em que o Estado retira direitos essenciais, essa retirada do Estado das políticas essenciais, tais como habitação pública, a televisão e a rádio pública, a escola pública, os hospitais públicos, fomenta os movimentos sociais. A sociedade afetada pelo desmonte do Estado Social tende a se mobilizar para garantir a manutenção de direitos conquistados.

Bourdieu (1998) salienta que a “mão direita” apresenta uma racionalidade econômica que desconsidera as necessidades básicas do cidadão, e entende que os custos sociais da ordem econômica neoliberal são muito altos. É possível constatar em países onde o neoliberalismo encontra-se em um estágio mais avançado o aumento da delinquência, criminalidade, alcoolismo e acidentes de trânsito. O Estado, absorvido pela ótica neoliberal, atém-se ao “equilíbrio financeiro”, torna-se submisso aos interesses do mercado e alheio às necessidades do cidadão.

O ideário neoliberal é arquitetado em uma construção simbólica como o único caminho possível. Segundo os teóricos defensores dessa teoria, este modelo deve tornar o Estado maleável, flexível, eficiente, apresentando-o como um projeto de libertação, quando de fato as consequências constituem “[...] uma soma extraordinária de sofrimentos de todos os tipos, que não afetam apenas as pessoas que vivem em grande miséria” (BOURDIEU, 1998, p. 45), mas tendem a afetar a vida de todos, pois um dos seus primeiros sinais é o desemprego, que gera marginalidade e aumento da violência.

Porém, a força do discurso é maior, na maioria das vezes, do que a força das evidências. É possível verificar que, quanto mais o projeto neoliberal avança, maiores são os gastos com o Estado repressor. De acordo com Bourdieu (1998), os

gastos com presídios são superiores aos gastos com as universidades nos Estados Unidos, que, em tese, seriam o “tipo ideal” do modelo neoliberal para o mundo.

Bourdieu (1998) apresenta o Estado como uma entidade ambígua, não neutra, conflituosa, que norteia suas posturas de acordo com a disposição dos agentes na disputa. Em cada situação, segundo o autor, resistir à “involução do Estado” é fundamental, principalmente de um Estado Social, pois o que se presencia atualmente é o crescimento de um Estado repressor e penal. Os movimentos sociais tornam-se imprescindíveis nesta arena de lutas contra o neoliberalismo e o Estado, na sua versão mínima em direitos coletivos e de máxima performance em termos de repressão, punição e arrecadação.

Ao acompanhar ainda a visão do autor, a proposta neoliberal é quase um retorno ao século XVIII, com jornadas de trabalho exorbitantes e abusos de toda natureza; o neoliberalismo traz de volta o trabalho escravizante, extenuante, que vê no trabalhador apenas uma máquina a serviço do capital, cuja única lei é a do lucro; os efeitos desta política neoliberal são danosos à saúde psíquica dos trabalhadores. Algumas pesquisas inglesas comprovam:

[...] que a política thatcheriana provocou uma formidável insegurança, um sentimento de abatimento, primeiro entre os trabalhadores braçais, mas também na pequena burguesia. Observa-se a mesma coisa nos Estados Unidos onde se assiste a multiplicação dos empregos precários e sub-remunerados (que fazem baixar artificialmente as taxas de desemprego). As classes médias americanas, submetidas à ameaça da demissão brutal, conhecem uma terrível insegurança (mostrando assim que o importante num emprego não é apenas o trabalho e o salário que ele oferece, mas a segurança que ele garante) (BOURDIEU, 1998, p. 51).

O sentimento de insegurança e precariedade no trabalho provoca o adoecimento do trabalhador. As políticas neoliberais, segundo Bourdieu (1998), geram demissões, sofrimento, doenças, alcoolismo, consumo de drogas. Desse modo, a política que pretende economizar não o faz, pois gera insegurança, doenças, medo e gastos com a contenção da violência. É interessante notar que, de modo geral, este trabalhador que se vê diante de uma realidade precária, incerta, paradoxalmente é esta mesma realidade assustadora que impulsiona o indivíduo a reagir. Segundo Castells (2013, p. 8):

[...] a humilhação provocada pelo cinismo e pela arrogância das pessoas no poder, seja ele financeiro, político ou cultural, que uniu aqueles que transformaram medo em indignação, e indignação em esperança de uma humanidade [...] forjando um novo caminho, à medida que o percorria. Era a

busca de dignidade em meio ao sofrimento da humilhação – temas recorrentes na maioria dos movimentos sociais.

A proposição de Castells (2013) é fundamental para a reflexão sobre o sofrimento e a humilhação como elementos capazes de gerar, impulsionar a tomada de decisão de lutar contratas situações que ultrajam o indivíduo, como, por exemplo, salários baixos, péssimas condições de trabalho, situações que são recorrentes nos países onde o neoliberalismo é implantado. Esses elementos movem os atores sociais, gerando indignação que se transforma em esperança. Como se poderá ver no último capítulo, esses elementos ou percepções são recorrentes nas justificativas para as mobilizações dos dois sujeitos coletivos em foco nesta tese.

A esperança é um ingrediente fundamental no apoio à ação com vistas a um objetivo futuro, qual seja, a melhores condições de trabalho, de vida, de dignidade no ambiente de trabalho e na sociedade de modo geral, pois condições aviltantes no mundo do trabalho tendem a gerar condições de vida precárias, inseguras, insustentáveis. Os programas neoliberais tendem a gerar um círculo vicioso de pobreza, miséria e violência.

É importante compreender que a diminuição do Estado no campo da assistência social pode fazer com que este mesmo Estado necessite atender a uma sociedade doente, violenta e esquizofrênica; o desemprego tende a gerar um maior índice de marginalidade e de violência. Os dominados devem lutar pela manutenção de um Estado de providência, visto que o Estado social é a possibilidade de uma sociedade civilizada.

Nesse sentido, Bourdieu (1998) destaca que é fundamental a defesa de um Estado supranacional, que zele pelos interesses da classe que “vive do trabalho”, um Estado que mantenha o emprego, a saúde pública, a educação pública, enfim, o bem-estar.

Desse modo, o fortalecimento dos movimentos sociais é importante, pois é nessa instância que a sociedade civil se apresenta como entidade capaz de lutar pelos interesses da coletividade. O fim do Estado social é proposto pelos teóricos do neoliberalismo como inevitável. Sendo assim, os movimentos sociais, nesse contexto, apresentam-se como possibilidade de organização da sociedade civil, diante de um Estado que está diminuindo inerte às demandas da sociedade.

A possibilidade de resistência ao projeto neoliberal reside indelevelmente na organização e mobilização dos agentes sociais, trabalhadores, intelectuais militantes

e até mesmo a massa de desempregados, uma vez que só é possível empreender um movimento de contraposição à proposta neoliberal a partir dos sujeitos afetados por esse modelo econômico.

Os movimentos sociais surgem, via de regra, como força mobilizadora contra a opressão e a negação de direitos básicos porque têm a força de se indignar, de gerar esperança que acende, mobiliza e anima os sujeitos em direção à luta por dias melhores.

Na perspectiva de Bourdieu (2000), os movimentos sociais devem se apresentar como possibilidade de defesa das conquistas sociais de uma sociedade inteira, pois há de se compreender que, em uma situação de extrema pobreza e violência, mesmo os indivíduos empregados estarão sujeitos à barbárie.

A reflexão acerca dos movimentos sociais na perspectiva bourdieusiana deve compreender a dimensão simbólica, o significado que o sujeito atribui ao movimento e à sua potencialidade. Sendo assim, é preciso compreender a questão simbólica subjacente ao movimento e ainda desvelar a intensidade dos sujeitos no movimento.

Para finalizar, as bases científicas e materiais contrapõem-se à matemática neoliberal, pois “o movimento” pró-neoliberalismo é um movimento forte e “exerce um efeito de autoridade” (BOURDIEU, 1998, p. 74). Esse movimento apresenta-se muito bem articulado entre intelectuais, mídia, governo, empresas, em um discurso único e pronunciado de tal modo que o torna quase inquestionável.

3.3 INTELECTUAIS, MOVIMENTOS SOCIAIS E A CONTRAPOSIÇÃO À ORDEM NEOLIBERAL

Os intelectuais podem e devem interferir no processo de resistência à ordem neoliberal ao estimular a reflexão acerca do papel dos movimentos sociais e suas ações (BOURDIEU, 1998), atuando na definição de estratégias e ações de modo mais assertivo. A atuação do intelectual militante deve ser no sentido de estimular a reflexão e o combate acerca das ideias impostas pela mídia, pelo governo, assim como pela sociedade de modo geral.

O intelectual precisa ser o militante de contra-ataque às ideias veiculadas pela mídia, mesmo que a tarefa de contraposição não seja simples. Bourdieu (1998) apresenta, em seus textos, uma crítica aos intelectuais, que, na maioria das vezes, silenciam-se ou se posicionam a favor da classe dominante, quando deveriam ser os

porta-vozes da classe dominada e desempenhar um papel de contraposição à ordem neoliberal.

O projeto neoliberal destrói qualquer possibilidade de projetos sociais coletivos ao criar um mundo darwiniano, extremamente competitivo, no qual a lógica predominante é grupos *versus* grupos, indivíduos competindo com indivíduos.

Para isso, as estratégias utilizadas são: flexibilização, responsabilização ao extremo, tornando o indivíduo algoz de si mesmo, minando completamente a solidariedade coletiva, instaurando uma realidade de sofrimento, *stress*, medo e insegurança. Possivelmente, é neste cenário de acirramento, de precariedade, que é possível acender uma fagulha de esperança e apontar a resistência via movimentos organizados, solidários, como a saída de uma situação inóspita, insuportável.

Nesse cenário, os intelectuais militantes são muito importantes, pois conhecem a história social, e a história nos ensina que é na adversidade que os indivíduos unem-se, organizam-se, mobilizam-se e criam possibilidades de resistência. Bourdieu (2001, p. 19) corrobora a ideia de que os movimentos sociais são capazes de provocar mudanças substanciais, uma vez que impulsionam o Estado social. Sem a presença dos movimentos, a mão direita do Estado tende a crescer.

A história social ensina que não existe política social sem um movimento social capaz de impô-la, e que não é o mercado, como se tenta convencer hoje em dia, mas sim o movimento social que “civilizou” a economia de mercado, contribuindo ao mesmo tempo enormemente para sua eficiência (BOURDIEU, 2001, p. 19).

O projeto neoliberal cria, de forma proposital, uma sociedade profundamente marcada pela desigualdade e força o trabalhador a sobreviver em uma sociedade do desemprego. Este modelo de sociabilidade produz trabalhadores estressados, doentes física e mentalmente, incapazes de se reconhecerem.

Assim, a precariedade atua diretamente sobre aquele que ela afeta (e que ela impede, efetivamente, de serem mobilizados) e indiretamente sobre todos os outros, pelo temor que ela suscita e que é metodicamente explorado pelas estratégias de precarização, como a introdução da famosa “flexibilidade” – que, como vimos, é inspirada tanto por razões econômicas quanto políticas. [...] a empresa “flexível” explora, de certa forma deliberadamente, uma situação de insegurança que ela contribui para reforçar: ela procura baixar os custos, mas também tornar possível essa baixa, pondo o trabalhador em risco permanente de perder o seu trabalho (BOURDIEU, 1998, p. 123).

Diante de trabalhadores fragilizados, adoecidos, o intelectual militante apresenta-se como uma liderança capaz de motivar, propor alternativas no campo da teoria e da prática, ensinar os trabalhadores a se posicionarem no campo social. O intelectual poderá “jogar luz na escuridão”. O cenário que o trabalhador vislumbra é dramático, incerto, que o faz recuar, temeroso de que o pouco que ainda tem possa lhe ser tirado. Nesse contexto, o intelectual é capaz de traçar estratégias de resistência em vários campos: midiático, político e até mesmo entre os próprios trabalhadores, na perspectiva de formação política, social e militante.

Bourdieu (2001, p. 36) discute a questão da participação dos intelectuais na organização da sociedade civil em um movimento de resistência ao projeto neoliberal. “Os intelectuais e, mais precisamente ainda, os especialistas em ciências sociais podem e devem intervir no mundo político”. Portanto, eles são indispensáveis à luta social.

Esse intelectual coletivo pode e deve cumprir primeiramente funções negativas, crítica trabalhando para produzir e disseminar instrumentos de defesa contra a dominação simbólica armada atualmente, o mais das vezes, pela autoridade da ciência; forte pela competência e autoridade do coletivo reunido, ele pode submeter o discurso dominante a uma crítica lógica que se atenha sobretudo ao léxico (“globalização”, “flexibilidade” etc.), mas também à argumentação e em particular ao uso das metáforas; pode submetê-lo a uma crítica sociológica, que prolonga a primeira, trazendo à luz os determinantes que pesam nos produtores do discurso dominante (a começar pelos jornalistas, econômicos em particular) e nos seus produtos; pode enfim opor uma crítica propriamente científica à autoridade com pretensões científicas dos experts, sobretudo econômicos (BOURDIEU, 2001, p. 39).

A participação dos intelectuais nos movimentos sociais organizados possibilita a crítica legitimada pela autoridade científica, fundamentada em pesquisas e estudos científicos que tendem a atribuir legitimidade às informações apresentadas. Nesse contexto, o intelectual coletivo deverá interferir para a produção de novas utopias, novas formas de ação política, novas maneiras de mobilizar sujeitos e fazê-los trabalhar juntos, em torno de um ideal coletivo, capaz de gerar justiça social, de modo a possibilitar às vítimas da política neoliberal enxergarem-se como sujeitos capazes de construir uma nova história social.

O intelectual coletivo desempenha papéis de suma importância na perspectiva de Bourdieu (2001), como organizar, liderar, analisar, discutir, apresentar dados de grupos de pesquisa, que sejam capazes de apresentar a realidade tal qual ela é. De acordo com o autor, o intelectual coletivo deve

Desempenhar um papel totalmente insubstituível: conferir força simbólica, pelos meios da arte, às ideias, às análises críticas; e, por exemplo, dar forma visível e sensível às consequências, ainda invisíveis, mas cientificamente previsíveis, das medidas políticas inspiradas pelas filosofias neoliberais (BOURDIEU, 2001, p. 44).

Os intelectuais precisam se organizar de modo a se fazerem ouvir e produzir efeitos reais, capazes de promover mobilizações que resultem em uma contestação capaz de se contrapor à investida neoliberal. O engajamento do intelectual coletivo fortalece a práxis educativa inerente aos movimentos sociais.

A prática ensina, educa e, assim, o indivíduo torna-se sujeito ciente do seu fazer. A participação no movimento social gera um novo *habitus*⁸, um *ethos* que mobiliza sujeitos, que compreende a prática e os possíveis resultados provenientes de uma prática de participação, de embates. Bourdieu (2009, p. 87) define *habitus* como:

Sistema de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e domínio expreso das operações necessárias para alcançá-los [...].

Nesse cenário, o jogo começa a fazer sentido, os indivíduos aprendem e visualizam, no espaço de lutas, os resultados da ação. Estabelecem-se conexões entre saberes e práticas que promovem a criação de novos sujeitos geradores de uma nova práxis social e política.

⁸ *Habitus* é um conceito muito importante para a concepção bourdieusiana. De acordo com Bourdieu (1980 apud CARVALHO; SILVA, 2006, p. 119), é um “Sistema de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e representações que podem ser objetivamente adaptadas aos seus objetivos, sem supor que se tenham em vista conscientemente tais fins, e o controle expreso das operações necessárias para atingi-los, sem ser em nada o produto da obediência a regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro.” Bourdieu (1989, p. 61) “[...] o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um *baver*, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *bexis*, indica a disposição incorporada, quase postural -, mas sim o de um agente em ação: tratava-se de chamar a atenção para o “primado da razão prática” de que falava Fichte, retomando ao idealismo, como Marx sugeriu nas *Teses sobre Fewerbach*, o <<lado activo>> do conhecimento prático que a tradição materialista, sobretudo com a teoria do <<reflexo>>, tinha abandonado.”

3.4 O CARÁTER EDUCATIVO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A compreensão de educação que permeia este estudo está para além da educação formal oferecida nos bancos escolares. Ela perpassa saberes e aprendizagens construídos em diferentes espaços e instituições sociais, desde a família, instituições religiosas, associações, grupos, movimentos. Onde estiver o humano, o processo educacional estará em curso, sempre e por toda a vida.

O ato de educar não se reduz ao ato sistemático de ensinar a ler, escrever e fazer cálculos. Educar significa humanizar. A educação é, essencialmente, o processo pelo qual se aprende a ser membros da sociedade e a nos situar no grupo social no qual estamos inseridos. A educação é socialização, mas leva as novas gerações para muito além, representando a possibilidade de continuidade da vida social.

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio moral a que a criança, particularmente, se destine (DURKHEIM, 2011, p. 53-54).

De acordo com Mascarenhas (2004, p. 15), “[...] a educação é um processo rico e complexo, sendo elemento vital para a constituição da vida em sociedade, e, também, instrumento por excelência da socialização dos indivíduos”. É a educação que nos permite viver em sociedade, começando desde a concepção e continuando por toda a vida, de diversas maneiras e em diversos espaços sociais.

Segundo Gohn (2011), a educação não se resume à educação formal, realizada no ambiente escolar. Há aprendizagens e produção de saberes em outros espaços, tais como: igrejas, praças, parques, bibliotecas, museus, teatros. Além desses outros espaços sugeridos pela autora, vale salientar também a riqueza de produção de saberes na literatura oral ou contos populares; nas manifestações populares de cultura como capoeira, catira, folias, jogos infantis, cordel, ditados etc. Todas as instituições de ensino devem conectar-se aos espaços de produção de saberes para que ocorra uma interação positiva entre a cultura geral e a cultura da escola, possibilitando assim um processo de socialização mais rico e inclusivo, capaz de promover processos educacionais para além da escola.

O ato de participar é uma escolha que o sujeito realiza. Nesse processo, há um princípio educativo, estimulando o indivíduo a fazer escolhas conscientes que o tornam responsável por sua própria história de vida. A educação é um ato de liberdade, de luta, de conquista de direitos. E essa aprendizagem é significativa e duradoura quando se aprende a lutar, aprende-se essencialmente que a luta é contínua, pois ela existe antes, durante e depois. É um processo permanente no qual se ganha e se perde e, nesse processo, o sujeito valoriza cada conquista como se fosse a primeira e, ainda, cada derrota ensina que é preciso continuar, seguir em frente, pois a luta continua. A luta ensina especialmente a ganhar e a perder (PESSOA, 2004).

Os movimentos sociais, ainda que isso possa ser contestado em casos concretos, constituem-se espaços democráticos, livres, nos quais se constroem histórias de vidas e lutas, desenham-se identidades coletivas. Na perspectiva de Mascarenhas (2004, p. 20-21),

Os movimentos sociais constituem-se como verdadeiras “escolas da vida”, em que os indivíduos e grupos aprendem a se situar no mundo e a se posicionar diante dele. A sua prática cotidiana leva ao acúmulo de experiências e à reflexão sobre eles próprios. É gerado um processo de conscientização na participação em um movimento social. Aprende-se a ser pessoa, grupo, cidadão. A luta e a construção de uma identidade coletiva caracterizam os movimentos sociais que se constituem como educativos.

Na organização e mediação de interesses, constroem-se identidades, havendo uma noção de pertencimento pelo qual o grupo se reconhece. O sujeito se reconhece no grupo, no processo de construção e organização do movimento, nas relações que se produzem. Há uma percepção de que não sou eu, somos nós. Não há o indivíduo, visto que este passa a ter uma existência coletiva. Assim, a utopia é construída e vivida coletivamente. A construção da identidade coletiva constitui-se em um processo de aprendizagem, no qual os sujeitos aprendem a participar, compartilhar, solidarizar-se com o outro.

[...] o grupo reconhece a si mesmo e ao outro (s) constituindo uma identidade coletiva. [...] O ator individual transforma-se em membro de um ator coletivo no processo da ação coletiva, ganha identidade nova, que não é só sua, mas ganha existência como parte do coletivo (MASCARENHAS, 2004, p. 20).

O processo de participação no movimento ensina, educa, torna o indivíduo sujeito ciente de suas ações. A ação coletiva é a ação do indivíduo no coletivo e

nesta ação ele aprende o que fazer, como fazer e quando fazer. Em síntese, ele aprende a jogar o jogo jogando. O movimento transforma o *ethos* do participante, cria um novo ser, que se recria no campo, reelabora-se na prática cotidiana a partir das disputas e dos significados, nas relações entre o ser e o campo.

Mascarenhas (2004, p. 21) tece considerações acerca da relação educação e movimentos sociais, que possibilita a compreensão do movimento social como espaço capaz de promover um processo educacional significativo na vida de seus participantes.

Educação é aprendizado, vivência, criação, recriação, movimento e interação. Sob esta perspectiva, a organização de grupos sociais que se consolidam por meio de uma ação conjunta, criando suas representações e se inserindo ativamente na realidade social, representa um processo educacional rico e diversificado. Por isso, podemos perceber a constituição dos movimentos sociais imbuída de um processo educacional muito significativo.

O ato de participar, de fazer parte de um grupo social organizado, com objetivos, ideologia, utopias e sonhos, cria novos projetos, novos modos de ser, no sujeito que participa, que vive o movimento. O movimento social passa a fazer parte do cotidiano do participante. Os movimentos são capazes de promover uma crescente politização da vida social, ampliando a capacidade de organização e mobilização de indivíduos e grupos. Os movimentos apresentam-se como termômetro da vida social. Por meio deles e suas manifestações, é possível aferir a organização e a mobilização em determinada sociedade. A presença dos movimentos sociais indica uma sociedade civil organizada atuando na defesa dos direitos dos cidadãos.

Brandão (2004, p. 46) faz uma reflexão muito importante sobre a relevância do movimento social na sociedade contemporânea:

Em nosso mundo de agora, o *movimento social* tende a ser cada vez mais lugar cultural privilegiado de interações provenientes de escolhas racionais, assim como de opções bastante afetuosas, em nome não somente da defesa de uma causa social justa, mas do profundo desejo dos encontros entre pessoas em busca de sentidos compartilhados de vida e destino.

Fazer parte de um grupo social e/ou movimento social é um ato de liberdade, de desejo, de resistência, mas também de afeto. O movimento abriga pessoas que convergem para um ideal, partilham dos mesmos sonhos e aprendem juntos a possibilidade da esperança compartilhada, construída coletivamente. Os

movimentos reinventam “o nós” numa sociedade do “eu”, reinventam a solidariedade, a generosidade, a prática da partilha, da ajuda mútua, possibilitando o encontro do outro igual e diferente de mim, mas que tem algo em comum comigo. Em suma, os movimentos lutam por justiça social, por sustentabilidade, por igualdade de gênero e tantas outras causas sociais, ambientais, culturais, religiosas, enfim, humanas.

Na perspectiva de Brandão (2004, p. 47), a organização social é o reencontro com o outro e possibilita construir um novo começo, uma outra sociedade, na qual os sujeitos se reencontram e se veem como pares e não como adversários.

Na sua múltipla e fugidia face, o *movimento social* talvez seja, hoje em dia, um local universalmente muito importante para a vivência do encontro do “nós”. Um lugar de encontros entre pessoas destinado tanto aos “trabalhos” realizados partilhados em nome das “causas” das “lutas” e das “frentes” a que se propõe. Aquilo a que, bem ou mal, todo *movimento* pretende se “lançar” em nome de uma desejada partilha de vidas postas em comum por escolhas livres e, desde então, destinadas a existirem entre teias e redes do poder da pequena profecia sugerida por Walter Benjamin. Um poder que a cada dia sonha ser realizado por meio de algum tipo de saída-de-mim mesmo e de serviço ao outro, do “menino-de-rua” à “Terra-Mãe Gaia”.

O movimento social situa-se num espaço social que possibilita múltiplas interações sociais, culturais, políticas, econômicas, e que pode ser organizado de diversas maneiras, com possibilidades e objetivos diferentes em cada situação, de acordo com a sociedade e o grupo que o organiza e promove.

As interações provenientes dos movimentos sociais promovem um processo educacional em valores, uma interação conceitual. O sujeito que participa do movimento aprende a exercitar a autonomia, a crítica, o poder de decisão. Essas atividades inerentes ao movimento formam, essencialmente, um ser humano capaz de construir o seu próprio conhecimento.

O conhecimento é uma ferramenta fundamental na construção de um ser reflexivo, capaz de pensar a si mesmo e o mundo a sua volta, pensando de forma integrada o macro e o micro, o individual e o coletivo. A educação que ocorre nos movimentos sociais é sempre “um autoeducar-se”, um ato de plena consciência daquele que vive, participa e decide os caminhos de sua própria vida.

Desse modo, a participação em um movimento social constitui-se *locus* privilegiado para a práxis educativa. Há um caráter educativo nas práticas que se desenrolam no ato de participar, tanto para os membros da sociedade civil quanto para a sociedade de modo geral, e para os órgãos públicos envolvidos – quando há

negociações, diálogos ou confronto (GOHN, 2012). O ato de participar ensina não só o processo de participação em si, como também a importância social e cultural desse ato coletivo. Os sujeitos que se engajam na luta aprendem o valor do grupo, do outro, da solidariedade, valores fundamentais na construção da cidadania.

CAPÍTULO IV

MOVIMENTOS SOCIAIS, CIDADANIA E PRÁXIS EDUCATIVA

Educação e cidadania são categorias que, historicamente, apresentam-se vinculadas. Sendo assim, este capítulo traz uma reflexão acerca da relação entre a construção da cidadania e o processo educativo em uma dada sociedade. E, de modo especial, descortina os nexos entre movimentos sociais, educação e a construção de um novo sujeito histórico a partir da práxis educativa no contexto dos movimentos sociais organizados no interior da Universidade Estadual de Goiás.

A pesquisa realizou-se a partir dos referenciais acerca da teoria dos movimentos sociais e dos trabalhos que pesquisam a UEG e o desenvolvimento dessa instituição de ensino superior. Portanto, este capítulo pretende demonstrar, com base na análise documental, a estreita relação entre o desenvolvimento da UEG e os movimentos sociais organizados nessa instituição.

O capítulo quarto desta tese apresenta, pois, os movimentos Fórum de Defesa da UEGe Mobiliza UEG como propulsores de uma práxis educativa. Demonstra-se, ao longo do capítulo, a fecundidade dos movimentos sociais uegeanos na construção de um novo sujeito que é forjado no bojo das mobilizações, manifestações, reuniões, passeatas. Isso porque o movimento social possibilita a formação de um sujeito capaz de compreender a ação coletiva como elemento central na construção de uma sociedade mais justa e capaz de equalizar as desigualdades sociais.

4.1 EDUCAÇÃO, CIDADANIA E MOVIMENTOS SOCIAIS

A reflexão acerca do conceito de cidadania perpassa a história, o direito e a política. A cidadania tem sido, via de regra, o horizonte para o qual os movimentos sociais apontam, ao reivindicarem uma educação pública de qualidade que atenda aos interesses das camadas populares. De acordo com Ribeiro (2002, p. 115),

[...] a educação voltada para a construção de uma cidadania ativa – aquela em que os cidadãos efetivamente participam das decisões políticas que os afetam – aparecem os movimentos docentes/discentes, nas organizações comunitárias de pais que lutam por escola, nos programas e nas ações de partidos de esquerda, sendo também uma das bandeiras do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

Na perspectiva de Gohn (2012), há uma relação intrínseca entre movimentos sociais, educação e a questão da cidadania. O processo de constituição da cidadania passa por diferentes concepções e abordagens, mas, em síntese, pode-se afirmar que a cidadania é elaborada a partir de grupos organizados da sociedade civil, por meio da participação nos movimentos, constituindo-se uma categoria coletiva.

O cidadão coletivo presente nos movimentos sociais reivindica baseado em interesses da coletividade de diversas naturezas e a educação ocupa lugar central na concepção coletiva de cidadania. Isso ocorre, porque ela se constrói no processo de luta que é, em si, um movimento educativo (MASCARENHAS, 2004, p. 23).

A origem do debate acerca da temática cidadania remonta ao mundo grego. Na Grécia antiga, a cidadania está vinculada à democracia, modo pelo qual o poder emana dos homens que seriam, portanto, senhores de seus destinos. Mas, nesse modelo de democracia, apenas 10% da população participam das decisões, pois 90% não estão inscritas na condição de cidadãos. Assim há uma contradição – o poder emana do povo para o povo – mas o povo se reduz a uma pequena e privilegiada parcela da população. No modelo grego, ter cidadania significa gozar de liberdade e igualdade entre os pares.

A concepção de liberdade é incoerente com o trabalho produtivo para os gregos. De acordo com essa visão de mundo, só seriam capazes de pensar livremente os indivíduos que não tivessem de se ocupar com atividades produtivas e que dispusessem de tempo livre para pensar a *res publica*. Ribeiro (2002, p. 115) explicita tal incoerência:

Ser livre, portanto, é não exercer um trabalho, uma profissão, um comércio, uma tarefa material que corresponda à satisfação das necessidades próprias da vida. O trabalho para os gregos é incompatível com o exercício do livre pensar, com a produção de conhecimentos e com a participação política.

Na acepção grega de mundo, só teria possibilidade de ser cidadão o indivíduo que, por nascimento, fosse dotado de fortuna e liberdade. Só assim poderia ser livre para participar das assembleias e debates públicos.

Porém, no mundo moderno, a cidadania é concebida de outro modo e baseada em outros princípios.

A igualdade e a liberdade, como direitos reivindicados pela burguesia que disputa o espaço público com a nobreza e o clero, a centralização do poder e a soberania são questões definidoras do Estado Nacional, no qual está compreendida a cidadania moderna (RIBEIRO, 2002, p. 118).

Os principais pensadores clássicos da modernidade concebem a cidadania a partir da compreensão do contrato social – fruto de uma convenção social entre os homens. De acordo com Hobbes (1974), os homens buscam a paz, a segurança e a prosperidade. Locke (1973) defende a propriedade e a liberdade e, segundo esse autor, o Estado – fruto do contrato social – deveria zelar pela propriedade. Rousseau (1973) também é conhecido como um contratualista, porém, diferentemente de Hobbes e Locke, acreditava que o cidadão deveria ser o Soberano, apesar de o Estado torná-lo fraco, subserviente e medroso.

As concepções de cidadania grega e moderna apresentam algumas semelhanças, especialmente quanto à presença do cidadão proprietário. No entanto, diferem em um elemento fundamental, qual seja, a origem da propriedade.

A cidadania moderna, vinculada ao Estado-nação e à afirmação da burguesia enquanto classe, guarda, em sua definição, elementos comuns e, ao mesmo tempo, diferentes aos encontrados na cidadania grega. O cidadão, tanto grego clássico como o europeu moderno, é um indivíduo masculino, dotado de razão e proprietário. No caso grego, a razão está associada à propriedade da terra, ao ócio, ao exercício do conhecimento filosófico e à ação política. No caso da cidadania moderna, a razão está em franca hostilidade com a meta-física, porque associada ao comércio e ao nascimento das ciências físico-naturais: a propriedade é, além da terra, a dos meios de produção. Nos dois casos, a cidadania qualifica classes que estão no poder (Atenas) ou que aspiram ao poder (burguesia europeia). A diferença está em que a filosofia cujo discurso dá sustentação à cidadania grega não problematiza a propriedade – inclusive a dos escravos – vista como um bem natural daquele que tem o dom da Inteligência e a liberdade das mãos para melhor governar e pensar. No caso da cidadania moderna, os pensadores que refletem sobre o Estado-nação no qual se encontram os fundamentos dessa cidadania, percebem a propriedade como resultante do trabalho humano. O trabalho significa, portanto, a ruptura com o estado de natureza e o fundamento do princípio da propriedade, que dá ao homem burguês a justificativa moral e legal para preservá-la e defendê-la (RIBEIRO, 2002, p. 118).

No transcorrer da história, é possível verificar mudanças na concepção de cidadania. Assim, no período iluminista, há uma forte associação entre educação e constituição da cidadania, mas existe uma dualidade fundamental que marca o projeto iluminista: uma escola para o povo e outra para a burguesia, com finalidades distintas.

A dualidade marca o projeto iluminista, que justifica a existência de dois projetos diferentes de escola, um para o povo e outro para as classes dirigentes, tanto pelo princípio da liberdade individual – que não admite uma educação padronizada – quanto pela desigualdade natural das faculdades humanas, que respalda a classificação dos alunos em mais capazes e em menos capazes, justificando a existência de ricos e pobres (RIBEIRO, 2002, p. 119).

De modo geral, os autores liberais entendem como pilares do pacto social os princípios de igualdade e liberdade, que são, na essência, a origem da sociedade civil, e que a democracia é a melhor forma de organização de um governo. Na esteira desse pensamento, ocorre também a defesa do exercício da cidadania por meio da participação política do cidadão, tanto na elaboração de leis quanto na eleição de seus governantes.

No liberalismo, a cidadania está atrelada aos direitos individuais. Nessa perspectiva, Locke (1973) concebe a cidadania como um direito exclusivo do homem-proprietário. Apenas este teria direitos naturais e imprescritíveis, tais como liberdade e igualdade. Na perspectiva de Locke (1973), os trabalhadores, acostumados apenas ao trabalho braçal, seriam incapazes de formular ideias que pudessem colaborar para a questão da *res publica*, pois, segundo este autor, os proletários seriam incapazes de governar as próprias vidas, sendo estes dados às ações desordeiras que ameaçam a ordem e o bem comum.

Desse modo, os trabalhadores seriam pessoas de “segunda categoria”, que deveriam se abdicar da participação nas decisões públicas, deixando que os cidadãos, “homens preparados”, decidissem por todos. Na esteira do pensamento contratualista, a educação não faria parte do universo dos trabalhadores, visto que estes, como já foi salientado, não estariam inscritos na categoria de cidadãos.

De acordo com Ribeiro (2002), os clássicos do pensamento liberal reordenam a ideia de poder político de maneira a justificar o domínio burguês sobre todas as instâncias de poder: legislativo, executivo e judiciário, ao manter excluída desse poder político a maioria da população, a saber: mulheres, trabalhadores urbanos e rurais.

De acordo com a análise de Gohn (2012), o século XVIII foi um marco divisor na questão da cidadania. Enquanto os contratualistas destinavam a cidadania e seus privilégios à burguesia, os racionalistas propunham uma nova ordem social. A transformação, por meio de uma razão ilustrada, ampliava o leque dos cidadãos, dos não proprietários, ao passar, portanto, pela constituição das classes populares como

cidadãos sujeitos de direito. O fundamental estaria na reforma política, pela qual o homem tornar-se-ia sujeito histórico capaz de modificar a realidade. “E para tal, ele precisava ser livre e consciente da realidade” (GOHN, 2012, p. 17).

Nessa perspectiva, a cidadania resumir-se-ia a uma questão educativa, pela qual o acesso à educação seria diferenciado segundo as “capacidades” dos indivíduos. Nesse cenário consolida-se a dualidade educacional liberal, visto que todos deveriam estudar, mas aos trabalhadores seria oferecida uma educação elementar, qual seja, ler, escrever e contar, com vistas à formação para a produção de mercadorias.

A passagem para o século XIX aponta para uma cidadania que se dirige a todos, porém, com o objetivo de disciplinar e domesticar as massas. “Espera-se que os membros do tecido social, através da educação, participem do convívio social de forma harmoniosa” (GOHN, 2012, p. 18). Nesse processo, a educação é persuasiva e é designada a moralizar o cidadão para a convivência social.

No século XX, a ideia de cidadania enfatizou os direitos individuais, passando o Estado a regulamentar os direitos do cidadão e restringi-los ou cassá-los de acordo com as conjunturas políticas e históricas. A dissolução da URSS e a crise do modelo socialista permitiram que o pensamento neoliberal se tornasse hegemônico, ou seja, abriram-se brechas no pensamento neoliberal para o surgimento de questionamentos ao Estado social, bem como aos direitos universais, tais como saúde e educação, que, na perspectiva neoliberal, deveriam sair da categoria de direito e se tornarem mercadorias.

Nesse modelo, questionaram-se ainda os direitos trabalhistas conquistados nos períodos anteriores. Instaurou-se uma nova ordem social baseada na desregulamentação, vindo direitos antes cristalizados a serem questionados em nome do Estado mínimo, máxima do modelo neoliberal.

O desenvolvimento explorador e espoliativo do capitalismo, a massificação das relações sociais, o descompasso entre o alto desenvolvimento tecnológico e a miséria social de milhões de pessoas, o desencanto com a destruição gerada pelo capital são elementos que propiciam a criação de um novo ator histórico e agente mobilizador, os movimentos sociais.

4.2 CIDADANIA, *STATUS* E CLASSE SOCIAL

A análise do conceito de cidadania, da relação desta com a classe social e o *status* de cidadão, é imprescindível para que se possa compreender a relação entre cidadania, igualdade e desigualdade social. A cidadania, segundo Marshall (2002, p. 24), “é um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade”. A cidadania, tal qual apresenta Marshall, constitui-se *status* social, pois é atribuída a determinados membros de uma comunidade e negada àqueles que não adquiriram o *status* necessário para pertencer ao grupo dos cidadãos.

Porém, estas são questões importantes acerca da cidadania: Quem são os cidadãos? Quais são os indivíduos que deverão ter acesso aos direitos civis, políticos e sociais?

De modo geral, há um grupo de “notáveis” que deve ter direitos e a massa é, ao longo da história, desprovida do direito a ter direito. Sendo assim, a cidadania é negada à maioria da população, estabelecendo-se uma ordem natural na qual aos cidadãos os direitos e aos outros os deveres.

Na perspectiva apresentada por Marshall, a classe à qual um indivíduo pertence determina o *status* e o conjunto de direitos e deveres ao qual o cidadão está submetido. Desse modo, o conceito de classe social é um elemento importante na compreensão da relação entre classes sociais e cidadania. A classe social é, pois, um sistema hierárquico que “organiza” a sociedade em termos de educação, propriedade, trabalho e poder. “[...] elas emergem da combinação de uma variedade de fatores relacionados com as instituições da propriedade e educação e estrutura da economia nacional” (MARSHALL, 2002, p. 25). Porém, Marshall (1977) distingue cidadania de classe social. A cidadania seria fruto de um *status* concedido àqueles que são membros efetivos de uma comunidade, que teriam direitos e deveres pertinentes ao *status* adquirido. Já a cidadania seria constituída na relação do indivíduo com o Estado, sendo vista como uma concessão estatal, com base na igualdade jurídica.

A classe social, por sua vez, constitui-se um sistema de desigualdade, de acordo com a inserção do indivíduo no processo de produção, ou mesmo com a capacidade de inserção no mundo do trabalho, de competir individualmente, de adquirir o direito de possuir.

A desigualdade social é um elemento importante no debate sobre a constituição da cidadania, visto que a conquista da cidadania está atrelada ao campo econômico. Assim, ter cidadania significa ter propriedade. A posse de bens possibilita então o acesso à liberdade. Desse modo, ser livre é ser capaz de reivindicar, participar, votar, comprar, consumir, a liberdade está associada ao ter. Na sociedade capitalista, marcada pela divisão de classes, o acesso aos bens materiais ou mesmo culturais é limitado pela capacidade de consumo: “compro, logo existo”.

Nesta relação entre cidadania e classes sociais, a igualdade é para os iguais e a desigualdade de direitos e obrigações é vista por Marshall (2002) como intrínseca ao sistema capitalista, inerente ao sistema de classe e poderia funcionar como um incentivo para a almejada ascensão social. Fica evidente a postura liberal do autor que naturaliza a desigualdade. Entretanto, pode-se depreender dessa concepção que a maior ou menor desigualdade entre as classes resulta da capacidade de organização dos indivíduos em uma determinada sociedade. É preciso salientar que a obra de Marshall se refere a um contexto específico – Inglaterra em meados do século XX – e tentar explicar a evolução da ideia de cidadania evocada no Brasil, a partir desse referencial, implica em negligenciar diferenças importantes, tal como apresenta Moura (2009, p. 23):

Imprescindível, pois, salientar que o contexto histórico, econômico, político e social pelo qual passava a sociedade britânica, [...] era totalmente diverso daquele vivido por outros países, nomeadamente, pelo Brasil. Assim alertamos para que as ideias de Marshall sejam compreendidas e interpretadas observando-se essas peculiaridades, caso contrário, incorremos no erro de universalizar um discurso que se aplica a uma especificidade.

Desse modo, duas diferenças são fundamentais entre o percurso da sociedade inglesa e o percurso da sociedade brasileira: “[...] a primeira refere-se à maior ênfase em um dos direitos, o social, em relação aos outros. A segunda refere-se à alteração na sequência em que os direitos foram adquiridos: entre nós o social precedeu os outros” (CARVALHO, 2001, p. 11).

Outro elemento essencial nesta distinção analítica entre Brasil e Inglaterra reside no fato de que o tripé que compõe a cidadania – direitos políticos, civis e sociais – foi pelo povo inglês conquistado e no caso brasileiro, de modo geral, os

direitos são ou não concedidos, segundo os interesses particulares dos governantes em cada época.

Moura (2009) salienta ainda que o autor inglês acredita na desigualdade estrutural como um elemento inerente à sociedade de classes e visualiza a cidadania como um instrumento regulador, capaz de atuar como um redistribuidor de direitos, equalizando a estrutura da sociedade, por meio do sistema de classes, no qual há uma nítida prevalência analítica da infraestrutura em detrimento da superestrutura.

A análise marshalliana da cidadania baseia-se em três elementos básicos já apontados neste trabalho. São eles: civil, político e social, numa ordem cronológica. O autor, ao construir o conceito de cidadania, estabelece uma relação de dependência com o Estado, na medida em que os direitos emergem do Estado para a sociedade.

Neste ponto de sua teoria, Marshall é questionado, pois a história da cidadania é marcada por conquistas e, de modo geral, os atores sociais mobilizam-se num espaço de lutas, numa arena de debates e embates sociais. “A cidadania é algo que se conquista através da luta” (COELHO, 1990, p. 20).

Os chamados direitos de quarta geração não chegaram a ser apresentados na teoria de Marshall, mas outros teóricos continuaram a pesquisar sobre a temática da cidadania e a contribuírem de forma efetiva para o debate acerca dessa temática. Como exemplos de direito da quarta geração, tem-se o direito ao desenvolvimento sustentável, à democracia, ao pluralismo de ideias, direito à informação, como destaca Bedin (apud MOURA, 2009, p. 27):

Todos direitos, como se pode ver, de interesse coletivo e que sinalizam para a necessidade de superação – não no sentido de negação, mas sim no sentido de ir além, numa síntese superior – da estrutura tradicional do Estado moderno, em especial de seu conceito de soberania e de sua prerrogativa de monopólio de produção jurídica.

Os direitos da quarta geração, como se pode observar, não estão mais circunscritos à esfera do indivíduo, propriedade, liberdade, voto, mas à esfera do coletivo, em especial do gênero humano.

No caso brasileiro, a pirâmide proposta por Marshall ocorre de modo invertido, a cidadania construída ao longo da história brasileira é marcada por concessões do Estado à sociedade civil, construindo assim um cidadão passivo ao invés de um

cidadão ativo, capaz de se mobilizar e lutar pelos seus direitos. Verifica-se um cidadão passivo à espera do Estado “benfeitor”.

Nesse cenário, o Estado estabelece sua supremacia sobre a sociedade civil, que deixa de desempenhar o seu papel de forma livre e independente, ao produzir um cidadão submisso, incapaz de conquistar seus direitos, que se habituou a “ganhá-los” e não a conquistá-los.

Constata-se, no Brasil, um longo processo de construção da cidadania que está por ser concluído, visto que os direitos avançam muito lentamente e em alguns períodos da história os direitos políticos e sociais recuam visivelmente. A cidadania brasileira, via de regra, está centrada no Estado, muitas vezes em um Estado autoritário que suprime os direitos políticos e ao mesmo tempo doa, de forma paternalista, seletiva e clientelista, os direitos sociais, configurando-se como um Estado provedor ao minar a capacidade de resistência do cidadão. Desenvolve-se assim, no Brasil, uma cidadania frágil e um cidadão passivo que espera favores ao invés de lutar por seus direitos.

O modelo de cidadania construído no Brasil apresenta um fortalecimento da sociedade política e um encolhimento da sociedade civil, o que dificulta sobremaneira o desenvolvimento de uma cidadania forte, autônoma e independente. Diante dessa realidade, o Estado forte ganha virtuosidade, a sociedade política se fortalece e a sociedade civil e os movimentos sociais são percebidos por esta mesma sociedade como anômicos, “fora de lugar”.

A cidadania brasileira continua inconclusa e o indivíduo brasileiro ainda precisa aprender a ser cidadão. A análise desta temática aponta para um caminho longo para que se possa vislumbrar, na realidade brasileira, uma consciência de cidadania plena.

Com o advento da Constituição de 1988, houve um grande avanço nos direitos civis e políticos, mas os direitos sociais continuaram muito aquém do que se espera, pois o desemprego e a desigualdade são problemas que persistem, negando, desse modo, a cidadania social. Assim, a pirâmide ou modelo de Marshall acerca da cidadania se completa, porém, como muitas vezes ocorre na história da humanidade, a cidadania não alcança grande parte da população, alijando os trabalhadores dos direitos básicos do ser humano.

No cenário brasileiro atual, acrescenta-se um elemento fundamental que torna a cidadania mais distante: o visível encolhimento dos direitos sociais frente à

globalização. As políticas neoliberais e a constante diminuição do Estado, de modo geral, “promotor” da cidadania no caso brasileiro, aumentam a desigualdade social e diminuem ainda mais a parcela da população com acesso aos direitos essenciais.

Nesse cenário, há uma tendência de crescimento das mobilizações sociais, que pretendem alcançar a cidadania negada, conquistar direitos fundamentais, tais como: educação, saúde, segurança, moradia, elementos necessários à constituição da dignidade humana. Os movimentos sociais constituídos na UEG por docentes, discentes e servidores técnico-administrativos se desenvolvem nesta esteira, com a finalidade de encontrar soluções para os problemas que afligem a comunidade uegeana.

4.3 OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA UEG

Uma sociedade constitui-se e se desenvolve mediante a organização e a orientação de um grupo de pessoas. Assim, as instituições desenvolvem-se nessa mesma lógica, a partir de demandas sociais e da capacidade dos sujeitos de se organizarem em prol de seus ideais e suas utopias.

A história da UEG é constituída por mobilizações que apresentam as mais diversas demandas, desde concursos para a composição do corpo docente e técnico-administrativo, plano de carreira, até a construção de prédios para o funcionamento das unidades, lanchonetes, restaurantes universitários, moradia estudantil, bibliotecas e bolsas de pesquisa.

A análise desta temática possibilita a reavaliação de todo o processo de construção e desconstrução, avanços e retrocessos vividos na UEG, bem como entender a ação dos atores sociais inseridos nesse processo.

Parte-se da premissa de que a universidade constitui-se um *locus* privilegiado para a construção do conhecimento e difusão de informações que, em tese, educa e faz germinar um cidadão capaz de lutar por seus direitos.

Verifica-se, segundo Chaia (1994), que os movimentos sociais, em suas demandas, exigem da universidade novos arranjos, orientações, que impulsionam pesquisas, revitalizam a produção teórica, a geração de conhecimento e o avanço da ciência.

Os movimentos sociais na UEG ocorrem numa perspectiva dialética: avançam, ampliam, de acordo com as demandas, a necessidade de se organizar e

resistir frente aos desafios propostos; ou encolhem à medida que os elementos que geram o conflito desaparecem ou diminuem a intensidade, num movimento de avanço e retrocesso.

A proposta de estudar os movimentos sociais no interior da UEG, como já foi apontado anteriormente neste trabalho, destina-se ainda a descobrir os nexos entre os movimentos sociais e a sociedade, por acreditar que os movimentos trazem em si uma energia criadora, propulsora da mudança, de uma força motriz que embala, envolve, anima e faz crer que a mudança é possível, que os direitos devem ser conquistados, alcançados. Os movimentos apontam um novo caminho, um novo ser, forjado na luta, na defesa dos direitos e das utopias.

Essa força fez-se presente na UEG em vários momentos de sua história e dois deles merecem maior destaque por evidenciarem a ideia exposta: o Fórum de Defesa da UEG, criado em 2006, e o Mobiliza UEG, em 2013. O Fórum de Defesa da UEG é um movimento que surgiu da necessidade de professores, técnico-administrativos e alunos contraporem-se a outra Associação de Professores da UEG, a Aduég – Associação dos Docentes da UEG.

Os professores da UEG, em abril de 2006, concluíram que a Aduég não os representava diante do governo e da reitoria, pois consideravam a referida associação “pelega” e, por esse motivo, incapaz de representar os interesses deles.

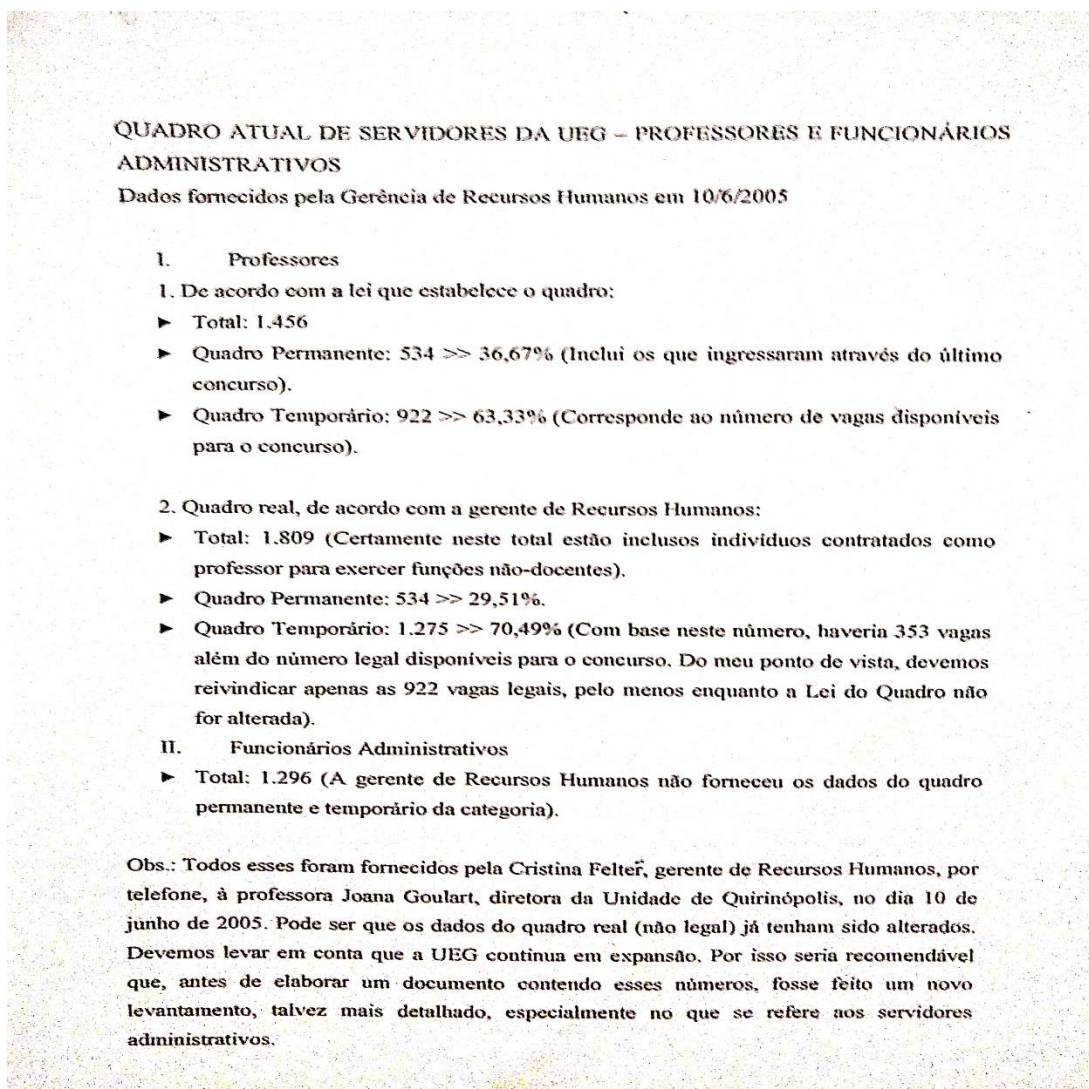
Nesse período, 2006, houve outro agravante: a maioria dos professores da UEG era composta por temporários, conforme dados que serão apresentados neste trabalho. E esse era um elemento importante para a análise, pois esse regime de trabalho, no qual a maioria dos servidores da UEG se encontrava, dificultava as greves e manifestações que pudessem permitir aos professores lutar para que houvesse concursos e melhoria das condições de trabalho.

Algo que marca de modo substancial o Fórum de Defesa da UEG, em sua fase inicial, é o fato de ser um movimento fortalecido por alunos, no intuito de que os professores fossem “poupados” do desgaste, em função da condição de fragilidade em que estes se encontravam naquele momento. Isso porque o corpo docente era formado, em sua maioria, de professores com contrato precário, devido à ausência de concurso público.

De acordo com dados fornecidos pela Gerência de Recursos Humanos em 10/06/2005, em documento apresentado na figura 2 a seguir, a quantidade de servidores em situação de contrato temporário aponta para uma distorção no quadro

de professores da UEG, uma vez que o contrato temporário em uma instituição pública, geralmente, deve ser esporádico e não costumeiro.

Figura 2 - Quadro de servidores da UEG – Professores e funcionários administrativos



Fonte: Gerência de Recursos Humanos – UEG em 10/06/2005.

A situação ocupacional do docente com contrato temporário, entre outras situações, o torna refém de seu contratante, neste caso, a universidade. No campo de disputas, o capital simbólico do professor submetido a esse tipo de contrato diminui muito ao impossibilitar, muitas vezes, a reação deste sujeito a situações de exploração e humilhação, conforme análise de Bourdieu (1998). Esse cenário é muito complexo porque isso dificulta, sobremaneira, ao sujeito ver para além da situação dada. E, desse modo, ainda há a real possibilidade da perda do emprego precário, mas que em muitos casos é a única maneira de subsistência.

A mobilização por uma universidade de qualidade sempre esteve presente no interior da UEG. Mesmo antes de sua criação, alunos, professores, bem como a sociedade goiana, aspiravam pela criação de uma universidade estadual em Goiás. Assim, em 1999, o governo de Goiás parecia tornar possível a realização de uma antiga aspiração de grande parte da sociedade goiana, especialmente de professores e estudantes das até então faculdades estaduais isoladas.

Porém, logo de início, a UEG apresentava graves problemas, mas se busca consolidar como universidade, fundada pelo Decreto-lei n.º 5.130, já citado anteriormente. De acordo com documento de professores e estudantes em greve na UEG:

Por algum tempo, a propaganda oficial conseguiu esconder as graves deficiências da nova instituição, pintando uma imagem que não correspondia à realidade vivida pela UEG. Afinal, a “menina dos olhos do Governador” tinha de aparecer como a primeira maravilha do “Tempo Novo”. Entretanto, o descompromisso do Governo Estadual para com a sua consolidação e expansão sustentável revelou que a grandiosidade da UEG é sua maior fraqueza. Desde o início faltam recursos para atender às suas necessidades mais elementares: pagamento de conta telefônica em algumas de suas 31 Unidades; reformas e ampliação das instalações físicas de outras; aquisição de carteiras para as salas de aula e livros para as bibliotecas; construção e equipamento de laboratórios para aulas práticas nos cursos oferecidos pela instituição etc. (COMANDO DE GREVE UNIFICADO DA UEG, 04/09/2003).

Um dos maiores problemas da UEG, como aponta o trecho citado, é sua dimensão espacial assumida logo em seu início. Devido à quantidade de unidades, a gestão universitária, principalmente nos primeiros anos após a fundação, não atendia às necessidades institucionais. Assim, logo começaram as manifestações em prol da melhoria das condições básicas de funcionamento de algumas unidades e da universidade em seu conjunto.

Em 2003, após várias manifestações principalmente das faculdades isoladas, anteriores à fusão, foi deflagrada a primeira greve de professores e estudantes. Docentes, discentes e, em alguns casos, servidores técnico-administrativos organizavam suas lutas e seus movimentos juntos, por acreditarem em um todo orgânico que só poderia funcionar bem se funcionasse para todos. E, ainda, pela junção de capital simbólico, estudantes, professores e servidores técnico-administrativos unidos acumulavam maior capital político.

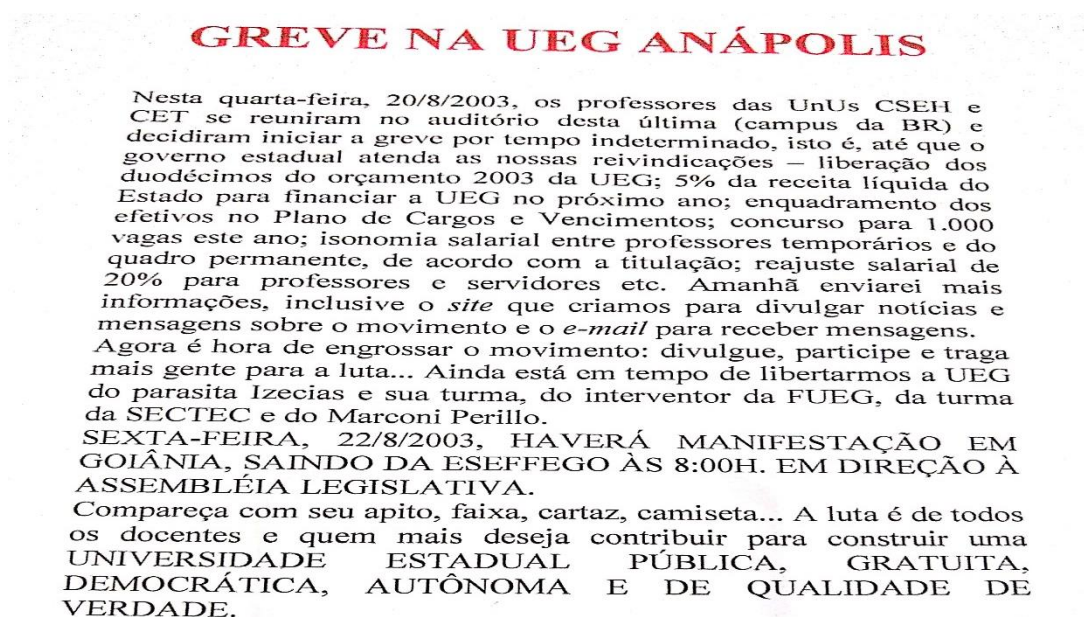
É importante ressaltar que as manifestações de 2003 eram coordenadas/organizadas principalmente pelas unidades de Anápolis (CSEH e CET) e pela Eseffego, onde ocorria mas assembleias.

O movimento, de modo geral, contava com a adesão maior dessas unidades por uma série de fatores, entre eles a distância das demais unidades da capital, mas, principalmente, porque eram unidades que haviam conquistado maior autonomia devido ao tipo de contrato ao qual estavam submetidos professores e servidores técnico-administrativos. As unidades universitárias de Anápolis e Goiânia contavam com maior quantidade de professores e servidores técnico-administrativos concursados e o servidor efetivo sente-se mais seguro para manifestar, participar de greves e de outros eventos com a finalidade de alcançar seus direitos.

Nessas unidades, havia um número maior de professores concursados, oriundo de concursos realizados nas faculdades isoladas, ou efetivado de acordo com a Constituição de 1988. A estabilidade no emprego é um elemento fundamental na organização da classe operária, uma vez que, quanto mais precárias forem as formas de contratação de um trabalhador, maior será a submissão dele às formas clientelistas e patrimonialistas de gestão.

Em 20 de agosto de 2003, conforme documento apresentado na figura 3, os professores reunidos em assembleia decidiram criar um *site* para divulgar notícias e mensagens sobre o movimento e um e-mail para facilitar a comunicação entre os manifestantes do movimento. O e-mail e outras formas de comunicação em rede foram muito utilizados na comunicação, na organização e na condução dos movimentos sociais ocorridos na UEG.

Figura 3 - Greve na UEG Anápolis



Fonte: Arquivo da autora.

O movimento organizado em 2003 fazia várias reivindicações, mas a principal consistia no repasse para a universidade dos recursos mensais (duodécimos), conforme previsto no orçamento anual. O documento divulgado pelos grevistas à época estabeleceu algumas reivindicações, mostradas no trecho a seguir:

Foi a persistência desse quadro caótico, agravado pelo descaso do Governo Estadual e a má-gestão da atual Reitoria, que levou os professores e estudantes da UEG à greve. Trata-se de um movimento que visa, exclusivamente, à consolidação de uma UNIVERSIDADE ESTADUAL PÚBLICA, GRATUITA, DEMOCRÁTICA, onde se realize, efetivamente, ENSINO DE QUALIDADE, PRODUÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, QUE CONTRIBUA PARA O DESENVOLVIMENTO DO NOSSO ESTADO. Para tanto exigimos:

- repasse integral das verbas orçamentárias para a UEG;
 - criação de uma lei de financiamento permanente da educação superior pública estadual: 5% de toda a receita fiscal do estado;
 - cumprimento integral do Plano de Carreira e Vencimentos dos Professores da UEG: progressão vertical (por titulação) e horizontal (por tempo de serviço e desempenho) e equiparação de vencimentos para os professores do quadro temporário;
 - concurso público imediato para a contratação de 1000 professores;
 - enquadramento imediato dos professores efetivos (não concursados) no quadro transitório;
 - reposição das 2 horas-aula retiradas no início deste ano;
 - pagamento do repouso semanal remunerado aos professores do quadro temporário, com a aplicação das 5,25 semanas no cálculo da jornada mensal;
 - reajuste de 20% nos vencimentos básicos de todos os professores e funcionários administrativos da Universidade Estadual de Goiás.
- (COMANDO DE GREVE UNIFICADO DA UEG, 04/09/2003 – grifos conforme original).

Ressalta-se ainda que o movimento e as reivindicações descritas contavam com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (Sintego) - Regional Anápolis, conforme apontado no documento analisado. A participação do Sintego é apresentada com a finalidade de demonstrar o apoio dos professores da educação básica do estado de Goiás, o apoio da sociedade e, especialmente, o de entidades que representavam educadores, o que acrescentava maior legitimidade à luta da categoria.

O movimento realizado em 4 de setembro de 2003, por docentes, discentes e servidores técnico-administrativos, como é possível verificar nas figuras 3 e 4 a seguir, conseguiu alcançar alguns dos objetivos propostos, entre eles o concurso para docente.

Figura 4 - Greve UEG 2003



Fonte: Arquivo da autora.

Figura 5 - Greve UEG 2003



Fonte: Arquivo da autora

No final de 2003, a UEG estaria realizando o concurso para preencher 400 vagas para professores, entre especialistas, mestres e doutores, conforme dados do (Edital n.º 001/2003 – FUEG – publicado em 17 de janeiro de 2003), em anexo e com apresentação parcial abaixo:

Figura 6 - Concurso Público Para Provimento de Vagas no Cargo de Docente de Ensino Superior Classes II, III e IV

236
229

AGAMPE - UEG

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - FUEG

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE DOCENTE DE ENSINO SUPERIOR, CLASSES II, III E IV.

EDITAL Nº 001/2003 - FUEG

A Fundação Universidade Estadual de Goiás-FUEG, por intermédio da Comissão de Concurso para Admissão de Docentes, designada pela Portaria nº 002/03 PF de 08 de janeiro de 2003 e de conformidade com a Constituição Federal, Art. 37 inciso II, e a Lei nº 13.842, de 1º de junho de 2001, torna pública a abertura de inscrições para o concurso destinado a selecionar candidatos para o cargo de Docente de Ensino Superior, Classes II, III e IV, para a Universidade Estadual de Goiás-UEG, criada pela Lei nº 13.456, de 16 de abril de 1999.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O concurso será regido pelo presente Edital e executado pela Comissão de Concurso para Admissão de Docentes da Fundação Universidade Estadual de Goiás-FUEG e realizado na cidade de Anápolis - GO.

1.2 O concurso público visa ao provimento de vagas para o cargo de Docente de Ensino Superior, Classes II, III e IV, com contratação por ordem de classificação e formação de cadastro de aprovados para aproveitamento a medida em que forem surgindo vagas no limite do prazo de validade do concurso.

1.3 A seleção para o cargo de que trata este Edital consistirá de 3 (três) etapas, assim definidas:

1.3.1 Prova escrita (eliminatória);

1.3.2 Prova didática (classificatória e eliminatória);

1.3.3 Prova de títulos (classificatória).

1.4 Taxa de inscrição: R\$ 120,00 (cento e vinte reais).

2 - DO CARGO

2.1 Cargo: Docente de Ensino Superior, Classes II, III e IV.

2.2 Descrição sumária das atividades: docência de nível superior na área do concurso e participação nas atividades de pesquisa, extensão e administração da Fundação Universidade Estadual de Goiás-FUEG.

2.3 A remuneração para cada classe consta no Quadro I, abaixo:

Classes	Quadro I		
	Tempo Integral	Tempo Parcial	Tempo Parcial
Classe II - Especialista	R\$ 4.287,00	R\$ 3.557,75	R\$ 643,25
Classe III - Mestre	R\$ 4.487,11	R\$ 3.757,86	R\$ 729,25
Classe IV - Doutor	R\$ 4.792,81	R\$ 3.963,56	R\$ 829,25

2.4 A distribuição das vagas, de acordo com a área de conhecimento e a habilitação exigida para inscrição, consta dos quadros II e III.

Fonte: Arquivo da autora

Assim, é possível afirmar que há uma relação direta entre a capacidade de organização e mobilização de um determinado grupo e a ação do poder público para atender às demandas organizadas por um grupo social que luta pelos seus direitos.

As mobilizações sociais, de modo geral, apresentam-se como o caminho possível para que se possa melhorar as condições de trabalho e de aprendizagem nos espaços educacionais. Os movimentos sociais organizados impulsionam as mudanças e cada pauta do movimento que é alcançada, via mobilização social, legitima a luta e fortalece o grupo.

Ao longo da história da UEG, foram identificados vários movimentos e manifestações da comunidade uegeana em busca da consolidação de uma universidade pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada.

Os documentos analisados para esta pesquisa apresentam passeatas, paralisações e greves de alunos, professores e servidores e na maioria dos casos as reivindicações são quase as mesmas, conforme se verifica na figura 5: reposição salarial, concurso público para docentes e técnico-administrativos, reformas e

construção de instalações satisfatórias para o funcionamento das unidades, restaurantes universitários, lanchonetes. Ainda se verifica, no conjunto de reivindicações dos estudantes, a solicitação de bolsas de pesquisas, de moradia universitária. Todas as reivindicações mencionadas são essenciais para a consolidação de uma universidade pública de qualidade.

Após a fundação da UEG em 1999, é possível identificar uma série de problemas de ordem estrutural que incomoda tanto professores da recém-criada UEG como também alunos que esperam encontrar nessa universidade boas condições de ensino, pesquisa e extensão. Mas a expansão da UEG se deu, prioritariamente, nos primeiros anos, por meio da expansão de ofertas de vagas em cursos de licenciatura.

Essa expansão ocorreu, muitas vezes, sem um planejamento satisfatório. De acordo com Abreu Júnior (2017), vários cursos começaram a funcionar em escolas públicas e/ou em prédios alugados, muitas vezes com instalações inadequadas para o funcionamento de um curso superior e muito menos para ser sede de uma universidade.

Além das condições de oferta dos cursos serem ruins, ou seja, não estarem de acordo com a legislação vigente, conforme apontam as avaliações do Conselho Estadual de Educação - CEE, em várias cidades o governo do estado de Goiás estabeleceu parcerias com prefeituras e com sindicatos de trabalhadores da educação, com o intuito de oferecer cursos de licenciatura, também na modalidade parcelada, projeto que ficou conhecido como Licenciatura Plena Parcelada. Alguns destes convênios permitiam a cobrança de mensalidades dos alunos, fato que gerou protestos de professores e alunos, principalmente das unidades de Anápolis e Goiânia.

A posição adotada pelos professores da Eseffego e das unidades CSEH e CET de Anápolis provocou respostas tanto de apoio quanto de críticas, pois o quadro de professores da UEG logo após a sua criação era, em sua grande maioria, de professores temporários e com titulação insuficiente para atuar no ensino superior, conforme já exposto neste trabalho. Nesse cenário, o concurso era visto como uma ameaça para os docentes que atuavam na UEG com contrato temporário. A análise de Abreu Júnior (2017, p. 197) permite compreender um pouco melhor o cenário de disputas e conflitos internos na universidade em sua fase inicial, e que perdurou por muito tempo.

Em sua maior parte do tempo de existência, a instituição é ou foi composta por professores com vínculo temporário. Esses contratos podem ser vistos unilateralmente, a qualquer tempo, sem necessitar de justificativas. Parece natural que, se o sujeito necessite de um determinado emprego, que o empregado seja do agrado do empregador. A influência deste contingente de professores temporários é maior do que aqueles que são docentes de carreira, gerando conflitos silenciosos e decisões paradoxais aos interesses de uma universidade propriamente dita.

Há, pois, um conflito latente entre professores efetivos e temporários e mesmo entre servidores de carreira e servidores técnico-administrativos com vínculo temporário, conforme documento em anexo. Desse modo, a polarização entre os próprios trabalhadores enfraquece o movimento que luta pelo desenvolvimento institucional da UEG. A análise de Abreu Júnior (2017, p. 198) evidencia o clientelismo como uma prática rotineira na UEG:

A natureza clientelista na formação dos quadros da universidade é reforçada pela indicação de pessoas do meio político para cargos acadêmicos, que exigiriam competências universitárias, credibilidade da comunidade e estabilidade de permanência na função para funcionarem bem. A UEG assistiu, ao menos até 2015, a nomeação e afastamento de pessoas nas funções vitais para a vida institucional de pessoas dependentes das condições políticas dos partidos, fato que tem marcado a gestão universitária pela descontinuidade e imprevisto nas ações.

A instabilidade é constante onde o clientelismo reina, e as relações de poder são marcadas pelos grupos de influência no poder, o que torna os servidores em regime de contrato temporário reféns do modelo ao qual estão submetidos. De acordo com os dados apresentados por Abreu Júnior (2017, p. 198), a quantidade de professores efetivos ainda era menor do que a quantidade de docentes temporários:

Para que se tenha uma ideia da proporção entre professores com vínculo temporário e efetivo na instituição, em 2013, mesmo depois de dois concursos para docentes, o número de professores ainda era de 827 (38%) - dos quais apenas 8% apresentavam titulação de doutor e 20% de mestre – contra 1.339 (62%) temporários.

Em vários momentos da história da UEG, conforme figuras 3 e 4 apresentadas anteriormente, os alunos apoiam os professores, legitimando e viabilizando os movimentos sociais organizados no interior dessa universidade, visto que a participação dos alunos tende a aumentar o capital simbólico, fortalecer o movimento e proporcionar maior visibilidade ao movimento organizado.

A participação dos docentes com vínculo temporário é dificultada por uma série de motivos, dentre os quais o contrato precário de trabalho ao qual eles são submetidos. Há ainda o receio de ser substituído por um professor concursado com maior titulação e/ou com maior experiência acadêmica.

De acordo com Abreu Júnior (2017), a UEG vivenciou, até 2015, situações adversas ao desenvolvimento acadêmico e institucional, tais como a nomeação e o afastamento de pessoas em funções vitais para a vida institucional da UEG, dependendo de acordos e conchavos político-partidários. Fatos dessa natureza marcaram a gestão universitária pelo descompromisso e improviso nas ações gerenciais, visto que tais ações, ao contrário de seguir critérios acadêmicos e institucionais, seguiam padrões patrimonialistas e clientelistas.

Verifica-se que os critérios acadêmicos, em muitos casos, foram ignorados e em diversos campus se mantém uma gestão patrimonialista à revelia das necessidades e interesses acadêmico-institucionais. Assim, a universidade acaba fugindo de seus principais propósitos:

[...] a preservação e a transmissão crítica da cultura e dos valores sociais, a revelação das capacidades individuais e a ampliação da base de conhecimento da sociedade. O autor propõe ainda o envolvimento com a comunidade do entorno universitário para o enfrentamento dos problemas sociais, ou mesmo um desdobramento do conhecimento produzido no âmbito universitário na melhoria da qualidade de vida da população, de modo a se constituir no maior repositório de conhecimento público de todos, além de disseminar esses conhecimentos através dos tempos (BRICAL, 2007 apud ABREU JÚNIOR, 2017, p. 199).

Portanto, os propósitos de uma instituição de ensino superior pública e de qualidade são incompatíveis com um modelo de gestão patrimonialista e conservador.

O cenário de descompasso entre os interesses da comunidade uegeana, docentes, discentes e técnico-administrativos, fomenta o surgimento de movimentos sociais organizados que questionam a estrutura e a gestão da UEG. Porém, alguns destes movimentos são fundamentais para a análise do desenvolvimento acadêmico e institucional dessa universidade. A seguir, serão apresentados dois desses movimentos, escolhidos por sua importância na história da UEG na construção acadêmico-institucional, bem como pela prática educativa desenvolvida no bojo deles: Fórum de Defesa da UEG e Mobiliza UEG.

4.3.1 O Fórum de Defesa da UEG: um novo *habitus* na organização social

A capacidade de se organizar socialmente é inerente à humanidade. Os espaços, os lugares, determinam apenas o modo de organização, que varia de acordo com as condições materiais e não materiais de um povo em um tempo e em um determinado espaço. De acordo com Maia e Ataídes (2014, p. 73):

A organização é, portanto, parte constituinte da própria humanidade. Mas a humanidade, diferentemente dos demais animais, constrói suas relações sociais, sendo, portanto, histórica e espacialmente determinadas. As sociedades mudam porque são os seres humanos que constroem sua história e ao fazerem “inventam” de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas estabelecidas, de acordo com as relações sociais herdadas, com as formas culturais, religiosas etc. existentes. Logo, depreende-se que as relações sociais mudam sempre, porque são sempre reinventadas levando-se em conta o conjunto de processos que constituem as comunidades.

Desse modo, pode-se afirmar que as organizações⁹ da sociedade se estabelecem e se modificam de acordo com as condições e espaços em que elas surgem e se desenvolvem. É importante salientar que a universidade é o espaço por excelência da transformação e nesse campo as ideias surgem, proliferam, promovem debates, impulsionam sonhos, nem sempre se cristalizam, pois umas duram mais, outras menos. O essencial nesse campo é o poder de fazer crer, de fazer ver.

A disputa no campo simbólico é legitimada pelo poder da crença. Os atores sociais constroem suas ideias, que devem ser legitimadas por seus pares ou mesmo por seus opositores.

O opositor no campo é, em certa medida, o ente que proporciona visibilidade ao outro. Um caso concreto para ilustrar a ideia apresentada neste tópico é a disputa entre a Aduég e os professores das unidades de Anápolis e Goiânia da UEG, mais especificamente UnUCSEH, CET e Eseffego. Os professores dessas três unidades, conforme descrevem os documentos analisados, posicionam-se desde a criação da UEG de forma crítica, apontando os problemas e deficiências da recém-criada universidade. A associação, de modo geral, é descrita como um sindicato “pelego”.

⁹ Entende-se por organização social, neste texto, a junção/conjunto de pessoas que se organiza, numa ação coletiva, motivado por um conflito, com objetivos específicos, movido por uma ideologia e pertencente a um grupo com uma identidade social específica e que, por fim, se solidariza em torno da conquista de um ideal. Desse modo, esse grupo se mobiliza e organiza um movimento social.

Em uma carta aberta aos professores da UEG, em anexo, a Aduieg ressalta algumas conquistas, citadas abaixo:

As conquistas dos docentes da UEG, no último ano, superam o das várias categorias atingindo índices de até 68%; A implantação do regime de dedicação exclusiva; o concurso para servidores administrativos e docentes já foi encaminhado à Procuradoria do Estado (PGE) aguardando parecer da mesma; A equiparação salarial entre efetivos e contratados beneficiando especialistas – estando em processo a equiparação para mestres e doutores. (CARTA ABERTA AOS PROFESSORES DA UEG, 21/11/2006).

O sindicato, em um embate com professores de algumas unidades, apresenta as conquistas obtidas por professores e servidores técnico-administrativos. Mas a disputa é contínua e é possível verificar que sobre alguns temas a tensão é permanente e explícita, como, por exemplo, o retorno do ex-reitor José Izecias. A Aduieg posiciona-se de modo favorável ao retorno do ex-reitor, após este disputar eleição para deputado federal em 2006 e não ser eleito. É importante salientar que José Izecias não fazia parte do corpo docente efetivo:

Quanto ao retorno do Professor José IZECIAS à Reitoria, compreendemos que a autonomia da Universidade estabelece que no processo eleitoral para Reitor, o licenciamento do mesmo, de acordo com a legalidade Estatutária da UEG e em conformidade com a Lei Eleitoral nº 9.504 está assegurado, ainda porque o ato de seu licenciamento foi apresentado ordinariamente ao Conselho Universitário – CsU, conforme determinado em Estatuto e Regimento Geral, sendo assim, entendemos que o ato de exoneração foi um ato arbitrário e que fere a autonomia da comunidade acadêmica. (CARTA ABERTA AOS PROFESSORES DA UEG, 21/11/2006).

De fato, a tentativa de retorno à reitoria por José Izecias de Oliveira fez com que a tensão entre o Fórum de Defesa da UEG e a Aduieg ficasse explícita, pois os foristas organizaram manifestações contra o retorno dele ao cargo. Em documento de chamamento de professores, alunos e funcionários:

O Fórum de Defesa da UEG informa que neste momento, 12:00h, a Reitoria da Universidade Estadual de Goiás está ocupada por alunos, professores e funcionários. A ocupação é por tempo indeterminado e o motivo é a situação de grave crise institucional que se instalou nesta Universidade, a partir do retorno irregular do ex-reitor e candidato derrotado a deputado federal por Goiás, José Izecias, o qual havia sido exonerado. (FÓRUM DE DEFESA DA UEG, 14/11/2006).

O Fórum de Defesa da UEG ganhou visibilidade mais expressiva a partir da ocupação da reitoria descrita na citação acima, mas o movimento de defesa da UEG, idealizado por um grupo de professores, começou a ser pensado logo após o

primeiro concurso para docente dessa universidade, que ocorreu em 2003 e concluído em 2004.

Em 2005, houve várias mobilizações dos professores, nas quais se discutiam o cenário da UEG, a representação docente e diversos temas referentes à universidade e aos seus rumos. Essas reuniões foram uma espécie de embrião do que seria, em um futuro próximo, o Fórum de Defesa da UEG. Nessas reuniões, foi criada a lista de discussão com o nome: defendendoaueg@yahoogrupos.com.br, disponibilizada em reuniões e em e-mails. Desse modo, muitos professores começaram a participar do grupo de discussão com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento institucional dessa universidade. Ao longo do trabalho, alguns e-mails serão apresentados com a finalidade de análise das discussões e evidenciar as contribuições para o desenvolvimento do movimento e, conseqüentemente, da UEG.

Para que se possa compreender um pouco da história e motivações que culminaram no surgimento do Fórum de Defesa da UEG, é necessário entender a origem das discordâncias entre professores efetivos da UEG e a Adueg. O congresso dessa Associação de Professores, ocorrido em 2005, apresentou de forma clara a disputa e os atores sociais neste campo:

Em 2005, em um congresso da Associação dos Docentes da UEG – ADUEG na cidade de Goiás, o qual contava com a presença do então reitor José Izecias. Nesta ocasião, o reitor foi constantemente bombardeado devido suas posturas e a situação em que a universidade se encontrava. A universidade estava em pleno processo de expansão no que diz respeito à criação de cursos e novas unidades no interior do estado, o que demonstrava que o reitor, bem como o governo do estado não tinham nenhum compromisso com a universidade.

Neste congresso, ficaram evidenciadas duas posições distintas: os diretores da ADUEG assumiram a postura de defender a efetivação dos quadros temporários sem concurso público. A outra postura defendia que se adotasse a prerrogativa constitucional de que o ingresso na UEG deveria se dar mediante concurso público. Instaurou-se aí as duas posições que iriam se chocar constantemente em todos os movimentos da UEG (MAIA; ATAÍDES, 2014, p. 84).

A disputa descrita acima não foi apenas entre temporários e efetivos, mas uma disputa institucional. Assim, foram estabelecidos os rumos que a UEG poderia trilhar e os caminhos pelos quais a história dessa instituição seguiria a partir da polarização explicitada nesse congresso.

Porém, houve a presença do reitor no congresso, mesmo o evento sendo para professores da UEG. E isso pode ter se configurado como um elemento de

constrangimento aos docentes, que discutiam, naquela oportunidade, questões como: carreira docente, salário, estrutura física da universidade. Então, a intenção nesse congresso não seria o debate de reivindicações a serem feitas ao reitor e ao governo, mas um acordo entre governo e uma parcela dos professores da UEG. Foram questões dessa natureza que propiciaram, já nesse congresso, o surgimento de uma polarização clara entre dois subcampos na UEG: professores favoráveis à efetivação sem concurso e, de outro lado, professores que defendiam o ingresso na UEG a partir de concurso público.

Na ocasião do congresso, o Fórum ainda não existia, mas já era possível identificar um conflito latente, uma dissidência na associação dos professores (Aduég). Esse mesmo grupo de professores, que discordava das posturas adotadas pela associação, posteriormente criou um fórum de discussão dos problemas apresentados pela UEG, conforme se pode verificar:

[...] o Fórum de Defesa da UEG foi criado em abril de 2006, por um grupo de oito ou nove professores da UnUCSEH. Embora tenha surgido por iniciativa de professores, ele estava aberto à participação de estudantes, funcionários administrativos e pessoas da sociedade em geral que estivessem interessadas em contribuir para a consolidação da UEG. Originalmente, foi idealizado como um espaço de discussão e formulação de um projeto de universidade para a UEG e de soluções para os seus problemas. Deveria ter o caráter de Fórum mesmo, não de um movimento de mobilização de massa com fins essencialmente reivindicatórios. Porém, dado o imobilismo das entidades sindicais dos professores e dos funcionários vinculados à reitoria e por tabela, ao governo, o Fórum, em curtíssimo prazo, assumiu funções típicas de um sindicato.¹⁰

As reuniões de professores propiciariam o surgimento do Fórum, que a princípio eram encontros com o objetivo de discutir os problemas da universidade, pensar as temáticas relacionadas a ela e propor soluções para os problemas em debate, bem como elaborar projetos que pudessem contribuir para o desenvolvimento institucional dessa universidade.

Embora o movimento tenha sido pensado inicialmente por docentes, conforme documentos analisados para fins desta tese, o Fórum era aberto à participação de professores, alunos, servidores técnico-administrativos e pessoas da sociedade que estivessem interessadas em contribuir para a consolidação da UEG. Entretanto, o transcorrer dos fatos no campo universitário fez com que o Fórum modificasse rapidamente a sua forma de atuação. A entrevista do professor José

¹⁰ Entrevista do professor José Santana da Silva aos alunos do primeiro ano do curso de Geografia do Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas, em 25/04/2010.

Santana, um dos seus criadores, aos alunos do primeiro ano do curso de Geografia - Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas, em 25 de abril de 2010, explica a evolução do Fórum:

Deveria ter o caráter de Fórum mesmo, não de um movimento de mobilização de massa com fins essencialmente reivindicatórios. Porém, dado o imobilismo das entidades sindicais dos professores e dos funcionários vinculados à reitoria e por tabela, ao governo, o Fórum, em curtíssimo prazo, assumiu funções típicas de um sindicato. Dois fatores contribuíram para isso: a paralisia dos dirigentes da seção sindical dos docentes da UEG (ADUEG) diante dos atrasos frequentes do pagamento dos salários dos professores, a partir do mês de abril daquele ano, quando o senhor Alcides Rodrigues, que era vice-governador, assumiu o cargo de governador no lugar de Marconi Perillo, que renunciou ao governo (no mês de março) para se candidatar a senador. [...] O segundo fator foi a derrota de uma chapa de professores ligados ao Fórum na eleição para a direção da associação dos docentes que permaneceu nas mãos de indivíduos comprometidos com a reitoria e com a reivindicação de efetivação dos professores temporários sem passar por concurso público.

Na perspectiva dos foristas, como a Aduieg não estava agindo de acordo com os interesses da UEG, alguns professores do Fórum decidiram formar uma chapa e concorrer às eleições, porém, esse processo eleitoral não foi tranquilo.

De acordo com Maia e Ataídes (2014), havia uma polarização clara entre a Chapa II da Aduieg e a Chapa I de oposição, e as propostas das duas chapas que disputavam a direção da associação de professores divergiam em vários aspectos, mas em um ponto específico elas eram essencialmente diferentes. A Chapa II defendia a efetivação dos professores temporários sem concurso público, o que agradou à maioria dos professores naquele período, pois grande parte dos docentes da UEG era composta por temporários; e a Chapa I tinha como proposta a luta por concurso público:

A polarização estava demarcada, a chapa de oposição foi a várias cidades do interior (Porangatu, Morrinhos, Iporá, Minaçu, entre outras) divulgando suas propostas e colocando a luta por concurso público como uma de suas principais metas. Em várias unidades, a recepção foi tranquila, em outras, porém, o que ficava evidente é que a efetivação sem concurso era a principal reivindicação dos temporários, então maioria dos trabalhadores da Universidade (MAIA; ATAÍDES, 2014, p. 84).

O capital simbólico da Chapa II foi decisivo nesta disputa, indo os seus representantes ao encontro do anseio da maioria dos docentes da UEG, indicando-lhe a possível estabilidade, sonho que grande parte dos professores temporários acalentava; do outro lado, estava a Chapa I, que apresentava como proposta

número um, conforme documento analisado e referenciado, a realização de concurso público para docentes e técnico-administrativos. O resultado dessa eleição foi a vitória da Chapa II, visto que, de acordo com o Termo de Homologação, a Chapa I obteve 23,83% dos votos válidos e a Chapa II, 76,17%, conforme já apresentado na figura 1.

É possível inferir, a partir dos dados expostos, que a utopia de se efetivar sem concurso tenha sido decisiva para a vitória da Chapa II. Finalizado o processo eleitoral, os integrantes do Fórum decidiram continuar as ações e discussões do Fórum, independentemente da posição da Aduég.

As discussões acerca dos problemas da UEG continuaram sendo realizadas pelos foristas em suas reuniões, mas, como já foi apontado neste texto, a tentativa de volta do ex-reitor José Izecias foi fundamental para transformar o Fórum em um movimento de reivindicação dos três segmentos da universidade: docentes, discentes e servidores técnico-administrativos. Isso porque a discordância em torno da volta do ex-reitor era um tema que unia mais que outros temas a comunidade uegeana, conforme se pode verificar no trecho da entrevista do professor José Santana, a seguir:

A acomodação dos dirigentes do DCE diante do crescente inconformismo dos alunos com a falta de solução para os problemas que atingiam a categoria, também contribuiu para fazer do Fórum um movimento reivindicatório. Mais precisamente, o fato decisivo que levou a essa transformação foi a ocupação da reitoria por professores e alunos durante catorze dias no mês de novembro de 2006, para impedir que o antigo reitor, o José Izecias de Oliveira, retornasse ilegalmente ao cargo, depois de ter sido exonerado em maio daquele ano para se candidatar a deputado federal. José Izecias não era professor efetivo da UEG por isso não tinha direito a licença para ser candidato a deputado, precisou ser exonerado por um decreto do governador para que sua candidatura *foi* aceita pelo tribunal eleitoral. Com a vitória dessa ação, o Fórum ganhou grande reconhecimento e respeito dentro da UEG.¹¹

A ocupação da reitoria liderada pelo Fórum de Defesa da UEG, no dia 14 de novembro de 2006, foi o primeiro de uma série de atos liderados pelo Fórum que contou com o apoio de professores, alunos e servidores técnico-administrativos, inicialmente das duas unidades de Anápolis e da Eseffego. Este se configurou como um evento marcante para o Fórum porque foi uma ocupação longa e, como se pode observar pelos relatos, muito coesa, organizada, que contou com o apoio de várias

¹¹ Entrevista do professor José Santana da Silva aos alunos do primeiro ano do curso de Geografia do Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas, em 25/04/2010.

unidades do interior e apresentou um elemento novo em relação ao Fórum de Defesa da UEG e outros movimentos universitários. Os foristas realizavam assembleias comuns entre todos os participantes (alunos, professores, servidores) e todos tinham o direito de falar e votar. É importante destacar que a manifestação foi notícia no jornal *O Popular* do dia 15 de novembro de 2006, um dia após a ocupação.

A coesão e a organização são fundamentais para que um movimento social alcance os objetivos almejados e os elementos que caracterizam uma mobilização social estavam presentes de forma explícita no Movimento de Defesa da UEG. A identidade, a solidariedade, que impulsionam a esperança, segundo Castells (2013), estavam presentes nas ações desse Fórum:

Essa ocupação ocorreu com barracas e interdição completa dos setores administrativos da reitoria. Uma das táticas do Fórum consistiu em visitar as unidades do interior para informar o que estava acontecendo. Várias foram as tentativas durante a ocupação por parte de alguns pró-reitores que ameaçaram os ocupantes além de funcionários ligados ao antigo reitor que tentaram pela força desocupar o espaço. No entanto, foram rechaçados. Os membros da ADUEG distribuíram panfletos alegando que o Fórum estava agindo de forma ilegal, fazendo campanhas difamatórias contra as pessoas que apoiavam a luta com panfletos fazendo ataques pessoais etc. (MAIA; ATAÍDES, 2014, p. 85).

A visita às unidades do interior foi custeada, de acordo com os documentos analisados, a partir da doação dos próprios integrantes do movimento e de simpatizantes. Todas as ações do Fórum foram autofinanciadas e, de modo geral, as doações eram feitas em coletas nas salas de aula, sala dos professores e por meio do grupo de e-mails criado para divulgar e debater as ideias dos foristas. Os recursos também eram obtidos por meio da venda de camisetas.

As visitas eram realizadas por integrantes do Fórum das três categorias. E uma estratégia utilizada foi ocupar sem greve. Nesse ponto, o apoio estudantil foi muito importante, pois vários alunos participavam da ocupação e assim poupavam os professores que grande parte era de temporários e, portanto, não gozava de estabilidade, podendo assim ser demitida a qualquer momento. A ocupação foi vitoriosa, visto que os foristas alcançaram o objetivo:

Depois de mais de 25 dias de ocupação, o movimento havia usado a tática de ocupar sem greve, chegou o documento do governo empossando o vice-reitor, no qual foi feita uma assembleia na qual Luiz Arantes assumiria por escrito e oralmente os compromissos do Fórum de Defesa da UEG, como concurso para todos os segmentos, além de políticas estudantis efetivas (MAIA; ATAÍDES, 2014, p. 85).

Após 25 dias de ocupação, o Fórum terminou a intervenção no prédio da reitoria no dia 8 de dezembro de 2006 e a decisão de encerrar a ocupação ocorreu após a posse do vice-reitor Luiz Arantes e o afastamento definitivo do ex-reitor José Izecias. Desse modo, o Fórum atingiu o objetivo proposto no início da manifestação, havendo, de acordo com os foristas, o restabelecimento da legalidade, no que dizia respeito ao reitorado da UEG.

O Fórum de Defesa da UEG, ao alcançar o objetivo de ocupação da reitoria, ganhou reconhecimento dentro e fora da universidade, adquiriu legitimidade e assumiu efetivamente o caráter de movimento reivindicatório. Assim, as reivindicações de docentes, alunos e servidores técnico-administrativos ganharam forte repercussão. A partir desse episódio, os foristas tiveram um aumento no número de participantes e a participação de alunos cresceu de forma significativa. A análise permite inferir que o Fórum parece gerar um sentimento de pertencimento, uma vez que a postura de defesa da UEG conseguiu ser elemento catalisador de participantes e simpatizantes desse movimento.

Os documentos apontam vários textos de professores, alunos e mesmo de congregações de unidades da UEG apoiando o movimento, trazendo ainda moções de apoio de entidades estudantis, sindicatos e segmentos da sociedade, conforme se pode verificar no documento do anexo 3.

O Fórum continuou suas atividades em 2007. Porém, a continuidade de alguns problemas, como falta de professores em algumas unidades, ausência de política estudantil, unidades necessitando de reformas ou mesmo de uma sede, culminou em uma greve, decidida em assembleia realizada na Eseeffego. Dessa vez, o movimento utilizou algumas estratégias que pretenderam chamar a atenção da sociedade para os problemas da UEG.

A estratégia da greve foi montar um acampamento na Praça Cívica (praça que sedia o poder executivo do Estado de Goiás, bem como a casa do governador em exercício), porém, a polícia proibiu, surgindo assim a ideia de ocupar o Coreto (construção histórica da cidade de Goiânia ao lado da Praça Cívica) e onde, enfim, foi montado o acampamento (MAIA; ATAÍDES, 2014, p. 85).

A greve durou mais trinta dias e contou com a participação de dez unidades universitárias, tendo o acampamento no Coreto da Praça Cívica ocorrido de 22 de março a 25 de abril de 2007. Como a dinâmica de manutenção do acampamento dava-se por meio de revezamento entre os militantes do movimento, a participação

dos foristas ocorreu de várias maneiras, acampando na praça, fazendo doações, cuidando da divulgação do movimento por meio de panfletos, carros de som, que tinham o objetivo de informar a sociedade o motivo da ocupação daquele espaço. De acordo com a entrevista do professor José Santana do dia 25 de abril de 2010 aos alunos de Geografia do primeiro ano, a partir da greve e do acampamento, o reconhecimento do Fórum.

Ultrapassou os muros da universidade e ganhou o apoio de vários setores da população goiana. Isso contribui para obtermos algumas conquistas, inclusive o concurso para as 475 vagas para professor. Aqui, cabe ressaltar que foram os integrantes do movimento que estabeleceram essa quantidade de vagas, ainda no início da greve de 2007. Certamente que o apoio de alguns movimentos, entidades e indivíduos fora da UEG foi de fundamental importância para essas vitórias.¹²

O Fórum, como todo movimento social, carrega em si contradições, conflitos, sendo este movimento constituído por três segmentos: professores, alunos e funcionários técnico-administrativos. Os conflitos entre os interesses de docentes e discentes ficaram explícitos com o fim da greve e da ocupação do Coreto, uma vez que os professores conseguiram a promessa de concurso, mas os alunos não tiveram suas reivindicações atendidas. No início do movimento, os alunos eram bem-vindos, pois significava claramente o aumento de capital simbólico.

Mas, na finalização da greve, é possível verificar, por meio dos relatos presentes nos documentos, que houve um conflito entre esses dois segmentos, com alguns professores entendendo que “a greve majoritariamente de alunos estava tornando os professores reféns” (MAIA; ATAÍDES, 2014, p. 86). O conflito e o debate de ideias são inerentes à própria organização do movimento, na qual o contraditório é bem-vindo e as discussões são necessárias. Contudo, o conflito foi superado porque em 2007 o movimento do Fórum reiniciou-se com a participação dos três segmentos.

A imprensa passou a conferir visibilidade ao movimento e às reivindicações do Fórum. No dia 18 de abril de 2007, o jornal *O Popular on-line*, no caderno Cidades, publicou uma matéria com o seguinte título: “Governo libera R\$ 2 milhões para a UEG – Medidas visam resolver problemas emergenciais como melhoria de laboratórios, aquisição de equipamentos e contratação de professores”.

¹² (Entrevista do professor José Santana da Silva aos alunos do primeiro ano do curso de Geografia do Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas, em 25/04/2010).

Essa notícia apontava os principais problemas e as possíveis soluções que o reitor da UEG Luiz Antônio Arantes pronunciou “[...] em resposta ao movimento grevista comandado pelo Fórum de Defesa da UEG, formado por alunos e professores da universidade em greve há 23 dias”. O reitor disse, em entrevista para o jornal *O Popular*, que a UEG realizaria concurso para contratação de 475 professores e ainda que a universidade retomaria as obras paralisadas na instituição, citando, como exemplos, os prédios da UEG em Trindade, Quirinópolis, Palmeiras e Ceres. A notícia dava conta também que seria realizada uma assembleia para avaliação das medidas anunciadas pelo reitor:

“Nós estamos interessados em retornar as aulas e esperamos que haja avanço nas negociações”, afirmou ontem o professor José Santana da Silva, um dos líderes do movimento grevista.

De acordo com o professor, alunos e professores em greve não abrem mão de três pontos na pauta de reivindicações. Um deles diz respeito diretamente à liberação de recursos para sanar os problemas de infraestrutura das unidades da UEG. “Queremos que seja indicada a data da liberação dos recursos emergenciais para a compra de livros, equipamentos e retomada das obras paralisadas”. Disse.

Outra questão prioritária para os grevistas é a formação de uma comissão para discutir a instituição da meia passagem no transporte intermunicipal. Segundo estimativas do fórum, em alguns cursos chega a 70% o percentual de alunos que necessitam se deslocar de uma cidade para outra para estudar. [...]

O terceiro ponto fundamental diz respeito à nomeação de pró-reitores dentro da instituição. Segundo o movimento, algumas pró-reitorias estão sendo comandadas por servidores que não atendem às normas estabelecidas para o cargo. (O POPULAR, 28/04/2007).

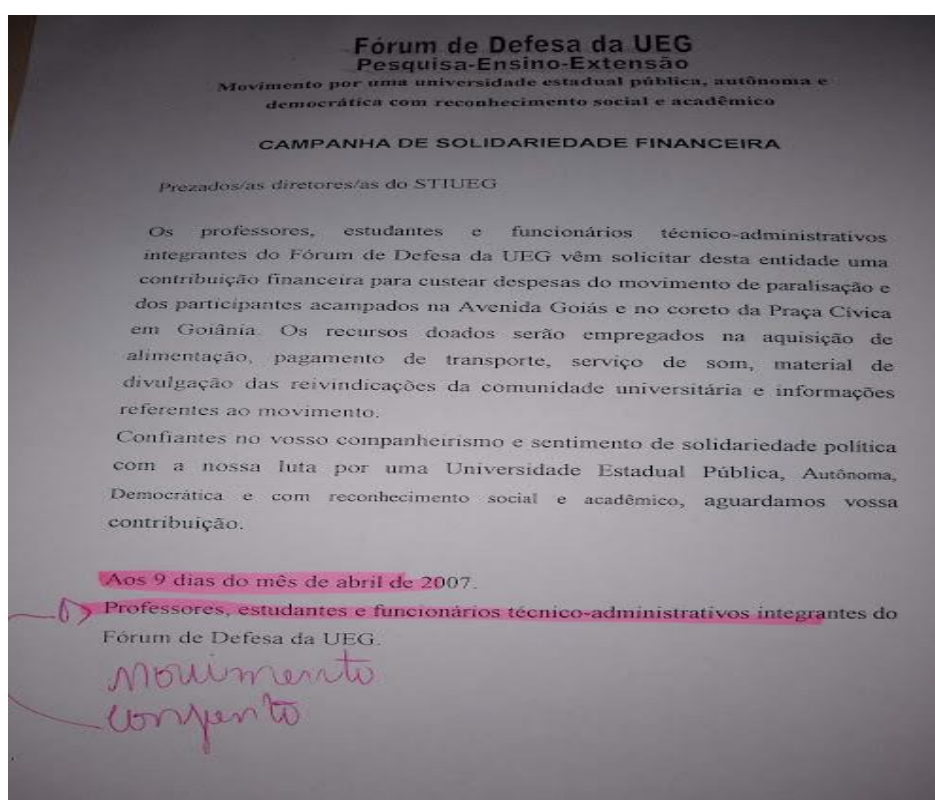
A notícia acima reforça a tese de que o movimento congrega professores, alunos e servidores e que a pauta única de negociação contempla os segmentos envolvidos no movimento. Reforçando ainda a legitimidade do Fórum como representante da universidade na comunidade goiana, bem como a força do movimento, pois o reitor, em entrevista ao jornal, declarou que iria atender à pauta de reivindicações do movimento.

Com o término do movimento de greve e do acampamento no Coreto, os foristas realizaram uma assembleia no Colégio Lyceu de Goiânia e produziram o documento com o título: “A greve terminou, mas o movimento e a luta continuam”, em 25 de abril de 2007. Esse documento apresenta elementos que corroboram algumas hipóteses que norteiam esta tese: Há um movimento único de professores, alunos e funcionários da UEG; a participação em um movimento contribui de maneira decisiva para gerar uma práxis educativa não só nos alunos, mas em todos

os participantes, pois não é possível manter um movimento por mais de trinta dias se não houver uma ideia de pertencimento, de autoaprendizagem no cotidiano. O movimento foi capaz de se fortalecer, unir professores, alunos e funcionários, e alguns conquistaram mais e outros menos, mas todos aprenderam “que Direito não se ganha, conquista-se”.

Os documentos a seguir, figuras 5 e 6, apresentam a perspectiva de luta conjunta do movimento que representa: professores, estudantes e funcionários.

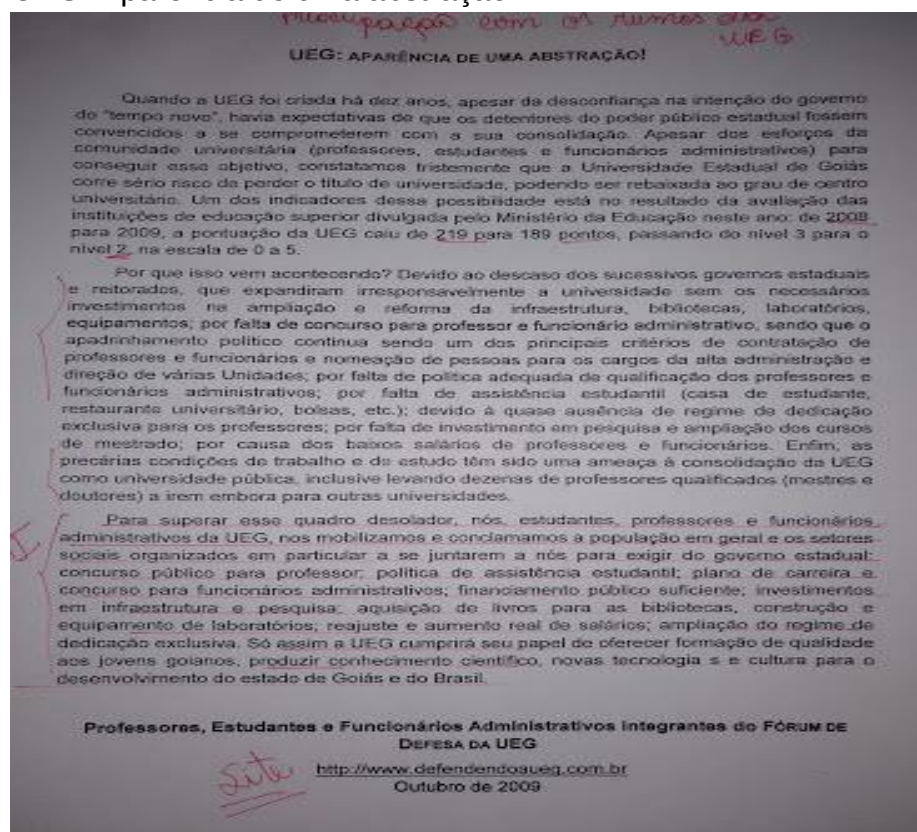
Figura 7 - Fórum de Defesa da UEG. Pesquisa-Ensino-Extensão



Fonte: Arquivo da autora.¹³

¹³ Documento com anotações de pesquisa, realizadas pela autora.

Figura 8 - UEG: Aparência de uma abstração!



Fonte: Arquivo da autora¹⁴.

O Fórum de Defesa da UEG experimentou um refluxo decorrente do final da greve, mas o processo eleitoral para a escolha do reitor, em 2008, possibilitou que o movimento tivesse novamente uma participação importante no processo de desenvolvimento institucional da UEG, pois um dos participantes do Fórum, o professor Olacir, da UnUCET, decidiu lançar candidatura à reitoria. Porém, os foristas decidiram apoiá-lo de maneira individual e não na condição de Fórum.

Os integrantes do Fórum decidiram criar um grupo com o nome "UEG levado a sério como *slogan* de campanha de oposição à reeleição de Luiz Arantes" (MAIA; ATAÍDES, 2014, p. 85). O grupo do Fórum fez campanha para o professor Olacir, mas o professor Luiz Arantes venceu as eleições e, a partir desse fato, o reitor eleito passou a ignorar o Fórum, conforme explica o professor José Santana em entrevista ao primeiro ano de Geografia, em 25 de abril de 2010: "Depois de ter sido eleito, em outubro de 2008, ele não se sentiu mais no dever de continuar reconhecendo a legitimidade do movimento".

¹⁴ Documento com anotações de pesquisa da autora.

Em 2009, o Fórum retomou as manifestações e iniciou uma série de protestos, como passeatas, pedágios, distribuição de panfletos, paralisações, marcha de Anápolis até Goiânia e várias “comemorações” do aniversário da UEG. Os foristas organizavam passeatas pelas ruas de Anápolis e Goiânia e finalizavam com bolo, marmelada, pizza e pamonhada em frente ao Palácio Pedro Ludovico, sede do governo estadual. Apresenta-se abaixo uma fotografia de passeata realizada com a participação de alunos, professores e funcionários técnico-administrativos da UEG. A fotografia questiona a propaganda em torno da UEG e a realidade das unidades universitárias no ano de 2009.

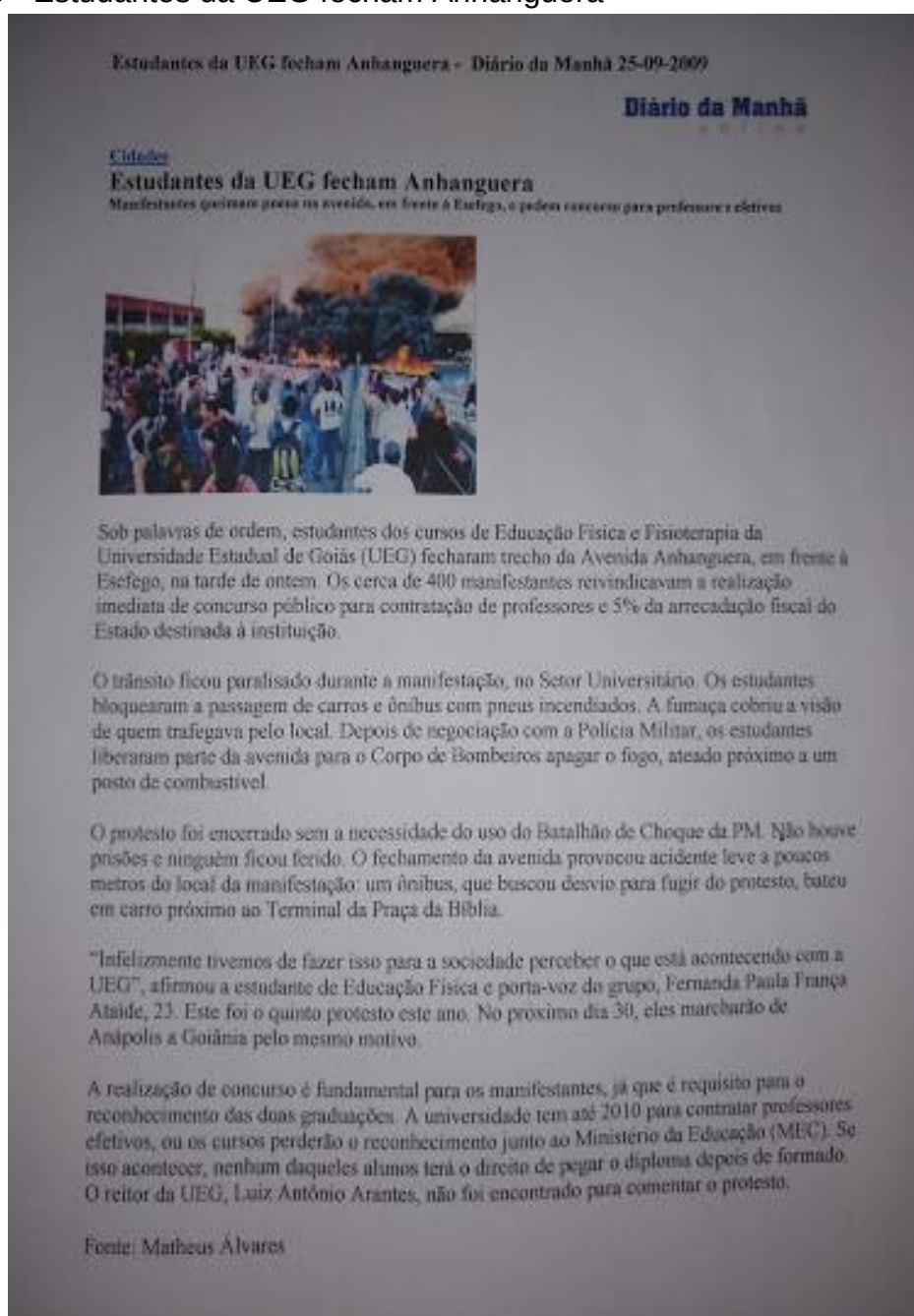
Figura 9 - Manifestação de estudantes, professores e funcionários da UEG, avenida Anhanguera – Goiânia-Goiás, em frente à Eseffego



Fonte: Arquivo da autora.

Em todas as manifestações, os integrantes do Fórum distribuíam panfletos informativos contendo a pauta de reivindicações, na qual, de modo geral, constavam: realização de concurso público para professor; reposição das perdas salariais; implementação de políticas estudantis que assegurassem a entrada e a permanência de alunos socialmente carentes; fim das mensalidades dos cursos oferecidos na UEG; elevação do financiamento público da UEG para 5%. Conforme se pode verificar no documento apresentado abaixo (figura 8), as reivindicações permanecem quase inalteradas, e a mobilização continua.

Figura 10 - Estudantes da UEG fecham Anhanguera



Fonte: Arquivo da autora.

É importante ressaltar a visibilidade que a UEG alcançou com as manifestações organizadas pelo Fórum, provocando o aparecimento das demandas do movimento na imprensa local. Desse modo, verifica-se, no trecho abaixo, publicado no jornal *Diário da Manhã* do dia 23 de setembro de 2009, uma crítica à situação da UEG naquele período:

A UEG chegou aos seus dez anos de existência e, no auge de sua atuação estadual, padece [...] em seu sistema nervoso central está impregnado a

massa de políticos picaretas. Eles atuam em seu próprio favor e interesse colocando e retirando funcionários e professores conforme a conveniência do momento. Tal situação provocou o seu degeneramento, que é expresso pela pequena pesquisa existente: A extensão não consegue sair dos papéis, o ensino que é uma lástima pela falta de profissionais qualificados. Ou seja, a morte da instituição já está decretada, conforme apontam os dados do MEC, no qual a UEG é a 5ª pior universidade do Brasil. [...] (DIÁRIO DA MANHÃ, 2009).

A matéria citada é um texto encaminhado por um professor membro do Fórum, via e-mail, à redação do jornal *Diário da Manhã* e a publicação faz a exposição dos principais problemas da UEG, ressaltando que o principal deles é o fato de que a maioria dos professores e servidores técnico-administrativos constitui-se de temporários. E “UEG amordaçada” é uma frase utilizada para dar título à matéria e chamar atenção para o fato de que professores, sob essa forma de contrato precário, dificilmente farão greve, pois se assim o fizerem colocarão seus empregos em risco.

Um trecho interessante da matéria veiculada no jornal *Diário da Manhã*, de 23 de setembro de 2009, demonstra a participação dos alunos: “Agora os alunos decidiram se manifestar, entrando em greve e fazendo barulho. Já estão falando que irão colocar falta para eles”. Nota-se, dessa forma, uma contradição, visto que os alunos fazem greve, manifestam-se por seus direitos e também pelos direitos dos professores e ainda assim são ameaçados de ficarem com falta.

Os elementos que enfraquecem a mobilização do trabalhador, segundo Bourdieu (1998), são a flexibilidade e a precariedade, que provocam no trabalhador insegurança, incerteza. Diante de trabalhadores fragilizados, adoecidos, a militância, o intelectual militante e o movimento organizado apresentam-se como possibilidades de resistência.

A imprensa é um ator importante a ser analisado para que se possa entender a disputa que se estabelece entre trabalhadores da educação e governo. E, no cenário em análise, a imprensa demonstra interesse pela UEG e as notícias relacionadas a essa instituição. Assim, é possível verificar que o espaço da mídia foi ocupado tanto pelos foristas quanto pelo governo. O jornal *O Popular on-line*, de 25 de setembro de 2009, trouxe a seguinte notícia:

O reitor da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Luiz Antônio Arantes, garante que o governo do Estado prometeu anunciar, nos próximos dias, o edital para a realização do concurso público para professor e servidores administrativos, que deverá ser realizado até janeiro. Segundo ele, são oferecidas, inicialmente, 471 vagas. Além do concurso, Luiz Antônio Arantes

garante que recentemente o Conselho Estadual de Educação decidiu prorrogar de 2010 para 2011 o prazo final para regularização do credenciamento da instituição de ensino no órgão. “Os alunos não precisam se preocupar pois faremos tudo para tornar a UEG ainda mais forte”, avisa.

As citações acima evidenciam o papel da imprensa como interlocutora e espaço de disputa de posições, uma vez que as duas notícias publicadas abordam o mesmo assunto: a situação da UEG sob a ótica dos professores e na perspectiva da reitoria, que aponta as possíveis soluções para os problemas denunciados. Verifica-se que a disputa faz sentido para os jogadores quando estes são capazes de entender e jogar o jogo de forma consciente. A participação no movimento, nesse sentido, tornou-se vital, pois foi a partir da participação que os integrantes do Fórum aprenderam, na prática cotidiana, o significado e o resultado de cada ação organizada.

As manifestações não conseguiram fazer com que o governo atendesse a principal reivindicação dos foristas, o concurso para docente. Assim, no final do mês de setembro, conforme anexo e apresentado nas referências, ocorreu a organização da Marcha do Fórum em Defesa da UEG. Neste documento, verifica-se que os integrantes do movimento estabeleceram um cronograma de atividades e a distribuição de tarefas dos participantes do Fórum durante a Marcha de Anápolis a Goiânia. A seguir, professores e alunos na chegada da Marcha em Goiânia.

Figura 11 - Professores e alunos na chegada da Marcha em Goiânia



Fonte: Arquivo da autora.

O trajeto foi realizado em dois dias, com paradas para café da manhã, almoço e com pernoite no parque ecológico Altamiro Pacheco. A Marcha mobilizou muitos foristas, com a chegada em Goiânia reunindo mais de 500 pessoas.

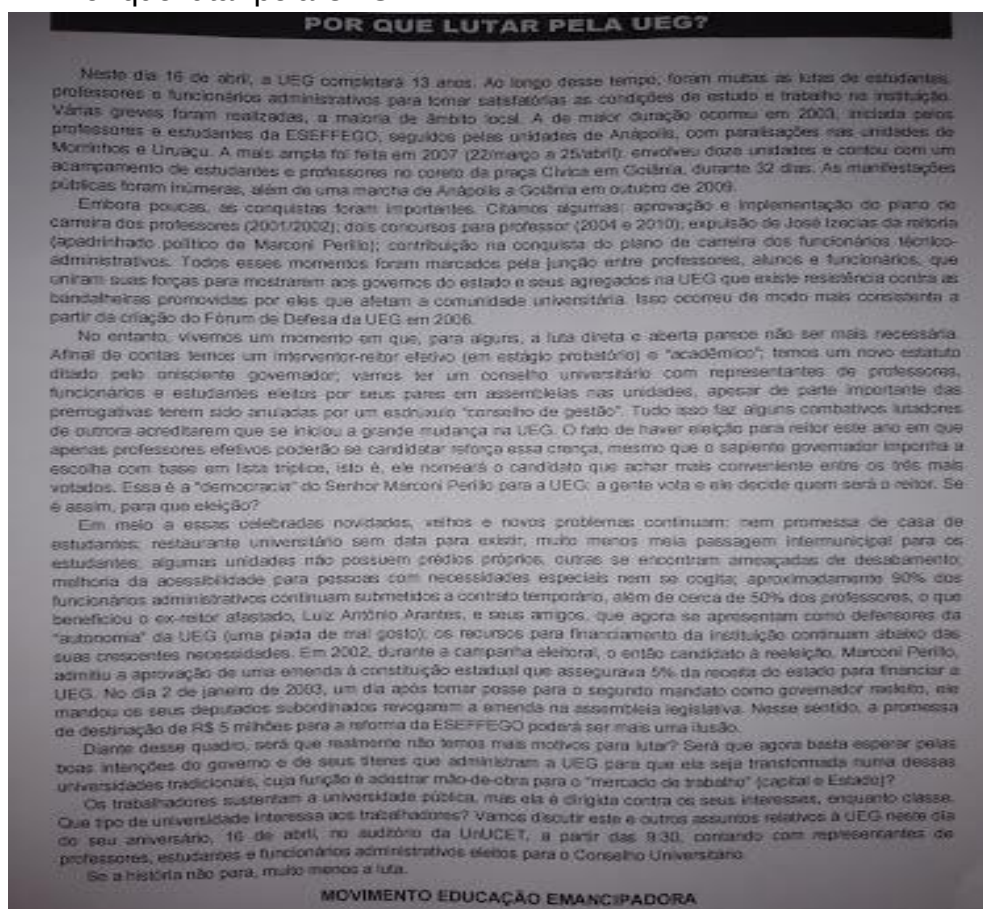
Os movimentos sociais, de modo geral, percorrem um longo caminho até que os integrantes alcancem os objetivos propostos. Com o Fórum de Defesa da UEG não foi diferente. A luta por concurso ocorreu desde a criação do Fórum, em abril de 2006, ocorrendo greves, ocupações, marcha, pamonhada, marmelada, macarronada e finalmente, em 2010, o edital¹⁵ do concurso para docentes da UEG foi publicado e realizado no início do mesmo ano. No segundo semestre de 2010, os professores aprovados no concurso foram convocados para tomar posse, atendendo assim a uma das principais reivindicações dos foristas.

Nos anos de 2011 e 2012, os foristas realizaram algumas manifestações com o objetivo de que todos os professores aprovados no concurso de 2010 fossem convocados, inclusive os professores do cadastro de reserva. Dentre as manifestações, foi realizada a comemoração do aniversário da UEG, marcada por críticas ao governo e ao modo como ela é tratada pelo governo estadual.

Verifica-se nos documentos, conforme aponta a figura 9, que houve muitas conquistas, mas que ainda há muito para se conquistar. Nota-se que algumas demandas avançaram, como, por exemplo, a realização do concurso, entretanto, faz-se necessário organizar e mobilizar para que as conquistas continuem e as que já foram efetivadas não sejam retiradas e ou perdidas.

¹⁵ Edital de Abertura n.2 de 05/03/2010. Concurso Público para Docente de Ensino Superior da Universidade Estadual de Goiás. Disponível em: <www.nucleodeseleção.ueg.br>. Acesso em: 7 jan. 2019.

Figura 12 - Por que lutar pela UEG?



Fonte: Dados coletados na UEG.

O Fórum de Defesa da UEG adquiriu, ao longo de sua trajetória, visibilidade, legitimidade e um *habitus* inerente aos participantes desse movimento. Os fundadores do Fórum apresentavam, desde o início do movimento, perspectivas autogestionárias, de autofinanciamento e de ausência de hierarquia, características que apontam para o desenvolvimento de uma práxis educativa no bojo do movimento, pois instigam todos a participar, debater e, essencialmente, a decidir de forma coletiva.

Este exercício favorece o surgimento de um novo cidadão consciente, crítico e capaz de realizar suas próprias escolhas. Assim, pode-se inferir que a prática educativa torna-se um *habitus* inerente aos participantes do Fórum, que se evidencia nas ações e no discurso de professores, alunos e servidores técnico-administrativos, conforme se verifica na sequência deste estudo.

4.3.2 O Movimento Mobiliza UEG: mobilização e autogestão em debate

O Fórum esteve à frente de várias mobilizações realizadas na UEG, tais como greves, manifestações de rua, ocupação da reitoria, acampamento em frente ao Palácio das Esmeraldas, marcha de Anápolis a Goiânia, mas de acordo com documentos referenciados, a partir de 2010 ele começou a sofrer um desgaste.

O concurso foi realizado, algumas políticas estudantis estavam sendo implementadas, porém, o cenário favorecia a desmobilização do grupo. Parte dos foristas desmobilizou-se, mas um grupo mais aguerrido continuava mobilizado. Nesse contexto, ocorreu a intervenção do governo na UEG com a criação do cargo de vice-reitor e a nomeação da professora Eliana França para ocupá-lo. A partir desse fato, o Fórum mobilizou-se de forma contundente, opondo-se à intervenção do governador. Segundo Maia e Ataídes (2014, p. 88):

[...] criando o cargo de vice-reitora e colocando a professora Eliana França no cargo. Uma parte ligada ao Fórum achou que era o caminho a ser seguido, aceitando de imediato essa medida, porém, outra parte denunciou aquele fato como mais uma manobra do governo Marconi Perillo para continuar dando as cartas (já que o reitor continuava no cargo). Depois veio o Estatuto elaborado pelo governador e imposto de cima para baixo à comunidade uegeana. Mais uma vez a divisão, uma parte aplaudindo e a outra questionando a reformulação sem consultar a comunidade, inclusive colocando a questão da lista tríplice para eleição do reitor (sendo que a última palavra é do governador na escolha do reitor).

A intervenção do governador nomeando a professora Eliana França para a vice-reitoria causou um grande “mal-estar” no Fórum, provocando uma cisão no movimento. O estabelecimento da lista tríplice gerou muitas discussões e agravou as fissuras já instaladas no movimento do Fórum de Defesa da UEG. Parte dos seus integrantes entendeu a lista tríplice como legal, mas um grupo dos foristas considerou que essa lista era uma manobra do governador para ter de fato o poder de escolha dos dirigentes da UEG.

A nomeação do reitor/interventor Haroldo Reimer dividiu opiniões no Fórum, visto que alguns participantes apoiaram a escolha do governador, na lista de e-mails do movimento. Conforme se verifica nos anexos 5 e 6, a citação a seguir possibilita entender um pouco do debate acerca do “novo reitor”: “Desculpem a sinceridade, talvez ingênua, mas acho que o Marconi deu bola dentro ontem [...]. Mas vejo que a escolha do reitor provisório talvez tenha sido a melhor opção”. Alguns e-mails foram encaminhados nessa mesma direção, mas outros não concordavam e faziam críticas

à escolha do governo, conforme pode ser verificado nos anexos 5 e 6. Pode-se inferir assim que a nomeação do reitor, e em seguida a eleição de Haroldo Reimer, tenha sido um dos principais elementos de ruptura do Fórum. De acordo com Maia e Ataídes (2014), a experiência organizativa do Fórum havia se desgastado totalmente.

Alguns membros do Fórum, que discordavam tanto da nomeação do governador quanto do processo eleitoral no qual o professor Haroldo Reimer foi eleito, fundaram, em 2013, outro movimento, o Mobiliza UEG, conforme documento referenciado – Relato da assembleia geral dos professores da UEG, que descreve o ato de fundação.

No dia 20 fevereiro de 2013, no auditório da UnUCSEH, realizou-se a assembleia geral dos professores da UEG, contando com a presença de representantes de 14 unidades: Morrinhos, Formosa, Goiás, Quirinópolis, Pires do Rio, Uruaçu, Porangatu, Crixas, Iporá, Jaraguá, as duas unidades Goiânia (Laranjeiras e ESEFEGO) e as duas de Anápolis (UnUCET e UnUCSEH). Foi fundado o Movimento Mobiliza UEG, sendo esse nome aprovado em assembleia.

O ato que marcou o surgimento do movimento Mobiliza UEG foi uma assembleia na unidade de Ciências Humanas da UEG em Anápolis, que teve como motivação:

[...] o fato do governo do Estado de Goiás ter devolvido o Plano de Cargos e Salários dos Professores, mesmo esse tendo recebido parecer Favorável da Procuradoria Geral do Estado, e a necessidade de reajuste salarial para 2013 – após anos de estagnação – já que a nossa categoria não possui data base e sofre com limitados reajustes salariais por parte dos governos do estado de Goiás. Sendo esses os pontos de pauta da assembleia. (Relato da Assembleia Geral dos Professores da UEG – 20/02/2013).

O Mobiliza se organizou e produziu materiais para que estes pudessem circular e dar visibilidade ao movimento e às reivindicações de estudantes, professores e funcionários técnico-administrativos. Os organizadores criaram uma logomarca que identificava o movimento, objetivando demonstrar as suas características, entre elas a perspectiva autogestionária e a união entre trabalhadores, estudantes, conforme ilustração abaixo:

Figura 13 - Logomarca do Mobiliza UEG



Fonte: Arquivo da autora.

Os movimentos sociais são manifestações dos conflitos inerentes a uma determinada realidade social, que se mostram quando há identidade e solidariedade entre os membros do grupo orientados por uma ideologia, com o objetivo de manter ou mudar uma determinada situação. Os movimentos organizados na UEG, Fórum e Mobiliza, de modo geral apresentavam a perspectiva de mudança, porém, para que as transformações se efetivassem, trabalhadores e estudantes se organizaram e buscaram alcançar seus objetivos.

O Mobiliza foi responsável pela mobilização e organização de uma série de manifestações na UEG. Desse modo, no dia 27 de fevereiro de 2013, logo após a sua criação, os membros do movimento organizaram a interdição da reitoria, reivindicando que o governador reformulasse o plano de cargos e salários; transformasse a Dedicação Exclusiva (DE) em regime de trabalho de acordo com a pauta de reivindicações, conforme citação apresentada abaixo: Por que a luta continua na UEG? De acordo com esse documento, a UEG ainda teria muito pelo que lutar:

[...] Reformulação imediata do seu Plano de Cargos e Vencimentos, tendo como principal alteração a transformação da Dedicação Exclusiva (DE) e **regime de trabalho.**

Reposição salarial referente ao período de maio de 2010[...] a abril de 2013, acrescida do aumento real de 10%. (POR QUE A LUTA CONTINUA NA UEG?).

Com a finalidade de facilitar a comunicação entre participantes do Mobiliza, foi criado um e-mail do movimento, um blog e uma inscrição no Facebook. A comunicação por meios digitais teria também o objetivo de divulgar as ações do movimento.

Após a criação do Mobiliza UEG, foi publicado, no blog e no e-mail do grupo, um texto apresentando os princípios do movimento Mobiliza UEG, no qual é possível identificar a forma de organização, as reivindicações do movimento e quais os requisitos para que um indivíduo pudesse participar do movimento, conforme se pode verificar no trecho abaixo:

O Movimento Mobiliza UEG consiste num movimento *unificado* de professores, estudantes e funcionários técnico-administrativos da Universidade Estadual de Goiás, *espontâneo, independente, não institucionalizado, não hierarquizado* e que adota como estratégia de atuação a ação direta.

Seu objetivo é intervir no processo de construção da UEG com a finalidade de torná-la, de fato, uma universidade pública, gratuita, autônoma e democrática, capaz de cumprir o seu papel enquanto instituição de educação superior, produtora e socializadora de conhecimentos que contribuam para o bem-estar da sociedade goiana, em particular, da sociedade brasileira, em geral, e, quiçá, de toda a humanidade, primando pela qualidade reconhecida social e academicamente. (Movimento Mobiliza UEG – Apresentação e Princípios 20/02/2013).

O documento em análise apresenta uma exposição dos princípios que norteiam o movimento, sua organização, bem como o modelo de universidade defendido pelos membros do Mobiliza UEG, destacando que essa instituição deve ser alicerçada na “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Entretanto, o próprio texto aponta uma série de problemas que afeta a UEG, tais como: instalações físicas ruins, acervo bibliotecário insuficiente, falta de laboratórios e equipamentos; ausência de política estudantil capaz de atender às necessidades dos alunos; falta de bolsa para os estudantes, restaurante universitário. Pode-se inferir, a partir da leitura dos documentos, que faltavam à UEG alguns elementos importantes para que ela desempenhasse, de maneira satisfatória, o papel de Universidade do Cerrado. Segundo o documento, persiste um problema sério:

[...] mais de 60% dos professores e cerca de 90% dos funcionários administrativos não são efetivos, estando submetidos a um “contrato temporário” que não assegura os direitos trabalhistas e chega a durar dezenas de anos, os salários dos professores e funcionários estão aquém das suas necessidades pessoais e profissionais. (Movimento Mobiliza UEG – Apresentação e Princípios. 20/02/2013).

A recorrência da solicitação do concurso na pauta de reivindicações dos movimentos sociais na UEG aponta para a permanência, por longo período, do trabalho precarizado na universidade. Isso porque esses professores e servidores permanecem em regime de contrato temporário por tempo indeterminado e em constante situação de instabilidade e insegurança.

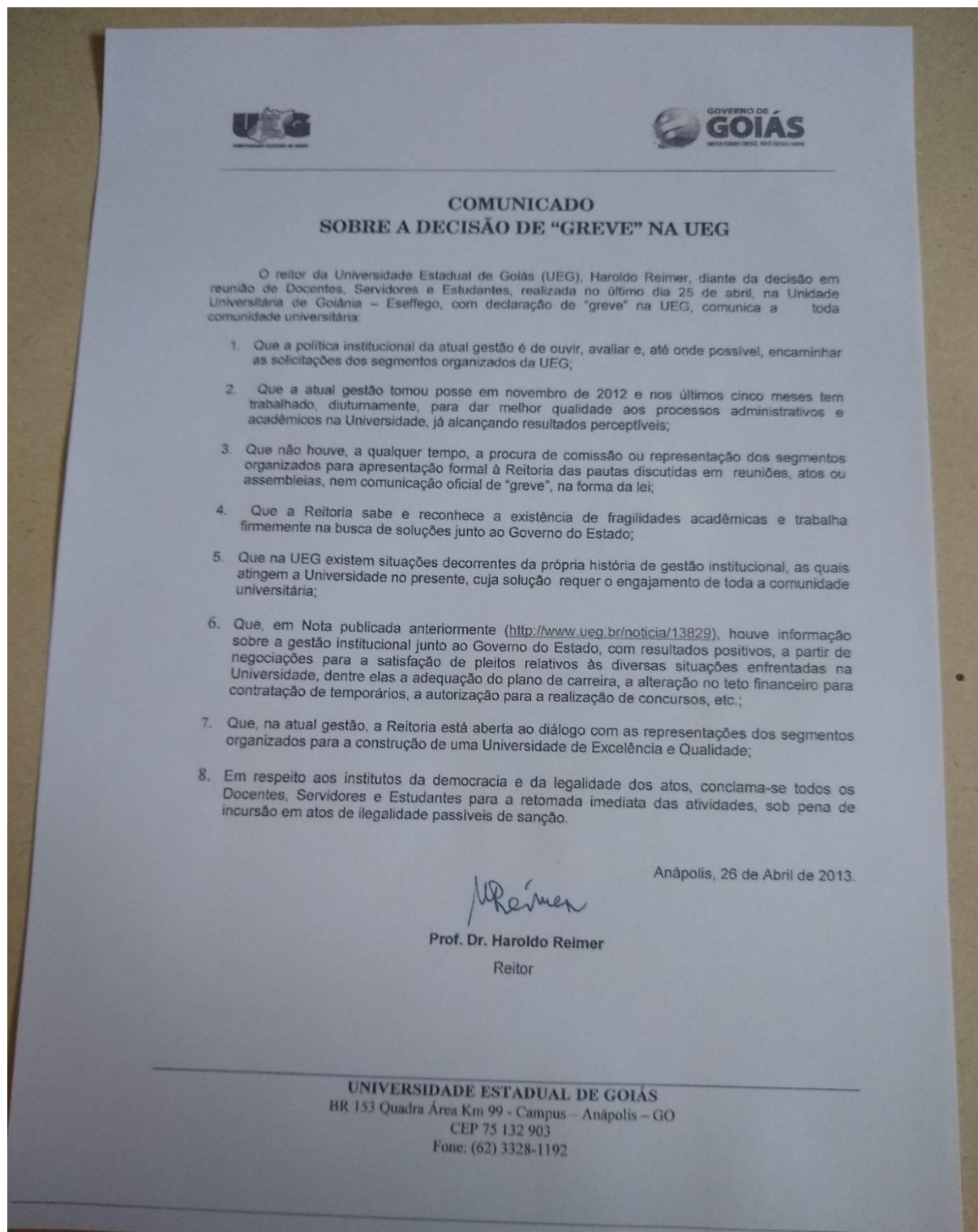
Acredita-se, portanto, que a adesão dos alunos ao movimento deve-se ao fato de que, ao participarem do movimento, teriam a oportunidade de reivindicar suas demandas, mas também por entenderem que o concurso criaria melhores condições de trabalho para professores e servidores. Por conseguinte, esses profissionais, em condições de trabalho seguras, estáveis, desempenhariam com mais qualidade o trabalho, permitindo assim a melhoria da universidade como um todo.

O movimento Mobiliza UEG organizou e realizou inúmeras manifestações com a participação de grande parte da comunidade uegeana (alunos, professores e servidores técnico-administrativos). Maia e Ataídes (2014, p. 89) apresentam algumas ações do movimento e suas repercussões para a UEG:

O Mobiliza surge com a mesma proposta de organização e atuação do Fórum. [...] Na assembleia de 07 de março na ESEFEGO, foi tirada a pauta unificada e a entrada dos alunos. No dia 16 de abril foi feito o ato a “UEG não é circo”, o qual reuniu aproximadamente 400 pessoas que fizeram uma passeata da ESEFEGO até a sede do governo na qual foi entregue após esse ato um documento para o governo, o secretário do Governador assinou o recebido, no entanto deixando claro que a situação da UEG já estava se resolvendo e que as reivindicações já tinham, inclusive, um cronograma de execução em todas as unidades da UEG. [...] No dia 25 de abril de 2013 em uma assembleia histórica da UEG, com mais de 1000 pessoas foi deflagrada uma nova greve, depois que as unidades mostraram o resultado de suas assembleias locais, lembrando que a maioria das unidades presentes votou a favor da greve.

A greve iniciada no dia 25 de abril de 2013 ganha uma relevância significativa para análise, pois sua deflagração provocou uma resposta imediata da reitoria que publicou um documento, no qual o reitor coloca-se à disposição para o diálogo, reconhece as fragilidades da UEG, porém, ao final do documento, conclama todos para voltarem às atividades. Segue abaixo trecho do documento no qual é possível verificar o impacto da greve:

Figura 14 - Comunicado sobre a decisão de “greve” na UEG



Fonte: Arquivo da autora

Em respeito aos institutos da democracia e da legalidade dos atos, conclama-se todos os Docentes, Servidores e Estudantes **para a retomada imediata das atividades, sob pena de incursão em atos de ilegalidade passíveis de sanção.** (Comunicado sobre a decisão de “greve” na UEG - grifo nosso).

A manifestação da reitoria acerca da greve ocorreu imediatamente. Logo após a greve ser deflagrada, o reitor publicou um comunicado no *site* da UEG no qual solicitava o diálogo com os grevistas, lembrando-os algumas sanções caso o movimento continuasse. Porém, o comunicado não surtiu o efeito desejado, o fim do movimento grevista, pois a greve deflagrada no dia 25 de abril de 2013 só terminaria 90 dias depois.

O movimento decidiu pela manutenção da greve, que resultou em algumas conquistas e derrotas, conforme apontam Maia e Ataídes (2014, p. 90):

Essa greve se arrastou por mais de noventa dias, demonstrando mais uma vez a capacidade de auto-organização dos trabalhadores e estudantes da Universidade Estadual de Goiás, visto que foi uma greve construída e mantida sem a presença de qualquer instituição burocrática que a dirigisse. A greve teve algumas vitórias, mas também derrotas. O que nos interessa aqui é o fato de a comunidade acadêmica, após extinguir uma organização que atuou na Universidade por mais de cinco anos, recriou outra com características semelhantes, mas agora mais coesa, mais interiorizada, com participação mais significativa das unidades acadêmicas do interior do Estado. Do Fórum de Defesa da UEG ao Movimento Mobiliza UEG, os trabalhadores e estudantes desta universidade demonstraram impressionante capacidade de organização, atuação, reivindicação e mobilização sem estarem subvencionados por qualquer instituição sindical.

A greve não terminaria após o comunicado do reitor, aliás, acabou sendo fortalecida, pois várias unidades aderiram ao Mobiliza e ao movimento grevista. Em uma matéria publicada no jornal *O Popular* com o título: “Dez unidades da UEG estão paradas”, é possível verificar que o Mobiliza UEG conseguiu espaço na mídia para expor os motivos da greve, os atos que seriam realizados pelo movimento, a lista com as unidades em greve. E, no final do artigo de Pedro Palazzo, há uma citação da carta da reitoria, com o seguinte comentário:

Em outras palavras: ameaça acionar a justiça contra a greve. O vice-presidente da comissão de Direito do Trabalho da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Goiás (OAB-GO), Edson Veras, afirma que o direito de greve dos servidores públicos não seja regulamentado, é garantido na Constituição Federal.

A notícia publicada pelo jornal *O Popular*, em 29 de abril de 2013, apresentou algumas ações do movimento e apontou para a legalidade da greve dos professores e servidores técnico-administrativos, pois estaria de acordo com a Constituição Federal de 1988, que garante a todos os trabalhadores o direito de greve.

O artigo destacou ainda que, das 42 unidades da UEG, dez estavam paralisadas: “Eseffego (Goiânia), Anápolis (duas unidades), Santa Helena de Goiás,

Minaçu, Goiás, Quirinópolis, Formosa, Itapuranga e Uruaçu”. Pode-se inferir, a partir da análise do artigo, que o jornal atribuiu visibilidade e legitimidade ao movimento, fato importante na disputa em um campo. Isso porque a matéria publicada em um jornal de grande circulação foi capaz de atribuir capital simbólico aos membros do Mobiliza e contribuiu, de modo substancial, para que os mobilistas pudessem alcançar os objetivos propostos no movimento.

O Mobiliza utilizou diversas formas de protesto com o intuito de conferir visibilidade aos problemas da UEG e às reivindicações propostas pelo movimento, com um cronograma de atividades, conforme relato da assembleia do dia 6 de maio de 2013.

Nesse documento, os mobilistas apresentaram relatos das atividades desenvolvidas e estabeleceram um cronograma de atos a serem realizados pelos membros das unidades em greve. Esses eventos foram votados e aprovados ou reprovados em assembleia. Entre os encaminhamentos, havia a proposta de caminhada do Terminal Padre Pelágio, situado em Goiânia, até a Praça Cívica com panfletagem e mobilização em massa.

Com o intuito de fortalecer o movimento nas unidades do interior, foi proposto o acampamento semanal em algumas destas unidades. Todas as atividades foram planejadas, organizadas e executadas por professores, alunos e técnico-administrativos. Os documentos destacam ainda que todas as decisões foram tomadas por todos com igualdade de voto entre todos os participantes do movimento.

O Mobiliza caracterizou-se como um movimento com várias formas e meios de atuação, destacando-se, dentre estes, os meios digitais, como grupo de e-mails, Facebook e blog. Na lista de e-mails, ocorriam debates entre os membros, discussões de propostas e também postagens de informações acerca do movimento. No dia 6 de maio de 2013, foi postada uma notícia do jornal *O Popular*, na qual o jornalista Vandré Abreu apresentava uma análise dos problemas da UEG a partir de estudos realizados e as possíveis soluções:

Três análises em cinco anos, as mesmas conclusões e poucas providências. Levantamentos distintos sobre a situação da Universidade Estadual de Goiás (UEG) feitos por órgãos diversos – inclusive a própria instituição – em 2007, 2008 e 2011 apontaram praticamente as mesmas propostas para solucionar a situação calamitosa da universidade. Apesar disso, houve poucos avanços até então. [...] Os três estudos pedem basicamente autonomia de fato da universidade, realização de concursos públicos [...] e uma readequação dos cursos nas 42 unidades espalhadas pelo Estado. Um dos estudos critica a expansão da UEG em anos eleitorais,

como em 2006 e 2010, mesmo sem recursos para tanto. (O POPULAR, 06/05/2013).

A partir da análise da matéria publicada no jornal *O Popular*, é possível verificar que a UEG, naquele momento, passava por uma crise institucional e que a solução para os problemas apresentados passaria por uma reestruturação de todos os setores, visto que a crise estabelecida afetava professores, alunos e servidores técnico-administrativos. A referida notícia tratava de diversos temas relacionados à UEG e como eles influenciaram a crise na qual a universidade se encontrava:

O governo está preparando uma espécie de: “pacote de bondades”, [...] com mudanças no plano de carreira, maior autonomia e criação de cargos de coordenadores e aumento no número de professores com doutorado. Além disso, o governo anunciou concurso para 250 vagas de professores efetivos, que substituirão apenas cerca de 20% do total de temporários – hoje em torno de 1,3 mil docentes. O pacote atende em parte – quase dois anos depois- o que pede o estudo em 2011, mas não há prazo para que isso aconteça. (O POPULAR, 06/05/2013).

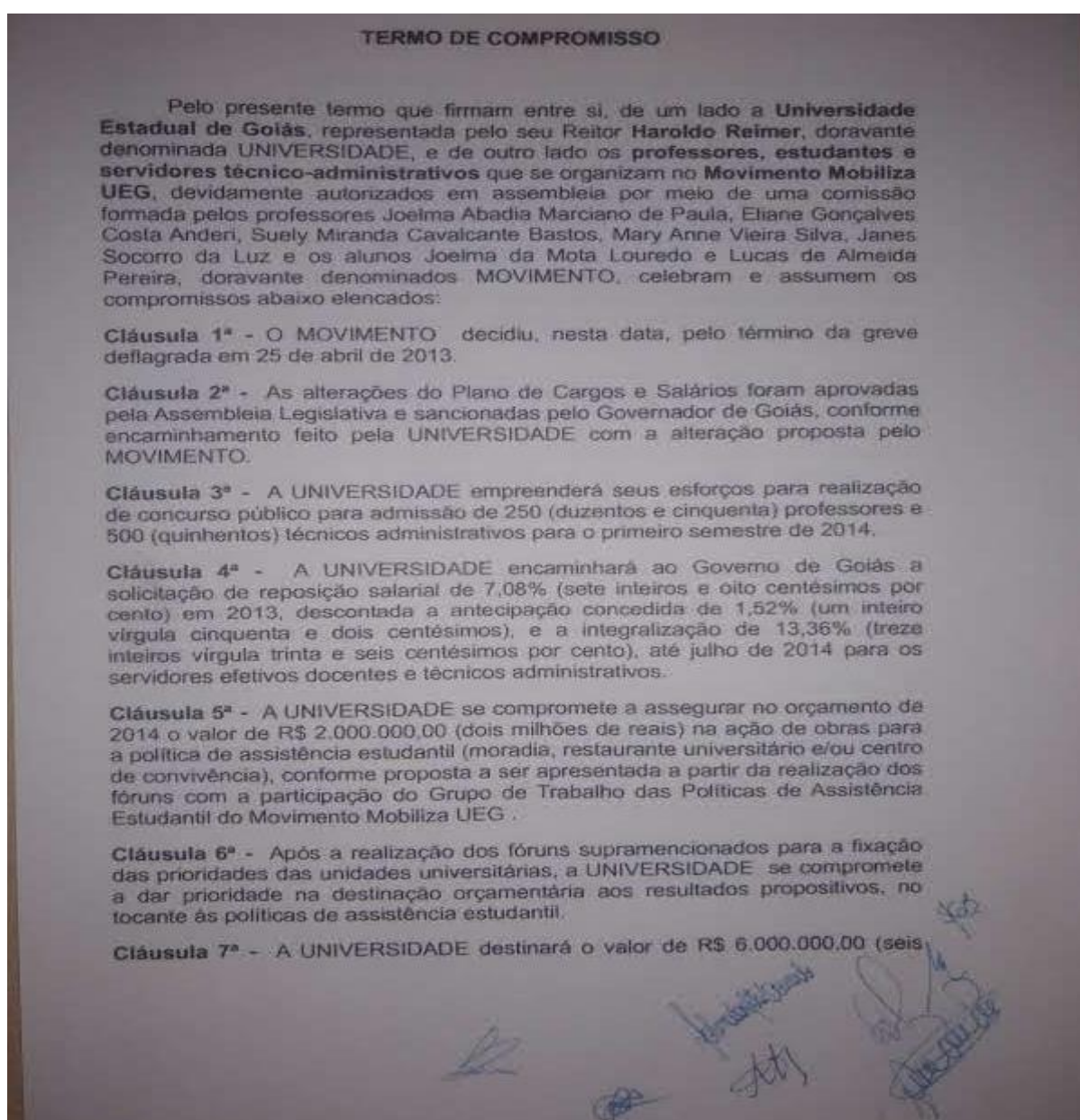
Constata-se uma crítica da imprensa ao tratamento que o governo estadual dedicava à UEG, pois a promessa do governo seria atender apenas parte das reivindicações dos grevistas e ainda sem estabelecer um cronograma de ações, deixando dúvidas sobre a efetivação do pacote prometido.

Além dos diversos problemas que se podem vislumbrar ao analisar a UEG, a política eleitoral, de acordo com o texto publicado, apresenta-se como um dos principais problemas dessa universidade, pois, de acordo com estudos realizados por técnicos consultados pelo jornal *O Popular*, conforme notícia citada acima, um dos maiores desafios seria promover uma readequação das unidades do interior. É que, ao fazê-la, o desgaste eleitoral seria grande, uma vez que a expansão da UEG ocorre em períodos eleitorais. “Em 2006, 11 unidades foram criadas e em 2010 foram 9 novos cursos, ambos anos em que houve eleições. ”

Além dos problemas já verificados, a publicação do jornal *O Popular*, mencionada acima, mostrou ao leitor os problemas que a instituição apresenta em relação aos discentes da UEG. Segundo o texto, a assistência estudantil oferecida na universidade é insatisfatória, faltam bolsas, restaurante universitário e moradia estudantil. Porém, o reitor rebate algumas críticas e ressalta que houve expansão do número de bolsas aos alunos. Complementa ainda que há apoio para moradia estudantil em algumas unidades, mas não cita onde estariam localizadas essas unidades que contavam com apoio à moradia estudantil.

A greve iniciada no dia 25 de abril de 2013 foi capaz de mobilizar e unir as três categorias em várias unidades da UEG, em todo o estado de Goiás, e assim ela produziu, segundo relatos dos mobilistas, resultados satisfatórios. Um dos avanços é que as negociações começaram a ocorrer entre a comissão de negociação e o governador Marconi Perillo, fato que fez com que a greve chegasse ao seu fim com ganhos significativos para as três categorias em greve, conforme documento abaixo¹⁶.

Figura 15 - Termo de Compromisso



Fonte: Arquivo da autora.

¹⁶ O Termo de Compromisso consta na íntegra em anexo nesta tese.

Conforme descrito no documento “Acordo do fim da greve 2013 – Termo de Compromisso”, a greve foi finalizada no dia 24 de julho de 2013 com conquistas significativas para o movimento, celebradas em um acordo firmado entre a universidade e o movimento Mobiliza UEG:

Pelo presente termo que firma entre si, de um lado a **Universidade Estadual de Goiás**, representada pelo seu Reitor **Haroldo Reimer**, doravante denominada UNIVERSIDADE, e de outro lado os **professores, estudantes e servidores técnico-administrativos** que se organizam no **Movimento Mobiliza UEG**, devidamente autorizados em assembleia por meio de uma comissão formada pelos professores Joelma Abadia Marciano de Paula, Eliane Gonçalves Costa Anderi, Suely Miranda Cavalcante Bastos, Mary Anne Vieira Silva, Janes Socorro da Luz e os alunos Joelma Mota Louredo e Lucas Almeida Pereira, doravante denominados MOVIMENTO, celebram e assumem os compromissos abaixo elencados:
Cláusula 1ª – O MOVIMENTO decidiu, nesta data, pelo término da greve deflagrada em 25 de abril de 2013.

O acordo que possibilitou o fim da greve na UEG foi resultado de intensas lutas, mobilizações e negociações com o governo e a reitoria da universidade, atendendo às categorias em greve (professores, alunos e técnico-administrativos). Para que o acordo fosse formalizado, foram estabelecidas cláusulas a serem cumpridas, nas quais foram tratados assuntos como: “alterações no Plano de Cargos e Salários [dos professores] foram aprovadas pela Assembleia Legislativa e sancionadas pelo Governador de Goiás”.

A conquista da aprovação do Plano de Cargos e Salários, de acordo com a proposta apresentada pelo movimento Mobiliza UEG, corrobora a tese de que os movimentos sociais organizados e coesos são capazes de conquistar os objetivos propostos, mas a disputa neste campo não é simples. Pelo contrário, é muito complexa e exige habilidades dos “jogadores”, pois em um campo estão em jogo vários interesses, segundo Bourdieu (1989). E, nessa disputa, o objetivo foi alcançar maior capital simbólico possível, pois o capital é quem determina o sucesso ou o fracasso em uma disputa, bem como as posições de cada agente no interior de um campo.

No documento do acordo de greve, estão dispostas 16 cláusulas, nas quais é possível identificar a conquista de reivindicações da pauta de alunos, professores e técnico-administrativos, tais como:

A UNIVERSIDADE empreenderá seus esforços para realização de concurso público para admissão de 250 (duzentos e cinquenta professores) e 500 (quinhentos) técnicos administrativos para o primeiro semestre de 2014. [...]

encaminhará ao Governo de Goiás a solicitação de reposição salarial de 7, 08% [...] e a integralização de 13, 36% [...] até julho de 2014 para os servidores efetivos e técnicos administrativos. [...] A UNIVERSIDADE se compromete a assegurar no orçamento de 2014 o valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) na ação de obras para a política de assistência estudantil (moradia, restaurante universitário e/ou centro de convivência). [...] A UNIVERSIDADE destinará o valor de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) do seu orçamento previsto para 2014 ao Programa de Bolsas cabendo ao Conselho Universitário a deliberação sobre o quantitativo e o valor das bolsas. (Acordo do fim da greve 2013 - TERMO DE COMPROMISSO, em 24 de julho de 2013).

O acordo firmado tratava ainda da melhoria do acervo das bibliotecas da UEG, além do compromisso de não se adotar nenhuma medida de retaliação ou sanção aos mobilistas. As cláusulas 11 e 13 tratavam das reformas que deveriam ser realizadas nas unidades da UEG, nas quais a “UNIVERSIDADE” se comprometeu a viabilizar recursos para que as reformas necessárias nos respectivos prédios fossem realizadas com início já em 2013.

Finalizando o acordo, na Cláusula 14, “O MOVIMENTO se compromete ao retorno das atividades em até 72 horas, contadas em dias úteis, com início das aulas no dia 1º de agosto de 2013”.

A greve de 2013, sem dúvida, foi o ato mais significativo realizado pelo Mobiliza UEG, mas não foi o único. O movimento continuou ativo e sempre realizou atos em defesa dos interesses da UEG, como também apoiou lutas com os mesmos objetivos do movimento.

4.4 A CONSTITUIÇÃO DA PRÁXIS EDUCATIVA NO INTERIOR DO FÓRUM DE DEFESA DA UEG E MOBILIZA UEG

Os movimentos sociais apresentam, em suas práticas, de modo geral, elementos que possibilitam o despertar da consciência crítica. A participação em um movimento possibilita vivências de contradições, conflitos, que permitem aos participantes uma compreensão ampliada do campo, e dos indivíduos que compõem os campos e subcampos. Nesse espaço de disputas, os indivíduos reconhecem a si mesmos, seus companheiros e seus adversários.

Nesse movimento dialético, ampliam-se a tomada de consciência e o reconhecimento do outro como igual, porque o outro defende as mesmas ideologias, sonha os mesmos sonhos. Nesse movimento, os indivíduos se identificam, solidarizam-se e aprendem, na prática, o exercício da cidadania.

Conforme apontado anteriormente, a pesquisa realizada para a elaboração deste trabalho objetivou compreender a práxis educativa inerente às mobilizações forjadas na luta por direitos fundamentais, quais sejam, salário compatível, plano de carreira, boas instalações físicas no ambiente de trabalho para professores, alunos e funcionários, relação esta, muitas vezes, desqualificada pelo “modelo societário capitalista” (MÉZÁROS, 2006), no qual a UEG foi construída e muitas vezes é desconstruída.

Conforme documentos analisados ao longo deste trabalho, a práxis educativa está associada à própria dinâmica dos movimentos sociais. O ato de participar de um movimento ou de uma organização carrega em si possibilidades de autoeducação.

Certamente poderemos encontrar muitos fatores pelos quais identificar um movimento social. Mas um é inconfundível: um conjunto de pessoas e ações pode ser chamado de movimento social se estabelece a sua centralidade na *educação popular*. [...] as atividades dos movimentos sociais devem ser sempre assumidas como atividades geradoras e comunicadoras de diversas modalidades de conhecimentos (PESSOA, 2004, p. 11).

As lutas sociais possibilitam ao sujeito aprender sobre o mundo e sobre como conquistar o seu lugar no mundo. No movimento, as pessoas aprendem essencialmente os modos como os “lugares” são construídos em uma determinada sociedade. O sujeito que participa de uma luta política aprende o significado da ação política. Segundo Loureiro (1988, p. 19):

Numa luta social há aquisição de conhecimentos: as classes em luta adquirem um saber que não tinham antes; isto é aprendizagem, é educação. As lutas sociais são eminentemente educativas. A relação que o partido, num momento da luta, estabelece com a classe que representa também é educativa. É uma relação educador-educando. Ambos são desafiados por uma situação problema cujas soluções devem ser buscadas e, por isso, novos conhecimentos são adquiridos. [...] A luta social, portanto, é uma prática político-pedagógica e a relação do partido com a classe nessa luta é também uma relação político-pedagógica.

O movimento social exerce sobre os participantes o mesmo papel que o partido exerce sobre os membros do partido, ou seja, o trabalho educativo é inerente ao ato de participar. Só ocorrerá a participação de um indivíduo em uma organização social à medida que este sujeito sentir-se impelido pelas condições materiais objetivas de vida, quais sejam, ausência de direitos básicos do cidadão. Estes elementos impulsionam a participação social e na práxis cotidiana o sujeito adquire

os conhecimentos necessários para enfrentar os conflitos cotidianos. Ocorre assim um movimento dialético, pois o mestre que ensina muitas vezes aprende no ato de ensinar. A ação dialógica é a chave para a aprendizagem.

A educação para a vida, a educação que gera um novo sujeito, ocorre em diversos espaços e práticas: na igreja, na família, nos sindicatos, nas associações, no parque, na praça, na rua. Educação é prática humana, dialética, numa relação de reciprocidade – o mesmo sujeito que educa também aprende.

Educar e se autoeducar é uma prática essencialmente humana, carregada de desejos, sonhos, utopias, ideologias, liberdade. Mas o ato de educar é um fenômeno social, relacional, ao mesmo tempo em que a sociedade educa o sujeito, o sujeito educa a sociedade. A prática educativa deve constituir-se uma prática dialógica, um caminho suave e ao mesmo tempo árduo. Aprender e ensinar é viver.

No campo do movimento social, a aprendizagem é o caminho natural a ser vivenciado pelos sujeitos. Em cada ato planejado, vivido, o sujeito aprende a ser, a escolher, a viver. A participação possibilita a geração de um *habitus*, no qual o sujeito aprende a participar e lutar pelos seus direitos como algo inerente à sua humanidade.

Portanto, recuperar a história das lutas sociais no Brasil, em Goiás e em especial na UEG é fundamental, porque a história oficial faz a narrativa conforme a visão dos “vencedores” e assim apresenta uma versão parcial dos fatos.

Faz-se necessário que os fenômenos sociais sejam descritos da forma mais abrangente possível, pois assim a narrativa torna-se fidedigna aos fatos. O relato de maneira mais abrangente possibilita maior veracidade aos fatos descritos.

Somos humanos dotados de valores, ideias e crenças e assim descrevemos o real sob o ponto vista que o enxergamos. A lente que nos orienta depende sempre da nossa posição na história contada.

As vitórias e derrotas dependem muito do ponto de vista do observador e da percepção dos envolvidos na luta, pois ao passo que se é capaz de enfrentar as adversidades, posicionar-se diante dos embates, já é possível verificar uma vitória. Isso porque o primeiro passo é reconhecer-se, identificar-se, solidarizar-se com o outro e estabelecer uma conexão, formar um grupo capaz de se identificar e defender interesses coletivos numa situação de disputa.

Os interesses latentes e/ou manifestos tendem a agrupar os indivíduos em uma determinada direção em um campo específico. Os interesses se confrontam,

estabelecem uma batalha no campo simbólico, ideológico. As estruturas se movem em direção a interesses específicos, num jogo estabelecido em um campo. Ganha o jogo os sujeitos com maior poder simbólico ou maior capital simbólico. O uso do capital disponível de forma assertiva atribui maior poder a um determinado jogador ou jogadores no interior de um campo.

É importante pensar a educação como ferramenta na construção da autonomia, na tomada de consciência da classe de si, para si. A educação deve propiciar aos sujeitos elementos capazes de lhes despertara consciência crítica e permitir uma ruptura com a dominação ideológica imposta pela classe dominante.

Há uma tendência de que as ideias da classe dominante, em uma determinada época, sejam impostas às demais classes. Para que se possa romper com esse processo, é necessária a construção de uma educação libertadora, capaz de livrar o homem de uma visão acrítica de mundo, que lhe permita desnudar a realidade e ver o mundo em todas as suas nuances. Só assim o sujeito poderá compreender a realidade que o cerca de modo claro, sem camuflagem.

A inserção do sujeito nos movimentos sociais ocorre a partir de um conflito que gera uma ação coletiva com o objetivo de solucionar a situação-problema. De acordo com Loureiro (1988, p. 24), “A luta é uma situação-problema em que todos os envolvidos buscam uma solução”. O processo no qual o sujeito se lança no movimento com a finalidade de solucionar os problemas coletivos ativa situações, relações de identificação e de solidariedade mútua. Como os sujeitos sentem-se parte de um todo coletivo, as soluções almejadas passam a considerar os desejos do grupo e não mais os interesses individuais, num processo de reconhecimento de si e do outro como parte de um grupo com desejos e sonhos semelhantes.

A pesquisa realizada constatou, na história desta importante instituição pública de ensino superior, que o Fórum de Defesa da UEG surgiu do desejo político de transformá-la em uma universidade melhor. Estudantes, docentes e servidores técnico-administrativos partilhavam o mesmo ideal de mudança. Por isso, o entendimento aqui é que o processo de organização e realização das atividades do Fórum trouxe, em sua própria existência e trajetória, uma práxis educativa. Nos termos de Gohn (2012), o caráter educativo dos movimentos sociais ocorre de várias formas e dimensões: Numa perspectiva política, o sujeito adquire consciência de seus direitos e deveres, bem como seu papel na sociedade; neste mesmo processo,

o sujeito identifica seus interesses e interesses opostos ao seu. Numa lógica dialética, o sujeito aprende estratégias para alcançar e manter seus direitos.

Na dimensão da cultura política, “[...] o exercício da prática cotidiana nos movimentos sociais leva ao acúmulo de experiência, onde tem importância a vivência no passado e no presente para a construção do futuro” (GOHN, 2012, p. 23). A dimensão da cultura política permite a aprendizagem dos códigos específicos do movimento e aprende-se, sobretudo, a não abrir mão de princípios que balizam o movimento.

É importante destacar que na dimensão cultural e política há duas questões: “A educativa e a pedagógica. A educativa é um processo cujos produtos são realimentados de novos processos. A pedagógica são os instrumentos utilizados no processo” (GOHN, 2012, p. 24). A participação em um movimento social cria um vínculo entre o sujeito e o grupo, fundamental para que ocorra a práxis educativa. O grupo cria laços de solidariedade, de pertencimento, e o próprio ato de planejar, organizar as ações de forma conjunta, produz saberes fundamentais para o desenvolvimento pessoal e grupal.

A dimensão espaço-temporal possibilita uma articulação entre os saberes populares e o saber técnico-científico (GOHN, 2012). Os saberes do grupo e dos sujeitos possibilitam a criação de novos saberes em um processo educativo e pedagógico, que leva à compreensão das categorias tempo e espaço muito presentes nos movimentos sociais. É fundamental compreender o histórico da luta, as conquistas e as derrotas, bem como os meios e os espaços nos quais o movimento se materializa.

A constituição da práxis educativa, nos movimentos sociais em análise neste trabalho: o Fórum de Defesa da UEG e o Mobiliza UEG, ocorre desde o início dos movimentos, visto que foi possível verificar a educação como elemento essencial nos movimentos em diversos atos e narrativas desses movimentos. Em 2005, em um Manifesto dos Estudantes¹⁷, o grupo que o redige externa a indignação com relação ao:

[...] descaso com que tem sido tratada a educação no estado de Goiás. Como estudantes somos os primeiros a sofrer com a ausência de livros nas bibliotecas, a falta de recursos para uma educação de qualidade e a dificuldade de se empreender um novo modelo de universidade devido à

¹⁷ O referido Manifesto encontra-se na íntegra no anexo 7.

falta de autonomia administrativa. (Manifesto dos Estudantes, Anápolis/Goiânia, 25/08/2005).

É possível verificar, no trecho citado, que, na percepção dos alunos em relação à UEG, o tratamento que essa universidade recebia do Estado à época do movimento de greve dos professores, em agosto de 2005, era muito aquém do necessário para que ela pudesse se consolidar como uma universidade.

Ainda neste manifesto, os estudantes demonstraram compreender os motivos que impulsionaram os docentes à greve e assim manifestaram o apoio aos professores:

A greve deve ser entendida como instrumento legítimo de luta dos trabalhadores, a nossa parte é a de reivindicar o respeito que merecemos por estarmos contribuindo na construção de um país melhor, de um mundo com novas relações sociais. O poder público não pode ignorar as justas demandas dos professores, do alunado e da sociedade goiana. [...] Devemos em mais esta hora de lutas nos unir ao redor de um projeto que garanta uma UEG melhor, para nós e os futuros universitários. Se nossos movimentos estudantis hoje se encontram aparelhados à estrutura do Estado, façamos nós mesmos nossas reivindicações e as incorporem na luta dos professores. (Manifesto dos Estudantes, Anápolis/Goiânia, 25/08/2005).

A análise do manifesto permite inferir que os alunos compreendiam os motivos da greve e que eles não só a apoiavam, como pretendiam incorporar suas demandas ao movimento docente, o que, como já foi demonstrado anteriormente neste trabalho, ocorreu nos dois movimentos que constituem o objeto deste estudo.

O trecho abaixo, parte do mesmo documento, permite afirmar que há uma prática educativa latente já neste primeiro manifesto dos estudantes:

Por isso nos reconhecemos como parte da luta de todos os homens e mulheres que não aceitam mais a humilhação e o descaso governamental. Todos unidos podemos nos empenhar nesta peleja que só pode ser empreendida pelas mãos daqueles que vivem a impaciência da espera por mudanças. Professores, alunos, servidores e todos os que não tenham medo da luta, unidos, podemos mostrar nossa insatisfação e exigir não as migalhas dadas pelo governador, mas sim aquilo que é nosso por direito, e direitos não são dados mas conquistados mesmo que tenhamos de arrancar das mãos dos nossos opressores. (Manifesto dos Estudantes, Anápolis/Goiânia, 25/08/2005).

O conteúdo do manifesto evidencia a consciência dos estudantes em relação à humilhação como constitutiva das motivações para a emergência dos movimentos sociais, como foi aprendido com Castells (2013) e explicitado no capítulo 2; como também em relação à necessidade de engajamento no movimento para que se

possa alcançar os objetivos que são comuns às três categorias que compõem os movimentos na UEG; e, ainda, no sentido de que o engajamento político é o único caminho para que seja possível conquistar uma universidade que atenda aos anseios de toda a comunidade uegeana.

A consciência política, evidenciada no documento, é um elemento que demonstra a práxis educativa como ação inerente ao movimento, como destaca Pessoa (2004, p. 12): “A constituição de sujeitos e protagonistas da história é o horizonte maior de toda luta política que, portanto, tem que ser sempre uma luta de sujeitos coletivos, aprendentes e ensinantes”. Sujeitos que aprendem e ensinam num ato de reciprocidade.

A práxis educativa é um ato de liberdade, mas também de responsabilidade e compromisso. Participar e decidir possibilitam a formação de um cidadão capaz de construir a sua própria história de modo consciente, pois, ao entender a importância da democracia participativa, o sujeito tende a projetar esse aprendizado para o prolongamento de sua existência.

Desse modo, um estudante que participa de um movimento social assimilará este traço para a sua vida profissional e continuará a participar, ou seja, a ensinar a práxis como condição humana.

A ação educativa é inerente aos movimentos sociais, uma vez que a participação consciente ocorre nas ocupações, nas passeatas, nos protestos e em todos os atos organizados. A participação dos alunos foi marcada por manifestos, faixas e cartazes, que evidenciavam uma participação consciente em um dos atos que marcaram o início do Fórum de Defesa da UEG como movimento social organizado em 14 de novembro de 2006, conforme documento apresentado a seguir:

Figura 16 - Ocupação da Reitoria – 14/11/2006

PRECISAMOS REFORÇAR O MOVIMENTO, A PARTIR DESTA QUINTA-FEIRA. A PRESENÇA DE MAIS PROFESSORES E ALUNOS NA OCUPAÇÃO E NAS MANIFESTAÇÕES EXTERNAS QUE OCORRERÃO É INDISPENSÁVEL PARA O SUCESSO DA LUTA. A PARTIR DE AMANHÃ CÉDO É QUE O CALDO VAI ENGROSSAR NO PRÉDIO DA REITORIA. O IZECIAS, O PEQUENO, E SEU BATALHÃO DE CHOQUE VÃO REAGIR. O MOVIMENTO É DE TODOS OS COMPROMETIDOS COM A CONSTRUÇÃO DE UMA UEG DE VERDADE, QUE NÃO SEJA MERO POLEIRO POLÍTICO DE IZECIAS, MARCONI E ADJACENTES.
À LUTA, POVÃO!!!!!!!!!!!!

Anápolis, 14 de novembro de 2006

O Fórum de Defesa da UEG informa que neste momento, 12:00 h., a Reitoria Universidade Estadual de Goiás está ocupada por alunos, professores e funcionários. A ocupação é por tempo indeterminado e o motivo é a situação de grave crise institucional que se instalou nesta Universidade, a partir do retorno irregular do ex-Reitor e candidato derrotado a deputado federal por Goiás, José Izecias, o qual havia sido exonerado.

Este retorno vem agravar os crônicos problemas que esta Universidade vem enfrentando, tais como total falta de transparência nas relações institucionais, atraso dos pagamentos, falta de verba para a manutenção dos serviços mínimos (fundo rotativo), falta de infra-estrutura, ausência de concurso para professores e servidores, falta de local adequado para os alunos almoçarem, etc.

O Fórum de Defesa da UEG avalia que esta Instituição não pode ser tratada como uma propriedade privada de um político e ex-Reitor, o qual não presta nenhuma satisfação à Comunidade Acadêmica e se permite inclusive, nomear a esposa, uma pessoa que não tem sequer curso superior, para um dos mais importantes cargos da Universidade, com um salário de R\$ 8.200,00.

FÓRUM DE DEFESA DA UEG

Notícia do dia 15

Alunos e professores, unificados no Fórum de Defesa da UEG, ocupam o andar da Reitoria desde ontem, terça, 14. Lá deverão permanecer até que seja alcançado um acordo com o governo do estado com a realização de concurso para professores e funcionários administrativos, a retirada do Izecias da Reitoria dentre outros pontos já divulgados. Na quinta e na sexta-feira próximas serão realizadas manifestações externas; na segunda-feira, 20, será realizada uma assembléia, às 9:00, no auditório da UnUCET (campus da BR), para definir se iniciaremos uma paralisação das atividades letivas por tempo indeterminado. TODOS À LUTA!!!
Santana

NOTÍCIA DO MOVIMENTO EM O POPULAR

O Popular publicou hoje, 15.11.2006, dentre outras, as seguintes notas:

MANIFESTO

Estudantes ocupam reitoria

Anápolis - Estudantes e professores da Universidade Estadual de Goiás (UEG), representados pelo Fórum de Defesa da instituição, ocuparam ontem o saguão da reitoria. Eles reivindicam a saída do professor José Izecias de Oliveira do cargo de reitor e a volta à direção do vice-reitor, Luiz Antônio Arantes, que assumiu a função quando Izecias licenciou-se para se candidatar a deputado federal. A

Fonte: Arquivo da autora.

A ocupação foi realizada com a presença de docentes, discentes e funcionários que entendiam que a UEG estava mergulhada em uma crise institucional que afetava todo o processo de ensino-aprendizagem e também todos os envolvidos. Sendo assim, a única possibilidade que restava à comunidade que compunha a UEG era se organizar e se mobilizar, empreender atos na perspectiva de transformar a situação na qual a universidade se encontrava.

A ocupação da reitoria foi noticiada no jornal *O Popular* do dia 15 de novembro de 2006. A notícia informava a ocupação e citava os principais motivos pelos quais a reitoria da UEG mantinha-se ocupada. De acordo com a notícia, a ocupação era realizada principalmente por alunos. Essa notícia referendava uma informação muito importante sobre os primeiros atos do Fórum, nos quais os alunos

eram protagonistas dada a condição de os professores à época, porque a grande maioria, cerca de 80%, conforme dados citados neste trabalho, estava na condição de temporários. Essa situação dificultava sobremaneira a participação mais ativa no movimento porque tais professores eram monitorados pela direção da universidade.

Diante dessa situação, os alunos entenderam que deveriam colaborar de maneira significativa para as ações do movimento, evidenciando assim uma consciência crítica bastante desenvolvida acerca da realidade da UEG, que, por certo, foi desenvolvida na sala de aula e na participação nas ações do movimento. O ato de participar, dialogar, debater propicia o conhecimento da realidade e possibilita um maior desenvolvimento de consciência acerca da realidade vivida.

A legitimidade do movimento forista foi reafirmada em vários manifestos de apoio ao movimento, mas um em especial é interessante para este momento da análise, o manifesto de um professor do curso de Engenharia da UEG, no qual explica aos alunos e professores do referido curso a importância da ocupação da reitoria:

A manifestação que impede o acesso à reitoria não é nenhum movimento treloucado dos nossos colegas da área de Humanas. É um movimento racional, pacífico, bem organizado e com forte embasamento jurídico, moral e ético em suas reivindicações. É uma luta que também é nossa, ou em palavras mais claras tem gente lutando por nós, para nos defender, para melhorar as nossas vidas, para melhorar as nossas condições de trabalho, e sinceramente gostaria muitíssimo que cada um de nós, após ponderar o contexto e os fatos se posicione, opine, e entre em ação efetiva, transformando a indignação inócua das conversas dos corredores em ação positiva, em algo que permita enfrentar a consciência e dizer eu tive a oportunidade e fiz algo pela UEG, pois por mínima que seja sua ação, será muito mais efetiva do que a apatia político-institucional que é característica aos professores de Engenharia Civil na UEG e no Brasil de modo geral. (Manifesto de um professor do curso de Engenharia da UEG. Novembro/2006).

O manifesto reafirma a importância do movimento forista, como também demonstra a tese de que a participação gera uma práxis educativa. O conhecimento acerca da situação da UEG impulsiona não só os alunos à ação, mas também professores e funcionários, que, ao conhecer, entender a situação pela qual a UEG estava passando, sentiam-se motivados a participar e mobilizar-se pela construção de uma universidade justa e melhor do ponto de vista institucional.

O referido professor do curso de Engenharia Civil da UEG propôs, na sequência do manifesto, a colaboração e atuação de diversos meios, de acordo com o manifesto:

Entendo que cada um colabore de uma forma. Quem não é de agitar bandeiras pode perfeitamente colaborar financeiramente com o movimento doando dinheiro para as ações do fórum de defesa da UEG. Basta ir lá no segundo andar e fazer a doação. Caso não seja possível agitar bandeiras ou doar dinheiro, doe seu tempo, doe sua imagem vá lá no segundo andar e fique pacificamente junto aos outros conversando e lendo uma revista, os alunos e as pessoas que lhe respeitam irão ver o movimento com os olhos mais críticos. Se emprestar seu tempo e sua imagem não é sua praia, separe 5 minutos de sua aula, ou mais se for necessário, faça um debate com seus alunos sobre o que está acontecendo. Pode-se também assinar um abaixo-assinado de reivindicações. Se você tem acesso à imprensa, divulgue. Se você tem acesso ao poder, questione. Enfim, existe sempre uma possibilidade de agir, conservando até se for conveniente a sua identidade. Escolha uma dessas possibilidades, invente uma possibilidade. Mas... o mais importante, não fique indiferente.

O manifesto citado é muito importante para o desenvolvimento da práxis educativa, convidando leitores, alunos, professores e funcionários da UEG a refletirem sobre suas ações e as possibilidades de ação e apresentando uma possibilidade de reflexão e autoeducação, bem como apontando aos leitores as diversas possibilidades de participação no movimento.

Acredita-se que manifestos dessa natureza contribuem para a criação de novas mentalidades, novos sujeitos, novas perspectivas de ação e reação diante da realidade vivida.

Os documentos analisados demonstram que a participação dos alunos na pauta e nas comissões de negociação atribuem a eles liberdade, autonomia e poder de decisão, elementos importantes na construção de cidadãos conscientes de si e de seus deveres.

A pauta mínima apresentada ao governador do estado de Goiás, em abril de 2007, trazia, em seu texto, a solicitação de concurso para docentes e servidores técnico-administrativos; solicitação de aquisição de livros para as bibliotecas, laboratórios; meia passagem para estudantes nos ônibus intermunicipais; mudança do financiamento da UEG de 2% para 5% dos impostos; aumento de salário e outras demandas que possibilitassem o funcionamento satisfatório da universidade.

É importante destacar que, nesse mesmo documento, consta o nome de alunos da Eseffego e UnUCSEH como membros da comissão de negociação com o governador, o que torna explícita a participação efetiva de alunos no processo de

mudança e ainda que eles desempenhavam papéis relevantes na organização do movimento.¹⁸

Outro importante espaço de mobilização do Fórum foi a lista de e-mails, na qual se encontram as manifestações de todos os segmentos envolvidos no movimento, com destaque para um e-mail no qual uma acadêmica do 3º período de Educação Física da Eseffego, no dia 19 de abril de 2007, relata a importância de sua participação no movimento e sua relevância na construção de sua identidade profissional e também na construção de melhores condições de existência da UEG. No texto, a aluna debate com uma professora que discordava da greve e do movimento do Fórum de modo geral, apontando para a necessidade do concurso público para professores e ainda defendendo alguns princípios do movimento:

Para que tenham segurança em seu emprego e não sejam obrigados a aceitar o que lhes é imposto pelo fato de temerem retaliações e para que possam defender suas ideias com dignidade. [...] Para que tragam avanços e recursos para nossa Universidade e melhorem cada mais nosso aprendizado, para que contribuam com mais força na hora de defender nossos interesses. O concurso é essencial sim TODOS devem fazê-lo, independente do tempo em que estão na Universidade, [...] E que daqui para frente nos unamos [...] que eu possa ter orgulho de todos e que, quando eu estiver em seus lugares, possa me orgulhar também e dizer que foi graças a vcs que cheguei lá.

Hoje temos muitos alunos mais interessados e compromissados, alunos que deixaram de ser guiados e passaram a pensar por si, que antes aceitavam tudo e muitos nem percebiam o que se passava, mas que depois de tudo o que houve, sabe o que quer e pensa na Universidade em que está e na que quer permanecer. [...] depois de tudo, somos alunos, professores e funcionários mais cientes do que queremos, podemos e devemos ter e não vamos mais aceitar descasos e nem comodismos!¹⁹

O e-mail postado na lista de discussão do Fórum de Defesa da UEG demonstrou o posicionamento de uma aluna do curso de Educação Física da Eseffego em relação a um tema muito polêmico na UEG à época, pois grande parte dos professores que compunha o quadro docente estava na condição de temporários. Assim, o concurso para muitos significava uma ameaça.

¹⁸ Pauta Mínima de Negociação com o Governador do Estado, em 15 de abril de 2007. Neste documento, o Fórum de Defesa da UEG propõe “um acordo satisfatório para possibilitar o fim da paralisação das letivas e administrativas, evitando, assim, maiores prejuízos para a comunidade universitária, o Fórum chegou a uma síntese dos pontos prioritários de suas reivindicações [...]”.

¹⁹ E-mail enviado na lista de discussão do Fórum de Defesa da UEG pela acadêmica do 3º período de Educação Física da UnU Eseffego. O Fórum de Defesa da UEG apresentava, como um dos principais meios de comunicação, uma lista de e-mail [defendoaueg]. Nesse espaço, realizavam-se discussões acerca da UEG e as proposições, sugestões e críticas e debates entre os membros do Fórum cadastrados na lista.

Uma parcela dos professores temporários temia por seus empregos, mas a participação no movimento permitiu à acadêmica uma visão mais ampliada da situação da UEG, dos professores e dos alunos. A acadêmica demonstrou, em seu texto, que o concurso confere ao professor maior autonomia e aumenta as possibilidades de formação e conquistas de direitos, tais como a estabilidade, que possibilita ao professor fazer carreira no serviço público.

A aluna mostrou ainda que a participação no movimento permitiu que os alunos entendessem melhor a real situação da universidade naquele momento. Fica evidente no e-mail que houve uma mudança de postura deles, maior interesse pela UEG e a consciência de que estavam lá como alunos naquele momento, mas que em um futuro próximo poderiam estar lá como professores e funcionários, como de fato se pode constatar nos quadros da UEG. Atualmente, muitos professores e funcionários que compõem o quadro de servidores da UEG são egressos da instituição.

A participação em um movimento social, de modo geral, ocorre por meio da identificação e solidariedade que une o grupo. Defender as ideias e as práticas é também algo que se aprende no curso de nossa própria história, na qual ocorrem as disputas no campo, na qual se constroem o *habitus* e se estabelecem as ideologias e a identidade social.

Um elemento inerente aos movimentos sociais é o conflito em um determinado campo. Na perspectiva bourdieusiana, os conflitos ocorrem na disputa por capital. Na UEG não é diferente. A disputa é constante entre os defensores de modelos diversos de universidade e isso, longe de ser um problema, configura-se com um processo educativo. A própria dinâmica do Fórum fez emergir uma práxis educativa em todos os espaços aos quais se tinha acesso. Mas essa práxis se fez notar também por meio da promoção de palestras, oficinas, seminários e eventos culturais. Nesses eventos, os organizadores preocupavam-se em oferecer, aos alunos, professores e funcionários, conhecimentos acerca da UEG, de movimentos sociais, de universidade, temas recorrentes no cotidiano dos movimentos sociais.

Os movimentos sociais, de modo geral, alimentam sonhos, esperanças e assim se tornam necessários à vida humana. Porém, não são estáticos, muito menos eternos. Em uma perspectiva dialética, transformam-se enquanto desenvolvem suas ações. Dessa maneira, pode-se afirmar que o Fórum constituiu-se um movimento fundamental para o desenvolvimento da UEG, mas as pessoas

mudam, os espaços mudam e os movimentos adquirem novas roupagens. Assim surgiu o Mobiliza UEG, que, tal qual o Fórum, caracterizou-se pela participação das três categorias: estudantes, professores e servidores. Ainda apresentou, como elemento fundamental, a educação via movimento.

O Mobiliza, como já foi destacado neste trabalho, surgiu numa perspectiva de renovação do Fórum e se apresentou na UEG como espaço de luta e superação dos graves problemas que atingiam essa universidade. A práxis educativa, assim como o movimento, é alimentada pela esperança de que a luta vale a pena:

Ao longo desses anos, a persistente luta de professores, estudantes e funcionários administrativos gerou algumas importantes conquistas. Dentre os frutos dessa luta, destacam-se: o Plano de Carreira dos professores (2001); dois concursos para professor (2004 e 2010); o Plano de Carreira dos funcionários administrativos (2009) [...].

Entretanto, as condições de trabalho e de estudo ainda estão longe de serem satisfeitas. [...] Com o objetivo de unificar e ampliar a mobilização em todos os campi da UEG, professores de doze unidades se reuniram em assembleia no dia 20 deste mês de fevereiro, na Unidade de Ciências Socioeconômicas e Humanas em Anápolis, e fundaram o **Movimento Mobiliza UEG**. Trata-se de um movimento não institucionalizado, independente de qualquer instância de poder da UEG e do Estado, sem vínculo com entidades sindicais, partidos, religiões/igrejas e outras instituições da sociedade.

Este movimento se rege pelos princípios e critérios definidos coletivamente pelas pessoas que o compõem em condição de igualdade, sem qualquer espécie de hierarquia. Embora tenha sido criado por professores, o **Movimento Mobiliza UEG** está aberto à participação ativa de estudantes e funcionários administrativos, desde que coerentes, na ação, com a causa e as práticas (práxis) dos seus fundadores. (Movimento Mobiliza UEG – Porque a luta continua na UEG? 27/02/2013).

Essa citação permite a compreensão do modo como o movimento foi criado, sua organização e a práxis educativa, que consiste, no documento em análise, na retomada histórica dos movimentos e suas conquistas na UEG, efetivadas no passado, mas que impulsionam os sujeitos à mobilização no presente, com vistas a alcançar as demandas atuais.

Sempre esteve presente na organização do Mobiliza UEG a perspectiva de luta unificada entre professores, alunos e servidores. Unidade e igualdade são especificidades dos movimentos sociais organizados na UEG (Fórum e Mobiliza), mas, no Mobiliza, a igualdade e a paridade entre todas as categorias foram destacadas, conforme mencionado anteriormente e reafirmado na citação abaixo:

Por essa Igualdade (não há hierarquia entre as categorias), em que pese o predomínio numérico dos estudantes e a maior proporção de professores efetivos em comparação com funcionários, o princípio revelado nessa relação de participação igualitária procura romper com a fragmentação de

categorias e com o corporativismo presentes nas instituições históricas como sindicatos, movimentos estudantis, associação, etc. (Movimento Mobiliza UEG. Pela unidade igualitária na luta no Movimento Mobiliza UEG, 06/05/2013).

O processo educativo é uma prática cotidiana nos movimentos sociais desenvolvidos na UEG, visto que a aprendizagem ocorre mediante a compreensão do papel do sujeito no movimento. A igualdade irrestrita na participação de todas as categorias, do mesmo modo como oferece plenas oportunidades de participação, exige de todos o compromisso de vivenciar o movimento e suas causas cotidianamente. O compromisso diante das responsabilidades assumidas promove a geração de um novo sujeito movido por suas convicções e utopias.

As convicções que nos movem são fruto de nossas escolhas, nossas lutas e de nossa história. Assim os sujeitos são forjados e aprendem a se mover em direção à conquista de seus ideais.

Os instrumentos utilizados para alcançar os objetivos de um grupo mobilizado são diversos, como seminários, palestras, oficinas, grupos de estudo, passeatas, interdições e ocupações de espaços públicos. Porém, quando tudo é insuficiente, a greve, de acordo com os documentos analisados, surge como um instrumento legítimo de luta da classe trabalhadora.

Em uma carta aberta ao reitor da UEG, encaminhada no grupo (ueg-levada-a-serio@googlegroups.com), um professor explica aos leitores os motivos para participar da greve:

Sonho...Tão necessário para a unidade de uma gente. Tão evidentemente central para a feitura de um povo, de uma comunidade, de, enfim, uma sociedade. Estou seguro que é meio piegas falar em sonho, mas de qualquer maneira, para quem vive e milita na educação, esta categoria segue sendo central para a prática formativa, para o descortinar de horizontes e para, enfim, o constructo de militantes da causa, ainda atual, dos direitos humanos.

Pois bem, professor... É aí que entra a UEG. Surgimos porque existe a dúvida e ela nos justifica. E pela dúvida vem a pesquisa, o embate teórico, as epistemologias e quem sabe algum alento para as nossas intermináveis indagações. É mais ou menos por aí que podemos contribuir com a elevação da qualidade humana de nossa gente e, sobretudo, por meio da reafirmação da política como exercício do bem comum, como ato coletivo e exclusivo no necessário processo harmônico e equilibrado de superação de diferenças e desigualdades por meio da integração e da valorização do outro.²⁰

²⁰ **Carta Aberta ao Reitor da UEG enviada por e-mail no grupo** (ueg-levada-a-serio@googlegroups.com). **No dia 12/07/2013 às 19h36.** A referida carta faz uma reflexão sobre o Movimento Mobiliza UEG, a importância e a manutenção do movimento grevista por mais de 70 dias com a participação de alunos, professores e servidores técnico-administrativos. A referida carta encontra-se na íntegra em anexo neste trabalho.

A carta apresenta-se como uma importante reflexão sobre o papel do professor, do estudante, do cidadão e da universidade, espaço da pesquisa, do debate, da dúvida e do exercício da política como práxis necessária para a superação das desigualdades sociais e políticas. A carta manifesta um caráter formativo explícito porque a leitura possibilita ao leitor a reflexão sobre si mesmo e sua prática.

As reflexões expostas no documento apontam críticas à administração da UEG e mencionam a greve como um importante instrumento de reivindicação de mudanças na condução administrativa dessa universidade. O autor da carta descreve a greve como um instrumento inteligente social e politicamente, conforme ilustra a citação abaixo:

[...] sou grevista. E, de verdade, professor, bastante orgulhoso da minha condição porque entendo a greve como uma inteligência social e política da classe trabalhadora, como uma maturidade absolutamente empolgante e contagiante. Como um sinal dos tempos e que ensaiamos, atrevidamente ensaiamos, entre nós. E tudo isso nos é bastante importante e relevante porque, no caso da UEG, sequer sindicato temos e, ainda assim, lá se vão setenta dias de uma intensa, viva e fulgurante greve.
[...] Rompemos o convencional, reinventamos nossa condição de trabalhadores, referendamos, dessa forma, nossa condição de classe e, nesse sentido e forma, estão alterados os próprios rumos representativos da categoria docente. Isso é autonomia, clareza e sapiência política. Alguns bons colegas chamarão todo esse movimento de autogestionário. Que seja! Somos o novo sendo gestado e nascendo todo o tempo porque, do lado de cá, saiba, existe muita energia, muita coragem, impetuosidade e mobilização. Às vezes ruidosa, outras vezes silenciosa, mas em um crescendo de consciência, de formação política e de unidade em torno do trabalho. (Carta Aberta ao Reitor da UEG enviada por e-mail no grupo).²¹

O texto constitui-se uma defesa do movimento e uma reafirmação da mudança na perspectiva de sua organização. Segundo o autor, há uma grande energia que move os mobilistas, e esta energia transborda no texto, os grevistas defendem a autonomia, a liberdade e a autogestão.

Em um outro trecho do mesmo texto, o autor faz a análise dos professores que não estão em greve, assinalando que eles continuam no movimento, só que de uma maneira diferente:

E, de verdade, mesmo os professores que já estão em sala-de-aula, ainda estão em greve. Como assim? É fácil perceber... É que todos os professores [...] de uma forma ou de outra, estão tocados, envolvidos e sensibilizados com toda essa luta, evidentemente legítima, sumamente

²¹ Carta Aberta ao Reitor da UEG enviada por e-mail no grupo (ueg-levada-a-serio@googlegroups.com), no dia 12/07/2013, às 19h36.

autêntica e suas aulas, reflexões e discursos são corriqueiramente transversalizados com pensamentos, críticas e intervenções outras acerca do vivido, do tristemente vivido na UEG e no Estado.²²

Um espaço muito importante para o exercício da práxis educativa são as assembleias. O palco de uma assembleia é permeado por discussões, debates, sugestões, momentos durante os quais são tomadas decisões acerca dos rumos dos movimentos de modo geral.

As assembleias do Mobiliza UEG eram marcadas por especificidades próprias do movimento, tais como a participação de categorias diversas, docentes, discentes e servidores técnico-administrativos. Porém, com um detalhe a mais: todas as categorias de todas as unidades da UEG tinham, nessas assembleias, direito de voz e de voto. Nesses encontros, realizavam-se a avaliação do movimento e os encaminhamentos para as próximas ações do Mobiliza.

Na assembleia realizada em 22 de março de 2013, conforme documento enviado por e-mail no grupo “ueg-levada-a-serio@googlegroups.com”, participaram da assembleia as seguintes unidades: “UNUCET, UNUCSEH, Formosa, Unidade de Goiás, Santa Helena, Itapuranga, Itaberaí, Uruaçu, Minaçu, Porangatu”.

A análise do documento revela a participação de professores, estudantes e servidores como narradores das atividades em suas respectivas unidades. E os mesmos atores mencionados expõem suas propostas para o grupo, no qual são aprovadas, de modo indistinto, propostas de todos os segmentos participantes do movimento. Assim, a práxis educativa se consolida nas ações do movimento, considerando que a participação e o debate são essenciais para a construção de uma atividade formativa humana e coerente.

Um outro elemento importante que a pesquisa revelou é que o processo educativo ocorreu também entre os docentes. Isso porque se verifica uma mudança de postura: os professores, ao mesmo tempo que ensinam, também aprendem, no campo do movimento, formas e meios de atingir objetivos coletivos.

Também um meio bastante utilizado pelo Mobiliza e pelo Fórum foram os grupos de e-mail, espaço de comunicação digital que possibilita debate de ideias, repasse de informações e ainda publicações de apoio ao movimento que sempre eram recebidas pelo grupo com muito entusiasmo.

²² Carta Aberta ao reitor da UEG enviada por e-mail no grupo (ueg-levada-a-serio@googlegroups.com), no dia 12/07/2013, às 19h36.

Os e-mails das unidades, quase sempre para comunicações de caráter institucional, também foram utilizados como espaço de discussão e debate de ideias sobre os movimentos. Um e-mail, nesse espaço, teve por objetivo apresentar um balanço da greve e a práxis educativa inerente ao movimento. A seguir, alguns trechos do e-mail enviado no dia 25 de julho de 2013, às 3h21, para Dir Unucseh com o assunto: AGREVE, O MOBILIZA UEG E UM NOVO PARADIGMA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS²³:

Foram exatamente 90 dias de greve! Nunca aprendi tanto em tão pouco tempo! A greve foi, para mim, uma escola na qual o processo de aprendizagem esteve constantemente associado à vivência dos processos, foi um aprendizado histórico e, acima de tudo, político. Posso dizer que passo a enxergar a Universidade na qual trabalho e a luta que nela se trava de uma forma diferente. [...] Não garantimos tudo o que desejávamos, não alcançamos a vislumbrada política estudantil. Contudo, fico com a certeza de que se alteraram substancialmente a correlação de forças na Universidade. O Movimento, de algum modo, permanece. [...] Ver nossos estudantes discutindo com maturidade, suas demandas, suas perspectivas, seus anseios por condições dignas de desenvolvimento de suas atividades, certamente inaugurou um novo paradigma na Universidade. Este novo paradigma está, em certa medida, materializado no Grupo de Trabalho de Política de Assistência Estudantil concebido nos meandros do próprio Mobiliza UEG.

O período de greve foi marcado por um processo pelo qual se aprende a respeitar posições diversas das nossas, aprende-se a arte de convencer e conquistar espaços no próprio movimento. Mas o que mais se aprende, e não se pode esquecer, é que o movimento precisa continuar, estar vivo sempre. Um movimento não alcança todos os objetivos propostos, mas aqueles que ainda não foram conquistados serão as sementes embrionárias de um novo movimento. A semeadura fora realizada e as sementes brotarão, serão cultivadas pelas gerações vindouras. Em alguns momentos o cultivo será fácil, em outros a terra se mostrará árida, mas as sementes estarão lá e a seu modo cada uma terá a chance de crescer e florescer e frutificar.

²³ Texto em letra maiúscula conforme original.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho do pesquisador é sinuoso, por vezes difícil, e marcado pela inquietação constante. A pesquisa aguça os sentidos, pois pesquisar é encontrar sentido naquilo que outro ainda não encontrou, vislumbrar a dúvida onde havia certeza, é ver para além das aparências. É um trabalho difícil, sim, mas é um exercício que ilumina a realidade e apresenta nuances, peculiaridades, que possibilitam novos olhares e a compreensão da realidade em análise, a partir de uma determinada perspectiva.

A realidade é ampla, infinita no seu todo. Desse modo, um estudo, mesmo quando persegue o real na perspectiva de sua totalidade, deve se reconhecer tomando-o como processo, sempre em transformação e, portanto, como uma dinâmica de muitas possibilidades. Elegendo um ponto para a pesquisa, deve analisar e apresentar possibilidades. Deve mirar sempre o universo infinito do objeto desta pesquisa. Neste estudo, *Movimentos sociais e práxis educativa na construção da Universidade Estadual de Goiás*, a ação dos movimentos sociais de docentes, discentes e servidores técnico-administrativos é apresentada como uma força que educa os sujeitos e modifica a realidade na qual atua.

A partir dos dados analisados, é possível afirmar com segurança que existe uma práxis educativa inerente à participação no Fórum de Defesa da UEG e no Mobiliza UEG. A documentação ilustrada nesta tese (tabelas, figuras e anexos) demonstra que o conflito possibilita aos sujeitos o reconhecimento de um problema comum capaz de gerar uma identidade; os sujeitos, nesse movimento, solidarizam-se e, movidos por uma ideologia, criam um novo *habitus* que possibilita a ação coletiva e a geração de mudanças dentro e fora do campo. Nesse embate, o intelectual militante, na perspectiva bourdieusiana²⁴, é fundamental, pois ele interpreta o cenário político, dimensiona a correlação de forças, identifica e apresenta as possibilidades de ação. Este é o quadro metodológico tomado como fundamental para a compreensão das lutas sociais desencadeadas na UEG.

²⁴ O intelectual militante, na perspectiva de Pierre Bourdieu (1998, 2002), traduz-se na vontade militante de reunir os elementos de reflexão necessários para a ação política em uma democracia. Neste jogo, o intelectual militante participa dos movimentos, tem voz ativa nesse campo e atua de forma mais especializada de acordo com o ofício de sociólogo. Ele tem a capacidade e legitimidade para intervir no campo político de forma direta e indireta.

O estudo desenvolvido nesta tese apresenta os movimentos sociais como algo bastante singular, peculiar aos movimentos em análise, o Fórum de Defesa da UEG e o Mobiliza UEG, a união de três grupos diferentes em um mesmo movimento social: professores, alunos e servidores técnico-administrativos. Qual é o sentido deste movimento uno? Como seria a conciliação de interesses diversos? Inicialmente, a pesquisa demonstrou que havia um elo comum entre eles: a UEG, visto que todos os envolvidos no movimento buscavam a consolidação de uma universidade capaz de desenvolver de modo satisfatório o tripé: ensino, pesquisa e extensão. Para que o objetivo comum pudesse ser alcançado, seria necessário o surgimento de uma nova universidade idealizada pelos sujeitos engajados nos movimentos estudados. Este modelo utópico de universidade foi sendo construído aos poucos, germinando e sendo cultivado em cada embate por meio da organização e luta pelos interesses da comunidade uegeana.

Verificou-se, ao longo desta tese, que a organização unificada foi fundamental para que se construísse um novo “ethos” na UEG. Ficou claro para os participantes dos movimentos, mediante os documentos apresentados, que a luta conjunta aumentava o capital simbólico e atribuiria maior força ao movimento. Desse modo, todos alcançariam os objetivos estabelecidos.

As conquistas dos movimentos (Fórum e Mobiliza UEG) são irrefutáveis. Apenas para ilustrar, destacam-se algumas destas conquistas. Os professores conseguiram que fossem realizados concursos em 2003, quando o movimento ainda era embrionário, e em 2010, após inúmeras manifestações detalhadas no quarto capítulo deste trabalho. Em 2013, uma importante conquista foi alcançada a partir do Mobiliza UEG: professores e servidores técnico-administrativos conseguiram reajustes salariais e aprovação do Plano de Cargos e Salários. E os estudantes conquistaram o estabelecimento de uma política de bolsas específica da UEG.

Algumas conquistas, em particular, permitem compreender a unicidade dos movimentos analisados: A UEG apresenta, atualmente, uma nova estrutura física, administrativa e acadêmica, que precisa melhorar muito ainda, mas, comparada à UEG de 1999, melhorou muito. A maioria dos campus atualmente funciona em sede própria; com bibliotecas, laboratórios, salas com datashow, ventiladores, ar condicionado; no início, em 1999, várias unidades funcionavam em prédios cedidos e ou alugados. Os campus não apresentam uma uniformidade, porém, as mudanças no período analisado nesta tese (2003 a 2013) foram significativas e permitem

afirmar que a UEG melhorou muito para toda a comunidade uegeana (alunos, professores e servidores técnico-administrativos).

As utopias que alimentam as mobilizações se transformam em realidade e fazem crer que os movimentos sociais carregam em si a capacidade de transformar a realidade. Esta dinâmica de mobilizações e conquistas reforça o movimento e possibilita o surgimento de um novo *habitus* no qual se acredita que o esforço coletivo é necessário e é o único meio possível para que se alcancem e se mantenham os direitos dos sujeitos. Isso porque um aprendizado indiscutível no movimento social é de que a “guerra” nunca termina, as batalhas são vencidas ou perdidas, mas a busca por transformações é e deve ser contínua, uma vez que há um conflito latente intrínseco às organizações humanas, a disputa pelo poder, pelo controle de um campo e ou de vários campos. Nessa perspectiva, as disputas serão intermináveis, pois se finaliza uma e em seguida se começa outra.

O presente estudo apresenta uma análise desta realidade, a partir de um determinado referencial teórico, de uma determinada matriz metodológica e essencialmente a partir da análise da documentação a qual se teve acesso ao longo da pesquisa. Porém, há muito a ser pesquisado sobre a relação entre movimentos sociais, construção da UEG e a constituição de uma práxis educativa inerente aos movimentos sociais organizados nessa instituição.

A documentação acerca desta temática é muito rica e fértil, por isso pode e deve ser fonte para outros trabalhos. As possibilidades de educação e autoeducação estão postas nos documentos à espera de novos olhares, novas pesquisas, que, certamente, apresentarão novas possibilidades de análises. A partir de novos recortes, acredita-se que essas pesquisas ocorrerão em outros momentos, permeadas por outros olhares, pois os documentos são imóveis, estarão lá em sua forma única, mas a realidade é dinâmica e se modifica a todo instante, abrindo horizontes e possibilidades infinitas.

A realidade com a qual se defronta o pesquisador é fundamental para que se possa entender a pesquisa, o andamento e o resultado da pesquisa realizada. A escrita desta tese foi marcada por circunstâncias muito difíceis porque o Brasil atravessou e atravessa uma de suas maiores crises política e social. A pesquisa que ora se apresenta foi construída em meio à conjuntura que interfere de modo indelével nesta jornada, visto que o país parece mergulhar num abismo sem fim.

O estudo teve como objetivo demonstrar a importância dos movimentos sociais como motor da mudança, demonstrar a práxis educativa inerente ao movimento. Ao mesmo tempo, a realidade fervilha nos arrastando da academia para a práxis, para o embate. Muitas vezes a realidade clama de modo veemente e saímos do “gabinete” e vamos às ruas. Isso faz parte da pesquisa porque o pesquisador é sujeito e necessita ir para a passeata e só assim se sentir humano e compreender a teoria nas ruas, nas praças, na escola e, num movimento dialético, compreender que o movimento educa e o faz em diversos lugares.

Os movimentos sociais apresentam um dinamismo que escapa à pesquisa e que precisa ser capturado na ação cotidiana, na sua organização, nos debates, nos conflitos internos, na luta diária pelo direito negado.

A pesquisa permitiu reavaliar o processo de construção da UEG a partir de um outro viés: o papel dos movimentos sociais na construção da Universidade Estadual de Goiás e o papel dos atores sociais nesse processo.

Atualmente, o arquivo sobre movimentos sociais na UEG está disponível para pesquisa no Cedoc do Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas. Esse arquivo configura-se como uma fonte inesgotável de pesquisa, havendo, desse modo, inúmeros aspectos dos movimentos que ainda não foram estudados e que merecem e devem ser pesquisados. O caminho percorrido neste trabalho foi apenas uma parte de um longo caminho com amplas e infinitas possibilidades.

REFERÊNCIAS

ABREU JÚNIOR, Nelson. **Universidade multicampi e sua gestão acadêmica: o caso da Universidade Estadual de Goiás**. 2017. 289 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

ABREU, Vandrê. Solução emperrada na UEG. **O Popular**, Goiânia, 6 maio 2013. Caderno Cidades.

ADUEG – Associação dos Docentes da UEG. **Carta Aberta aos professores da UEG**. 21/11/2006. Disponível em Cedoc – Centro de Documentação – Universidade Estadual de Goiás – Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas.

ADUEG-SS/ANDES-SN – Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Goiás. **Eleição 2006-2008. Termo de Homologação. Ata Total de Apuração da Comissão Eleitoral Central**. 5 de julho de 2006. Disponível em Cedoc – Centro de Documentação – Universidade Estadual de Goiás – Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas.

ARANTES, Adriana Rocha Villa. **A formação de professores da Licenciatura Plena Parcelada do curso de Pedagogia da UEG (Anápolis): suas repercussões na atuação dos professores da rede municipal de Abadiânia**. 2006. 209 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2006.

ASSIS, Deire. Governo Libera R\$ 2 milhões para UEG. **O Popular on-line**, Goiânia, 18 abr. 2007. Caderno Cidades.

ATAÍDE, Fernanda Paula França. **[defendoaueg] apenas minha opinião**. Mensagem pessoal enviada para: defendendoaueg@yahoogrupos.com.br. 19 abr. 2007.

ATAÍDES, Marcos Augusto Marques. **Relato da Assembleia Geral dos Professores da UEG**. 20 de fevereiro de 2013. Anápolis. Universidade Estadual de Goiás. UnUCSEH. Disponível em: CEDOC – Centro de Documentação – Universidade Estadual de Goiás – Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas.

BHBIT. **O que são ONGs?** Disponível em: <<https://www.bhbit.com.br/terceiro-setor/o-que-sao-ongs/>>. Acesso em: 3 jan. 2019.

BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Lisboa: Difel e Bertrand Brasil, 1989. P. 59-73

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos 2: por um movimento social europeu**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. Trabalho e projetos. In: ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado: cursos no College de France (1989-92)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A vida reinventada: movimentos sociais e movimentos ambientalistas. In: PESSOA, Jadir de Moraes (Org.). **Saberes do nós: ensaios de educação e movimentos sociais**. Goiânia: Ed. da UCG, 2004. p. 43-120.

BRASIL. **Nota Informativa n.º 155/2015**. Brasília, DF: Setec/MEC, 2015. Disponível em: <portal.mec.gov.br>. Acesso em: 12 ago. 2018.

CARVALHO, Alonso Bezerra de; SILVA, Wilton Carlos Lima da (Orgs.). **Sociologia e educação: leituras e interpretações**. São Paulo: Avercamp, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CARVALHO, Renata Ramos da Silva. **Universidade Estadual de Goiás: histórico, realidade e desafios**. 2013. 233 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

CARVALHO, Renata Ramos da Silva. **A UEG no contexto das universidades estaduais brasileiras: histórico, assimetrias e desafios**. Anápolis: Oikos Editora; Editora UEG, 2017.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CAVALCANTI, Marcus Vinicius Silva. **Leiam e divulguem as mensagens de apoio, interno e externo, ao movimento realizado pelo Fórum de Defesa da UEG**. Novembro/2006. Disponível em Cedoc – Centro de Documentação – Universidade Estadual de Goiás – Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas.

CAVALCANTE, Ângelo. **Carta Aberta ao Reitor da UEG**. [online] Disponível na Internet. Mensagem recebida na lista: ueg-levada-a-serio@googlegroups.com. 22 jul.2013.

CHAIA, Miguel W. Universidade, informação e movimentos sociais. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 4, 1994.

CHAUÍ, Marilena. A universidade operacional. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 maio 1999. Caderno Mais.

COELHO, Lígia Martha C. et al. **Cidadania/Emancipação**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

COELHO, Renato. **Ata da Assembleia Geral da UEG – 22/05/2013**. [online] Disponível na Internet. Mensagem recebida na lista: ueg-levada-a-serio@googlegroups.com. 22 maio 2013.

COMANDO DE GREVE UNIFICADO DA UEG. **Por que os professores e estudantes da UEG estão em greve. 04/09/2003**. Disponível em Cedoc – Centro de Documentação – Universidade Estadual de Goiás – Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas.

COMISSÃO DE NEGOCIAÇÃO DO MOVIMENTO MOBILIZA UEG. **Acordo do fim da greve de 2013. Termo de Compromisso**. 24 jul. 2013. Disponível em Cedoc – Centro de Documentação – Universidade Estadual de Goiás – Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas.

CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/produção/dossies/AEraVargas1/glossário/pelego>. Acesso em: 30 out. 2018.

CRUZ, José Adelson da. Movimentos sociais e práticas educativas. **InterAção**, Goiânia, n. 2, jul./dez. 2004.

DEMO, Pedro. **Praticar ciência**: metodologia do conhecimento científico. São Paulo: Saraiva, 2011.

DOURADO, Luiz Fernandes (Org.). **O Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas**. 2. ed. Goiânia: Editora UFG; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira. A educação superior em Goiás: regulamentação, políticas e perspectivas na reconstrução do campo universitário. In: _____. **LDB do Estado de Goiás**: análises e perspectivas. Goiânia: Alternativa, 2001.

DURKHEIM, Emile. **A evolução pedagógica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

DURKHEIM, Emile. **Educação e sociologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Universidade do Brasil**: das origens à construção. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010.

FÓRUM DE DEFESA DA UEG. **A greve terminou, mas o movimento e a luta continuam**. 27/04/2007. Disponível em Cedoc – Centro de Documentação – Universidade Estadual de Goiás – Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas.

FÓRUM DE DEFESA DA UEG. **Povão do Fórum.** 12/06/2006. Disponível em Cedoc – Centro de Documentação – Universidade Estadual de Goiás – Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas.

FÓRUM DE DEFESA DA UEG. 14/11/2006. Disponível em Cedoc – Centro de Documentação – Universidade Estadual de Goiás – Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas.

FÓRUM DE DEFESA DA UEG. **Pauta mínima de negociação com o governador do Estado.** Abril/2007. Disponível em Cedoc – Centro de Documentação – Universidade Estadual de Goiás – Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas.

FÓRUM DE DEFESA DA UEG. 25/04/2007. **A greve terminou, mas o movimento e a luta continuam.** Disponível em Cedoc – Centro de Documentação – Universidade Estadual de Goiás – Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas.

FÓRUM DE DEFESA DA UEG. **Dez anos de luta por uma UEG pública de verdade.** Junho de 2008. Disponível em Cedoc – Centro de Documentação – Universidade Estadual de Goiás – Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas.

FÓRUM DE DEFESA DA UEG. **Organização da Marcha do Fórum em defesa da UEG 1º e 2/10/2009.** Disponível em Cedoc – Centro de Documentação – Universidade Estadual de Goiás – Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. **A era Vargas dos anos 20 a 1945. Pelego.** Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/produção/dossies/AEraVargas1/glossario/pelego>>. Acesso em: 15 maio 2016.

GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS. **Quadro atual de servidores da UEG – professores e funcionários administrativos. 10/06/2005.** Disponível em Cedoc – Centro de Documentação – Universidade Estadual de Goiás – Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas.

GOIÁS. **Decreto n.º 5.130**, de 3 de novembro de 1999. Homologa o Estatuto da Universidade Estadual de Goiás. Goiânia: Diário Oficial do Estado de Goiás, 1999.

GOIÁS. **Edital n.º 001/2003 – FUEG.** Publicado em: 17 de janeiro de 2003. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. Disponível em Cedoc – Centro de Documentação – Universidade Estadual de Goiás – Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas.

GOIÁS. **Lei n.º 14.042**, de 21 de dezembro de 2001. Institui o Quadro de Carreira dos Docentes de Ensino Superior e do Pessoal Técnico-Administrativo da Fundação Universidade Estadual de Goiás – FUEG e dá outras providências. Goiânia: Diário Oficial do Estado de Goiás, 2001.

GOIÁS. Tribunal de Contas do Estado. **Inspeção realizada na UEG 2007/2008.**

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, maio/ago. 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação.** 8.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. (Orgs.). **Movimentos sociais na era Global.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil Contemporâneo.** 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GREVE NA UEG ANÁPOLIS. 20 de agosto de 2003. Disponível em Cedoc – Centro de Documentação – Universidade Estadual de Goiás – Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil.** São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

IRREGULARIDADES na folha de pessoal. **O Popular**, Goiânia, 6 out. 2008. Caderno Cidades, p. 3.

LIMONTA, Sandra Valéria. **Currículo e formação de professores:** um estudo da proposta curricular do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás. 2009. 313 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo:** textos selecionados. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores)

LOUREIRO, Walderês Nunes. **O aspecto educativo da prática política.** Goiânia: Centro Editorial e Gráfico da UFG, 1988.

MAIA, Lucas; ATAÍDES, Marcos. Experiências de auto-organização nas lutas dos trabalhadores da Educação em Goiás. **Revista Despierta**, Goiânia, ano 1, n. 1, 2014.

MAGRONE, Eduardo. Gramsci e a educação: a renovação de uma agenda esquecida. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 26, n. 70, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna.** São Paulo: Cortez, 1991.

MANIFESTO DOS ESTUDANTES. 25 de agosto de 2005. Disponível em Cedoc – Centro de Documentação – Universidade Estadual de Goiás – Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

MARSHALL, T. H. **Cidadania e classe social**. 2. ed. atual. trad. e rev. EaD/CEEMCT, Brasília: Senado Federal, Centro de Estudos Estratégicos, Ministério da Ciência e Tecnologia, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Lisboa: Avante, 1997.

MASCARENHAS, Ângela Cristina Belém. A educação para além da escola: o caráter educativo dos movimentos sociais. In: PESSOA, Jadir de Moraes (Org.). **Saberes do nós**: ensaios de educação e movimentos sociais. Goiânia: Ed. da UCG, 2004. p. 15-28.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, Cedoc, p. 49-66, jun. 1989.

MÉZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOVIMENTO MOBILIZA UEG. **Acordo do fim da greve 2013. Termo de Compromisso**. 24/07/2013. Disponível em Cedoc – Centro de Documentação – Universidade Estadual de Goiás – Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas.

MOVIMENTO MOBILIZA UEG. **Apresentação e princípios**. 20/02/2013. Disponível em Cedoc – Centro de Documentação – Universidade Estadual de Goiás – Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas.

MOVIMENTO MOBILIZA UEG. **Por que a luta continua na UEG?** 27 de fevereiro de 2013. Disponível em Cedoc – Centro de Documentação – Universidade Estadual de Goiás – Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas.

MOVIMENTO MOBILIZA UEG. **Pela unidade igualitária na luta no Movimento Mobiliza UEG**. 6 de maio de 2013. Disponível em Cedoc – Centro de Documentação – Universidade Estadual de Goiás – Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas.

MOVIMENTO MOBILIZA UEG. **Relato da Assembleia 6-5-2013. Pauta- Informes sobre a greve.** 6 de maio de 2013. Disponível em Cedoc – Centro de Documentação – Universidade Estadual de Goiás – Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas.

MOURA, Aline Beltrame de. O discurso da cidadania em Marshall: a influência do modelo clássico na teoria jurídica moderna. **Jurisvox**, Patos de Minas, 10. ed. 2009.

OLIVERIA, João F.; PESSOA, Jadir de Moraes. O método em Bourdieu. In: _____. (Org.). **Pesquisar com Bourdieu**. Goiânia: Cânone Editorial, 2013. p. 15-30.

O POPULAR. **Estudantes ocupam Reitoria**. Goiânia, 15 nov. 2006.

O POPULAR. **Provas serão em janeiro**. Goiânia, 25 set. 2009. Caderno Cidades.

ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)

PALAZZO, Pedro. “Dez unidades da UEG estão paradas”. **O Popular**, Goiânia, 29. abr. 2013.

PESSOA, Jadir de Moraes (Org.). **Saberes do nós**: ensaios de educação e movimentos sociais. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

PESSOA, Jadir de Moraes. **A igreja da denúncia e o silêncio do fiel**. Campinas, SP: Editora Alínea, 1999.

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia Oliveira de; OLIVEIRA, Marcia Gardênia Monteiro de. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. 2. ed. rev. e atual. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

REIMER, Haroldo. **Comunicado sobre a decisão de “greve” na UEG**. 26 de abril de 2013. Disponível em Cedoc – Centro de Documentação – Universidade Estadual de Goiás – Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas.

RIBEIRO, Marlene. Educação para cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 2 p. 113-128, jul./dez. 2002.

RODRIGUES, Rubson Marques. **Movimentos sociais de educadores e suas repercussões na educação brasileira**: lutas, conquistas e desconstruções (décadas 1990-2000). 2010. 178 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2010.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Do contrato social**: textos selecionados. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores).

SANTOS, Boaventura de Souza. Democracia convive com o facismo social. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 maio 2001b.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

SILVA, José Santana da. **O papel do Fórum de Defesa da UEG**. Anápolis, 2010. Entrevista concedida aos alunos do 1º ano do Curso de Geografia do Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas – UEG em 15 abr. 2010.

SIMÕES, Mara Leite. O surgimento das universidades no mundo e sua importância para o contexto da formação docente. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 22, n. 2, p. 136-152, jul./dez. 2013.

SILVA, Agnaldo José da. **A expansão da Educação Superior em Goiás na intervenção com as políticas públicas no governo estadual**. 2008. 242 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SOUZA, Maria Antônia de. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: participação e possibilidades no contexto das práticas democráticas. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., Coimbra, 2004. **Anais...** Coimbra, 2004.

TOURAINÉ, Alain. **Palavra e sangue**. Campinas: Unicamp, 1989.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TOURAINÉ, Alain. **Pensar outramente o discurso interpretativo dominante**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TOURAINÉ, Alain. Os movimentos sociais. In: FORACCHI, Marialice M.; MARTINS, José de Souza. **Sociologia e sociedade**: leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 2008. p. 283-308.

“UEG amordaçada”. **Diário da Manhã**, Goiânia, 23. set. 2009. Caderno Cidades. Disponível em: <<http://www.dm.com.br/matérias/show/t/ueg-amodacada>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. Disponível em: <<http://www.posse.ueg.br/index.php/a-universidade/historico-da-universidade>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

XAVIER, Glauber. **A greve, o Mobiliza UEG e um novo paradigma na Universidade Estadual de Goiás**. [online] Dir Unucseh. 25 de julho de 2013.

WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1983.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ANEXOS

ANEXO 1 - “CONTRATOS TEMPORÁRIOS DA UEG”

CONTRATOS “TEMPORÁRIOS DA UEG”

LEI Nº 15.664, DE 23 DE MAIO DE 2006.

Dispõe sobre o Quadro Permanente de Pessoal e o Plano de Cargos e Remuneração dos servidores públicos da área técnico-administrativa, e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado, na Agência Goiana de Administração e Negócios Públicos (AGANP), o Quadro Permanente de servidores efetivos da área técnico-administrativa do Poder Executivo do Estado de Goiás, sob o regime estatutário, e instituído o seu o Plano de Cargos e Remuneração (PCR).

Art. 7º Fica criado, na AGANP, um quadro transitório de empregos públicos, na condição de extintos quando vagarem, com quantitativo suficiente para nele integrar os servidores sujeitos ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho, que puderem ser enquadrados nos termos deste artigo.

LEI Nº 15.690, DE 06 DE JUNHO DE 2006.

Dispõe sobre o Quadro Permanente de Pessoal e o Plano de Cargos e Remuneração, dos servidores da Agência Goiana de Comunicação, e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Quadro Permanente dos servidores efetivos da Agência Goiana de Comunicação (AGECOM), sob o regime estatutário, e instituído o seu Plano de Cargos e Remuneração (PCR).

Art. 7º Fica criado, na AGECOM, um quadro transitório de empregos públicos, na condição de extintos quando vagarem, com quantitativo suficiente para nele integrar os servidores sujeitos ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho, que puderem ser enquadrados nos termos deste artigo.

VEJAM O QUE FOI FEITO EM SÃO PAULO:

Temporário dos Servidores Públicos Estaduais (Lei 500/74)

Publicado em Iniciativas | 30/05/2007

Autoriza o Executivo a criar Quadro Temporário dos Servidores Públicos Estaduais.

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de São, nos termos do § 3º do artigo 22 da Constituição do Estado, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional.

Artigo 1º. Fica acrescido ao artigo 18 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias o parágrafo quinto, com a seguinte redação:

“§ 5º. Os funcionários públicos civis admitidos pela Lei 500/74 que estão em exercício e que não tenham adquirido a estabilidade passam a fazer parte de um Quadro Temporário, cujos cargos ou funções entrarão em extinção à medida que ficarem vagos, com os mesmos direitos e deveres que os funcionários declarados estáveis, proibidas novas inclusões ou admissões ou acesso a outro quadro diverso”.

Artigo 2º. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A promulgação da Constituição Federal e posteriormente das constituições estaduais e municipais obrigou estados e municípios a uma adequação do seu quadro de legislação aos novos ditames da carta maior. No artigo 37º, inciso II da nossa carta magna ficou determinado que “a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos”. Ocorre que, ao longo destes dezenove anos, a União, os Estados e Municípios vêm utilizando-se das prerrogativas do inciso IX da Constituição Federal, efetuando contratações em massa por tempo determinado, artifício de tem-se tornado corriqueiro, levando estes servidores a exercerem funções de caráter permanente, fazendo com que o era exceção converta-se em regra. No Estado de São Paulo, esse quadro é respaldado pela Lei 500/74, levando as sucessivas administrações públicas ao longo desta quase duas décadas a uma acomodação no que se refere a buscar a solução para este problema. Em decorrência milhares de servidores nestas condições contam hoje com dez, quinze e até vinte anos de dedicação ininterrupta ao serviço público estadual, sem terem nenhuma garantia quanto à continuidade no trabalho ou aos direitos previdenciários. Criou-se assim uma situação não prevista no texto constitucional, que precisa ser regulamentada. Particularmente na questão do funcionalismo público, ao longo desses anos, alguns problemas vêm se mantendo, seja por incapacidade administrativa ou por má vontade política dos dirigentes, prejudicando um contingente enorme de trabalhadores.

A comodidade, sempre em favor do estado e quase nunca em respeito aos trabalhadores, tem sido a regra: as coisas vão ficando do jeito como eram e as soluções não são apresentadas. Quando são, via de regra, retiram direitos e apertam ainda mais os míseros salários dos funcionários públicos, escolhidos nestas duas últimas décadas como o “bode expiatório” e responsáveis pela baixa qualidade dos serviços públicos prestados.

Aqui e ali, dos pequenos municípios aos grandes estados, contingentes enormes de trabalhadores ficam à margem dos parcos benefícios trabalhistas conquistados ou mantidos pelo funcionalismo, numa espécie de “limbo funcional”. Entram, são admitidos, trabalham anos e anos a fio e parecem não existir, desviados que são das atenções dos governos. Mesmo trabalhando duas décadas, como é o caso dos trabalhadores paulistas admitidos pela Lei 500/74, continuam rigorosamente como entraram, com baixos salários. São, irônica e paradoxalmente, contratados a título precário, com vínculo temporário, mas a relação com o patrão contratante arrasta-se, por absoluta conveniência do estado, por anos e décadas. É bem verdade, mas isto não tira a responsabilidade dos atuais governos, que essa questão foi gerada inicialmente por governos passados, em épocas que a despreocupação com a questão trabalhista imperava e que o vínculo de natureza frágil e imediata interessava politicamente ao clientelismo. Isto não exime os atuais governantes de encarar a questão de frente propondo soluções que, no mínimo, respeitem uma história de vida desses trabalhadores dedicada ao serviço público. Nesse sentido, faz total coerência e é de extrema necessidade que os governos atuais resolvam esses problemas herdados. Assumir o poder executivo significa, certamente, assumir problemas herdados de administrações anteriores, aliás, largamente conhecidos e denunciados.

No caso do Estado de São Paulo, é bom lembrar: no estado mais rico da união, o problema com os servidores “temporários” atinge proporções gigantescas. Estima-se o quadro em cerca de duzentos e quinze mil funcionários em funções da máquina pública administrativa, de caráter permanente conforme determina o artigo 1º da lei 500/74. Estes servidores são submetidos a inquietação constante, na medida em que convivem com a ameaça constante de demissão e com salários aviltantes, mas nem por isso livre de suas obrigações, que carregam boa parte dos serviços públicos estaduais. Mais uma vez, convém lembrar: embora conflitante, é uma situação extremamente cômoda para o estado que mantém sua folha de pagamento em níveis baixos de vez que esse contingente de trabalhadores quase nunca sai do patamar do salário inicial.

Não é por outra razão, crescendo-se a necessidade de guarida previdenciária desses servidores, que uma solução precisa ser oferecida imediatamente. Cabe, nesse momento, analisar uma proposição que contemple um enquadramento desses funcionários, ainda que de forma transitória e limitada, em um quadro temporário com os cargos e funções abrangidas destinados à extinção na vacância.

Tem essa emenda constitucional o objetivo de buscar uma saída, transitória, ainda que dotada de excepcionalidade, como é, por exemplo, a situação dos trabalhadores estáveis, para aglutinar esses servidores. Parece ser um caminho irreversível, imaginando-se que a partir daí o estado paulista acabe com esta humilhante situação de vínculo temporário que se arrasta por tempo indeterminado. Portanto, ela visa tão somente a acomodar essa situação e dar a esses servidores um mínimo de dignidade profissional e garantia do vínculo, afim de que possam corresponder com melhor desempenho no exercício do serviço público.

Em resumo, oferecemos uma proposta de solução de um dos maiores e mais vergonhosos problemas que se arrastam no serviço público brasileiro. É com esse olhar que esta proposta de Emenda Constitucional deve ser lida, analisada, entendida e acatada pelos nobres colegas e por este honroso parlamento.

COLEGAS PROFESSORES,

Ao que parece o governo refluí da idéia de demissão, vendo que a UEG se tornaria inviável sem os professores e administrativos em regime de contrato, reafirmando, alguns com até 20 anos de contrato. Fiquemos atentos, não podemos aceitar que se cometam mais injustiças com aqueles que ajudaram a construir essa UNIVERSIDADE. Muitos já foram injustiçados com demissões na calada da noite. Não podemos permitir que isso continue acontecendo. **Nossa luta é justa.** Desde o ano de 2005 temos envidado esforços para que o governo regularize essa situação. Por várias vezes percorremos os gabinetes de políticos, buscando apoio para nossa luta. A afirmação de todos é que precisávamos criar um fato político. Pensamos que não podemos esperar mais. No reinício do semestre letivo convidaremos a todos para uma reunião em data e local a ser definido, no intuito de criar o **FÓRUM PERMANENTE DE DEFESA DOS SERVIDORES CONTRATADOS E COMISSIONADOS,** faz-se necessário o engajamento de todos para o encaminhamento da luta. Vejam em anexo documentos comprobatórios do que já foi feito em outras secretarias e o que foi feito em São Paulo. Temos notícias que medidas foram adotadas em outros Estados e tão tenhamos documentos estaremos enviando.

PROFESSOR BENÉ

PS.

Queremos lembrar, também que o último reajuste de perdas salariais que tivemos foi em 2005, quando conseguimos uma reposição na casa dos 70%

ANEXO 2 - “CARTA ABERTA AOS PROFESSORES DA UEG” em: 21/11/2006

CARTA ABERTA AOS PROFESSORES DA UEG

A Seção Sindical dos Docentes da UEG – ADUEG-SS/ANDES-SN, mediante os acontecimentos ocorridos em Anápolis à revelia das representações sindicais, informa a todos os docentes da UEG, que sua diretoria está trabalhando sério e responsavelmente pela melhoria da condição docente na Universidade. Destacamos alguns pontos já conquistados:

- As conquistas salariais dos docentes da UEG, no último ano, superaram o das várias categorias atingindo índices de até 68%;
- A implantação do regime de dedicação exclusiva;
- O concurso público para servidores administrativos e docentes que já foi encaminhado à Procuradoria Geral do Estado (PGE) aguardando parecer da mesma;
- A equiparação salarial entre efetivos e contratados beneficiando especialistas - estando em processo a equiparação para os mestres e doutores;

Estamos, também, somando esforços juntamente com a reitoria, para que os repasses totais dos recursos para formação de professores da rede estadual, bem como os resíduos na ordem de 25% do orçamento da UEG, sejam feitos pelo governo do Estado a fim de que se possam sanear as contas da Universidade.

Outras conquistas e mudanças no campo acadêmico, resultantes dos anseios da categoria que tem nos dado *feedback* pelo nosso e-mail, estão sendo discutidas e amadurecidas junto à Reitoria, que em momento algum, se furta de nos receber e debater as questões postas.

A manifestação democrática é assegurada pela própria Constituição, mas o constrangimento, a coibição e a apropriação indevida do espaço de instituição pública é crime! Diante do exposto, esta direção sindical, vem esclarecer e se posicionar a respeito dos atos de alguns docentes que sob a denominação de “fórum em defesa da UEG” tem tomado atitudes contrárias aos princípios democráticos e, arbitrariamente, impingindo constrangimento, desrespeitando assim, a nossa entidade legitimamente eleita, alegando representar a categoria docente. Este grupo, de forma oportunista, aproveita uma situação política, para arvorar-se como protagonista de um movimento que supostamente representaria a totalidade da

comunidade uegeana, quando na verdade representa interesses restritos. Este movimento em verdade não representa a posição da maioria dos professores da UEG e nem da Diretoria da ADUEG-SS, que continua dialogando com responsabilidade, seriedade e respeito pelo ser humano e pelas instituições, modelo de comportamento que não é adotado por esse grupo, que outrora perdeu as eleições da ADUEG-SS e por isso vem articulando movimentos revanchistas contra a atual diretoria. Temos recebido ofensas verbais, textuais e pessoais de alguns membros deste grupo, **com palavras de baixíssimo calão, indignas de serem proferidas por professores universitários**. Esclarecemos que este grupo ínfimo de docentes, somente de Anápolis, junto com alguns acadêmicos está nos desrespeitando enquanto diretoria eleita e, pensamos que nossa autonomia sindical não pode ser ferida em nome dessa minoria.

As recentes ações desse grupo impedindo o funcionamento administrativo central da UEG, além de entravar ações gerais das UnUs, resultou no não cumprimento em tempo hábil do fechamento da folha de pagamento do mês de novembro, podendo ocasionar um real atraso no pagamento, o que resultará maiores transtornos a todos os funcionários da UEG.

Quanto ao retorno do Professor José IZECIAS à Reitoria, compreendemos que a autonomia da Universidade estabelece que no processo eleitoral para Reitor, o licenciamento do mesmo, de acordo com legalidade Estatutária da UEG e em conformidade com a Lei Eleitoral Nº 9.504 está assegurado, ainda porque o ato de seu licenciamento foi apresentado ordinariamente ao Conselho Universitário - CsU, conforme o determinado em Estatuto e Regimento Geral, sendo assim, entendemos que o ato de exoneração foi um ato arbitrário e que fere a autonomia da comunidade acadêmica.

Acreditamos que a UEG e seu quadro de pessoal (administrativo e docente) devem estar acima de questões pessoais.

Lutamos para consolidar uma UEG autônoma e temos consciência de como fazê-lo.

Lutamos por uma ADUEG-SS forte e ações desagregadoras como estas que estão ocorrendo comandadas por alguns professores, servem somente para fragmentar o processo de consolidação e fortalecimento desta entidade.

Tenham certeza, lutamos pela categoria docente predisposta ao diálogo e não furtaremos à luta jamais.

Saudações Sindicais,

Diretoria da ADUEG-SS/ANDES-SN

Benedito Dominience Menezes, Aladi José de Lima, Reinaldo Soares de Paula, João Vieira de Andrade, Wilson Barbosa, Maciel Antônio de Souza, Valto Elias de Lima, Perpétua do Socorro Nunes, Shirlene Álvares e Moacir José da Silva

E, para solucionarmos imediatamente determinada situação, buscamos uma AUDÊNCIA JUNTO AO GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, com a pauta os Concursos, Questões Salariais, Regularização da Nomeação do Reitor e fortalecimento da Universidade.

Carta enviada em anexo no e-mail abaixo:

To: defendendoaueg@grupos.com.br
> Subject: [defendendoaueg] BOICOTE
> Date: Tue, 21 Nov 2006 20:24:33 -0300 (ART)
>

ANEXO 3 - “MOÇÕES DE APOIO À OCUPAÇÃO DA REITORIA 2006”

MOÇÕES DE APOIO OCUPAÇÃO DA REITORIA 2006

NOTA DE APOIO

A Secretaria Regional Planalto do ANDES-SN declara apoio à luta dos professores, funcionários administrativos e alunos da UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS que combatem os atos de arbitrariedade do ex-Reitor e lutam para que a universidade pública tenha transparência, autonomia, democracia e competência social em sua gestão.

Goiânia, 18 de novembro de 2006

Profª Gene Maria Vieira Lyra Silva

1ª Vice-Presidente Regional Planalto/ANDES – SN

.....
..

PROFA. GENE, PARA OS QUE AINDA ACREDITAM NA ORGANIZAÇÃO SINDICAL COMO UM INSTRUMENTO DE LUTA DOS TRABALHADORES POR UMA VIDA MELHOR, DEVE SER DESAGRADÁVEL SABER QUE A SEÇÃO SINDICAL DA UEG, ADUEG, É DIRIGIDA POR UM GRUPO CUJOS PRESIDENTE, PROF. BENÉ (UNIDADE CORA CORALINA, CIDADE DE GOIÁS), E VICE, APOSENTADO ALADI (ESEFFEGO), E OUTROS INTEGRANTES DA DIRETORIA, SÃO CORRELIGIONÁRIOS DO IZECIAS, TENDO PEDIDO VOTO PARA ELE QUANDO CANDIDATO A DEPUTADO FEDERAL. ATÉ O MOMENTO, A ATUAL DIRETORIA DA ADUEG MANTÉM SILÊNCIO ABSOLUTO EM RELAÇÃO AO NOSSO MOVIMENTO. A ÚNICA PESSOA QUE FALOU EM NOME DA ADUEG E DO DCE FOI, PASME, O SECRETÁRIO GERAL DA UEG, ODAIR FIRMINO, UMA ESPÉCIE DE RASPUTIM DESSA LONGA MÁ GESTÃO DO IZECIAS, NUMA ENTREVISTA À TV ANHANGÜERA. DE QUALQUER MODO, O FÓRUM DE DEFESA DA UEG AGRADECE O APOIO DA REGIONAL PLANALTO DO ANDES.

Saudações combativas.

Santana

Prezado prof. Santana, como ex-professora da UEG venho expressar e, ao mesmo tempo, compartilhar a minha indignação ao saber que a UEG ainda é tratada como um cabide de empregos, de políticos e por políticos, e o pior é perceber como esses indivíduos tratam a educação pública. Esta nada mais é do que: "PRIVATIZADA" POR CABOS ELEITORAIS, SEM A MÍNIMA CONDIÇÃO E COMPROMISSO PÚBLICO. Se tivessem compromisso público não fariam e não agiam dessa forma, entrar e indicar pessoas para ocuparem cargos sem concurso público. Ser Reitor no mínimo exige-se, em primeiro lugar CARÁTER PROFISSIONAL entre outras qualidades: compromisso com estudos e pesquisas que é a titulação, competência e compromisso social, ter chegado ao serviço público por concurso. Pelo que tenho conhecimento, José Izecias não é portador de tais quesitos, portanto, entende-se não ter condições para almejar tal cargo. Além disso, pode-se perceber que o dinheiro público que deveria financiar pesquisas e qualidade de ensino acabam financiando interesses políticos e partidários na UEG. Aí, vale perguntar: quando o Estado de Goiás, sairá do apadrinhamento político?

O fato que vive a UEG somente é o reflexo de práticas retrógradas do coronelismo de Goiás, de pessoas que não vêem os bancos de escola e os livros como o caminho de acesso ao serviço público. Coronéis que não querem a melhoria na qualidade do ensino público na Educação Básica e Superior. Não querem e não sabem o significado da pesquisa e muito menos o que é cidadania. Todos sabemos que ensino de qualidade, pesquisa e cidadania passam em primeiro lugar pela eliminação de atos desses políticos. Na verdade, esses indivíduos fizeram e fazem a vida jogando com o dinheiro público, aliás, na lata de lixo.

A todos da UEG: alunos e professores que estão nessa luta, não desanimem, são vocês que fazem essa Universidade. O ex-reitor, José Izecias, é um indicado do Governador do PSDB. Certamente, no momento em que não chegou ao legislativo de Goiás viu-se desempregado e sem condições para submeter-se a um concurso público, tendo que -coitadinho- recorrer ao seu cacique para ocupar o cargo de reitor, indevidamente e ilegalmente, uma vez que ele não entrou no serviço público via concurso público. Venho repudiar tal ato de indicação, uma vez que sou de Goiás, pago os meus impostos em dias, portanto, meu dinheiro está financiando tal ato de desonestidade.

Denuncie! É preciso disso. Não somos alheios de atos de descompromisso como o nosso Estado, o nosso ensino, o nosso dinheiro.

Professora Maria da Conceição Silva (UFG).

.....

CONCEIÇÃO, OBRIGADO PELO APOIO. GOSTARIA DE RELEMBRAR QUE O IZECIAS NUNCA SE DIGNOU A FAZER UM DOS DOIS CONCURSOS REALIZADOS PELA UNIANA (1998) E PELA UEG (2004). PIOR DO QUE ISSO, EM 1998 ELE, QUE NA ÉPOCA ERA PROFESSOR "COMISSIONADO" DA UNIANA, COMO EU O ERA NA FACULDADE ESTADUAL DE GOIANÉSIA, LIDEROU UMA GREVE CONTRA O CONCURSO DE ENTÃO. O CONCURSO DA

ENTÃO UNIANA, QUE DEU ORIGEM À UEG, FOI RESULTADO DE UMA LONGA LUTA DO MOVIMENTO DOCENTE. UM INDIVÍDUO DESSES TEM CREDIBILIDADE PARA SER REITOR DESSA UNIVERSIDADE? NÃO É À TOA QUE O CONCURSO DE 2004 SÓ FOI ASSEGURADO POR MEIO DE UMA GREVE NOSSA, QUE NA ESEFFEGO DUROU MAIS DE 70 DIAS, E NAS UNIDADES DE ANÁPOLIS 30 DIAS. NO ANO PASSADO NÃO CONSEGUIMOS GARANTIR A REALIZAÇÃO DE UM NOVO CONCURSO PORQUE A DIRETORIA DA ADUEG, CUJO PRESIDENTE ERA O BENÉ, QUE CONTINUA NA DIREÇÃO ATUALMENTE, APOIADO PELA PROFA. APOSENTADA PERPÉTUA (ESEFFEGO), DESMOBILIZOU OS DOCENTES, COM O DISCURSO ILUSÓRIO DE QUE ERA POSSÍVEL A EFETIVAÇÃO DOS MAIS DE 70% DE PROFESSORES TEMPORÁRIO SEM PASSAR PELO CONCURSO, SENDO ELE PRÓPRIO UM DESSES POSSÍVEIS BENEFICIADOS. UM HORROR, NÃO? QUE TAL UM DIRIGENTE DESSES?

Saudações combativas.

Santana

.....
.

Prezados(as),

A Congregação da Unidade Universitária de Ciências Exatas e

Tecnológicas (UnUCET), uma das maiores Unidades da UEG, localizada em Anápolis e onde

está sediada a Reitoria, aprovou em sua Reunião na

manhã desta sexta-feira (17/11/06), **por unanimidade, apoio à pauta de**

reivindicações do Movimento do Fórum de Defesa da UEG, o qual neste momento segue

ocupando a Reitoria da Universidade.

Saudações

Marcelo
UnUCET/UEG

ANEXO 4 - PROGRAMAÇÃO DA MARCHA

Documentos enviado via e-mail: ueg-levada-a-serio@googlegroups.com; em nome de; josasi <josasi@uol.com.br>

Adriana e demais,

Vejam novamente o roteiro das atividades deste resto de semana abaixo.

Precisamos de muita gente para recepcionar os marchantes em frente ao setor

Vale dos Sonhos, na entrada de Goiânia, antes do viaduto do Jardim

Guanabara.

MARCHA DO FÓRUM EM DEFESA DA UEG E OUTRAS ATIVIDADES

30/09 – 2/10/2009
Roteiro e Orientações

Dia 30/9 – quarta-feira

9:30 – Interdição da BR 153 em Anápolis em frente ao campus (UnUCET).

11:00 – Manifestação e ocupação da reitoria.

Dia 1/10

5:30 – Café da manhã para os ocupantes da reitoria e participantes da MARCHA.

6:00 – Início da MARCHA.

11:00 – Parada da MARCHA para almoço e descanso em Teresópolis (a 21km da UnUCET).

15:30 – Reinício da MARCHA.

19:00 – Início da vigília na praça Cívica: SERENATA DE (DES)AMOR PARA O GOVERNADOR (será montada uma tenda ou barracas o mais próximo possível do palácio). O pessoal da ESEFFEGO coordenará.

18:00 – Parada para banho, jantar e pernoite dos marchantes, no antigo Posto do Japonês (a 25km da UnUCET e a 4km de Teresópolis).

Dia 2/10

5:30 – Café da manhã no acampamento.

6:00 – Reinício da MARCHA.

9:30 – Encontro dos marchantes com manifestantes na entrada de Goiânia em frente à entrada do setor Vale dos Sonhos (2km antes do viaduto do Jardim Guanabara-Aldeia do Vale).

11:30 – Manifestação/interdição do viaduto do Jardim Novo Mundo (cruzamento da av. Anhanguera com a BR 153).

12:30 – Almoço na ESEFFEGO e descanso.

16:00 – Assembleia geral do Fórum na praça Cívica (esse horário foi sugerido pelos foristas da ESEFFEGO).

17:00 – Manifestação na praça Cívica.

18:00 – Encerramento das atividades.

ORIENTAÇÕES AOS PARTICIPANTES

1. Ocupação da reitoria:

- A ocupação será iniciada após a manifestação na BR e encerrada no dia 1/10, sexta-feira, com o início da MARCHA.
- Será fornecido jantar aos ocupantes.
- As pessoas que forem acampar na reitoria devem levar colchonete, quem não possuir avise com antecedência para que seja providenciado. Só as pessoas quem não toleram claridade enquanto dormem necessitarão de barraca.
- No dia 1º, todos deverão despertar às 5:00, portanto, é necessário evitar dormir tarde.

2. Sobre a MARCHA:

- No início, espera-se contar com cerca de 50 a 60 pessoas. Durante o percurso, seria muito bom que outras pessoas se integrassem à marcha. Quem não puder fazer longas caminhadas, poderá participar da recepção dos marchantes na entrada de Goiânia (em frente ao Vale dos Sonhos) ou na manifestação no viaduto do Jardim Novo Mundo (cruzamento da Anhanguera com a BR 153).
- Os colchonetes e roupas de cama, além das mochilas dos participantes da marcha, serão transportados de Anápolis. Se alguém pretender se integrar à marcha somente a partir do acampamento (Posto do Japonês), favor levar colchonete e roupa de cama. O espaço é ilimitado.
- Alimentação: no dia 30/9, será fornecido o jantar aos ocupantes da reitoria; no dia 1/10, serão fornecidos café da manhã (pão e leite/café), almoço, jantar e lanches durante o dia; no dia 2/10, haverá café da manhã e almoço, além dos

lanches (pães, frutas, sucos). As refeições dos dias 30/9 e 1/10, mais o café da manhã do dia 2/10, no acampamento, serão preparadas em Anápolis. O almoço do dia 2/10 está a cargo de uma equipe da E SEFFEGO (CAs Educação Física e Fisioterapia).

- Apoios: um carro-batedor e para transporte de água, medicamentos e lanches; um veículo para atender casos de emergência (está sendo negociado o fornecimento de uma ambulância pelo Corpo de Bombeiros e apoio da PRF); provavelmente, um médico ou uma enfermeira prestará assistência aos caminhantes durante o percurso; também contaremos com professor/alunos de Educação Física e Fisioterapia da ESEFFEGO; um carro de som para acompanhar a marcha, a partir da entrada de Goiânia.
- Preparação pessoal dos marchantes: recomenda-se roupas leves (de preferência shorts ou bermudas e camisetas de cor clara com mangas curtas, pelo menos), calçados confortáveis (tênis com amortecedores de impacto), filtro solar (fps 30), chapéu de aba média (boné não é recomendável, pois protege pouco), bermudas de ginástica para evitar assaduras e creme anti-assaduras (hipoglós).

3. Pauta da Assembleia geral do Fórum: deliberação sobre a greve e outras ações.

Conta poupança para depositar as contribuições: Banco Itaú; agência 4661; nº da conta: 00235/500.

Previsão de despesas:

- 2 cafés da manhã, 2 almoços, 2 jantares e lanches;
- Combustível para 3 carros que serão utilizados durante a marcha;
- Medicamentos de primeiros socorros;
- Faixas;
- Panfletos.

Em 30/09/2009 10:18, Adriana Ap. Silva <ueg.adriana@gmail.com> escreveu:

Prezados,
continuo aguardando o roteiro de atividades para quem vai estar em Goiânia. Pitias é você quem esta organizando?

saudações

Adriana

Unu Cora Coralina

ANEXO 5 - BOLA DENTRO

Caros foristas,

Desculpem a sinceridade, talvez ingênua, mas acho que o Marconi deu uma bola dentro ontem (se teve acessor tomando decisão por ele não vem ao caso). Desculpem-me os revoltados de plantão, é claro que não sou marconista, nem PSDB, deixo claro. Talvez a dengue tenha o deixado mais sensível.... hehehe

Mas vejo que a escolha do reitor provisório talvez tenha sido a melhor opção. O Reimer vem de uma unidade pequena, é do Sul, não tem rabo preso com nenhum politicozinho e, pra mim, sinaliza o desejo do Governo em relação a mudar a cara da reitoria. Posso estar enganado... Mas não fará sentido escolher exatamente o Dr. Reimer e, nas eleições, deixar aparecer um outro tonto pra ser reitor.

Aqui em Morrinhos, pelo menos, o diretor é duro quando precisa e preza pela seriedade nas conversas sobre a Universidade. É claro que existem uns sabotadores de plantão pra encher o saco semanalmente, mas, aos poucos, os professores efetivos e alguns temporários bem intencionados tem ganhado espaço. O "brabo" é saber que algumas mentes alienadas estão enlutados pela saída do Era-antes, chorando pelos corredores...

Independente, vivemos um momento ímpar, porém delicado.

Nós aqui em Morrinhos já estamos erguendo as barricadas e cavando nossas casamatas.

abs

--

Rafael de Freitas Juliano

Universidade Estadual de Goiás – UnU Morrinhos

Doutor em Ecologia e Conservação de Recursos Naturais

Contato atual:

Tel: (64) 3413-1097 (UEG UnU-Morrinhos, GO) / (64) 3413-6659 (res) / (64) 8442-8700 (cel)

--

Você recebeu esta mensagem porque está inscrito no Grupo "UEG levada à sério!" nos Grupos do Google.

Para postar neste grupo, envie um e-mail para

ueg-levada-a-serio@googlegroups.com

Para cancelar a sua inscrição neste grupo, envie um e-mail para

ueg-levada-a-serio+unsubscribe@googlegroups.com

Para ver mais opções, visite este grupo em

<http://groups.google.com.br/group/ueg-levada-a-serio?hl=pt-BR?hl=pt-BR>

ANEXO 6 - DISCUSSÕES SOBRE A ENTRADA DO REITOR NA LISTA DE E-MAILS

Pessoal,

Somente hoje voltei a ler mensagens desta lista (e quantas mensagens!). Uma explosão de participações. Impressionante!

Impossível (para mim) responder a todos que fizeram intervenções sobre o assunto da inclusão do e-mail do interventor/reitor, a partir do meu posicionamento. Vou me referir a apenas alguns pontos de algumas mensagens.

Ao Olacir:

1) Por opção, nunca assumi a função de moderador desta lista. Inclusive, jamais procurei saber qual é a senha que dá acesso ao cadastro de e-mails. Aliás, algumas vezes que pedi para incluir e-mails de professores ingressos na UEG, por meio do último concurso (ex-alunos do curso de História da UnUCSEH), o Léo Carrer, por exemplo (Porangatu), no ano passado, se não me engano, não foram cadastrados. Isso não é uma reclamação ou acusação contra ninguém. Acho que os que detêm a senha não o fizeram por esquecimento. Eu também me esqueci de renovar os pedidos. A sua suges tão de que eu mesmo fizesse a "exclusão" do e-mail do interventor/reitor é risível. Não pelo fato de eu desconhecer a senha, mas por outras razões muito mais importantes. Em primeiro lugar, eu não sabia que o endereço eletrônico da pessoa em questão já havia sido incluído. Como você enviou a proposta sem sugerir um prazo para que os integrantes da lista opinassem (acho que me manifestei em menos de 24h), pensei que ainda não se tratava de um fato consumado. Daí decorre um segundo ponto, que é uma questão: afinal, em se tratando de um coletivo (ainda que seja virtual), quando se propõe uma ação que afeta a todos ou parte (positiva ou negativamente), não seria o caso de aguardar a deliberação, pelo menos dos interessados (dentro de um prazo estipulado explicitamente, claro, dadas as características desse grupo)? Terceiro (uma correção), não se trata de excluir quem representa uma "ameaça para a luta de classes", que é a expressão do antagonismo entre os interesses dos que se encontram na condição de explorados/subalternizados e os dos que estão na posição social (política, econômica, cultura, étnica) de exploradores/dominadores. Assim como dos seus auxiliares (burocratas e intelectuais, a maioria). A única ameaça à luta de classes vem dos que querem abolir a sociedade de classes e construir a sociedade igualitária, autogerida. Portanto, não se trata de "demonizar" ninguém (engraçado esse imaginário cristão!), mas de se posicionar levando em conta a sua condição concreta. Foi o que fiz e o que costumo fazer, quando se trata desse tipo de caso.

2) Quanto a rotular as pessoas antes de conhecê-las, confesso que, como me pareceu que ainda se tratava de uma proposta de inserir o e-mail do interventor/reitor na lista, depois de ter enviado meu posicionamento, pensei que seria razoável sugerir um encontro de todos os interessados deste grupo com ele para, ao menos em termos de ideias, discurso, conhecê-lo, antes de decidir se seria conveniente aceitá-lo aqui. Aliás, aproveito para formular esta sugestão. Vamos marcar um encontro para batermos um papo com o homem. Sugiro que seja na próxima sexta-feira, à tarde (14h), para dar tempo a todos os interessados que fazem parte deste grupo, e quem mais quiserem convidar, comparecerem. Pode ser naquela sala de reuniões da reitoria. Sugiro que você, Olacir, apresente esta proposta a ele. Mas que o mediador do encontro seja deste grupo, com a condição de assegurar a liberdade de expressão de todos os que desejarem falar. Quem sabe daí surgirão propostas de ação interessantes.

3) (Vou manter o nível elevado, apesar da sua penúltima colocação) Quanto a pessoas que se desvincularam do finado Fórum de Defesa da UEG, por causa de posições como as minhas e semelhantes e "estão fazendo muito mais pela UEG do que a maioria dos participantes desta lista" (inclusive eu, certamente), devo dizer que essa informação não me causa nenhum abalo, embora eu não seja insensível a essas atitudes. Mas, em outro sentido. Com as experiências de militância política que já vivi e algumas (poucas) leituras, acabei formando a convicção de que a união só dura enquanto há afinidade de propósitos e concepções. O fato de nos encontrarmos na mesma condição dentro de uma instituição, não é suficiente para nos unir. No lugar onde trabalho, convivo razoavelmente tranquilo com vários professores e funcionários conservadores, nem por isso tenho alguma expectativa de que algum dia estaremos juntos na luta pela superação da ordem vigente (na UEG e fora dela). Talvez, até estejamos em trincheiras opostas.

4) "... fazer as exclusões..."? Pô Olacir, agora é você que quer me transformar num "demônio", diante de tantos democratas que existem nesta lista? Ah,ah,ah. Cara, não vou perder tempo com essa, digamos, asneira. (Não resisti). Contudo, me disponho a esclarecer meu posicionamento com esta afirmação (lembra-se?): "Por isso, apesar de o Fórum de Defesa da UEG ter se desfeito e eu não estar tão ativo quanto outros neste grupo, sugiro que se defina qual é ou qual será, de agora em diante, a finalidade desta lista, antes da inclusão dos e-mails do interventor/reitor e de outras pessoas que ocupam cargos na gestão superior da UEG". E aí, o que me diz?

Por último, se a proposta de conversa (de corpo presente) com o interventor/reitor vingar, continuarei neste grupo, pelo menos até esse encontro. Se não, acho que vou parar de incomodar os que aqui se sentem incomodados com minhas intervenções. Continuarei incomodando em outros espaços. Até porque não pretendo desistir da luta (dentro e fora da UEG).

ANEXO 7 - MANIFESTO DOS ESTUDANTES

MANIFESTO DOS ESTUDANTES

Companheiros e companheiras,

Ao longo dos últimos seis anos e meio de mandato do Sr. Marconi Perillo, temos acompanhado de perto o descaso com que tem sido tratada a educação no estado de Goiás. Como estudantes somos os primeiros a sofrer com a ausência de livros nas bibliotecas, a falta de recursos para uma educação de qualidade e a dificuldade de se empreender um novo modelo de universidade devido a falta de autonomia administrativa.

Somos todos convidados a transformar nossa indignação em resposta a política neoliberal, que tem sucateado a universidade pública, e transformado seu principal órgão captador de recursos; numa arrecadadora de caráter privado. Todos temos podido assistir diariamente a falta de respeito dos nossos governantes com o dinheiro público. E se formos omissos aos problemas que nos cercam, na universidade e em tantos outros espaços que precisam ser transformados, participamos da mesma lógica que move as mentes destes homens.

Não podemos nos calar diante dos mitos vinculados pela mídia acerca do que é a UEG- Universidade Estadual de Goiás; "universidade da inclusão e da transformação", "Educação pública e gratuita". Com certeza é isso que queremos mas não é o que temos presenciado como corpo discente da mesma. Haja visto as inúmeras cobranças de taxas e a privatização "branca" praticada. Com isso nossos professores já se mobilizam, as manifestações já começam a acontecer e mais uma vez vemos uma conjuntura de greve sendo gerada (mais uma entre tantas). É também mais uma vez a hora de irmos para as ruas e fazermos com que a mudança aconteça.

A greve deve ser entendida como instrumento legítimo de luta dos trabalhadores, a nossa parte é a de reivindicar o respeito que merecemos pôr estarmos contribuindo na construção de um país melhor, de um mundo com novas relações sociais. O poder público não pode ignorar as justas demandas dos professores, do alunado e da sociedade goiana.

É do interesse de todos nós que ajam salários justos para nossos mestres e doutores, que seja eliminada essa discriminação salarial que há entre as unidades do interior e as da sede (Anápolis) ou da capital do estado. Sem contar que é de fundamental importância a realização de concurso público que desonere a máquina pública de cargos de confiança de políticos, que propiciam a irresponsável manipulação destes ao interesse do governante em detrimento ao interesse das classes espoliadas neste país.

Devemos em mais esta hora de lutas nos unir ao redor de um projeto que garanta uma UEG melhor, para nós e os futuros universitários. Se nossos movimentos estudantis hoje se encontram aparelhados a estrutura do Estado, façamos nós mesmos nossas reivindicações e as incorporem na luta dos professores. Sempre é tempo de recordar, recorrer a história e lembrar que o jovem Marconi se elegera anunciando um tempo novo, o momento em que os velhos coronéis peemedebistas não fariam mais parte da política goiana. Porém o que temos assistido são as velhas práticas de sempre, com a nova cara do capitalismo neoliberal. Troca-se os personagens mais a trama é a mesma.

Pôr isso nos reconhecemos como parte da luta de todos os homens e mulheres que não aceitam mais a humilhação e o descaso governamental. Todos unidos podemos nos empenhar nesta peleja que só pode ser empreendida pelas mãos daqueles que vivem a impaciência da espera pôr mudanças. Professores, alunos, servidores e todos os que não tenham medo da

luta, unidos podemos mostrar nossa insatisfação e exigir não as migalhas dadas pelo governador, mas sim aquilo que é nosso pôr direito, e direitos não são dados mais conquistados mesmo que tenhamos de arrancar das mãos dos nossos opressores.

Anápolis/Goiânia 25 de agosto de 2005

ANEXO 8 - CARTA ABERTA AO REITOR DA UEG

Carta Aberta ao Reitor da UEG

Ângelo Cavalcante

Senhor Reitor... Não nos conhecemos.

Sou professor de Economia Política na Universidade Estadual de Goiás, em Itumbiara. Cidade com pouco mais de cem anos e contando atualmente, com cerca de 94.000 habitantes. Situada nas extremas do sul goiano e muito bem posicionada no ranking das principais economias do Estado o que não representa qualquer tipo de justiça social.

Sua gente? Sim... Um povo bom, feito por uma multiplicidade de vetores populacionais saídos de todos os cantos e rincões do Brasil e que, em uma baila caótica e bela de miscigenações, garantiu forma e densidade para uma gente sorridente, de rosto largo, face brilhosa e, que bom, bastante afeita aos prazeres da vida.

Trata-se de um povo ordeiro, festeiro e trabalhador, contudo, a que se dizer que se acha tragicamente imerso em lastimável ordenamento sócio-político feito e refeito a partir dos humores, vaidades e ranços de caudilhos, fazendeiros e, é certo, de um coronelato de tipo novo que, ante a qualquer posição em contrário, ou ainda, diante de algum desavisado interlocutor e portador de compreensões políticas distintas do "nobre" oligarca, este não hesita, em tempo algum, de mediar tal diferença a partir do horrendo e clássico expediente, puro e simples, da violência.

Aqui, professor... São muitos os casos. O senhor nem imagina! Não tem outra... É preciso civilizar a terra local, suas relações, compreensões e percepções a fim da construção de uma sociabilidade fundada na justiça, na igualdade e nas liberdades individuais, sem as quais, não pode existir a cidade, não pode haver sua marcha silenciosa e anônima para o futuro e, desta forma, está, definitivamente, descartado o porvir, a utopia e o sonho de uma terra-sem-males.

Sonho... Tão necessário para a unidade e integração de uma gente. Tão evidentemente central para a feitura de um povo, de uma comunidade, de, enfim, uma sociedade. Estou seguro que é meio piegas falar em sonho, mas, de qualquer maneira, para quem vive e milita na educação, esta categoria segue sendo central para a prática formativa, para o descortinar de horizontes e para, enfim, o constructo de militantes da causa, ainda atual, dos direitos humanos.

Pois bem, professor... É aí que entra a UEG. Surgimos porque existe a dúvida e ela nos justifica. E pela dúvida vem a pesquisa, o embate teórico, as epistemologias e quem sabe algum alento para as nossas intermináveis indagações. É mais ou menos por aí que podemos contribuir com a elevação da qualidade humana de nossa gente e, sobretudo, por meio da reafirmação da política como o exercício do bem comum, como ato coletivo e exclusivo no necessário processo harmônico e equilibrado de superação de diferenças e desigualdades por meio da integração e da valorização do outro.

Nesse sentido e acompanhando, em um anonimato necessário para poder pensar, pensar certo, com retidão, coerência e rigor científico para, finalmente identificar vossas ações e comportamentos administrativos, confesso que vejo vossa governança com bastante preocupação.

Preocupo-me porque, em primeiro, sou grevista. E, de verdade, professor, bastante orgulhoso de minha condição porque entendo a greve como uma inteligência social e política da classe trabalhadora, como uma maturidade absolutamente empolgante e contagiante. Como um sinal

dos tempos e que ensaiamos, atrevidamente ensaiamos, entre nós. E tudo isso nos é bastante importante e relevante porque, no caso da UEG, sequer sindicato temos e, ainda assim, lá se vão setenta dias de uma intensa, viva e fulgurante greve.

Professor, perceba... Rompemos o convencional, reinventamos nossa condição de trabalhadores, refundamos, dessa forma, nossa condição de classe e, nesse sentido e forma, estão alterados os próprios rumos representativos da categoria docente. Isso é autonomia, clareza e sapiência política. Alguns bons colegas chamarão todo esse movimento de autogestionário. Que seja!

Somos o novo sendo gestado e nascendo todo o tempo porque, do lado de cá, saiba, existe muita energia, muita coragem, impetuosidade e mobilização. Às vezes ruidosa, outras vezes silenciosa, mas em um crescendo de consciência, de formação política e de unidade em torno do trabalho.

E, de verdade, mesmo os professores que já estão em sala-de-aula, ainda estão em greve. Como assim? É fácil perceber... É que todos os professores (veja bem, eu disse todos os professores!) de uma forma ou de outra, estão tocados, envolvidos e sensibilizados com toda essa luta, evidentemente legítima, sumamente autêntica e suas aulas, reflexões e discursos são corriqueiramente transversalizados com pensamentos, críticas e intervenções outras acerca do vivido, do tristemente vivido na UEG e no Estado.

E pensamos sobre sua gestão, sobre o seu estranho "projeto" de UEG e sobre o já muito fustigado governo neoliberal e que o senhor, de uma forma ou de outra, representa. Estou certo que, desta ou daquela forma, são contribuições e que ganham cotidiano, discurso político e geram assim, proximidade e identidade política nos profundos da UEG.

Nesse sentido, a greve vai continuar. As ações-símbolos continuarão acontecendo, as agendas de mobilização seguirão persistindo, as ruas, praças e redes sociais seguirão fervilhando com nossa presença e, estou certo, sua gestão como possibilidade política, como razão e sensibilidade administrativa e gerencial acaba, morre nessa greve. Afirmo, Senhor Reitor, sem qualquer medo de errar que se existia alguma pretensão de vossa parte de conduzir a comunidade universitária para um grande momento de participação, envolvimento, sinergias intelectuais e políticas a fim da construção de consensos em prol da UEG do futuro, saiba... Isso acabou. Sua gestão já é um amontoado burocrático, uma pletora de mandos, de hierarquias, de determinações unilaterais, de ordenamentos frios e estanques. Que pena, professor!

Outra coisa que me encabula, que me cerra os lábios... Como sou absolutamente cético a religiões e sou sabedor da vossa vasta formação teológica, gostaria muito de saber do senhor, qual é a parte da bíblia que lhe confere justificativa teórica ou teológica para perseguir trabalhadores e que lutam por suas já muito sofridas vidas?

Qual é a parte da bíblia que lhe garante conceito e, portanto, prática para intimidar e ameaçar homens e mulheres, historicamente oprimidos pelo Estado, pelas instituições patriarcais e burguesas que compõe a nossa muito atrasada sociedade e pela maldita infâmia da lógica salarial que, é claro, rouba os frutos do trabalho humano em favor das tiranias econômicas?

Em que parte da boa-nova o senhor se orienta, se espelha para agir com tamanho rigor em favor dos poderosos do Estado e em claro detrimento da luta dos trabalhadores da educação superior, portanto, das suas lutas? Eu não entendo professor... Não consigo entender!

De qualquer forma, seguimos em lados opostos. A greve segue!

Ângelo Cavalcante - Economista, Cientista Político e professor da Universidade Estadual de Goiás (UEG), campus Itumbiara.

--

Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves
Universidade Estadual de Goiás - UEG

--

--

Você recebeu esta mensagem porque está inscrito no Grupo "UEG levada à sério!" nos Grupos do Google.

Para postar neste grupo, envie um e-mail para

ueg-levada-a-serio@googlegroups.com

Para cancelar a sua inscrição neste grupo, envie um e-mail para

ueg-levada-a-serio+unsubscribe@googlegroups.com

Para ver mais opções, visite este grupo em

<http://groups.google.com.br/group/ueg-levada-a-serio?hl=pt-BR?hl=pt-BR>

Você está recebendo esta mensagem porque se inscreveu no grupo "UEG levada à sério!" dos Grupos do Google.

Para cancelar a inscrição neste grupo e parar de receber seus e-mails, envie um e-mail para

ueg-levada-a-serio+unsubscribe@googlegroups.com.

Para obter mais opções, acesse https://groups.google.com/groups/opt_out.

ANEXO 9 - CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE DOCENTE DE ENSINO SUPERIOR CLASSES II, III E IV

Eliane Amorim

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - FUEG

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE
DOCENTE DE ENSINO SUPERIOR. CLASSES II, III E IV

EDITAL Nº 001/2003 - FUEG

236
229

AGAMPE - UEG

A Fundação Universidade Estadual de Goiás-FUEG, por intermédio da Comissão de Concurso para Admissão de Docentes, designada pela Portaria nº 002/03 PF de 08 de janeiro de 2003 e de conformidade com a Constituição Federal, Art. 37 Inciso II, e a Lei nº 13.842, de 1º de junho de 2001, torna pública a abertura de inscrições para o concurso destinado a selecionar candidatos para o cargo de Docente de Ensino Superior, Classes II, III e IV, para a Universidade Estadual de Goiás-UEG, criada pela Lei nº 13.456, de 16 de abril de 1999.

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 O concurso será regido pelo presente Edital e executado pela Comissão de Concurso para Admissão de Docentes da Fundação Universidade Estadual de Goiás-FUEG e realizado na cidade de Anápolis - GO.
- 1.2 O concurso público visa ao provimento de vagas para o cargo de Docente de Ensino Superior, Classes II, III e IV, com contratação por ordem de classificação e formação de cadastro de aprovados para aproveitamento a medida em que forem surgindo vagas no limite do prazo de validade do concurso.
- 1.3 A seleção para o cargo de que trata este Edital constará de 3 (três) etapas, assim definidas:
 - 1.3.1 Prova escrita (eliminatória);
 - 1.3.2 Prova didática (classificatória e eliminatória);
 - 1.3.3 Prova de títulos (classificatória).
- 1.4 Taxa de inscrição: R\$ 120,00 (cento e vinte reais).

2 DO CARGO

- 2.1 Cargo: Docente de Ensino Superior, Classes II, III e IV.
- 2.2 Descrição sumária das atividades: docência de nível superior na área do concurso e participação nas atividades de pesquisa, extensão e administração da Fundação Universidade Estadual de Goiás-FUEG.
- 2.3 A remuneração para cada classe consta no Quadro I, abaixo:

Classes	Quadro I		
	Remuneração		
	Tempo Integral 40 horas	Tempo Parcial 30 horas	Tempo Parcial 20 horas
Classe II - Especialista	R\$ 1.287,00	R\$ 965,25	R\$ 643,50
Classe III - Mestre	R\$ 1.840,41	R\$ 1.379,70	R\$ 920,20
Classe IV - Doutor	R\$ 2.783,61	R\$ 2.087,10	R\$ 1.391,80

- 2.4 A distribuição das vagas, de acordo com a área de conhecimento e a habilitação mínima exigida para inscrição, consta dos quadros II e III.

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	Matemática financeira Aplicada à administração		Graduação em Administração ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	6041-1
	Teoria geral da administração	1	Graduação em Administração ou áreas afins e Especialização	6021-1
	Administração de empresas	1	Graduação em Administração ou áreas afins e Doutorado concluído ou em curso*	6032-1
	Administração pública	1	Graduação em Administração ou áreas afins e Doutorado concluído ou em curso*	6043-1
	Planejamento e serviços urbanos e regionais	3	Graduação em Arquitetura e Urbanismo ou áreas afins e Doutorado concluído ou em curso*	6053-1
	Representação e expressão na arquitetura e urbanismo	1	Graduação em Arquitetura e Urbanismo ou áreas afins e Especialização	6061-1
	Tecnologia da arquitetura e urbanismo	1	Graduação em Arquitetura e Urbanismo ou áreas afins e Especialização	6071-1
		1	Graduação em Arquitetura e Urbanismo ou áreas afins e Doutorado concluído ou em curso*	6073-1
	Paisagismo	1	Graduação em Arquitetura e Urbanismo ou áreas afins e Doutorado concluído ou em curso*	6083-1
	Fundamentos de arquitetura e urbanismo	2	Graduação em Arquitetura e Urbanismo ou áreas afins e Doutorado concluído ou em curso*	6093-1
	Métodos quantitativos Aplicados à economia	1	Graduação em Ciências Econômicas ou áreas afins e Especialização	6101-1
		2	Graduação em Ciências Econômicas ou áreas afins e Doutorado concluído ou em curso*	6103-1
	Economia internacional	1	Graduação em Ciências Econômicas ou áreas afins e Doutorado concluído ou em curso*	6113-1
	Economia regional e urbana	1	Graduação em Ciências Econômicas ou áreas afins e Doutorado concluído ou em curso*	6123-1
	Economia agrária e dos recursos naturais	1	Graduação em Ciências Econômicas ou áreas afins e Doutorado concluído ou em curso*	6133-1
	Contabilidade	1	Graduação em Ciências Contábeis ou áreas afins e Especialização	6141-1
	Ciências jurídicas	1	Graduação em Direito ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	6152-1
	Microeconomia	1	Graduação em Ciências Econômicas ou áreas afins e Especialização	6161-1
	Macroeconomia	1	Graduação em Ciências Econômicas ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	6172-1
CIÊNCIAS HUMANAS	Geografia geral	1	Graduação em Geografia ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	7012-1
	Didática e prática de ensino em Geografia	1	Graduação em Geografia ou áreas afins e Especialização	7021-1
	História do Brasil e da América	2	Graduação em História ou áreas afins e Doutorado concluído ou em curso*	7033-1
	História moderna e contemporânea	1	Graduação em História ou áreas afins e Doutorado concluído ou em curso*	7043-1
	Planejamento e avaliação educacional	2	Graduação em Pedagogia ou áreas afins e Doutorado concluído ou em curso*	7053-1
	Sociologia	1	Graduação em Sociologia ou áreas afins e Doutorado concluído ou em curso*	7063-1
	Teoria e metodologia da história	1	Graduação em História ou áreas afins e Doutorado concluído ou em curso*	7073-1

para usar
e a prova didática
são realizados com
base na área de concentração
e nos os grandes eixos
sistema de pontos

2.4.1 O quadro II com lotação inicial em Goiânia, Anápolis e Inhumas, mostra a distribuição da grande área de conhecimento, da área de concentração, das vagas, da habilitação mínima exigida para inscrição e dos códigos.

Quadro II				
Grande área do conhecimento	Área de concentração	Nº de vagas	Habilitação mínima para inscrição	Código
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	Sistemas de informação e banco de dados	1	Graduação em Sistemas de Informação, Administração ou áreas afins e Especialização	1011-1
		2	Graduação em Sistemas de Informação, Matemática ou áreas afins e Especialização	1021-1
	Estatística e probabilidade	1	Graduação em Sistemas de Informação, Matemática ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	1022-1
	Física geral	2	Graduação em Física ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	1032-1
	Química analítica	3	Graduação em Química ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	1042-1
	Química geral e inorgânica	3	Graduação em Química ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	1052-1
	Química orgânica	1	Graduação em Química ou áreas afins e Especialização	1061-1
	Físico-química	2	Graduação em Química ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	1072-1
	Geografia física e cartografia	1	Graduação em Geografia ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	1082-1
	Linguagens de programação	1	Graduação em Sistemas de Informação ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	1092-1
	Arquitetura de sistemas de computação	1	Graduação em Sistemas de Informação ou áreas afins e Especialização	1101-1
	Cálculo diferencial e integral	1	Graduação em Matemática ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	1112-1
	Didática e prática de ensino em Matemática	1	Graduação em Matemática ou áreas afins e Especialização	1121-1
	Geometria analítica e vetorial	1	Graduação em Matemática ou áreas afins e Especialização	1131-1
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Botânica	1	Graduação em Biologia ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	2012-1
	Biologia celular e genética	1	Graduação em Biologia ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	2022-1
	Farmacologia e farmacognosia	1	Graduação em Farmácia ou áreas afins e Especialização	2031-1
	Processos industriais orgânicos e inorgânicos	1	Graduação em Química, Engenharia ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	2042-1
	Química farmacêutica	1	Graduação em Farmácia ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	2052-1
	Bioquímica	2	Graduação em Farmácia ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	2062-1
	Microbiologia e imunologia	2	Graduação em Farmácia ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	2072-1
	Anatomia e fisiologia humana	3	Graduação em Biologia ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	2082-1
	Ecologia de ecossistemas; ecologia Aplicada.	2	Graduação em Biologia ou áreas afins e Doutorado concluído ou em curso*	2093-1

área afins e quem matemática de alguém tanto que não dá e não dá ensino e precisa de domo o com mente distrit

ENGENHARIAS	Eletrônica	1	Graduação em Engenharia ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	5012-1
	Geotecnia	1	Graduação em Geologia ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	5022-1
	Construção civil	1	Graduação em Engenharia ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	5032-1
	Hidráulica	1	Graduação em Engenharia ou áreas afins e Doutorado concluído ou em curso*	5043-1
	Saneamento básico e ambiental; tratamento de águas de abastecimento e residuárias	2	Graduação em Biologia, Engenharia Civil ou áreas afins e Doutorado concluído ou em curso*	5053-1
	Recursos hídricos	1	Graduação em Biologia, Engenharia Civil ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	5062-1
		1	Graduação em Biologia, Engenharia Civil ou áreas afins e Doutorado concluído ou em curso*	5073-1
	Gestão ambiental irrigação e ética profissional	1	Graduação em Biologia, Engenharia Civil ou áreas afins e Doutorado concluído ou em curso*	5083-1
CIÊNCIAS DA SAÚDE	Fisioterapia Aplicada à Ortopedia	1	Graduação em Fisioterapia ou áreas afins e Especialização	4011-1
		1	Graduação em Fisioterapia ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	4012-1
	Fisioterapia Aplicada à neurologia	1	Graduação em Fisioterapia ou áreas afins e Especialização	4021-1
		1	Graduação em Fisioterapia ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	4022-1
	Nutrição	2	Graduação em Nutrição ou áreas afins e Especialização	4031-1
	Ginástica desportiva	3	Graduação em Educação Física ou áreas afins e Especialização	4041-1
		1	Graduação em Educação Física ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	4042-1
	Farmacotécnica e cosmetologia	1	Graduação em Farmácia ou áreas afins e Especialização	4051-1
	Metodologia do ensino de Educação Física	2	Graduação em Educação Física ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	4062-1
CIÊNCIAS AGRÁRIAS	Mecanização agrícola	1	Graduação em Engenharia Agrícola ou áreas afins e Doutorado concluído ou em curso*	5013-1
	Nutrição e produção animal	1	Graduação em Zootecnia ou áreas afins e Doutorado concluído ou em curso*	5023-1
	Processamento e armazenagem de produtos agrícolas	1	Graduação em Engenharia Agrícola ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	5032-1
		1	Graduação em Engenharia Agrícola ou áreas afins e Doutorado concluído ou em curso*	5043-1
	Energização rural	1	Graduação em Engenharia Agrícola ou áreas afins e Doutorado concluído ou em curso*	5053-1
	Máquinas e implementos agrícolas	1	Graduação em Engenharia Agrícola ou áreas afins e Doutorado concluído ou em curso*	5063-1
	Construções rurais e ambiência	1	Graduação em Engenharia Agrícola ou áreas afins e Doutorado concluído ou em curso*	5073-1
	Engenharia de água e solo	2	Graduação em Engenharia Agrícola ou áreas afins e Doutorado concluído ou em curso*	5083-1
	Engenharia de agrimensura	1	Graduação em Engenharia Agrícola ou áreas afins e Doutorado concluído ou em curso*	5093-1
	Produção vegetal e fitotecnia	1	Graduação em Agronomia ou áreas afins e Doutorado concluído ou em curso*	5103-1

CIÊNCIAS HUMANAS	Políticas públicas e gestão educacional	3	Graduação em Pedagogia ou área afins e Doutorado concluído ou em curso*	7083-1
	Fundamentos da educação, sociologia e história da educação	2	Graduação em Pedagogia ou área afins e Doutorado concluído ou em curso*	7092-1
	Teoria geral do planejamento e desenvolvimento curricular e currículos especiais	2	Graduação em Pedagogia ou área afins e Doutorado concluído ou em curso*	7103-1
	Educação pré-escolar	1	Graduação em Pedagogia ou área afins e Doutorado concluído ou em curso*	7113-1
	Psicologia evolutiva e da educação	1	Graduação em Psicologia ou área afins e Especialização	7121-1
		1	Graduação em Psicologia ou área afins e Doutorado concluído ou em curso*	7133-1
LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES	Linguística	1	Graduação em Letras ou áreas afins e Especialização	8011-1
		4	Graduação em Letras ou áreas afins e Doutorado concluído ou em curso*	8012-1
	Língua inglesa	1	Graduação em Letras ou áreas afins e Especialização	8021-1
		1	Graduação em Letras ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	8022-1
	Literatura	1	Graduação em Letras ou áreas afins e Especialização	8031-1
		1	Graduação em Letras ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	8032-1
		2	Graduação em Letras ou áreas afins e Doutorado concluído ou em curso*	8033-1
	Didática e prática de ensino	2	Graduação em Pedagogia ou áreas afins e Especialização	8041-1

* A inscrição de candidatos ainda cursando Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Mestrado ou Doutorado) só será aceita mediante a comprovação da conclusão de 100% dos créditos.

2.4.2 O quadro III mostra a distribuição da grande área de conhecimento, da área de concentração, das vagas, da habilitação mínima para inscrição e dos códigos, com lotação inicial em: Caldas Novas, Campos Belos, Ceres, Crixás, Formosa, Goianésia, Goiás, Ipameri, Iporá, Itaberaí, Itapuranga, Itumbiara, Jaraguá, Jussara, Luziânia, Minaçu, Morrinhos, Pires do Rio, Porangatu, Posse, Quirinópolis, Sanciandândia, Santa Helena de Goiás, São Luiz dos Montes Belos, São Miguel do Araguaia e Uruaçu;

Quadro III				
Grande área do conhecimento	Área de concentração	Nº de vagas	Habilitação mínima para inscrição	Código
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	Sistemas de informação e banco de dados	1	Graduação em Sistemas de Informação, Administração ou áreas afins e Especialização	1011-2
		8	Graduação em Sistemas de Informação, Administração ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	1012-2
	Estatística e probabilidade	2	Graduação em Sistemas de Informação, Matemática ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	1022-2
	Física geral	2	Graduação em Física ou áreas afins e Especialização	1031-2
		2	Graduação em Física ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	1032-2
	Química analítica	1	Graduação em Química ou áreas afins e Especialização	1041-2
	Geografia física e cartografia	4	Graduação em Geografia ou áreas afins e Especialização	1051-2
		4	Graduação em Geografia ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	1052-2
	Geologia e mineralogia	1	Graduação em Geografia, Geologia ou áreas afins e Especialização	1061-2

CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	Química inorgânica	1	Graduação em Química ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	1081-2
	Química orgânica	1	Graduação em Química ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	1082-2
	Linguagens de programação	4	Graduação em Sistemas de Informação ou áreas afins e Especialização	1091-2
		1	Graduação em Sistemas de Informação ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	1092-2
	Arquitetura de sistemas de computação	4	Graduação em Sistemas de Informação ou áreas afins e Especialização	1101-2
	Cálculo diferencial e integral	3	Graduação em Matemática ou áreas afins e Especialização	1111-2
		4	Graduação em Matemática ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	1112-2
		3	Graduação em Matemática ou áreas afins e Doutorado concluído ou em curso*	1113-2
	Didática e prática de ensino em Matemática	2	Graduação em Matemática ou áreas afins e Especialização	1121-2
		3	Graduação em Matemática ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	1122-2
		2	Graduação em Matemática ou áreas afins e Doutorado concluído ou em curso*	1123-2
	Geometria analítica e vetorial	4	Graduação em Matemática ou áreas afins e Especialização	1131-2
		1	Graduação em Matemática ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	1132-2
		1	Graduação em Matemática ou áreas afins e Doutorado concluído ou em curso*	1133-2
	Álgebra	4	Graduação em Matemática ou áreas afins e Especialização	1141-2
		4	Graduação em Matemática ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	1142-2
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Botânica	2	Graduação em Biologia ou áreas afins e Especialização	2011-2
		1	Graduação em Biologia ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	2012-2
		1	Graduação em Biologia ou áreas afins e Doutorado concluído ou em curso*	2013-2
	Biologia celular e genética	4	Graduação em Biologia ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	2022-2
	Ecologia	2	Graduação em Biologia ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	2032-2
	Zoologia	1	Graduação em Biologia ou áreas afins e Especialização	2041-2
		2	Graduação em Biologia ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	2042-2
		1	Graduação em Biologia ou áreas afins e Doutorado concluído ou em curso*	2043-2
CIÊNCIAS DA SAÚDE	Ginástica desportiva	3	Graduação em Educação Física ou áreas afins e Especialização	4011-2
		1	Graduação em Educação Física ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	4012-2
	Metodologia do ensino da Educação Física	1	Graduação em Educação Física ou áreas afins e Especialização	4021-2

CIÊNCIAS AGRÁRIAS	Produção vegetal e fitotecnia	1	Graduação em Agronomia ou áreas afins e Doutorado concluído ou em curso*	5013-2
	Irrigação e drenagem	1	Graduação em Engenharia Agrícola ou áreas afins e Doutorado concluído ou em curso*	5023-2
	Microbiologia e entomologia agrícola	1	Graduação em Agronomia ou áreas afins e Doutorado concluído ou em curso*	5033-2
	Nutrição animal	1	Graduação em Zootecnia ou áreas afins e Especialização	5041-2
	Morfofisiologia animal	1	Graduação em Zootecnia ou áreas afins e Especialização	5051-2
	Fertilidade do solo	1	Graduação em Agronomia ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	5062-2
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	Matemática financeira Aplicada à administração	1	Graduação em Ciências Econômicas ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	6012-2
	Administração e agronegócios	1	Graduação em Administração e Agronegócios ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	6022-2
	Teoria geral da administração	2	Graduação em Administração ou áreas afins e Especialização	6031-2
		2	Graduação em Administração ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	6032-2
		2	Graduação em Administração ou áreas afins e Doutorado concluído ou em curso*	6033-2
	Administração específica em hotelaria e turismo	2	Graduação em Administração com Habilitação em Hotelaria ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	6042-2
	Psicologia e administração em recursos humanos	2	Graduação em Psicologia, Administração ou áreas afins e Especialização	6051-2
	Contabilidade	2	Graduação em Ciências Contábeis ou áreas afins e Especialização	6061-2
		1	Graduação em Ciências Contábeis ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	6062-2
	Ciências jurídicas	3	Graduação em Direito ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	6072-2
	Microeconomia	1	Graduação em Ciências Econômicas ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	6082-2
	Macroeconomia	1	Graduação em Ciências Econômicas ou áreas afins e Doutorado concluído ou em curso*	6093-2
	Métodos quantitativos Aplicados à economia	1	Graduação em Ciências Econômicas ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	6102-2
CIÊNCIAS HUMANAS	Geografia geral	5	Graduação em Geografia ou áreas afins e Especialização	7011-2
		4	Graduação em Geografia ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	7012-2
	História do Brasil e da América	3	Graduação em História ou áreas afins e Especialização	7021-2
		8	Graduação em História ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	7022-2
	História antiga e medieval	4	Graduação em História ou áreas afins e Especialização	7031-2
		7	Graduação em História ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	7032-2

CIÊNCIAS HUMANAS	História moderna e contemporânea	4	Graduação em História ou áreas afins e Especialização	7041-2
		7	Graduação em História ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	7042-2
	Teoria e metodologia da história	1	Graduação em História ou áreas afins e Especialização	7051-2
		5	Graduação em História ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	7052-2
	Políticas públicas e gestão educacional	7	Graduação em Pedagogia ou áreas afins e Especialização	7061-2
		5	Graduação em Pedagogia ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	7062-2
	Psicologia evolutiva e da educação	3	Graduação em Psicologia ou áreas afins e Especialização	7071-2
		10	Graduação em Psicologia ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	7072-2
		1	Graduação em Psicologia ou áreas afins e Doutorado concluído ou em curso*	7073-2
	Sociologia geral	2	Graduação em Sociologia ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	7082-2
LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES	Linguística	6	Graduação em Letras ou áreas afins e Especialização	8011-2
		5	Graduação em Letras ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	8012-2
		2	Graduação em Letras ou áreas afins e Doutorado concluído ou em curso*	8013-2
	Língua inglesa	7	Graduação em Letras ou áreas afins e Especialização	8021-2
		5	Graduação em Letras ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	8022-2
		1	Graduação em Letras ou áreas afins e Doutorado concluído ou em curso*	8023-2
	Literatura	4	Graduação em Letras ou áreas afins e Especialização	8031-2
		7	Graduação em Letras ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	8032-2
		1	Graduação em Letras ou áreas afins e Doutorado concluído ou em curso*	8033-2
	Didática e prática de ensino	8	Graduação em Pedagogia ou áreas afins e Especialização	8041-2
		7	Graduação em Pedagogia ou áreas afins e Mestrado concluído ou em curso*	8042-2

* A inscrição de candidatos ainda cursando Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Mestrado ou Doutorado) só será aceita mediante a comprovação da conclusão de 100% dos créditos.

2.4.3 Admitir-se-á, excepcionalmente, o provimento na Classe IV mediante apresentação do título de Notório Saber, reconhecido por Universidade, com curso de Doutorado em área afim.

2.4.4 Os candidatos aprovados e classificados serão enquadrados, conforme a titulação comprovada, sendo exigido para a posse, no mínimo, o título de especialista.

3 DA INSCRIÇÃO

3.1 Período: de 4 a 14 de fevereiro de 2003

3.2 Das condições para a inscrição

- 3.2.1 Ser brasileiro. *é o naturalizado estrangeiro não pode?*
- 3.2.2 Possuir o nível de escolaridade e a formação exigida para o exercício do cargo;
- 3.2.3 Estar quite com o serviço militar e a obrigação eleitoral;
- 3.2.4 Ter idade mínima de 18 anos na data da inscrição;
- 3.2.5 Estar de acordo com todos os requisitos previstos neste Edital.

3.3 As inscrições deverão ser feitas nas secretarias das Unidades Universitárias da Universidade Estadual de Goiás das 9 às 17 horas nas seguintes cidades: Goiânia, Anápolis, Inhumas, Caldas Novas, Campos Belos, Ceres, Crivás, Formosa, Goianésia, Goiás, Ipameri, Iporá, Itaberaí, Itapuranga, Itumbiara, Jaraguá, Jussara, Luziânia, Minaçu, Morrinhos, Pires do Rio, Porangatu, Posse, Quirinópolis, Sanclerlândia, Santa Helena de Goiás, São Luiz dos Montes Belos, São Miguel do Araguaia e Uruaçu.

3.3.1 O requerimento na forma de ficha de inscrição, deverá ser protocolizado e instruído com os seguintes documentos:

- Cédula de identidade (fotocópia);
- Diploma de graduação devidamente registrado acompanhado do histórico escolar correspondente (fotocópia);
- Comprovante de pós-graduação (fotocópia);
- Declaração de Instituição de Ensino Superior de conclusão dos créditos relativos a Mestrado ou Doutorado, para os candidatos que ainda não concluíram o curso de Pós Graduação *Stricto Sensu*;
- ?* *—* e) *Curriculum Vitae* atualizado, apresentado no Sistema *Lattes* (modelo CNPq) e comprovado com fotocópias;
- Comprovante da taxa de pagamento da inscrição, no valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais) a ser recolhida junto ao Banco Itaú, em nome da Fundação Universidade Estadual de Goiás-FUEG, na conta corrente n.º 00712/3 da agência 4660 (original);
- Declaração de que se submete a todas as condições deste Edital (contida na ficha de inscrição) devidamente assinada pelo candidato ou por seu procurador;

3.4 É vedada a efetivação de mais de uma inscrição por candidato.

3.5 Poderá inscrever-se também o candidato que comprovar, em vez da titulação mínima exigida para inscrição, formação acadêmica superior a esse nível na área pertinente.

3.6 Os títulos acadêmicos obtidos no exterior serão aceitos se convalidados ou reconhecidos ou revalidados, junto ao Ministério da Educação ou instituição de ensino superior oficial e acompanhados de tradução pública juramentada. Outros documentos obtidos no exterior, apresentados para efeito de pontuação na prova de títulos, deverão ser acompanhados de tradução pública juramentada.

3.7 As inscrições poderão ser feitas pessoalmente ou por intermédio de procurador legalmente constituído, observado o prazo de inscrição previsto no presente edital.

3.8 Não serão aceitas inscrições ou documentos enviados por fax ou Internet, e em hipótese alguma admitida juntada de documentos após o encerramento do prazo das inscrições.

3.9 Em hipótese alguma haverá devolução da taxa de inscrição.

3.10 A inexistência de declarações ou dados e a irregularidade na documentação, verificada em qualquer etapa da seleção, implicará a eliminação automática do candidato sem prejuízo das cominações legais. Caso a irregularidade venha a ser constatada após a admissão do candidato, este será demitido imediatamente pela Fundação Universidade Estadual de Goiás-FUEG.

3.11 Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição.

3.12 Para inscrever-se o candidato deverá dirigir-se a uma das secretarias das Unidades Universitárias da Universidade Estadual de Goiás-UEG, citadas nos itens 2.4.1 e 2.4.2, munido do comprovante de pagamento e demais documentos exigidos.

3.13 O candidato receberá após inscrever-se o cartão de inscrição.

4 DA HOMOLOGAÇÃO DA INSCRIÇÃO

4.1 A Fundação Universidade Estadual de Goiás-FUEG receberá a documentação dos inscritos, verificará se contém os documentos necessários e procederá a homologação das inscrições através de edital, que será afixado em mural na sede da Fundação Universidade Estadual de Goiás-FUEG, localizada na BR 153, Km 98 em Anápolis-GO, e Unidades Universitárias da UEG, citadas nos itens 2.4.1 e 2.4.2 e publicação no *Diário Oficial* de Goiás no dia 28 de fevereiro de 2003.

- 4.2 Não serão homologadas as inscrições com documentação incompleta ou que não atendam as exigências constantes neste edital.
- 4.3 Caso a inscrição não seja homologada, será indicado o requisito do presente edital ou documento exigido para inscrição, não atendido pelo candidato.
- 4.4 Contra o resultado da homologação, caberá pedido de reconsideração, com efeito suspensivo, à Fundação Universidade Estadual de Goiás-FUEG, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da data de publicação do Edital de Homologação das Inscrições, devendo tal pedido ser protocolizado junto à sede da Comissão de Concurso para Admissão de Docentes, a Rua Coronel Batista nº 366, Centro, Anápolis-GO.
- 4.5 A Fundação Universidade Estadual de Goiás-FUEG decidirá sobre o pedido de reconsideração e divulgará o resultado através de edital, que será afixado em mural na sede da FUEG, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação do Edital da Homologação das Inscrições.
- 4.6 Somente poderá submeter-se às provas o candidato que tiver a inscrição homologada devendo, para tanto, apresentar a cédula de identidade original e comprovante original de inscrição.
- 4.7 Após a Homologação das Inscrições, no período de 6 e 7 de março de 2003, os conteúdos programáticos poderão ser retirados pelo candidato, na secretaria da Unidade Universitária da UEG, onde procedeu a inscrição.

5 DAS PROVAS

- 5.1 O concurso constará das seguintes provas:

Etapa I – prova escrita (eliminatória);
 Etapa II – prova didática (eliminatória e classificatória);
 Etapa III – prova de títulos (classificatória);

- 5.2 Todas as provas serão realizadas na cidade de Anápolis. O dia, o horário e o local da realização de cada prova, serão divulgados no Edital de Homologação das Inscrições e Divulgação dos Conteúdos Programáticos no dia 28 de fevereiro de 2003.
- 5.3 A avaliação das provas ficará a cargo das respectivas Bancas Julgadoras, constituída por 3 (três) examinadores com atuação, preferencialmente, na área em concurso, observada a exigência de no mínimo um com o título de doutor.
- 5.4 A Comissão de Concurso nomeará os membros de cada Banca Julgadora.
- 5.5 A presidência da Banca Julgadora será exercida por um de seus membros, conforme decisão da própria banca, respeitando-se a hierarquia da titulação acadêmica.
- 5.6 O não comparecimento a qualquer uma das provas previstas, exceto a prova de títulos, por qualquer motivo, implicará a desclassificação automática do candidato.
- 5.7 Em hipótese alguma será permitida o ingresso do candidato na sala de prova, após o horário estabelecido em edital.

6 DA PROVA ESCRITA

- 6.1 A prova escrita, de caráter eliminatório com duração de até 3 (três) horas, será dissertativa e única para todos os candidatos avaliando as especificidades exigidas pela grande área do conhecimento e abrangendo os objetivos de avaliação que serão entregues ao candidato na data da Homologação das Inscrições.
- 6.2 Na prova escrita cada examinador atribuirá ao candidato uma nota na escala de 0 (zero) a 10 (dez) e será exigida a nota mínima de 5 (cinco), resultante da média aritmética simples das notas atribuídas pelos examinadores.
- 6.3 Serão classificados para a prova didática, somente quatro candidatos por cada vaga, segundo a ordem decrescente da nota obtida.
- 6.4 Será vedada a consulta a livros e quaisquer textos comentados ou anotados durante a prova.
- 6.5 Até 7 (sete) dias úteis após a realização da prova, os resultados serão divulgados pela Banca Julgadora, através de edital, que será afixado em mural na sede da Fundação Universidade Estadual de Goiás-FUEG, constando dia, local e hora da realização dos sorteios relativos à prova didática.

- 6.6 Contra o resultado da prova escrita caberá pedido de reconsideração à Banca Julgadora, devidamente fundamentada, dentro do prazo de um dia útil, a contar de sua publicação das notas da prova escrita, respeitando-se o dia útil para efeito de integralização do prazo, devendo a Banca Julgadora analisá-lo nas 24 (vinte e quatro) horas seguintes, lavrar ata circunstanciada de sua decisão e publicá-la em edital que será afixado em mural na sede da Fundação Universidade Estadual de Goiás-FUEG.
- 6.7 A prova escrita será composta de uma ou mais questões propostas pela Banca Julgadora.
- 6.8 A prova escrita deverá ser feita a mão, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado condição especial, se a deficiência impedir que ele próprio redija, o candidato será acompanhado por um agente da Comissão do Concurso, devidamente treinado, a quem deverá ditar o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.

7 DA PROVA DIDÁTICA

- 7.1 Os programas da prova didática serão constituídos de 6 (seis) tópicos do conteúdo programático representativo de cada Área de Concentração e serão divulgados na data da Homologação das Inscrições.
- 7.2 A prova didática versará sobre o tópico do programa sorteado pelo próprio candidato classificado na prova escrita.
- 7.3 No edital de publicação do resultado da prova escrita, a Banca Julgadora informará data, horário e local da reunião pública na qual serão realizados os sorteios relativos à prova didática.
- 7.4 Na reunião pública para a realização dos sorteios, o candidato tomará conhecimento do horário, dia e local de sua prova didática.
- 7.5 O primeiro sorteio estabelecerá a ordem de apresentação em que os candidatos se submeterão à prova didática.
- 7.6 Cada candidato sorteará publicamente o seu tópico para a prova didática.
- 7.7 O candidato disporá de um intervalo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas desde o sorteio do tópico até a realização da prova didática.
- 7.8 Cada sorteio para a prova didática incluirá todos os tópicos correspondentes à área.
- 7.9 É vedado ao candidato assistir à prova didática de outro candidato.
- 7.10 É vedado ao candidato o uso de aparelhos eletrônicos tais como: datashow, retroprojektor, notebook, palmtop.
- 7.11 Iniciada a prova didática, não será permitida a entrada do público.
- 7.12 A prova didática compreenderá uma fase expositiva, com duração mínima de 30 (trinta) minutos e máxima de 50 (cinquenta) minutos, e eventual parte argüitiva, a juízo da Banca Julgadora, caso em que cada membro desta poderá solicitar esclarecimentos relacionados com o conteúdo exposto, pelo prazo de 5 (cinco) minutos.
- 7.13 O candidato deverá entregar o seu plano de aula à Banca Julgadora com antecedência mínima de quinze minutos da apresentação de sua prova didática.
- 7.13.1. O não cumprimento deste procedimento implicará na eliminação do candidato.
- 7.14 Durante a parte expositiva, o candidato não poderá ser interrompido sob qualquer forma ou pretexto.
- 7.15 A avaliação da prova didática de cada candidato observará os seguintes critérios, estabelecidos no quadro IV.

QUADRO IV	
1 PLANO DE AULA	- <i>contempla todos os elementos de um plano de ensino</i> - Adequação dos objetivos ao tema - Dados essenciais do conteúdo - Adequação dos procedimentos e recursos didáticos - Indicação das referências bibliográficas
2 DESENVOLVIMENTO DA AULA PRÁTICA	2.1 Conteúdo - Apresentação e problematização - Desenvolvimento sequencial - Articulação do conteúdo com o tema - Exatidão e atualidade

Síntese analítica

2.2 Exposição

- Consistência argumentativa (questionamentos, exemplificações, dados, informações etc.)
- Adequação do material didático ao conteúdo
- Clareza, objetividade e comunicabilidade
- Linguagem: adequação, correção, fluência e dicção
- Adequação ao tempo disponível

7.16 Encerrada a prova didática de todos os candidatos, o presidente da Banca Julgadora providenciará a publicação das notas em edital, que será afixado em mural na sede da Fundação Universidade Estadual de Goiás-FUEG, no dia 30 de abril de 2003.

7.17 Contra o resultado da prova didática caberá pedido de reconsideração à Banca Julgadora, devidamente fundamentada, dentro do prazo de um dia útil, a contar de sua publicação das notas da prova didática, respeitando-se o dia útil para efeito de integralização do prazo, devendo a Banca Julgadora analisá-lo nas 24 (vinte e quatro) horas seguintes, lavrar ata circunstanciada de sua decisão e publicá-la em edital que será afixado em mural na sede da Fundação Universidade Estadual de Goiás-FUEG.

8 DA PROVA DE TÍTULOS

8.1 A prova de títulos (avaliação do *curriculum vitae*) far-se-á de acordo com os critérios estabelecidos na Tabela de Pontuação, conforme quadro V.

QUADRO V			
	Unidade	Ponto	Pontuação Máxima
1 ATIVIDADES DE NÍVEL UNIVERSITÁRIO			
1.1 Magistério superior em área afim			
Docência no ensino superior <i>→ efetiva docência</i>	ano	3	25
Disciplinas ministradas <i>por cada disciplina?</i>	Graduação	1	
	Pos-graduação	2	
1.2 Cursos não curriculares ministrados na especialidade	Para cada 40 horas	1	5
1.3 Orientação de alunos em cursos de graduação e pós-graduação			
Monografia Projeto final graduação	Turma	1	10
Monografia <i>lato sensu</i> - individual <i>por aluno?</i>	Orientação	1	
Monografia <i>stricto sensu</i> - individual	Orientação em dissertação tese defendida e aprovada	2	
1.4 Participação em bancas examinadoras de concurso público no magistério superior ou de defesa de tese: mestrado doutorado	Participação	1	5
1.5 Participação em projetos de extensão ou de pesquisa	Participação	1	5
	Unidade	Ponto	Pontuação Máxima
2 ATIVIDADES PROFISSIONAIS (ensino, pesquisa e extensão)			
2.1 Exercício profissional			
Docência no 1º e ou 2º graus em área pretendida para profissionais legalmente habilitados	ano	2	20
Atividades profissionais regulamentadas ou legais na área de conhecimento	ano	2	
2.2 Aprovação pelo Conselho de Educação em nominata para o exercício do magistério superior (CFE, CNE ou CEE) e na área de conhecimento.			30
3 OUTRAS ATIVIDADES DE NATUREZA ACADÊMICA			
3.1 Produção científica escrita			
Autor	Obra	5	15
Colaborador	Obra	2	
Artigos publicados na área (revistas científicas, boletins técnicos)	Publicação	1	
Apresentação de trabalhos em eventos científicos	Trabalho	0,5	
3.2 Atividades de gestão acadêmica			55

Gestão Universitária Superior	Por nomeação, com exercício superior a um ano	15	
Direção-chefe de departamento, faculdade, unidade universitária ou equivalente	Por nomeação, com exercício superior a um ano	10	
Coordenação de cursos de pós-graduação	Por nomeação, com exercício superior a um ano	10	
Coordenação de cursos de graduação	Por nomeação, com exercício superior a um ano	5	
Coordenação de cursos sequenciais	Por nomeação, com exercício superior a um ano	2	
Coordenação de projetos de extensão ou pesquisa	Por nomeação, com exercício superior a um ano	2	
4 FORMAÇÃO ACADÊMICA E CURSOS CORRELATOS (não poderão ser computados os pontos cumulativamente, prevalecendo o de maior titulação).			
Pós-Doutorado	----	----	50
Doutorado, Livre-docência ou Notório saber	----	----	45
Mestrado com créditos completos de doutorado	----	----	40
Mestrado	----	----	35
Créditos completos de mestrado ou doutorado	----	----	30
Especialização	----	----	20

8.2 Na prova de títulos, cada examinador atribuirá uma nota obtida a partir do seguinte cálculo:

$$\text{Nota da prova de Títulos} = \frac{\text{n.º de pontos na Tabela de Pontuação}}{20}$$

20

8.3 O presidente da Banca Julgadora enviará as notas para publicação em Edital a ser afixado em mural na sede da Fundação Universidade Estadual de Goiás-FUEG, no dia 9 de maio de 2003.

8.4 Contra o resultado da prova de título caberá pedido de reconsideração à Banca Julgadora, devidamente fundamentada, dentro do prazo de um dia útil, a contar de sua publicação das notas da prova de título, respeitando-se o dia útil para efeito de integralização do prazo, devendo a Banca Julgadora analisá-lo nas 24 (vinte e quatro) horas seguintes, lavrar ata circunstanciada de sua decisão e publicá-la em edital que será afixado em mural na sede da Fundação Universidade Estadual de Goiás-FUEG.

9 DA AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

9.1 A avaliação das provas de cada candidato, será feita mediante a atribuição de notas, como segue:

- I. *Nota do examinador*: nota atribuída individualmente pelos integrantes da Banca Julgadora a cada uma das provas previstas no presente edital e terá uma casa decimal, sem aproximação matemática.
- II. *Nota da prova*: nota resultante da média aritmética simples das notas de cada examinador e terá uma casa decimal, sem aproximação matemática.
- III. *Nota final*: nota resultante da média aritmética ponderada das notas das provas escrita, didática e de títulos, e terá uma casa decimal com aproximação matemática, utilizando-se a regra universal de aproximação matemática.

9.2 Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota final igual ou superior a 5 (cinco).

9.3 Os pesos utilizados para o cálculo previsto no item 9.1 – III serão: 3 (três) para a prova escrita; 5 (cinco) para a prova didática e 2 (dois) para a prova de títulos.

9.4 O candidato será classificado por Área de Concentração, segundo o código das vagas do concurso, de acordo com a ordem decrescente da nota final obtida (prova escrita + prova didática + prova de títulos).

9.5 Em caso de empate na nota final, será observada a vantagem obtida, pela ordem, nos seguintes critérios de desempate:

- a) maior nota da prova didática;
- b) maior nota da prova escrita;

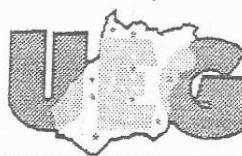
- 14.9. A inscrição do candidato implicará a aceitação das normas para o concurso, contidas nos comunicados, neste edital e em outros editais a serem publicados.
- 14.10 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos e editais referentes a este concurso.
- 14.11 Sempre que necessário, a Comissão de Concurso para Admissão de Docentes da Fundação Universidade Estadual de Goiás-FUEG, divulgará normas complementares e avisos oficiais sobre o Concurso Público, no mural da sede da Fundação Universidade Estadual de Goiás-FUEG.
- 14.12 Os casos omissos serão resolvidos pela Fundação Universidade Estadual de Goiás-FUEG e pela Comissão de Concurso para Admissão de Docentes.

Anápolis, 17 de janeiro de 2003.

Prof. ^o Harlen Inácio dos Santos
Presidente da Comissão de Concurso

GOVERNO DE

GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

Fundação Universidade Estadual de Goiás

Presidente

Prof.º Harlen Inácio dos Santos

Coordenadores

Prof.ª Luiza Cavalcante Batista Pinto

Prof.ª Guilhermina Marta Pires

Econ. Sérgio Molina Escalante

- Efeitu -

Comissão de Concurso Público para Admissão de Docentes

Rua Coronel Batista nº 366, centro, Anápolis-GO

(XX62) 321-0487

www.ueg.br/concurso